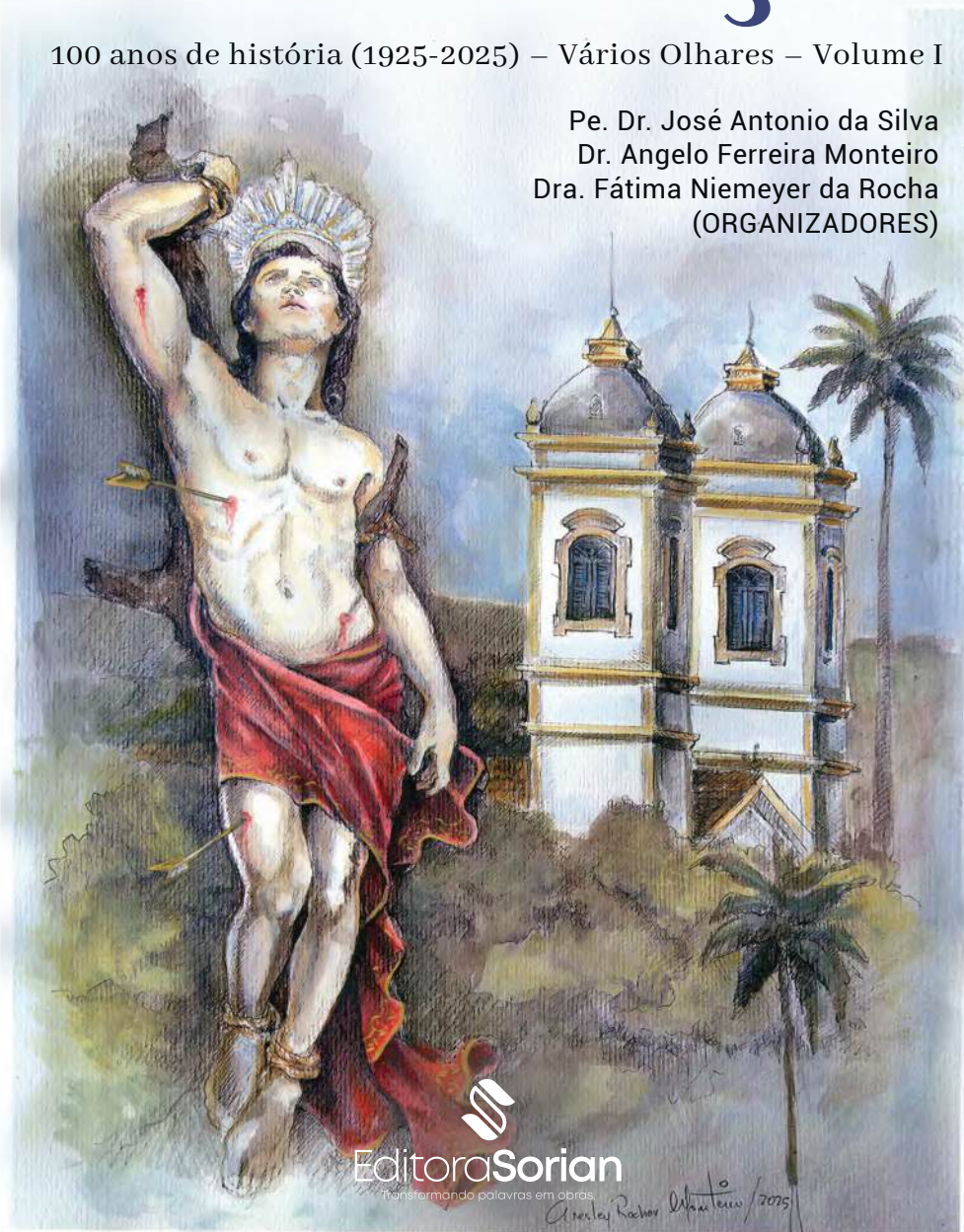


DIOCESE de VALENÇA

100 anos de história (1925-2025) – Vários Olhares – Volume I

Pe. Dr. José Antonio da Silva
Dr. Angelo Ferreira Monteiro
Dra. Fátima Niemeyer da Rocha
(ORGANIZADORES)

O livro “Diocese de Valença: 100 Anos de História (1925-2025) — Vários Olhares”, organizado em dois volumes, é um trabalho colaborativo que reúne textos de diferentes autores — sacerdotes, leigos e religiosos —, que abordam temas como organização eclesial, ação social, liturgia, formação do clero, imprensa católica e patrimônio. Em comemoração do Centenário da Diocese de Valença, o livro tem o objetivo ser um legado da rica trajetória da Igreja Particular de Valença ao retratar a história, os desafios e as conquistas da Diocese ao longo de um século e resgatar os feitos de pessoas e instituições que contribuíram para a sua edificação.




Editora Soriana
transformando palavras em obras

Pe. Dr. José Antonio da Silva
Dr. Angelo Ferreira Monteiro
Dra. Fátima Niemeyer da Rocha
(Organizadores)

**DIOCESE DE VALENÇA:
100 anos de história (1925-2025)**

Vários Olhares – Volume I

Editora Sorian
Araucária – Paraná
2025

Copyright © da Editora Sorian
Editor-chefe: Vinícius Souza
Diagramação e Revisão por Editora Sorian
Capa: Wesley Rocher Monteiro

Conselho Editorial



Editora Sorian

André Giacomelli Leal (PUC-PR)
Aníbal Coutinho do Rêgo (UFC)
Antonio Charles Santiago Almeida (UNESPAR)
Clarissa de Franco (PUC/SP)
Jefferson Henrique Cidreira (UNIR)
José Maurício Diascânio (UNINORTE)
Manoel Valente Figueiredo Neto
(Registro Imobiliário de Caxias do Sul, RS/UCS)
Marcela Iochem Valente (UERJ)
Maria Gorete Firmino de Lima (UNIDA)
Miqueias Lima Duarte (UNIR)
Neemias Moretti Prudente (UNIMEP)
Reginaldo Simões Mendonça (UFAM)
Romualdo Dias (UNESP)
Sônia Maria Teixeira Machado (IFRO)
Vilma Maria Inocêncio Carli (UCDB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

D588

Diocese de Valença : 100 anos de história (1925-2025) / José Antonio da Silva, Angelo Ferreira Monteiro, Fátima Niemeyer da Rocha (organizadores) – 1. ed – Araucária, PR : Editora Sorian, 2025.
360 p.; 16x23cm.

ISBN Físico: 978-65-5453-688-2
ISBN Digital: 978-65-5453-694-3
DOI 10.54466/sorianed.978-65-5453-694-3

1. Diocese de Valença (RJ) – História. 2. Igreja Católica – Rio de Janeiro (Estado) – História.
3. Valença (RJ) – Aspectos religiosos. I. Silva, José Antonio da. II. Monteiro, Angelo Ferreira. III. Rocha, Fátima Niemeyer da.

11-2025/122

CDD 262.3098153

Índice para catálogo sistemático:

1. Diocese de Valença : Rio de Janeiro : Estado : História 262.3098153
Bibliotecária: Aline Grazielle Benitez CRB-1/3129



editorasorian



editorasorian

<https://www.editorasorian.com.br/>

2025

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora Sorian
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Sorian

*A função do Historiador é lembrar a sociedade
daquilo que ela quer esquecer.*
Peter Burke

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
CARTA PASTORAL	13
POR OCASIÃO DO CENTENÁRIO DIOCESANO	13
SAUDAÇÃO INICIAL.....	15
INTRODUÇÃO	17
A DIOCESE COMO COMUNHÃO DE COMUNIDADES: RAÍZES, ORGANIZAÇÃO E DESAFIOS ATUAIS.....	61
Pe. José Antonio da Silva	

SEÇÃO I ORIGENS DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE

I. ALDEAMENTO DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO DO SERTÃO DE VALENÇA: O QUE MUDOU NO DISCURSO HISTORIOGRÁFICO	85
Raimundo César de Oliveira Mattos	
II. PADRE MANOEL GOMES LEAL: UM MISSIONÁRIO NA CATEQUIZAÇÃO INDÍGENA EM VALENÇA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX	107
Adelci Silva dos Santos Vaniele Barreiros da Silva	
III. NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA ROÇA DO ALFERES: DOAÇÃO, CONSTRUÇÃO E RIVALIDADE (XVIII – XIX)	139
Alan de Carvalho Souza	
IV. CUSTÓDIO FERREIRA LEITE, O BARÃO DE AYURUOCA: UMA BREVE BIO- GRAFIA.....	159
Amal Abdulmalek	
V. FAMÍLIA, RELIGIOSIDADE E ARTE: A IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS.....	185
Angelo Ferreira Monteiro	

VI. MONSENHOR RIOS: REPRESENTATIVIDADE POR MEIO DOS DISCURSOS DE FÉ E IMPACTOS NA ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA VASSOURENSE ... 227

Víviam Lacerda de Souza

Pe. José Antonio da Silva

SEÇÃO II

**DEVOÇÃO MARIANA, CRIAÇÃO DA DIOCESE,
SEUS BISPOS E A SINODALIDADE**

VII. “NOSSA SENHORA LÁ VEM DO CÉU”: UM ESTUDO SOBRE OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DA GLÓRIA EM VALENÇA – RJ 253

Gabriel Moreira Medeiros Laureano

VIII. CORONEL CARDOSO: UM DOS MAIORES BENFEITORES DA DIOCESE DE VALENÇA 271

Rodrigo Magalhães

IX. CRIAÇÃO DA DIOCESE DE VALENÇA 293

Raimundo César de Oliveira Mattos

X. UM OLHAR PANORÂMICO DOS BISPOS DA DIOCESE DE VALENÇA: DE DOM ANDRÉ ARCOVERDE A DOM NELSON.....305

Raimundo César de Oliveira Mattos

XI. O SÍNODO NA FASE DIOCESANA E A TRAJETÓRIA DA DIOCESE DE VALENÇA-RJ: DA FUNDAÇÃO À SINODALIDADE..... 317

Pe. José Antonio da Silva

XII. MARIA ASSUNTA AO CÉU, ÍCONE DA NOSSA RESSURREIÇÃO..... 335

Dom Nelson Francelino Ferreira

APÊNDICES 351

ÍNDICE REMISSIVO 353

SOBRE OS AUTORES 355

PREFÁCIO

O livro “Diocese de Valença: 100 Anos de História (1925-2025) – Vários Olhares”, Volume I, organizado em dois volumes, é um trabalho colaborativo que reúne textos de diferentes autores – sacerdotes, leigos e religiosos –, que abordam temas como organização eclesial, ação social, liturgia, formação do clero, imprensa católica e patrimônio. Em comemoração do Centenário da Diocese de Valença, o livro tem o objetivo ser um legado da rica trajetória da Igreja Particular de Valença ao retratar a história, os desafios e as conquistas da Diocese ao longo de um século e resgatar os feitos de pessoas e instituições que contribuíram para a sua edificação.

Conhecer a história da Diocese de Valença e de suas Paróquias é importante para entender o papel da Igreja na sociedade e como ela se posiciona diante dos acontecimentos, tendo em vista que a história da Diocese está ligada à história das nove cidades que compõem o território diocesano. Além disso, dado que a História da Igreja está ligada à história da humanidade, podemos afirmar que a Igreja tem desempenhado um papel vital na formação da civilização da humanidade, sustentando valores de fé, moralidade e justiça, assim vivenciando valores cristãos. Trata-se de uma igreja que tem se posicionado diante de eventos como guerras, revoluções, pandemias e nas mais diversas tragédias e acontecimentos que atingem o seu povo.

Ao longo dos séculos, a Igreja tem se dedicado a evangelização, fomentando a assistência social, a educação e a promoção dos direitos humanos, na inspiração de Políticas Públicas, estando inserida nos diversos setores da sociedade. E não tem sido diferente na Diocese de Valença, que sempre foi um lugar de acolhida, de vivência dos sacramentos, de proximidade e de suporte para as pessoas em suas diversas dimensões e necessidades. Como Igreja Diocesana tem se mostrado uma “escola” que promove a pessoa em sua individualidade, ressalta sua dignidade, respeita suas particularidades e procura capacitar os fiéis para sua ministerialidade. E nela vivenciamos uma igreja ministerial, com suas Pastorais, Movimentos e Serviços, todos contribuindo para a construção do Reino de Deus, formando uma Diocese viva e dinâmica.

De fato, como bem ilustra o Catecismo da Igreja, após sermos instruídos na fé, ou seja, depois de *conhecermos* as verdades fundamentais da fé cristã, devemos *celebrar* esta mesma fé através dos sacramentos, para depois *viver* os seus princípios e *rezar* em comunidade. Essas são as quatro partes

fundamentais do Catecismo que nos fazem ver que a fé é uma questão pessoal, mas não pode existir sem a sua dimensão comunitária. A vida cristã só é genuína quando vem continuamente alimentada pela nossa comunhão eclesial, que pode acontecer de muitas maneiras, mas se concretiza de modo mais significativo e intenso nas paróquias e em suas comunidades, fazendo o verdadeiro encontro com a Pessoa de Jesus Cristo.

O Concílio Vaticano II expressou de modo brilhante o sentido da Igreja como comunhão de irmãos e irmãs que se concretiza no conceito de Povo de Deus, de Templo do Espírito e de Corpo de Cristo. Desde o Concílio, a Igreja no Brasil vem refletindo sobre o sentido e a estruturação das paróquias. De modo especial, podemos recordar a 51.^a Assembleia da CNBB, em 2013, centrada na “revitalização da comunidade paroquial”, dando origem ao documento de estudo “Comunidade de comunidades: uma nova paróquia”. Na Assembleia seguinte, em 2014, foi então aprovado o documento 100: “Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia: a conversão pastoral da paróquia”.

Por estar profundamente enraizado nas reflexões da Conferência de Aparecida, esse documento está em perfeita harmonia com o que o Papa Francisco esperava da Igreja: a paróquia como “comunidade de comunidades”, cheia de desafios pastorais, convidada constantemente à conversão pastoral e missionária, pois a renovação paroquial depende de um renovado amor à pastoral.

A Diocese e a paróquia ideal não existem, pois estão sempre marcadas pelos limites humanos. E o Papa nos exorta a repensar o estilo de nossas comunidades paroquiais para que sejam rede de comunidades, de tal modo que seus membros vivam em comunhão como autênticos discípulos missionários de Cristo. O Papa Francisco nos lançou um grande desafio: não apenas rezar pelas Dioceses e paróquias, mas sobretudo refletir sobre nossa presença e participação na construção da “comunidade de comunidades”, que para o cristão se torna nova casa, cheia de obstáculos, mas também de belezas e alegrias. Assim, recuperar a imagem da *casa* significa garantir o referencial para o cristão peregrino encontrar-se no lar, ambiente de vida e de acolhimento.

A Igreja visível na paróquia é, portanto, casa da Palavra, casa do pão, casa da caridade e da Missão, casa do Pai. No centro está Cristo, como gerador da comunhão de tudo e entre todos. Cristo que se faz sempre mais visível e próximo através da Palavra e da Eucaristia. Nessa perspectiva, mais do que meramente retratar a história, este livro foi organizado com o intuito

de conectá-la a Cristo e Sua Palavra, de modo que o leitor possa receber a verdade e a bênção, por meio da graça, à sua alma.

Ressaltamos que da Diocese de Valença a Igreja escolheu quatro Bispos: Dom José Rodrigues de Souza, natural de Paraíba do Sul, religioso da Congregação do Santíssimo Redentor – Redentoristas, nomeado bispo em 1974 para a Diocese de Juazeiro/BA. Dom Valter Carrijo, natural de Uberlândia/MG, religioso da Congregação do Divino Salvador – Salvatorianos, que foi pároco em Vassouras, nomeado bispo em 1989 para a Diocese do Brejo/MA; e Dom Paulo Cezar Costa, natural da cidade de Valença, que foi auxiliar na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro/RJ, em 2011, Bispo de São Carlos/SP, em 2016, e em 2020 foi transferido como Arcebispo da Arquidiocese de Brasília/DF, sendo nomeado Cardeal pelo Santo Padre o Papa Francisco em 29 de maio de 2022, com cerimônia de acolhida no consistório de 27 de agosto de 2022 e Dom Luiz Fernando Lisboa, natural de Valença, religioso, da Congregação da Paixão – Missionários Passionistas. Nomeado Bispo em 2013 para a Diocese de Pemba, Moçambique, em 2021 foi nomeado Bispo para a Diocese de Cachoeira do Itapemirim/ ES com o título de Arcebispo.

Que as bênçãos do Senhor da vida possam acompanhar os volumes que agora são lançados. Como só conseguimos amar aquilo que conhecemos, esta obra é uma oportunidade para que o leitor conheça a história da Diocese de Valença e possa amá-la, avançando no sentimento de pertença e corresponsabilidade para com a missão da Igreja e com o compromisso assumido no santo Batismo.

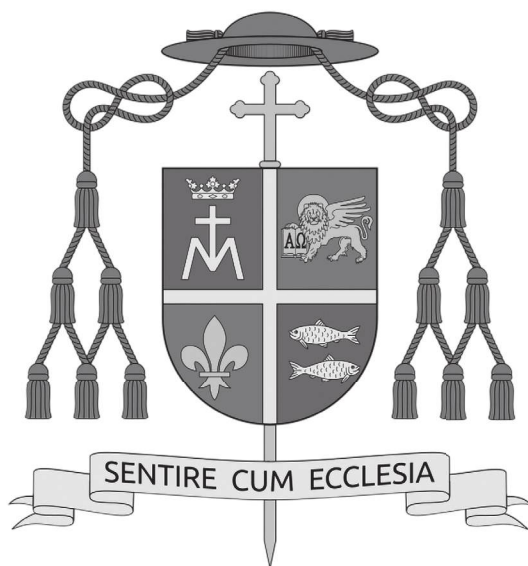
Pe. Dr. José Antonio da Silva
Vigário Geral da Diocese de Valença

CARTA PASTORAL

POR OCASIÃO DO CENTENÁRIO DIOCESANO

“Somos pedras vivas”

(cf.1 Pedro 2, 5)



Dom Nelson Francelino Ferreira

Bispo Diocesano de Valença – RJ

SAUDAÇÃO INICIAL

Queridos diocesanos, é com grande alegria que vos anuncio a celebração de um Duplo Ano Jubilar na nossa querida Diocese de Valença, para comemorar os dois mil e vinte cinco anos da Encarnação de Cristo e o centenário da ereção canônica da Diocese de Valença, dada por Sua Santidade, o Papa Pio XI, através da Bula *Apostolico Officio*, em 27 de março de 1925.

São cem anos de história diocesana que merecem uma celebração especial. Tantas décadas de vida fortalecem nossa fé e nos encorajam à vida e missão no presente. Somos herdeiros de um legado de fé e vida eclesial em muitas obras diocesanas. Por isso, com a celebração deste duplo Ano Jubilar desejamos:

- Agradecer a Deus pelo dom da Igreja diocesana de Valença e por tantos dons que d’Ele recebemos ao longo deste século;
- Pedir perdão pelos pecados e pelas infidelidades;
- Promover a conversão pessoal e comunitária a fim de reavivar a fé e a vida cristã de todos;
- Promover a tão sonhada e necessária conversão pastoral;
- Fortalecer o sentido de uma verdadeira comunhão eclesial;
- Caminhar juntos (sinodalidade) favorecendo a corresponsabilidade de todos na vida e missão da Igreja, através da valorização dos conselhos pastorais.

Com esta Carta pastoral desejo encorajar e ajudar a todos os fiéis a reencontrar-se como “Pedras vivas” dessa Igreja diocesana e retomar a celebração como um novo ardor missionário.

INTRODUÇÃO

Nossa peregrinação e pertença como pedras vivas nesta Igreja diocesana de Valença completará 100 anos. Por isso, temos o privilégio de participar de um duplo jubileu: o centenário da ereção canônica de nossa Igreja Particular de Valença em 27/03/1925 e o centenário de 2025 anos de nossa Salvação, que como destacou São João Paulo II: “Todos estes jubileus pessoais ou comunitários têm um papel importante e significativo na vida dos indivíduos e das comunidades”. (São João Paulo II. Carta Apostólica *Tertio Millenio Ineunte*, 1994, n. 15)

A celebração deste duplo Jubileu – diocesano e universal – deve ser uma expressão de alegria, interna e externamente tangível, porque o nosso Deus, com a sua graça, nos deu a oportunidade de experimentar a sua proximidade salvífica em nosso território diocesano, especialmente através da evangelização como ação de todos os agentes pastorais que vivem com grande entusiasmo a sua fé e adesão a Jesus Cristo numa pertença à Igreja.

As celebrações jubilares na Igreja têm apenas uma razão de ser e esta é a intervenção salvífica de Deus Pai na história da humanidade, como já celebrava o povo de Israel, quando se comemorava a cada sete anos um ano sabático e em cada cinquenta anos um jubileu. Em ambos os casos, todos os gestos internos e externos que os filhos de Abraão tiveram de realizar expressaram a certeza de que

Se Deus na sua Providência deu a terra aos homens, isso significava que a tinha dado a todos. Por esta razão, as riquezas da criação devem ser consideradas um bem comum para toda a humanidade. Quem possuía esses bens como sua propriedade era na realidade apenas um administrador, ou seja, alguém encarregado de agir em nome de Deus, o único proprietário no sentido pleno, sendo a vontade de Deus que os bens criados servissem a todos de forma justa. O ano jubilar deverá servir assim para restabelecer esta justiça social (São João Paulo II. Carta Apostólica *Tertio Millenio Ineunte*, 1994, n. 13)

A plenitude da ação salvífica de Deus e a razão central da nossa alegria, como homens de fé, é a Encarnação do seu Filho muito amado, nosso Senhor Jesus Cristo, que se torna um de nós no tempo, para que nos tornemos semelhantes a Ele. Na eternidade, Ele mesmo, com a sua vida e obras, são o

ano de graça do Senhor que o profeta Isaías havia anunciado e que o Mestre deixa claro que se cumpre n'Ele (cf. Lc 4, 16-30). Portanto, "O jubileu, 'ano de graça do Senhor', é uma característica da atividade de Jesus e não apenas a definição cronológica de um determinado aniversário" (São João Paulo II. Carta Apostólica *Tertio Millenio Ineunte*, 1994, n. 11).

Celebrar, então, o Ano Jubilar diocesano nada mais é do que expressar, com muita força, que nos alegramos pela História da Salvação e que convidamos todos a esta alegria, continuando a promover condições na Diocese de Valença para que a força da salvação possa ser comunicada a todos, especialmente àqueles que mais necessitam encontrar, conhecer, amar e seguir o Senhor, como nos indica o Documento de Aparecida:

O amadurecimento no seguimento de Jesus e a paixão em anunciá-lo exigem que a Igreja particular renove constantemente a sua vida e o seu zelo missionário. Só assim poderá ser, para todos os batizados, casa e escola de comunhão, participação e solidariedade. Na sua realidade social concreta, o discípulo experimenta o encontro com Jesus Cristo vivo, amadurece a sua vocação cristã, descobre a riqueza e a graça de ser missionário e anuncia a Palavra com alegria. (Documento de Aparecida, nº 167)

Agradecemos a Deus por tantos benefícios recebidos ao longo deste tempo, principalmente pelo empenho pastoral dos primeiros bispos: Dom André Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (1925-1936) – 1º Bispo; Dom Renato de Pontes (1938-1940) – 2º Bispo; Dom Rodolfo das Mercês de Oliveira Pena (1942-1960) – 3º Bispo; Dom José Costa Campos (1960-1979) – 4º Bispo; Dom Amaury Castanho (1980-1989) – 5º Bispo; Dom Elias James Manning (1990-2014) – 6º Bispo. Estes lançaram os alicerces firmes ao hoje da nossa Igreja Particular. Agradecemos e recordamos, também no sentido bíblico do memorial, a passagem de tantos e bons pastores que anunciaram o Evangelho nessas terras como párocos e vigários paroquiais antes da criação da Diocese. Todos colaboraram, em grande medida, para a formação de uma diocese hoje composta por 26 Paróquias e uma Quase Paróquia.

Há 100 Anos, o conjunto das Igrejas Diocesanas que nos circundavam, a própria diocese a quem pertencíamos (Barra do Piraí) e a Igreja de Roma, presidida, então, por Pio XI, refletiram e decidiram que tínhamos maturidade eclesial, integridade na fé e condições de sermos uma igreja particular, a Diocese de Valença nas terras altaneiras e

montanhosas do sul fluminense, nos vales dos rios Preto e Paraíba do Sul. (Padre Medoro de Oliveira Souza Neto, em sua apresentação das Diretrizes Diocesanas (1994).

O Ano Jubilar, portanto, nos inspira, em primeiro lugar, a dar graças ao nosso Deus, que é sumamente Bom e Fiel. Por isso, fazemos nosso o canto de louvor da Bem-aventurada, Virgem Maria, no *Magnificat* e o repetimos com toda a Igreja peregrina na história – o novo Israel, que é mistério de comunhão e sacramento de salvação. Em segundo lugar, o ano jubilar é um *kairós* – momento oportuno, na linguagem de São Paulo, para refletir sobre a identidade da Diocese e o seu compromisso eclesial com o futuro.

A Igreja Mistério-Comunhão e sua expressão na Igreja Particular

“Assim, toda a Igreja se manifesta como uma multidão reunida pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo”. (Concílio Vaticano II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium* n. 4).

Este belo trecho da *Lumen Gentium* nos leva à essência do ser da Igreja como mistério-comunhão. Em primeiro lugar, vale esclarecer que o termo mistério não se refere a coisas ocultas, dignas de medo ou suspeitas; na eclesiologia do Concílio Vaticano II, mistério se refere às coisas sensíveis que nos levam ao conhecimento do transcendente, ao dom de Deus, isto é, ao significado de sacramento, que Santo Tomás de Aquino nos ensinou assim descrito:

Os sinais são naturais ao homem, porque é da natureza do homem alcançar o desconhecido através das coisas conhecidas. E é por isso que o que se chama propriamente sacramento é o sinal de uma realidade sagrada destinada aos homens. Em outras palavras, no sentido em que o tomamos aqui, o que se chama propriamente sacramento é o que é sinal de uma realidade sagrada que santifica os homens (Suma Teológica, Parte III, q. 60).

A Igreja, na sua essência deve torná-la conhecida nas suas manifestações externas, e como reflexo da comunhão íntima da Santíssima Trindade, deve ser sinal dessa sagrada realidade: “A Igreja contém, portanto, e comunica a graça invisível que significa” (CIgC nº. 774), e deve santificar os seres humanos que o compõem: “É o projeto visível do amor de Deus para com a

humanidade” (Paulo VI, Discurso aos Padres de Sagrado Colégio dos Cardeais, 22 de junho de 1973), que deseja “que todo o gênero humano forme um único Povo de Deus, esteja unido num único Corpo de Cristo, coedificado num único templo do Espírito Santo” (AG 7; cf. LG 17) (CIgC nº. 776).

Esta Igreja, fundada por Jesus Cristo, e que é comunhão de mistério, subsiste na Igreja Católica e a ela todos nós pertencemos como batizados pelo dom misericordioso de Deus; é guiada pelos bispos, sucessores dos apóstolos, e neles persiste aquela primeira instituição e doutrina da comunidade apostólica, como expressa claramente a *Dei Verbum*:

Esta Tradição, que deriva dos Apóstolos, progride na Igreja com a ajuda do Espírito Santo: porque cresce na compreensão das coisas e das palavras transmitidas, quer através da contemplação e do estudo dos homens de fé, que nelas meditam nos seus corações, quer agora através da percepção íntima que experimentam das coisas espirituais, já pelo anúncio daqueles que com a sucessão do episcopado receberam o carisma certo da verdade. Isto é, a Igreja, ao longo dos séculos, tende constantemente para a plenitude da verdade divina, até que nela se cumpram as palavras de Deus (Concílio Vaticano II, Constituição Dei Verbum nº 8).

Portanto, a Igreja é uma comunidade apostólica também na sua essência; sobre o fundamento dos apóstolos o Senhor quis construí-la de forma clara e visível.

A comunhão-mistério, que é a Igreja, deve ser entendida na sua dupla dimensão: vertical-invisível, como a comunhão de cada um de nós com Deus, e horizontal-visível, como a comunhão entre nós que fomos enxertados no Corpo de Cristo através do Batismo. Através destes sinais visíveis de comunhão, Cristo exerce na história a sua função profética, sacerdotal e real para a salvação dos seres humanos, e esta relação constante e dinâmica entre ambas as dimensões da comunhão eclesial, vertical-invisível e horizontal-visível, é o que torna a Igreja, Sacramento da Salvação:

Desta sacramentalidade resulta que a Igreja não é uma realidade fechada em si mesma, mas permanentemente aberta à dinâmica missionária e ecumênica, pois foi enviada ao mundo para anunciar e testemunhar, atualizar e ampliar o mistério de comunhão que a constitui: reunir tudo e todos em Cristo; ser para todos ‘um sacramento

inseparável de unidade’ (Carta *Communiois notio* n. 4, 28 de maio de 1992. Congregação para a Doutrina da Fé).

A presença da Igreja universal no mundo, para anunciar, testemunhar, atualizar e ampliar a sua essência de mistério-comunhão, concretiza-se e torna-se operacional na particularidade e na diversidade das pessoas, dos grupos, dos tempos e dos lugares e entre estes encontram-se aquelas que, em si, são Igrejas, isto é, as dioceses ou Igrejas Particulares que o Concílio Vaticano II assim descreveu:

A diocese é uma porção do Povo de Deus que é confiada a um Bispo para alimentá-la com a cooperação do presbitério, para que unido ao seu pastor e por ele reunido no Espírito Santo através do Evangelho e da Eucaristia, constitua uma Igreja particular, na qual verdadeiramente existe e opera a Igreja de Cristo, que é Una, Santa, Católica e Apostólica (Decreto *Christus Dominus*, n. 11).

A Igreja universal – única – dá à luz as dioceses como filhas, expressa-se nelas na sua particularidade. Portanto, a Igreja universal é como uma mãe e não fruto da união de Igrejas Particulares. A diocese mantém uma profunda relação de interioridade mútua com a Igreja Universal, como expressa São João Paulo II: “Na base da comunhão, que sustenta a Igreja na sua constituição íntima e nas suas mais variadas expressões concretas e históricas, ‘A exuberante constrói-se a mútua relação interior entre a Igreja universal e as Igrejas particulares’” (Discurso à Cúria Romana, 21 de dezembro de 1990).

Esta mútua relação interior se manifesta no fato de cada diocese ter as suas raízes, as suas tradições, a sua missão de anunciar o querigma, o caminho de crescimento na fé como discípulos e missionários de Jesus Cristo, mas mantendo imutável o vínculo com a primazia da Cátedra de Pedro que, como explica o Concílio,

Preside a assembleia universal da caridade, protege as diferenças legítimas e ao mesmo tempo garante que as divergências sirvam a unidade em vez de a prejudicarem. Disto derivam finalmente, entre as diversas partes da Igreja, vínculos de íntima comunhão no que diz respeito às riquezas espirituais, aos trabalhadores apostólicos e à ajuda temporal. Os membros do Povo de Deus são chamados à comunicação de bens, e a cada uma das Igrejas podem aplicar-se as seguintes palavras do apóstolo: ‘O dom que cada um recebeu, coloque-o ao serviço dos

outros, como bem administradores da multiforme graça de Deus' (1 Pd 4,10) (LG n. 13).

A singularidade da Igreja universal manifesta-se assim e é garantida, expressa na particularidade das dioceses como Igrejas próprias. É assim que a beleza e a grandeza deste mistério e dom de Deus, que é a Igreja, se expressam a partir da sua unidade e diversidade coesas na comunhão como elemento essencial.

O Presente Eclesial: espaço para uma espiritualidade de comunhão

É importante que façamos um pouco de memória e confirmação eclesial da nossa realidade última e presente

Mas também acarreta o risco de grandes monopólios e de transformar o lucro em valor supremo [...]. Embora haja motivos de preocupação relativamente às formas de governo autoritárias ou sujeitos a certas ideologias que se acreditavam ultrapassadas e que não correspondem à visão cristã do homem e da sociedade, como nos ensina a doutrina social da Igreja [...] já que os setores sociais que são cada vez mais testados por uma enorme pobreza ou até mesmo a pilhagem dos próprios bens naturais [...] percebe-se, no entanto, um certo enfraquecimento da vida cristã na sociedade como um todo e da pertença à Igreja Católica devido ao secularismo, ao hedonismo, ao indiferentismo e ao proselitismo de numerosas novas expressões pseudo-religiosas e prosélitas (Bento XVI, Sessão de abertura da Conferência de Aparecida, 13 de maio de 2007).

Tais palavras do Papa Bento XVI nos oferecem uma síntese da realidade em que nos encontrávamos no momento da inauguração da Conferência de Aparecida e que também nos encontramos hoje, no Brasil. Estas sábias e preciosas observações se complementam extraordinariamente com o que afirmou o Papa Francisco na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*:

A humanidade vive atualmente uma virada histórica, que podemos ver nos avanços que ocorrem em vários campos. São louváveis os avanços que contribuem para o bem-estar das pessoas, como, por exemplo, nos domínios da saúde, da educação e da comunicação. No entanto, não

podemos esquecer que a maioria dos homens e mulheres do nosso tempo vive de forma precária, dia após dia, com consequências terríveis. Algumas patologias estão aumentando. O medo e o desespero tomam conta do coração de muitas pessoas, mesmo nos chamados países ricos. A alegria de viver muitas vezes se extingue, a falta de respeito e a violência crescem, a desigualdade é cada vez mais evidente. É preciso lutar para viver e, muitas vezes, viver com pouca dignidade. Esta mudança de época foi gerada pelos enormes saltos qualitativos, quantitativos, acelerados e cumulativos que ocorrem no desenvolvimento científico, nas inovações tecnológicas e nas suas rápidas aplicações em diferentes campos da natureza e da vida. ‘Estamos na era do conhecimento e da informação, uma fonte de novas formas de poder muitas vezes anônimo’ (Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, nº 52. Papa Francisco, 24 de novembro de 2013).

Neste texto o Papa reflete muito a realidade vivida por aqueles que peregrinam também na Diocese de Valença. Com dor, temos que dizer: muitas destas desastrosas consequências sociais resultam do fato de, desde as nossas famílias, temos nos deixado permear por uma filosofia e cultura ego-cêntrica, indiferente, materialista e consumista que, em muitas ocasiões, são vividas entre aparências e competências que nos fizeram esquecer de nossa fraternidade, filhos e filhas do mesmo Pai, e que devemos viver como tais.

A realidade histórica na qual vivemos a fé nestas duas primeiras décadas do terceiro milênio, é uma grande oportunidade para dar vida à exortação da Primeira Carta de Pedro: “Estai sempre prontos para defender-vos diante de qualquer um. Peça uma razão para a esperança que você tem. Mas faça-o com delicadeza e respeito, e com paz de consciência” (1Pd. 3, 15b-16a). Sem dúvida, muito do nosso testemunho e credibilidade está em jogo nessa questão. A condição de pessoas de fé nos obriga a ser pessoas de esperança, a oferecer e a mostrar alternativas que a experiência do sobrenatural nos proporciona. E aquela esperança que nos faz acreditar e amar, somos chamados a vivê-la e testemunhá-la a partir da realidade da comunhão eclesial.

Como Igreja de Cristo e mistério de comunhão, que se expressa na diocesaneidade, devemos nos esforçar para viver e testemunhar em todo território da Diocese de Valença tão grande e importante propósito, visando crescer na verdadeira espiritualidade de comunhão, como nos pediu São João Paulo II no início do terceiro milênio:

Fazer da Igreja casa e escola de comunhão: este é o grande desafio que temos diante de nós no milênio, se quisermos ser fiéis ao desígnio de Deus e também responder às profundas esperanças do mundo. O que tudo isso significa especificamente? Também aqui a reflexão poderia tornar-se imediatamente operacional, mas seria errado deixar-se levar por este primeiro impulso. Antes de programar iniciativas concretas, é necessário promover uma espiritualidade de comunhão, propondo-a como princípio educativo em todos os lugares onde se formam o homem e o cristão, onde se formam os ministros do altar, os consagrados e os agentes de pastoral, onde constroem famílias e comunidades (NMI nº 43).

O Papa fala de um princípio educativo, ou seja, devemos nos educar e entrar numa dinâmica diferente que só pode ser vista e compreendida a partir da realidade eclesial mais íntima e pura como mistério de comunhão.

Portanto, no meio de tantas propostas, relativismos e ideologias, é necessário compreender bem e deduzir as implicações desta espiritualidade de comunhão. São João Paulo II, naquela seção do *Novo Millennio Ineunte*, nos explica com uma clareza desafiadora o que isso significa para ele: poder reconhecer a luz do mistério da Trindade também no rosto dos irmãos que estão ao nosso lado; estar atentos ao irmão da fé na unidade profunda do Corpo místico, considerando-o como aquele que me pertence, para saber partilhar as suas alegrias e os seus sofrimentos, intuir os seus desejos e atender às suas necessidades, oferecer-lhe uma amizade verdadeira e profunda; a capacidade de reconhecer o que há de positivo no outro, de acolhê-lo e valorizá-lo como um dom que Deus me dá através de quem o recebeu, além de sua pessoa, que então se torna administrador das graças divinas; em suma, “saber dar espaço ao irmão, carregando mutuamente o fardo dos outros” (Gl 6,2) e rejeitando as tentações egoístas que continuamente nos atormentam e geram competitividade, desejo de carreira, desconfiança e inveja.

Este grande projeto da Igreja como mistério-comunhão, como casa e escola de comunhão, é sem dúvida, antes de tudo, fruto da experiência de fé, pois como destacou o Papa Bento XVI:

Podemos ainda fazer outra pergunta: O que a fé neste Deus nos dá? A primeira resposta é: ele nos dá uma família, a família universal de Deus na Igreja Católica. A fé liberta-nos do isolamento de nós mesmos, porque nos leva à comunhão: o encontro com Deus é, em si e como tal, um encontro com os irmãos, um ato de convocação, de unificação,

de responsabilidade para com o outro e para com os outros, a massa sobra, os descartados [...] Neste sentido, a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica, naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com a sua pobreza (cf. 2 Cor 8, 9) (Bento XVI Sessão de Abertura da Conferência de Aparecida, 13 de maio de 2007).

Sem fé não podemos entrar ou participar no projeto de Deus, sem fé não podemos compreender e viver na Igreja. Somente a partir de uma verdadeira experiência de fé o mistério e a espiritualidade na Igreja podem ser compreendidos e vividos.

A fé não é improvisada e muito menos é resultado de um esforço humano para alcançá-la. Pelo contrário, a experiência de fé surge inevitavelmente do encontro pessoal e comunitário com a pessoa viva de Jesus Cristo, por isso “não se começa a ser cristão através de uma decisão ética ou de uma grande ideia, mas através do encontro com um acontecimento, com uma Pessoa, que dá um novo horizonte à vida e, com ele, uma orientação decisiva” (Carta Encíclica *Deus Caritas Est*, n. 1, Bento XVI). Portanto, a fé, como encontro com Jesus, nos introduz na vida da Igreja e ela, como mãe e mestra, forma-nos e ajuda-nos a tornarmo-nos discípulos-missionários de Jesus.

A característica essencial de ser discípulo e missionário de Jesus é ser chamado à comunhão na e com a Igreja, como nos diz o documento de Aparecida: “A vocação ao discipulado missionário é um chamado à comunhão na sua Igreja. Não há discipulado sem comunhão” (Dap. n. 156). Este é o grande desafio para uma Igreja Particular, na qual se deve exprimir a Igreja de Jesus Cristo como mistério-comunhão. Trata-se, portanto, de dar testemunho vivo dessa comunhão, na medida em que todos nós batizados que nela peregrinamos, segundo a nossa vocação específica, com os nossos carismas, ministérios e serviços, devemos nos colocar à disposição dos outros, para que a caridade possa circular (cf. 1 Cor 12, 4-12).

Neste sentido, uma verdadeira espiritualidade de comunhão exige que “a Igreja particular se renove constantemente na sua vida e no seu zelo missionários. Só assim poderá ser, para todos os batizados, uma casa e uma escola de comunhão, de participação e de solidariedade” (Dap, nº 167), e na qual todos nos comprometemos a construir cada espaço e lugar de forma concreta, como expressão de comunhão. A missão gera e vivifica a comunhão, pois todos nós, sentindo-nos enviados, cumprimos juntos a tarefa comum da Igreja, que é evangelizar.

Dentro da dinâmica da comunhão diocesana, as paróquias devem ser uma comunidade de comunidades, células eclesiais vivas que vivem e testemunham eficazmente a comunhão, e para isso devem “reformular as suas estruturas, para que seja uma rede de comunidades e grupos, capaz de se articular, fazendo com que seus membros se sintam verdadeiramente e sejam discípulos e missionários de Jesus Cristo em comunhão” (DAP, nº 172). Na Diocese de Valença, temos levado a cabo este processo com os conselhos e as assembleias paroquiais, que devemos reforçar e encorajar com mais entusiasmo e empenho, para se apresentarem como melhor expressão do dinamismo e da comunhão diocesana encarnados nas comunidades paroquiais.

Algo muito importante que não devemos esquecer, e no qual tenho insistido muito durante as visitas pastorais, é que uma experiência de renovação paroquial deve nos levar a criação constante de espaços de formação para os nossos leigos, pois

multiplicando-os, poderemos responder às exigências missionárias do momento atual. É importante lembrar também que, nesse momento de tantas transformações no cenário pastoral, que o campo específico da atividade evangelizadora dos leigos é o complexo mundo do trabalho, da cultura, das ciências e das artes, da política, da mídia e da economia, bem como as áreas da família, da educação, da vida profissional, especialmente em contextos em que a Igreja está presente apenas para eles (DAP, nº 174).

Sem dúvida, os nossos leigos constituem a grande maioria das nossas comunidades paroquiais e estão presentes nos diversos campos da vida social, com iniciativas e protagonismos no seu seio; portanto, para que sejam fermento na massa (cf. Mt. 13, 33), é necessário que estejam devidamente formados e preparados para cumprir a sua missão com competência e eficácia.

Uma renovada experiência de vida paroquial nos ajudará a concretizar o apelo forte e desafiador que o Papa Francisco nos faz nos números 76 a 101 da *Evangelii Gaudium*, onde nos fala sobre as tentações dos agentes pastorais e que em resumo as apresento a seguir com as seguintes frases: Sim ao desafio de uma espiritualidade missionária! Não à acédia egoísta. Não nos deixemos roubar a alegria evangelizadora! Não ao pessimismo estéril. Não vamos deixar que nossa esperança seja roubada! Sim às novas relações que Jesus Cristo gera. Não nos deixemos roubar da comunidade! Não ao mundanismo

espiritual. Não nos deixemos roubar do Evangelho! Não à guerra entre nós. Vamos fazer isso hoje! Não nos deixemos roubar o ideal do amor fraterno!

Não há dúvida de que esta é uma conversão pastoral e uma mudança de paradigma na forma como entendemos e vivemos a nossa pertença e compromisso comunitário. Não é apenas uma espiritualidade de comunhão, mas também, e ao mesmo tempo, uma mística e uma espiritualidade missionária.

Para promover o crescimento tendo em vista a espiritualidade de comunhão no caminho das comunidades paroquiais, devemos rever o quanto e como facilitamos o encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo, especialmente nos diferentes lugares e espaços de encontro que a Igreja nos oferece. Pois como bem disse Bento XVI: “A Igreja é a nossa casa. Esta é nossa casa. Na Igreja Católica temos tudo o que há de bom, tudo o que é motivo de segurança e conforto. Quem aceita Cristo, ‘caminho, verdade e vida’, na sua totalidade, tem garantida a paz e a felicidade, nesta vida e na próxima” (Bento XVI Discurso no final do Terço em Aparecida, 12 de maio de 2007, Bento XVI). Todos somos corresponsáveis, uns e outros, por favorecer pessoal e comunitariamente este encontro vivo e verdadeiro com Jesus. A vida da Igreja se exprime na união com Ele e uns com os outros na sua missão, testemunho e fecundidade. Sem Ele nada podemos fazer (cf. Jo 15, 5).

Nessa casa e escola de comunhão, que é a Igreja, somos ajudados a nos encontrar com Jesus Cristo a partir dos seguintes âmbitos e experiências:

A Sagrada Escritura – lida na Igreja, fortalecendo iniciativas de aproximação com todos os agentes pastorais da Palavra de Deus, através de cursos bíblicos, encontros familiares com a Palavra, *lectio divina*, pequenos grupos de vizinhos que se reúnem para rezar com a Palavra e muitas outras iniciativas que podem ser organizadas, como afirma claramente a *Verbum Domini*: “é aconselhável que a atividade pastoral favoreça também a difusão de pequenas comunidades, “constituídas por famílias ou sediadas em paróquias ou ligadas a vários movimentos eclesiais e novas comunidades missionárias, nas quais se promove a formação, a oração e o conhecimento da Bíblia segundo a fé da Igreja” (Exortação *Verbum Domini*, n. 73, Bento XVI).

A fé e a experiência de comunhão eclesial nascem da escuta atenta e do cumprimento fiel da Palavra de Deus a partir das diversas realidades e circunstâncias da comunidade. Na Sagrada Liturgia – onde encontramos Jesus Cristo, único e eterno sacerdote, como nos diz belamente o Concílio Vaticano II:

Com razão, então, a Liturgia é considerada o exercício do sacerdócio de Jesus Cristo. Nele os sinais sensíveis significam e, cada um a seu modo, realizam a santificação do homem, e assim o Corpo Místico de Jesus Cristo, isto é, a Cabeça e seus membros, exerce o culto público completo. Por conseguinte, cada celebração litúrgica, porque é obra de Cristo sacerdote e do seu Corpo, que é a Igreja, é uma ação sagrada por excelência, cuja eficácia, com o mesmo título e na mesma medida, não é igualada por nenhuma outra ação da Igreja (SC nº 7).

A fé da comunidade é celebrada, vivida e partilhada no exercício da liturgia como fonte privilegiada de santificação e crescimento espiritual da própria comunidade. Na Eucaristia – como lugar privilegiado e central do encontro do discípulo com Jesus Cristo, raiz e força da nossa espiritualidade de comunhão eclesial, como expressou o Papa Bento XVI:

Precisamente a realidade da única Eucaristia que se celebra em cada diocese pelo próprio Bispo, permite-nos compreender como subsistem as mesmas Igrejas particulares na e *ex Ecclesia*. Com efeito, a unidade e indivisibilidade do Corpo Eucarístico do Senhor implica a unidade do seu Corpo místico, que é a Igreja una e indivisível. Do centro eucarístico nasce a abertura necessária de cada comunidade celebrante, de cada Igreja particular: deixando-se atrair pelos braços abertos do Senhor, segue-se a inserção no seu Corpo, único e indiviso. Por isso, na celebração da Eucaristia cada fiel está na sua Igreja, isto é, na Igreja de Cristo. Nesta perspectiva eucarística, bem compreendida, a comunhão eclesial revela-se uma realidade católica pela sua própria natureza (Exortação *Sacramentum Caritatis*, n. 15, Bento XVI, 22 de fevereiro de 2007).

Da Eucaristia, sacramento fonte da Igreja, não só se vive e se exprime a sua unidade íntima, mas ao mesmo tempo é também fonte de fecundidade apostólica e testemunhal para nós, que fazemos parte da comunidade eclesial. Sem a Eucaristia não há vida da Igreja, sem a Eucaristia não poderíamos dar testemunho nem fruto da nossa fé.

No Sacramento da Reconciliação – como um lugar privilegiado para experimentar o rosto amoroso do Pai, que abraça o filho que regressa à casa paterna, atingido pela dureza da fraqueza; neste sacramento, a misericórdia do Pai exprime-se admiravelmente e está presente no ministro eclesial que:

Como no altar onde celebra a Eucaristia e como em cada um dos Sacramentos, o Sacerdote, ministro da Penitência, atua *in persona Christi*. Cristo, que ele torna presente e por meio dele realiza o mistério da remissão dos pecados, é aquele que se apresenta como irmão do homem, pontífice misericordioso, fiel e compassivo, pastor determinado a procurar a ovelha perdida, médico que cura e conforta, o único mestre que ensina a verdade e indica os caminhos de Deus, juiz dos vivos e dos mortos, que julga segundo a verdade e não segundo as aparências (Exortação *Reconciliatio et paenitentia*, n. 29, Santo João Paulo II, 2 de dezembro de 1984).

Que riqueza e profundidade deste sacramento que devemos experimentar frequentemente para o nosso crescimento espiritual e conversão pessoal e comunitária. Este encontro com a misericórdia do Senhor é também uma fonte perene de renovação e de santificação.

Na oração pessoal e comunitária – grande e sincera manifestação da nossa necessidade permanente da graça de Deus, para que Ele nos molde todos à imagem de Seu Filho Jesus Cristo, como nos disse o Papa Francisco:

Finalmente, embora possa parecer óbvio, recordemos que a santidade é feita de uma abertura habitual à transcendência, que se expressa na oração e na adoração. O santo é uma pessoa com espírito orante, que precisa se comunicar com Deus. É alguém que não suporta sufocar na imanência fechada deste mundo, e no meio dos seus esforços e dedicações suspira por Deus, sai de si no louvor e amplia os seus limites na contemplação do Senhor. Não acredito na santidade sem oração, embora não se trate necessariamente de longos momentos ou de sentimentos intensos (Exortação Apostólica *Gaudete et exsultate*, n. 147, Papa Francisco, 19 de março de 2018).

Claramente afirmado pelo Papa, sem oração não há santidade, nem crescimento, nem fruto, nem identidade cristã autêntica. A oração deve ser o oxigênio da nossa fé.

De modo especial, nos pobres, nos aflitos e nos doentes – somos chamados a encontrar Jesus Cristo como Ele mesmo nos expressou: “E o Rei lhes responderá assim: Em verdade vos digo: ‘Tudo o que fizestes a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes’ [...]. Então ele lhes responderá assim: ‘Em verdade vos digo: tudo o que não fizestes a um dos menores destes você não fez comigo’” (Mt 25,40.45). Sem dúvida, os pobres, os aflitos,

os doentes, os marginalizados, os descartados da nossa sociedade cada vez mais consumista e materialista – são um lugar teológico no qual temos a grande oportunidade de encontrar o Senhor, como sublinhou São João Paulo II no início deste milênio:

O século e o milênio que se inicia ainda terão de ver, e espera-se que o vejam de forma palpável, até que ponto pode chegar à dedicação da caridade para com os mais pobres. Se partimos verdadeiramente da contemplação de Cristo, devemos saber descobri-la sobretudo no rosto daqueles com quem Ele mesmo quis identificar-se (NMI nº 49).

Ao completar 100 anos de peregrinação como Igreja particular, nossa Diocese agradece e avalia o caminho percorrido. Para melhorar seu projeto de espiritualidade de comunhão, se vê neste momento jubilar com o dever de se lançar, com muita audácia, esperança e confiança na misericórdia de Deus, sobre os grandes desafios que concretizam na ação pastoral à uma expressão credível da Igreja de Jesus Cristo como comunhão e mistério. Para tanto, podemos nos apropriar das palavras fortes do Papa Francisco: “Os desafios existem para serem superados. Sejam realistas, mas sem perder a alegria, a audácia e a dedicação esperançosa. Não nos deixemos roubar a força missionária!” (EG nº 109).

Os desafios que o Jubileu/Centenário nos impõe para o futuro

No início do meu ministério episcopal na Diocese de Valença, assumi a tarefa de conhecer cada uma das comunidades paroquiais, através de visitas para celebrar as festas dos padroeiros, as Crismas, sobretudo através das visitas pastorais. Com esta abençoada e rica experiência consegui entrar em contato e dialogar com os fiéis que vivem em mais de duzentas e cinquenta comunidades e centros paroquiais que nos compõem como Igreja. Sem contar as visitas nas instituições, centros educativos, associações de desenvolvimento humano, empresas, ambientes de trabalho e outras instâncias comunitárias. Este caminho pastoral, que já dura dez anos, me dá a possibilidade de apresentar-vos uma série de desafios que o momento histórico nos impõe como Igreja diocesana. É fato que em alguns destes já demos passos importantes, em outros temos o imperativo evangélico de entrar ainda no caminho com responsabilidade. Que a celebração do Jubileu

Diocesano seja uma oportunidade para avaliar a nossa contribuição como batizados que somos, em cada um destes desafios e, portanto, membro da Igreja de Jesus Cristo, mistério de comunhão, revalidar a minha e a nossa contribuição para o futuro da nossa Diocese de Valença.

Em primeiro lugar, para que respondamos com fidelidade ao Evangelho e profundo amor para com a Igreja, vos recordo o objetivo pastoral da Diocese, definido pelos agentes pastorais em 2022 na realização da IXª Assembleia Diocesana de Pastoral, e que deve ser o ponto de referência ao qual canalizamos todas as nossas ações pastorais: “EVANGELIZAR as cidades na Diocese de Valença, / cada vez mais urbanas, / pelo anúncio da Palavra de Deus, / formando discípulos e discípulas de Jesus Cristo, em comunidades eclesiais missionárias, / à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, / cuidando da Casa Comum e testemunhando o Reino de Deus rumo à plenitude”.

Fortalecer a identidade eclesial diocesana para ganhar uma verdadeira consciência comunitária e fraterna

Nas seções anteriores apresentamos, de forma sintética, a riqueza magisterial do mistério-comunhão da Igreja de Jesus Cristo, que se expressa também em nossa Igreja Particular. Partindo deste pressuposto, cabe a todos nós batizados e batizadas, crescer na espiritualidade da comunhão, essencial e necessária, para concretizar este mistério na vida pastoral.

Em uma sociedade em que prevalece o individualismo e as ofertas doutrinárias e ideológicas estão na ordem do dia, o primeiro perigo que se corre é perder a identidade pessoal e comunitária; atualmente nos deparamos com muitas pessoas batizadas que flertam com outros tipos de doutrinas e práticas que essencialmente se conflituam com o Evangelho de Jesus Cristo. O Papa Francisco dirigindo-se aos jovens argentinos, no Rio de Janeiro, pediu que estivessem vigilantes contra este perigo. Suas palavras cabem também a nós:

Por favor, não liquefaçam a fé em Jesus Cristo [...]. A fé é inteira, não se liquefaz. É fé em Jesus. É a fé no Filho de Deus feito homem, que me amou e morreu por mim [...] não liquefaça a fé em Jesus Cristo. As bem-aventuranças. Leia as bem-aventuranças que serão boas se quiser saber que coisa prática deve fazer, leia Mateus 25, que é o protocolo com o qual vão nos julgar. Com essas duas coisas têm o programa de ação: As Bem-aventuranças e Mateus 25. Não precisam ler mais nada

(Papa Francisco – Encontro com jovens argentinos, Catedral de São Sebastião, 25 de julho de 2013).

É urgente, para a nossa realidade diocesana, que, antes de tudo, cada agente pastoral tenha isso muito claro e assuma Jesus Cristo como uma opção fundamental de vida. A nossa identidade como seguidores de Jesus Cristo, e como membros vivos desta Igreja de Jesus Cristo através do batismo, deve nos levar a consideração de que: “sendo a Diocese a experiência concreta na qual ‘a Igreja de Cristo se funda e opera verdadeiramente, o que é uma Igreja: una, santa, católica e apostólica’” (Decreto *Christus Dominus* n. 11). Neste sentido, a nossa ligação à Igreja diocesana não pode ser um mero formalismo social, nem ser determinada por critérios simplesmente sociológicos. Ser Igreja e viver em comunhão diocesana é uma experiência de fé que molda a nossa vida de discípulos e missionários e, portanto, tem o seu fundamento no próprio Senhor: “ele os chamou para estar com ele e para enviá-los a pregar” (Mc 3, 14). Por isso, a experiência de ser Igreja é precedida pela livre eleição que o Senhor faz de si e liga os discípulos à sua própria vida (Cf. DAP 131).

Neste sentido, faço aqui um agradecimento especial aos fiéis leigos e leigas que, com tanto amor e empenho, entregam sua vida nos mais variados serviços realizados nas comunidades paroquiais, nos grupos e movimentos, e até nas pequenas comunidades. Ao mesmo tempo, faço um apelo, a fim de que sigam na promoção de espaços de comunhão e valorização dos serviços que cada um presta em comunhão com a Igreja diocesana.

A experiência da pandemia da COVID-19 vivenciada por todos nos fez despertar para esta profunda necessidade de uns para com os outros e, ainda, de valorizar o quanto sou importante para a comunidade e vice-versa. Nós, como Igreja particular, tivemos muitas iniciativas para manter vivo e forte este esforço de comunhão que a pandemia tanto abalou; não desperdicemos a oportunidade de testemunhar a comunhão, a fraternidade e a solidariedade.

Fortalecer o anúncio do querigma a todos os agentes pastorais para alcançar uma missão evangelizadora mais atraente

Para isso nos disse São Paulo VI:

Evangelizando, a Igreja começa por evangelizar a si mesma. Comunidade de crentes, comunidade de esperança vivida e comunicada, comunidade de amor fraterno, precisa de escutar incessantemente

aquilo em que deve acreditar, as razões para esperar, o novo mandamento do amor. O povo de Deus, imerso no mundo e muitas vezes tentado pelos ídolos, precisa saber proclamar ‘a grandeza de Deus’, que o converteu ao Senhor, e ser novamente convocado e reunido por Ele. Numa palavra, isto significa que a Igreja precisa sempre ser evangelizada, se quiser preservar o seu frescor, o seu impulso e a sua força para anunciar o Evangelho. O Concílio Vaticano II recordou, e o Sínodo de 1974 reiterou com insistência, este tema da Igreja que se evangeliza através da conversão e da renovação constantes, para evangelizar o mundo de forma credível. (Exortação *Evangelii Nuntiandi*, n. 15, São Paulo VI, 8 de dezembro de 1975).

É impressionante que este texto de quase 49 anos atrás nos pareça tão atual, pois é urgente e necessário não perdermos de vista a necessidade permanente de primeiro sermos evangelizados para depois evangelizar. Portanto, em nossa sociedade cada vez mais descristianizada, líquida, atomizada e indiferente, devemos iniciar e até continuar processos de evangelização a partir da experiência de um anúncio querigmático. Não podemos pressupor coisas que, num passado mais cristão e eclesial, poderíamos pressupor com facilidades e clareza.

Este princípio de primeiro ser evangelizado e depois evangelizar é a razão pela qual o querigma, anúncio do amor trinitário, que se concretizou de forma extraordinária na vida, paixão, morte e ressurreição do Senhor, deve estar sempre presente em qualquer ação eclesial evangelizadora, como nos aponta Aparecida: “Na nossa Igreja devemos oferecer a todos os nossos fiéis um ‘encontro pessoal com Jesus Cristo’, uma experiência religiosa profunda e intensa, um anúncio querigmático e o testemunho pessoal dos evangelizadores, conduzindo a uma conversão pessoal e a uma mudança integral de vida” (DAP nº 226).

Em nossa vida eclesial e pastoral tem sido habitual iniciar grupos, movimentos e experiências em pequenas comunidades, com um primeiro anúncio de fortes conteúdos querigmáticos. Cada um destes grupos, movimentos e comunidades deu um nome diferente a estes anúncios, mas não esqueçamos que o *Kerygma* não é um específico anúncio, mas como sublinha o Papa Francisco:

Quando este primeiro anúncio se ‘chama primeiro’, isso não significa que esteja no início e depois seja esquecido ou substituído por outro conteúdo que o supere. É o primeiro em sentido qualitativo, porque

é o anúncio principal, aquele que deve ser sempre ouvido novamente de diferentes maneiras e aquele que deve ser sempre reanunciado de uma forma ou de outra (EG nº 164).

É possível, por termos deixado um pouco de lado a primazia do anúncio querigmático, muitas vezes baseado num crescimento meramente intelectual do conhecimento de Jesus Cristo, que encontremos ainda hoje agentes pastorais com pouca identidade cristã e até mesmo católica, que abandonaram o serviço comunitário e não viveram ou vivem hoje a sua vocação batismal. Exorto-vos a, em nossas comunidades, pastorais, movimentos e paróquias priorizarmos a Iniciação Cristã e querigmática com toda a sua força para nossas vidas.

Promover a formação integral dos agentes pastorais como discípulos e missionários, para que, no seu dia a dia, transformem o seu ambiente com os valores do evangelho

Numa sociedade tão líquida como a que vivemos nossa fé é urgente, para alcançar uma verdadeira identidade eclesial – afetiva e eficaz – que assumamos na Diocese uma visão abrangente e querigmática e a formação permanente, cuja finalidade, como nos aponta Aparecida, é ajudar os membros da Igreja a encontrar sempre Cristo e assim reconhecer, acolher, interiorizar e desenvolver a experiência e os valores que constituem a sua própria Identidade e missão cristã no mundo. Portanto, a formação obedece a um processo integral, ou seja, inclui diversas dimensões, todas harmonizadas entre si em unidade vital. Ao mesmo tempo, a formação é permanente e dinâmica, de acordo com o desenvolvimento das pessoas e do serviço que são chamadas a prestar, em meio às exigências da história (cf. DAp nº 279).

Reconheço e aprecio os espaços formativos em curso, nas mais distintas comunidades paroquiais, grupos e movimentos, experiências em pequenas comunidades, comissões diocesanas para a pastoral e outros organismos diocesanos. Contudo, vos convido a rever os seus conteúdos e metodologias, de modo que respondam às necessidades e disponibilidade de tempo dos nossos agentes pastorais e fiéis leigos em geral. Pois, com criatividade e audácia, somos chamados a promover diversos espaços nos quais os batizados, através de propostas formativas consistentes e com diferentes projeções, possam aprofundar a sua identidade e o sentido de pertença à vida eclesial. Essa é uma tarefa que, embora verdadeira, deve ser promovida como espaço

comunitário de integração do compromisso de cada crente na busca da sua própria formação e identidade cristã e eclesial.

A pandemia, neste sentido, nos obrigou a dar subitamente um salto tecnológico, o que tem sido um grande desafio para nós, e deixou resultados que merecem ser apreciados e mantidos ativamente a partir de agora. Portanto, devemos analisar, neste espaço de formação, a grande oportunidade que os meios virtuais representam nas plataformas de educação a distância, para a criação de um Programa Virtual de Formação de Leigos.

Fortalecer a vida litúrgica das nossas comunidades paroquiais

A profundidade e a riqueza espiritual contida na liturgia da Igreja é uma fonte inesgotável de graça e santificação que não devemos, por motivo algum, negligenciar ou abandonar. Cada sinal, gesto e palavra na liturgia devem nos levar ao encontro com o Senhor e nos permitir dar testemunho d’Ele e da sua Igreja, como indica claramente o Concílio: “Portanto, construindo dia a dia aqueles que estão dentro para serem templo santo no Senhor e morada de Deus no Espírito, até atingirem a medida da plenitude da era de Cristo, a Liturgia também fortalece admiravelmente suas forças para pregar Cristo e assim apresentar a Igreja aos que estão de fora, como sinal levantado entre as nações, para que sob ele os filhos de Deus que estão dispersos sejam reunidos na unidade, até que haja um só rebanho e um só pastor” (SC nº 2). Por isso, todos os agentes pastorais, pastores e fiéis, devem zelar para que, em cada sacramento ou momento sacramental, de adoração eucarística ou ato de piedade popular, seja celebrada a Liturgia de Jesus Cristo, que é a Liturgia da Igreja, para que a celebremos com toda a dignidade, decoro, respeito e cuidado, segundo a sua riqueza espiritual.

Percebemos com a pandemia as dificuldades da vida do cristão sem a celebração comunitária da liturgia, em cada uma das suas diversas expressões, mas, sobretudo, na Eucaristia. Os templos fechados nos ajudaram a valorizar o sacramento por excelência, a Eucaristia, reafirmando o que nos disse São João Paulo II:

A Igreja vive da Eucaristia. Esta verdade não só exprime uma experiência quotidiana de fé, mas também contém em síntese o núcleo do mistério da Igreja. Experimenta com alegria como a promessa do Senhor se realiza continuamente, em múltiplas formas: ‘Eis que estarei convosco sempre até o fim do mundo’ (Mt 28, 20); na sagrada Eucaristia, através da transformação do pão e do vinho no corpo e no

sangue do Senhor, ele exulta nesta presença com uma intensidade única. Desde que, no Pentecostes, a Igreja, Povo da Nova Aliança, iniciou a sua peregrinação rumo à pátria celeste, este divino Sacramento marcou os seus dias, enchendo-os de esperança confiante (São João Paulo II, Carta Encíclica *Ecclesia de Eucharistia* n. 1, 17 de abril de 2003).

Toda a inestimável riqueza espiritual da liturgia eclesial, e especialmente do sacramento da Eucaristia, devemos aproveitar ao máximo, através de uma verdadeira arte celebrativa, evitando a grande tentação da sociedade atual do exibicionismo egocêntrico, do sentimentalismo que reduz as celebrações à mera e simplista aceitação dos sentidos. Uma celebração verdadeira e eclesial da liturgia que não tira o protagonismo de nenhum agente pastoral, seja ministro ordenado ou leigo, mas que, pelo contrário, se expressa:

No trabalho sinodal, a necessidade de superar qualquer possível separação entre a *ars celebrandi*, isto é, a arte de celebrar bem, e a participação plena, ativa e fecunda de todos os fiéis. Com efeito, a primeira forma pela qual se favorece a participação do Povo de Deus no sagrado Rito é a celebração adequada do próprio Rito. A *ars celebrandi* é a melhor premissa para a participação ativa. A *ars celebrandi* provém da obediência fiel às normas litúrgicas na sua plenitude, pois é precisamente esta forma de celebrar que assegura há dois mil anos a vida de fé de todos os fiéis, chamados a viver a celebração como Povo. Deus, sacerdócio real, nação santa (cf. 1Pd 2,4-5,9) (Papa Bento XVI, Exortação *Sacramentum Caritatis*, n. 38, 22 de fevereiro de 2007).

Avaliar e adaptar o processo de catequese permanente à realidade diocesana

A catequese é um meio de evangelização importante que temos na Igreja e com a Igreja; através dela se reforça a transmissão da fé nas crianças, jovens e adultos, processo que começou em suas casas, em virtude do compromisso que os pais assumiram no momento que contraíram o Matrimônio e no momento do Batismo de seus filhos, quando se dispuseram a educá-los na fé, conforme definido por São João Paulo II:

Globalmente, a catequese pode ser considerada aqui como a educação à fé de crianças, jovens e adultos, que inclui especialmente um ensino da doutrina cristã, geralmente ministrado de forma orgânica

e sistemática, com o objetivo de iniciá-los na plenitude da vida cristã. Neste sentido, a catequese articula-se num certo número de elementos da missão pastoral da Igreja, sem se confundir com eles, que têm um aspecto catequético, preparam a catequese ou dela emanam: primeiro anúncio do evangelho ou pregação missionária através do querigma para suscitar a fé apologética ou a busca de razões para crer, a experiência de vida cristã, a celebração dos sacramentos, a integração na comunidade eclesial, o testemunho apostólico e missionário (São João Paulo II, *Catechesi Tradendae*, n. 18, 16 de outubro de 1979).

Agradeço hoje, mais do que nunca, e de coração exultante, aos muitos fiéis (quase 590 pessoas), que em todo o território diocesano se dedicam com amor, carisma e generosidade ao serviço da catequese em todos os seus âmbitos, aproveitando os contributos preparados pela Comissão Nacional e Diocesana de Catequese. Por esta razão, valorizo muito os esforços de cada catequista para continuar também a missão através de meios tecnológicos. Precisamente para fortalecer todos estes esforços nacionais e diocesanos, desejamos que se faça uma profunda e verdadeira revisão do processo catequético nas comunidades e paróquias, pois não é segredo para ninguém, confirmado pessoalmente nas visitas pastorais, que os frutos do processo em questão, nas suas diferentes áreas não foram os que almejávamos. Quantas pessoas experimentaram a catequese batismal e crismal e posteriormente não se integraram na vida eclesial; casais que completaram a catequese conjugal e se casaram sacramentalmente, mas depois não viveram como Igreja doméstica e em compromisso com a Igreja; pais e mães que ignoram o processo de catequese dos seus filhos, não os apoiando e acompanhando-os como deveriam, de acordo com o compromisso que assumiram.

Como Pastor diocesano, aponto a seguir possíveis causas de tais situações e aspectos que devemos avaliar e redirecionar:

- a) Pressupõe-se a fé das pessoas que vêm solicitar a participação no processo de catequese.
- b) Comete-se o grave erro de ver o processo de catequese apenas como uma exigência para poder receber os sacramentos e não como um processo permanente de educação na fé de cada batizado.
- c) Não se analisa a fundo se os contributos da Comissão Nacional de Catequese se adaptam à nossa realidade diocesana e se estão sendo aplicados como são apresentados.

- d) A vocação de catequista tem diminuído em muitas comunidades paroquiais e, em muitas ocasiões, algumas pessoas prestam o serviço por interesses pessoais ou familiares, e não como compromisso batismal permanente.
- e) Não se consegue integrar e envolver pais e mães no processo de catequese permanente.

Por estas razões, exorto as equipes de catequese paroquiais, regionais e diocesana a empreenderem este esforço de avaliação, renovação e novo impulso do processo permanente de catequese na Diocese, no qual devemos utilizar para este fim todos os meios existentes, entre os quais o desafio de fazer da catequese, nos seus diferentes níveis, um canal privilegiado para a transmissão da Palavra e o incentivo através dela, para que todos os catequizados vivam a sua vida em diálogo com o Senhor, enxertados vitalmente no seio da comunidade eclesial e alimentando nela o compromisso de uma vida cristã autêntica. Portanto, é essencial que a preparação para os sacramentos transcenda os limites da preparação imediata, a fim de estabelecer verdadeiros processos sistemáticos de crescimento na fé.

Dinamizar os processos de evangelização paroquial com experiências missionárias permanentes

Desde o Concílio Vaticano II até nossos dias se insiste na renovação e revitalização dos métodos e processos de evangelização, para que o Evangelho de Jesus Cristo chegue à todas as pessoas. Renovar e energizar são, então, dois verbos que, na realidade diocesana, são urgentes, tendo em vista a força de outras ofertas ideológicas na vida do povo. Neste sentido, a Igreja Particular de Valença, ao longo de seus 99 anos de caminhada, não se isentou e busca sempre estar em atitude de reflexão, avaliação e procura de novas respostas pastorais às realidades que enfrenta, haja vista as assembleias diocesanas e paroquiais, que pouco a pouco se tornam práticas e necessárias à vida e a missão das comunidades e paróquias. As assembleias, em suas diversas realidades, são iniciativas a serem mais fortalecidas num projeto diocesano no qual devemos perseverar.

A finalidade e a atividade dos Conselhos Paroquiais de Pastoral são fundamentais neste processo de conversão pessoal e pastoral ao qual se propõe em nossa Diocese de Valença, pois o conselho paroquial busca conhecer e analisar, a partir da fé, a realidade que o envolve e discerne, à luz do

Evangelho e do Magistério da Igreja, as ações pastorais de cada paróquia, com as quais busca iluminar e responder às realidades que o desafia. É fato que em muitas comunidades e paróquias houve avanços nesta necessária e urgente renovação e revitalização, à luz da reflexão feita na Assembleia diocesana. E, como resultado, se propôs aos grupos de missionários paroquiais que visitem os diferentes setores das comunidades, de casa em casa, e outras experiências em que os membros das diferentes expressões eclesiais de pequenas comunidades, grupos e movimentos apostólicos, em atitude de comunhão, possam realizar mês a mês.

Como bispo diocesano, estou grato por estes passos lentos, porém firmes e corajosos. Peço que se avalie tal propósito, principalmente na sinodalidade junto aos nossos conselhos, e avancemos juntos neste processo de conversão pastoral missionária e evangelizadora.

Alcançar uma cultura em defesa da vida e da dignidade humana

É evidente e doloroso que a cultura de morte tenha atingido de forma rápida e agressiva a sociedade nos últimos anos. Infelizmente, se adota modelos e iniciativas ideológicas nesta direção e contexto, no qual o dom da vida e o respeito por sua dignidade não são respeitados e protegidos. Infelizmente, até já se tem aprovada uma legislação que, de forma sorrateira e baseada em eufemismos, promove a prática criminosa do aborto voluntário. Na mesma linha, segue a promoção de descarte de idosos e enfermos, não úteis segundo o critério social de consumo exacerbado em que nos encontramos. Esta irrupção violenta e contrária a vida nos foi anunciada muito antes por São João Paulo II:

Hoje este anúncio é particularmente urgente dada a impressionante multiplicação e agravamento das ameaças à vida das pessoas e dos povos, especialmente quando são fracos e indefesos. Às tradicionais e dolorosas pragas da fome, das doenças endêmicas, da violência e das guerras, acrescentam-se outras, com novas facetas e dimensões perturbadoras (São João Paulo II, Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, n. 3, 25 de março de 1995).

Por tais razões, devemos redobrar os nossos esforços como agentes pastorais para anunciar, com força e alegria, a beleza da doutrina eclesial sobre a dignidade humana e o respeito pela vida, em cada uma das fases da

sua existência, desde o momento da fecundação até a morte natural, como lemos em Aparecida:

A criação do homem e da mulher, à sua imagem e semelhança, é um acontecimento divino da vida, e tem como fonte o amor fiel do Senhor. Portanto, somente o Senhor é o autor e dono da vida, e o ser humano, sua imagem viva, é sempre sagrado, desde a sua concepção, em todas as fases da existência, até a sua morte natural e após a morte (DAP nº 388).

Não podemos ficar apenas com este sentimento de dor, mas devemos nos sentir interpelados e desafiados. Devemos ser ousados e criativos para que, na vida pastoral de cada uma das nossas comunidades paroquiais, assumamos esta água fresca do encontro com Jesus Cristo para cada um dos ambientes onde esteja presente um filho ou filha muito amado de Deus, seja na família, na infância, na juventude, na vida adulta, no idoso, no trabalho, na diversão, no esporte, na cultura e na arte, na tecnologia e na nossa casa comum.

Faz-se urgente uma formação sólida para que os agentes pastorais tenham absoluta clareza sobre a séria e importante questão da dignidade humana e sobre o valor sagrado da vida desde a fecundação até a morte natural. Esta convicção e segurança nos traz luz na consciência para não sucumbirmos à astúcia do mal que procura, através de eufemismos e da gestão dos sentimentos, nos fazer acreditar que o mal é bom e que devemos modernizar e acomodar o Evangelho de Jesus Cristo aos caprichos das ideologias passageiras e malévolas. Precisamos de clareza em nossas ideias, firmeza na fé e coragem para um testemunho corajoso e destemido que devemos apresentar, sobretudo, nestes tempos tão difíceis em que vivemos.

Criar canais eclesiais para assumir em Jesus, o Bom Samaritano, a prática da solidariedade e da fraternidade com os menos favorecidos do nosso tempo

Nesta bela terra, onde peregrinamos como Diocese de Valença, convergem os extremos sociais da abundância material e da pobreza extrema. Em nossa região existem muitas fontes de rendimento econômico: a pecuária leiteira, a agricultura tradicional, as monoculturas, o turismo cultural, religioso e rural e as plantas ornamentais, entre outras. No entanto, a riqueza aqui gerada se concentra em poucas mãos, fator que leva a pobreza extrema

se fazer presente em grande parte do nosso território. Muitas pessoas se tornam mão de obra barata, sem as garantias sociais e básicas previstas na legislação do nosso país. Nas visitas pastorais que fiz nas comunidades paroquiais da diocese, pude confirmar os rostos dramáticos da pobreza extrema, refletidos nas crianças, nos jovens, nas mulheres e nos idosos que, apesar dos seus esforços, não conseguem obter sequer o sustento necessário à uma vida digna. As consequências da pandemia ainda são preocupantes em nossa diocese, uma vez que nas comunidades muitas fontes de trabalho e renda para o nosso povo mais simples advém dos comércios locais e do turismo que, prejudicados, aumentaram a incerteza e a angústia da população.

Esta situação grave me leva a concluir que a ação caritativa deve responder a três critérios: resolver as causas estruturais da pobreza a partir de uma correta participação dos crentes na vida política; viabilizar a cooperação de todos na promoção integral dos pobres; a prioridade na comunhão de sinais tangíveis de solidariedade. Para que este processo libertador seja possível, é necessário que todos nós estejamos preparados para conhecer e assumir com responsabilidade o compromisso social da fé.

Em tempos de crise social e econômica, a presença de sinais tangíveis de solidariedade se tornam ainda mais urgentes. A promoção e a execução real das pastorais sociais podem dispor ajuda às famílias em situação de extrema pobreza. Outros canais eclesiais de solidariedade se deve apoiar e se utilizar melhor, como no caso da Coleta da Solidariedade, promovida pelas Campanhas da Fraternidade. Através dela podemos resolver algumas das muitas necessidades emergenciais e prementes das famílias em situação de pobreza, ao nível de uma melhoria da infraestrutura, da moradia e até de cestas básicas para elevar a qualidade de vida dos enfermos e idosos. Temos, com isso, em nossa realidade, a Casa da Misericórdia em Paraíba do Sul, asilos em diversas cidades, a Casa Bom Pastor em Levy Gasparian, que acolhe e atende dependentes químicos, a Casa de Acolhida da População de rua, que atende e proporciona espaço para uma higiene adequada, alimentação e vestuário, os espaços sociais Madre Palmira Carlucci em Três Rios e as muitas ações sociais paroquiais e comunitárias que atuam na valorização da vida e da dignidade da pessoa, em suas diversas necessidades. Enfim, são apenas alguns exemplos, mas esperamos que em breve possamos, com consciência de fé, integrar outros serviços de auxílio e ajuda a todos.

Devemos, pois, fazer a nossa parte, mas, nestes últimos tempos, assistimos ao ter e o poder sendo privilegiados em detrimento do ser e da dignidade das pessoas. Tal situação nos alerta em relação ao que não devemos ignorar

e torna-se ainda uma oportunidade de trabalho decisivo numa participação justa dos fiéis na vida política pública que é uma área fundamentalmente laical. É doloroso perceber que muitos, supostamente crentes, que ocupam os serviços públicos por eleição popular, são por vezes limitados nesta consciência e não iluminam com a força do Evangelho os serviços e ambientes para os quais foram escolhidos; muitas vezes são vistos relativizando a sua fé, com propostas totalmente contrárias ao Evangelho e distantes da doutrina da Igreja.

Como Igreja diocesana devemos promover intensamente a formação dos leigos na Doutrina Social da Igreja, a começar por um processo permanente de catequese dentro de grupos, movimentos apostólicos e experiências em pequenas comunidades, para assumir com responsabilidade o compromisso social que a fé e a promoção integral dos mais pobres têm em nossa vida de forma incontornável. É urgente uma formação sólida e profunda da consciência social de cada batizado para poder purificar sua visão ante os preconceitos e as modas religiosas e assim assumir como critério a verdade e a fidelidade ao Evangelho, a profecia como atitude permanente de denúncia a tudo o que é contrário aos propósitos de Deus em nos tornar pessoas plenas, mesmo através da mudança das estruturas dos pecados sociais, e assumir as consequências do dizer sim ao Reino de Deus e à sua justiça.

Desta forma romperemos, de uma vez por todas, com a globalização da indiferença que nos corrói como sociedade e como Igreja, como destacou com força o Papa Francisco:

Quando afeta o a nível institucional, a indiferença para com os outros, a sua dignidade, os seus direitos fundamentais e a sua liberdade, juntamente com uma cultura orientada para o lucro e o hedonismo, favorecem, e por vezes justificam, ações e políticas que acabam por constituir ameaças à paz. Esta atitude de indiferença pode também justificar algumas políticas económicas deploráveis, premonitórias de injustiças, divisões e violências, com vista a alcançar o próprio bem-estar ou o da nação. Na verdade, não é incomum que os projetos económicos e políticos dos homens visem a conquista ou manutenção do poder e da riqueza, mesmo ao custo de espezinhar os direitos e exigências fundamentais de outros. Quando as populações são privadas dos seus direitos básicos, como alimentação, água, cuidados de saúde ou trabalho, são tentadas a tomá-los à força (Papa Francisco, Mensagem XLIX Dia Mundial da Paz n. 4, 1 de janeiro de 2016).

Devemos seguir o rumo da globalização da solidariedade, entendida como “uma reação espontânea daqueles que reconhecem a função social da propriedade e o destino universal dos bens como realidades anteriores à propriedade privada. A posse privada dos bens justifica-se para cuidar deles e aumentá-los para que melhor sirvam o bem comum, por isso a solidariedade deve ser vivida como a decisão de “devolver aos pobres o que lhes pertence” (EG 189). Portanto, para alcançá-la é necessária a conversão do coração do crente, para voltar ao caminho da verdadeira ação caritativa e social de cada cristão. Não há dúvida de que a globalização da solidariedade e da misericórdia seja um caminho transformador e libertador para a vida pessoal e para o tecido social em que operamos. Nesta história, encontramos uma sucessão de verbos incontornáveis como forma de estabelecer o diálogo que nos leva a reinstalar a esperança, no meio das nossas comunidades. De forma prática, devemos estender a mão, ver e simpatizar para assumir um valioso e transcendental ensinamento de Jesus em nossos dias, valor que coincide com o convite do Papa Francisco a sermos uma Igreja em saída.

Clamo a Deus, nosso Pai Misericordioso, para que esta difícil experiência nos ajude a voltar ao caminho como discípulos autênticos e comprometidos de Jesus Cristo, diante de seu rosto dramático e sofredor que constantemente se apresenta nos mais vulneráveis e socialmente descartados, para que no final da nossa vida possamos experimentar o que este belo texto do Papa Francisco nos transmite:

Todos estes pobres – como dizia o Beato Paulo VI – pertencem à Igreja por ‘direito evangélico’ (Paulo VI, Discurso na abertura da segunda sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II, 29 de setembro de 1963) e forçar a opção fundamental para eles. Bem-aventuradas as mãos que se abrem para acolher os pobres e ajudá-los: são mãos que trazem esperança. Bem-aventuradas as mãos que ultrapassam as barreiras da cultura, da religião e da nacionalidade, derramando o óleo da consolação sobre as feridas da humanidade. Bem-aventuradas as mãos que se abrem sem pedir nada em troca, sem ‘mas’ nem ‘condições’: são mãos que fazem descer a bênção de Deus sobre os seus irmãos (Papa Francisco, Mensagem I Dia Mundial dos Pobres, n. 5, 19 de novembro de 2017).

Promover o cuidado da casa comum promovendo a ecologia integral

Deus abençoou abundantemente o território da diocese, com uma biodiversidade primorosa que cativa todos os que a avistam. Por ela viajamos para desfrutar das belas paisagens naturais nas imponentes montanhas, nos rios, nas planícies e nas belas fazendas com os seus riquíssimos detalhes históricos. No entanto, é doloroso confirmar que não agimos com a responsabilidade devida no cuidado da casa comum. Ainda hoje, se continua a atacar o meio ambiente, na busca apenas de um benefício econômico individualista e que deixa de lado o bem comum que diz respeito a todos.

A pandemia recente nos obrigou a ficar mais tempo dentro de casa e se percebeu, com isso, em todo o mundo, como a própria natureza se comportou de forma diferente diante da diminuição da poluição causada pelo ser humano, em uma guerra produtiva e competitiva. Tal fato nos dá a certeza de que a nossa casa comum geme de dor pelos nossos graves erros de administradores da criação, mesmo que diante de uma firme defesa da exploração do ambiente, apesar de contínuos apelos feitos por cientistas, líderes sociais e religiosos de todo o mundo; apesar destes clamores, não se consegue o reconhecimento dos impactos sofridos pela criação que se debate com um gradual esgotamento dos seus principais e necessários recursos. A arrogância suicida dos que negam o aquecimento global, sob o pretexto de ser uma posição ideológica extremista, continua a fazer cálculos econômicos sobre os lucros que se obtêm das riquezas da criação. É preocupante a justificação que utilitaristas dão de que estão respondendo à fome no mundo, numa afirmação que contrasta com o número de pessoas que morrem hoje por falta de alimentos, não porque não haja, mas porque a injustiça na distribuição dos bens da criação já é uma armadura que se tornou impenetrável a consciência dos comerciantes da casa comum.

Nós somos batizados, peregrinos de esperança em ação na Diocese de Valença; somos chamados a não cruzar os braços diante desta gravíssima situação, a começar pelas nossas famílias, nas quais deve ser incutida, como parte de uma abordagem abrangente na educação da fé, no cuidado com a natureza, a ideia de não poluir com lixo, mas de reciclá-lo; não desperdiçar o dom indispensável da água, reflorestar etc. Devemos criar espaços de reflexão, tanto a nível diocesano como paroquial, sobre o tema da Ecologia Integral, aproveitando a experiência dos profissionais dessa área, que podem nos iluminar e, claro, fortalecer com os seus ensinamentos, o ensinamento eclesial sobre o cuidado da casa comum, a partir da Carta Encíclica *Laudato'*

Si do Papa Francisco, de tal forma que os agentes pastorais tomem consciência de que como crentes procuramos a santidade, por isso hoje devemos reconhecer que

A paz interior das pessoas tem muito a ver com o cuidado da ecologia e do bem comum, porque, vivida autenticamente, reflete-se num estilo de vida equilibrado unido a uma capacidade de admiração que leva à profundidade da vida. A natureza está repleta de palavras de amor, mas como ouvi-las no meio do ruído constante, da distração permanente e ansiosa ou do culto à aparência? (*Laudato Si'* 225).

Um sinal inequívoco da nossa recuperação como pessoas integrais é que passamos a estabelecer uma relação de verdadeiro cuidado com a criação, na qual o ser humano seja o ápice e repositório das amostras mais intensas do amor de Deus.

Promover a centralidade da Palavra de Deus na vida pessoal e nas ações pastorais

Esta é uma questão e experiência fundamental na vida da Igreja e para a fé de cada um de nós que a integramos, pois se trata da “importância de uma pastoral bíblica, entendida como animação bíblica da pastoral, que seja escola de interpretação ou conhecimento da Palavra, de comunhão com Jesus ou oração com a Palavra, e de evangelização inculturada ou proclamação da Palavra” (Dap 248). Estas palavras devem nos levar a uma profunda revisão da nossa proximidade pessoal com a Sagrada Escritura e do nosso caminho pastoral como Igreja particular, que deve ter como aspecto central a animação bíblica, pois dependendo da centralidade que a Palavra tem, é assim que o será a mensagem que conseguimos levar como agentes pastorais em todos os cantos da Diocese.

Aprecio profundamente os muitos grupos e movimentos apostólicos, experiências em pequenas comunidades e outros carismas, presentes na Igreja diocesana, pelo esforço que fazem em aproximar a Palavra de Deus da vida de tantos fiéis, com o intuito de fortalecerem o seu caminho de fé, dentro da espiritualidade de cada uma das realidades eclesiais. Ao mesmo tempo, renovo o apelo aos conselhos paroquiais e comunitários, para que não meçam esforços na promoção de iniciativas que aproximem os fiéis do conhecimento e uso correto da Sagrada Escritura, através de cursos bíblicos,

utilizando as publicações que a Comissão Nacional de Catequese nos oferece, bem como os nossos Círculos bíblicos. A leitura orante da Palavra de Deus ou *Lectio Divina* também deve ser incentivada no processo permanente de catequese, para que, mesmo jovens e pequenos, possamos experimentar esta grande fonte de vida espiritual. Da mesma forma, que se valha mais da leitura orante em nossos diversos encontros, seja com pais e mães de famílias ou até catequistas. Portanto, trata-se aqui de aproveitar todas as oportunidades que tivermos para viver em intimidade com a Sagrada Escritura e ouvir a voz de Deus.

Encorajo os padres a priorizarem a formação bíblica nos encontros formativos que promovem responsabilmente com os seus agentes pastorais nas paróquias. Sem dúvida, isso nos leva a favorecer a centralidade da Palavra de Deus em toda a ação pastoral e com ela a prioridade da oração e o lugar da graça como iniciativa de Deus em nosso favor. Naturalmente, os exorto a terem mais (ou recuperar) contato frequente e orante com a Palavra de Deus a nível pessoal, para cultivar o seu diálogo íntimo com Deus e beber de Sua fonte inesgotável e fortalecer a espiritualidade sacerdotal e se encorajar na caridade pastoral.

Acompanhar a vida familiar através de iniciativas pastorais presentes na diocese

Se há uma instituição social que sofreu de forma mais agressiva a erosão da tendência do temporário, do não compromisso e do fenômeno da sociedade líquida para a qual nada é permanente, foi a família. Em tempos não muito distantes, nas nossas escolas e colégios, aprendíamos que a família é a célula fundamental da sociedade. Atualmente, é praticamente atacada até a morte e desse ataque é que surgem as terríveis consequências que vivemos. A sociedade está doente e decadente. Essa triste realidade é muito bem resumida pelo Papa Francisco:

Por outro lado, devemos considerar o perigo crescente que representa um individualismo exasperado que distorce os laços familiares e acaba por considerar cada componente da família como uma ilha, fazendo com que prevaleça, em certos casos, a idéia de um sujeito que se constrói de acordo com seus próprios desejos assumidos com caráter absoluto [...]. As tensões induzidas por uma exagerada cultura individualista de posse e gozo geram dinâmicas de intolerância e agressividade nas famílias [...]. Gostaria de acrescentar o atual

ritmo de vida, o estresse, a organização social e de trabalho, porque são fatores culturais que colocam em risco a possibilidade de opções permanentes (Papa Francisco, Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*, n. 33, 19 de março de 2016).

Estas são as consequências do individualismo e do materialismo que muitas vezes nos isolam e nos fazem ignorar até os aspectos internos da nossa própria dinâmica familiar.

No entanto, essa triste realidade social, em que nos cabe viver a nossa fé, não deve nos levar ao desânimo ou ao desespero. Pelo contrário, deve se tornar um desafio para cada um de nós, batizados, a fim de procurarmos criativamente as iniciativas para apresentar à sociedade de hoje a beleza da família, numa comunidade de vida e de amor, como descreve São João Paulo II:

E como, segundo o desígnio divino, se constitui como uma ‘comunidade íntima de vida e de amor’, a família tem a missão de se tornar cada vez mais o que é, ou seja, uma comunidade de vida e de amor, numa tensão que, como toda realidade criada e redimida, encontrará a sua realização no Reino de Deus. Numa perspectiva que vai também até as próprias raízes da realidade, é preciso dizer que a essência e a missão da família são, em última análise, definidas pelo amor. Por isso, a família recebe a missão de guardar, revelar e comunicar o amor, como reflexo vivo e participação real do amor de Deus pela humanidade e do amor de Cristo Senhor pela Igreja, sua esposa (São João Paulo II, Exortação *Familiaris Consortio*, n. 17, 22 de novembro de 1981).

O principal meio para anunciar esta beleza da família é, sem dúvida, o testemunho de vida daquelas famílias que vivem com profunda alegria – sem se considerarem perfeitas – a graça da vocação à qual Deus as chamou. Assim, como Igreja particular, devemos acompanhá-las no seu caminho e a partir da sua própria realidade, para sejam aquele testemunho vivo que grita à sociedade de hoje, como Deus quer.

Faço um apelo veemente para que a Comissão diocesana de Pastoral Familiar incremente o projeto de acompanhamento das famílias e o seja empreendido com urgência pelos grupos e movimentos familiares presentes em toda a diocese, sobretudo através da promoção de uma verdadeira Pastoral Familiar, em cada uma das paróquias, que consiga traduzir o que nos diz o Papa Francisco:

A pastoral familiar deve fazer com que as pessoas experimentem que o Evangelho da família responde às expectativas mais profundas da pessoa e plena realização na reciprocidade, na comunhão e na fecundidade. Não se trata apenas de apresentar um regulamento, mas de propor valores, respondendo à necessidade que se observa hoje, mesmo nos países mais secularizados, de tais valores (Papa Francisco, Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*, n. 201, 19 de março de 2016).

A Pastoral Familiar não deve se limitar a realização da catequese conjugal para casais em discernimento da vocação ao matrimônio. Devemos e podemos ir além e, assim, implantar algumas iniciativas como chave para a pastoral global, com cuidado e verdadeiro acompanhamento às famílias:

- a) Uma pastoral de noivos, juntamente com a pastoral juvenil e a pastoral vocacional, que os acompanha e tenha a finalidade de realizar um projeto de engajamento cristão.
- b) Um acompanhamento dos casais de vida sacramental por seguimentos de anos de casamento, desde os primeiros anos, até aqueles mais idosos, que muitas vezes supomos já não precisar de acompanhamento.
- c) Um acompanhamento para casais que vivem em situações ditas irregulares – e que não são poucos no nosso território diocesano. Em muito não os acompanhamos e, quando o fazemos, agimos mais com pieguismo e deixamos de lado a doutrina, apenas reivindicando o direito de comungarem.
- d) Uma maior aproximação das realidades das famílias chefiadas por uma única pessoa, mães ou pais solteiros, aqueles que sofreram rupturas como o divórcio ou a viuvez, os avôs e avós que cuidam diretamente dos seus.

Na medida em que priorizamos pastoralmente este acompanhamento da vida familiar, avançaremos para dar mais destaque à transmissão da fé e o lugar preferencial que deve ocupar em nossa ação, pois a família é a primeira escola de fé, por isso o núcleo familiar é indispensável na experiência originária e posterior da fé na vida do crente.

Oferecer uma Pastoral Juvenil que ouça e acompanhe os jovens na construção do seu projeto de vida, a partir de uma cultura vocacional

Se existe uma fase bela e radiante da vida, por vários motivos, é a juventude. Infelizmente, hoje, é excessivamente bombardeada por esta sociedade líquida, individualista, consumista e hedonista, que vive muito de aparências e que faz com que a juventude seja vista como um setor da sociedade desinteressado e sem compromissos. Nada poderia estar mais longe da verdade do que uma visão deste tipo. Pelo contrário, o problema não está nos jovens, mas em nós, adultos na fé, que não assumimos o compromisso de acompanhá-los nesta etapa crucial das suas vidas, como disse com firmeza o Papa Francisco na MJJ no Panamá:

E mesmo a vocês, queridos jovens, a mesma coisa pode acontecer com vocês cada vez que vocês pensam que a sua missão, a sua vocação, que até a sua vida é uma promessa, mas apenas para o futuro e não tem nada a ver com o presente. Como se, ser jovem fosse sinônimo de sala de espera para quem espera a sua vez. E no entretanto dessa hora, inventamos ou eles inventam um futuro higienicamente bem embalado e sem consequências, bem armado e garantido e com tudo bem protegido. Não queremos oferecer-lhe um futuro laboratorial. É a ficção da alegria, não a alegria de hoje, da concretude, do amor. E assim com esta ficção de alegria nós os acalmamos, para que durmam, para que não façam barulho, para que não nos incomodem muito, para que não se perguntem, para que não nos incomodem. Questionar a si mesmos ou a nós; e nesse entretanto os seus sonhos perdem o vôo, tornam-se rastejantes, começam a adormecer e são pequenos e tristes devaneios, só porque consideramos que eles ainda não O fizeram agora; que são demasiado jovens para se envolverem em sonhar e trabalhar para o amanhã. E assim continuamos procrastinando [...]. E sabe de uma coisa? Muitos jovens gostam disso. Por favor, vamos ajudá-los a não gostar, a rebelar-se, a querer viver no agora de Deus! (Papa Francisco, Homília da Santa Missa para a Jornada Mundial da Juventude, Campo San Juan Pablo II, Metro Park, domingo, 27 de janeiro de 2019)

A pastoral juvenil tem a grande missão de acompanhar os jovens na construção do seu projeto de vida. Isso não significa definir por eles, mas aprender a ouvi-los para que nos descubram e envolvam com as suas necessidades atuais e percebam que estão longe do que os adultos de hoje tinham

quando eram jovens. Portanto, é hora de propor aos jovens um caminho que dê sentido à sua vida para além da moda ou dos prazeres do momento. A ideia é que tenham um autêntico sentido de responsabilidade, que vivam com uma consciência transcendente da eternidade e não apenas de acordo com o que este mundo oferece. Aí reside o desafio dos jovens: ser diferentes daquilo que a atual onda nas redes sociais lhes mostra – o sucesso fácil, o número de curtidas ou reações virais. Trata-se aqui de acompanhar os jovens pastoralmente, a fim de que alcancem uma autêntica identidade cristã e uma verdadeira realização.

Como Bispo diocesano, aprecio profundamente o compromisso que, em muitas paróquias, os responsáveis da pastoral juvenil realizam, como um espaço de encontro para os jovens que desejam partilhar a sua vida de fé. Convido as paróquias e comunidades a apoiá-los nas iniciativas que realizam e os permitam viver, como Igreja que são, as suas experiências de grupo juvenil, com o norte da pastoral juvenil, oferecido pela Comissão diocesana: “Uma pastoral juvenil que, em atitude permanente de saída, oferece aos jovens momentos de encontro fraterno, nos quais experimentam a misericórdia do Pai, o amor do Filho, a força do Espírito Santo e a proximidade da Igreja, que como mãe e professora, acompanha-os na construção do seu projeto de vida, para ajudá-los a fortalecer a sua vocação batismal à santidade, para que possam permanecer firmes como seguidores de Jesus Cristo, e dar a sua contribuição para transformar o ambiente com os valores do evangelho”.

Para traduzir este objetivo em ações concretas, é vital que, juntamente com os jovens que já fazem parte da pastoral juvenil nos vários grupos e movimentos eclesiais presentes na diocese, sejamos capazes de aprofundar a mensagem da Exortação Apostólica *Christus Vivit* que, como resultado do Sínodo dos Bispos sobre os jovens, o Papa Francisco nos deu em março de 2019. A juventude é um tempo abençoado e o jovem é uma bênção para a Igreja e para o mundo. É uma alegria, um canto de esperança e de bem-aventurança. Estas palavras da última exortação apostólica motivam todos nós, fiéis e pastores da nossa Igreja diocesana, a consagrar-nos verdadeiramente ao acompanhamento e à construção do projeto de vida de cada um dos nossos jovens. Com efeito, são necessários conhecimento, tempo, dedicação e consagração para acompanhar os jovens na realização do objetivo fundamental do seu projeto de vida.

Considerações finais

A realidade social que vivemos tende a nos levar à passividade e a nos esconder nas supostas e frágeis seguranças que nossas zonas de conforto eclesial nos oferecem. Amamos a frase não evangélica ‘sempre foi feito assim’, fato que nos torna estéreis como discípulos de Jesus Cristo e pessoas sem esperança, vítimas das ofertas desumanas de uma falsa felicidade que hoje acolhemos.

À luz deste Ano Jubilar por ocasião do Centenário de criação da Diocese e das reflexões desta Carta Pastoral, somos convidados a avaliar o nosso caminho preparatório como batizados, reforçar o que estamos fazendo bem e repensar o que não corresponde às necessidades atuais da evangelização. É necessário que se olhe o passado para avaliar o presente e projetar o futuro que nos espera. Neste sentido, é urgente o começar, que nas palavras do Papa Francisco, consiste em:

A Igreja em saída é a comunidade dos discípulos missionários que são os primeiros, que se envolvem, que acompanham, que dão frutos e celebram. A comunidade evangelizadora experimenta que o Senhor tomou a iniciativa, deu-a primeiro no amor (cf. 1 Jo 4, 10); e, por isso, sabe ir em frente, tomar a iniciativa sem medo, sair ao encontro das pessoas, procurar quem está longe e chegar às encruzilhadas para convidar quem está excluído. Ele vive um desejo inesgotável de oferecer misericórdia, fruto de ter experimentado a misericórdia infinita do Pai e a sua força difusora. Vamos ousar começar um pouco mais! (EG 24).

Começar é, portanto, avançar, não ficar ou se acomodar, ter sempre novos impulsos, anseios e vontades; deixar-se levar pelo Espírito; em suma, ter paixão pelo Evangelho e pela missão da Igreja. Portanto, ousemos começar!

O melhor presente que recebemos de nossos pais foi, sem dúvida, pedir à Igreja o nosso batismo e, com ele, enxertar-nos no Corpo de Cristo para que pudéssemos avançar nesse chamado à santidade, que não é entendido como se todos tivéssemos que nos enquadrar no mesmo. Muito pelo contrário, como explica de forma extraordinária o Papa Francisco:

Cada um no seu caminho, diz o Concílio. Portanto, não se trata de desanimar diante da contemplação de modelos de santidade que parecem

inatingíveis. Existem testemunhos que servem para nos estimular e motivar, mas não para que tentemos copiá-los, porque isso poderia até nos distanciar do caminho único e diferente que o Senhor tem para nós. O importante é que cada homem/mulher de fé discirna o seu próprio caminho e ponha à luz o melhor de si mesmo, aquilo que Deus colocou nele de tão pessoal (cf. 1 Cor 12, 7), e não que se canse tentando imitar algo que ele não faz. Foi projetado para ele. Todos somos chamados a ser testemunhas, mas “existem muitas formas existenciais de testemunho. (Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*, n. 11, 19 de março de 2018).

Começar, neste aspecto, é tomar consciência desta vocação à santidade e discernir à luz da Palavra e na oração qual será o caminho pelo qual Deus me chama para tornar realidade esta vocação batismal. E discernir quais são os carismas que o Espírito me deu para colocá-los a serviço do bem comum e assim transformar o ambiente social e eclesial com a beleza dos valores do Evangelho, para poder ser tochas no meio de tanta escuridão, com atitudes de alegria e ousadia, claro, com o poder do Espírito Santo.

Embora seja verdade que a vocação batismal à santidade seja um chamado pessoal, a sua realização só acontece no interior de uma comunidade eclesial. Precisamente este é o testemunho mais bonito que o Senhor pediu a todos os seus discípulos: “Não rezo apenas por eles, mas também por aqueles que acreditarão em mim através das suas palavras. Que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti; que eles também sejam um em nós, para que o mundo acredite que você me enviou” (Jo 17,20-21). Viver na unidade e na intimidade do Pai e do Filho, experimentar a comunhão que o Espírito suscita na Igreja. Só assim a nossa fé e o nosso testemunho serão credíveis.

Ser o primeiro neste aspecto da nossa vida eclesial, implica reconhecer que não posso prescindir da vida comunitária nem da minha presença e ação pessoal no caminho da vida comunitária eclesial. Essa urgência de ser e viver em comunidade ficou evidente a todos os níveis na vivência que tivemos no tempo da pandemia, pois esta crise se tornou uma espécie de bofetada na face do ser humano, a fim de que despertasse para os valores essenciais da unidade e da solidariedade daqueles de quem ele desviou o olhar e a atenção.

Entendo a urgência de começar, de crescer como Igreja particular para tomar consciência da nossa identidade eclesial, na qual não há uniformidade, mas sim a unidade que é obra do Espírito Santo e, ao mesmo tempo, o mais belo reflexo do amor trinitário que somos chamados a viver. São João Paulo

II explicou esta realidade e mistério ao mesmo tempo, da comunhão eclesial, de forma magistral, quando escreveu no início deste terceiro milênio:

Os espaços de comunhão devem ser cultivados e ampliados no dia a dia, para todos os níveis, no âmbito da vida de cada Igreja. Nela, a comunhão deve manifestar-se nas relações entre Bispos, presbíteros e diáconos, entre Pastores e todo o Povo de Deus, entre clérigos e religiosos, entre associações e movimentos eclesiais. Sem a valorização da pluralidade, não conseguiremos visualizar a unidade. Para conseguir isso, os órgãos de participação previstos no Direito Canônico, como os Conselhos: Presbiteral, administrativo, pastoral; Diocesano, paroquial e comunitário, devem ser cada vez mais valorizados em todas as instâncias eclesiais. Estes conselhos, como se sabe, não se inspiram nos critérios da democracia parlamentar, pois atuam de forma consultiva e não deliberativa, porém, não perdem o seu sentido e importância. Com efeito, a teologia e a espiritualidade da comunhão aconselham a escuta recíproca e eficaz entre Pastores e fiéis, por um lado, mantendo-os unidos a priori em tudo o que é essencial e, por outro, encorajando-os a convergir normalmente mesmo no que é discutível para opções consideradas e partilhadas (NMI 45).

É um desafio e uma espiritualidade para todos nós, membros da Igreja, como o próprio São João Paulo descreveu muito especificamente no número 43 deste mesmo documento.

A conversão permanente, tão necessária na nossa vida pessoal de discípulos de Jesus Cristo, implica e exige a renovação do nosso encontro pessoal com Ele. Mas a conversão pessoal deve se refletir também de forma concreta na ação pastoral de nossa Igreja diocesana. Tal urgência e necessidade é a mesma que nos foi repetidamente apresentada desde o Concílio Vaticano II e desde o Magistério dos nossos últimos Sumos Pontífices.

Como Diocese, nesta proposta contínua de conversão pastoral, devemos olhar sempre para os encaminhamentos da IX^a Assembleia Diocesana que confirmou, após alguns meses de reflexão sobre o caminho pastoral da Igreja particular de Valença, o Plano Diocesano de Pastoral, 2022-2025. Este nos convida a olhar com coragem os desafios levantados pelo ambiente urbano, priorizando a dimensão missionária, efetuando uma Igreja em saída que vive a comunhão como graça e como projeto no qual deve provocar a cultura do encontro, a revolução da ternura e do contato com a experiência da misericórdia da qual ela mesma é destinatária, que rompe com os esquemas de passividade, conformidade, conforto e autorreferência.

Uma verdadeira conversão pastoral não é dar uma simples composição a certas estruturas diocesanas ou paroquiais que, de outra forma, poderíamos considerar obsoletas, mas é, sobretudo, rever o seu espírito evangelizador e até que ponto ainda respondem à realidade em que se encontram. Atuamos hoje como discípulos de Jesus Cristo; portanto, como diz o Papa Francisco:

Existem estruturas eclesiais que podem condicionar um dinamismo evangelizador; da mesma forma, as boas estruturas servem quando há uma vida que as encoraja, as sustenta e as julga. Sem vida nova e sem espírito evangélico autêntico, sem fidelidade da Igreja à sua própria vocação, qualquer nova estrutura se corrompe em pouco tempo (EG 26)

Além disso, o primeiro passo para uma verdadeira conversão pastoral em cada comunidade paroquial se dá no fortalecimento do percurso e na promoção da experiência dos conselhos pastorais diocesanos, paroquiais e comunitários; a partir destes se realizam as Assembleias Pastorais, nas quais todos os agentes, unidos e em testemunho sinodal, avaliam a caminhada e buscam dar respostas, com criatividade e responsabilidade, às necessidades evangelizadoras que se descobrem nas realidades paroquiais, regionais e diocesana.

O discípulo de Jesus Cristo, que O encontra pessoalmente para comemorar o primeiro chamado, conhece-se e se compreende constantemente como discípulo missionário, e isso implica segui-Lo e viver em intimidade com Ele, imitando o Seu exemplo e dando verdadeiro testemunho d'Ele. Cada batizado recebe de Cristo, como os Apóstolos, o mandato da missão: 'Ide por todo o mundo e anunciai a boa nova a toda a criação. Quem crer e for batizado será salvo' (Mc 16, 15). Porque ser discípulos e missionários de Jesus Cristo e buscar a vida 'Nele' significa estar profundamente enraizados Nele. (Bento XVI, Discurso inaugural V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, 13 de maio de 2007).

Ser primeiro discípulo-missionário de Jesus Cristo é encorajar, através de encontros querigmáticos, que as vicissitudes desta sociedade tão líquida não nos façam perder a força que o Espírito Santo nos dá, para sermos testemunhas credíveis do Senhor Ressuscitado.

O discípulo-missionário, que com a sua vida leva a Boa Nova do Senhor por onde passa, deve ser percebido pela sua perseverança, paciência, mansidão, sentido de humor, audácia, fervor, identidade comunitária e, sobretudo, pela sua alegria, pela partilha com os outros da experiência do encontro com a pessoa de Jesus Cristo, como bem expressou o Papa Francisco:

Quando a Igreja chama à tarefa de evangelização, nada mais faz do que indicar aos cristãos o verdadeiro dinamismo de realização pessoal: 'Aqui descobrimos outra lei profunda da realidade: que a vida se realiza e amadurece à medida que se dá para dar vida aos outros. Essa é, em última análise, a missão. Portanto, um evangelizador não deve ter permanentemente um rosto fúnebre. Recuperemos e aumentemos o fervor [...]. A alegria doce e reconfortante de evangelizar, mesmo quando é necessário semear através das lágrimas [...]' E espero que o mundo de hoje – que busca, ora com angústia, ora com esperança – possa assim receber a Boa Nova, não através de evangelizadores tristes e desanimados, impacientes ou ansiosos, mas através de ministros do Evangelho, cuja vida irradia o fervor daqueles que receberam, sobretudo em si mesmos, a alegria de Cristo (EG 10).

No significativo dia da abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II, 11 de outubro de 1962, o Papa São João XXIII pronunciava as seguintes palavras:

No exercício diário do nosso ministério pastoral, às vezes chegam aos nossos ouvidos, ferindo-os, certas insinuações de algumas pessoas que, mesmo no seu zelo ardente, carecem de sentido de discrição e de medida. Eles não veem nos tempos modernos nada, além de prevaricação e ruína; dizem que os nossos tempos, comparados com o passado, têm piorado; e comportam-se como se nada tivessem aprendido da história, que continua a ser mestra da vida, e como se na época dos Concílios Ecumênicos anteriores, tudo tivesse ocorrido com um triunfo absoluto da doutrina e da vida cristã, e da justa liberdade da Igreja. Parece-nos justo discordar de tais profetas de calamidades, habituados a sempre anunciar acontecimentos infelizes, como se o fim dos tempos fosse iminente. No presente momento histórico, a Providência conduz-nos a uma nova ordem de relações humanas que, pela própria obra dos homens, mas ainda, acima das suas próprias intenções, visam a realização de planos superiores e inesperados; porque tudo, mesmo as adversidades humanas, está preparado para o bem maior da Igreja. (São João XXIII, Discurso na solene abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II, 11 de outubro de 1962).

Estas são palavras sábias e fortes do Sumo Pontífice, hoje São João XXIII, que inspirado pelo Espírito Santo ousou ser pioneiro na vida da Igreja, precisamente com a realização do Concílio Vaticano II. Como é evidente, são palavras cheias de esperança provenientes da presença sempre ativa do Senhor Ressuscitado na sua Igreja.

Um crente sem esperança não ousará dar passos firmes como discípulo-missionário de Jesus Cristo, pois “uma das tentações mais graves que afoga o fervor e a audácia é a consciência da derrota que nos transforma em pessimistas queixosos e desencantados com o vinagre na face. Ninguém pode empreender uma luta se não confiar antecipadamente na vitória. Quem começa sem confiança, perdeu metade da batalha de antemão e enterra seus talentos. Mesmo com a dolorosa consciência das próprias fragilidades, é preciso seguir em frente sem declarar derrota e lembrar o que o Senhor disse a São Paulo: “A minha graça te basta, porque a minha força se manifesta na fraqueza” (EG 85). Portanto, seguindo as palavras do Papa, a esperança é contrária a todo pessimismo e derrotismo; é um espírito de certeza e convicção na ação de Deus que leva adiante a sua obra e os seus acontecimentos, muito além do simples otimismo humano. Portanto, a esperança é uma virtude teológica.

Iniciar como Igreja diocesana, a partir desta certeza de esperança que não decepçiona, é sobretudo gritar ao mundo que os membros de nossa Igreja Particular, como discípulos missionários de Jesus Cristo, cheios da força do Espírito Santo, acreditam firmemente que são muito mais do que a materialidade, para a qual a sociedade de mentalidade mercantilista, utilitarista, consumista e de aparência tenta nos inclinar dia após dia. Esta virtude cristã recorda a todos que:

Esta grande esperança só pode ser Deus, que abraça o universo e que nos pode propor e dar-nos aquilo que não conseguimos alcançar sozinhos. Na verdade, ser abençoado com um presente faz parte da esperança. Deus é o fundamento da esperança; mas não um deus qualquer, mas o Deus que tem rosto humano e que nos amou até o extremo, a cada um em particular e para a humanidade como um todo. O seu reino não é uma vida após a morte imaginária, localizada num futuro que nunca chega; o Seu reino está presente onde Ele é amado e onde o Seu amor nos alcança. Só o seu amor nos dá a possibilidade de perseverar dia após dia com toda a sobriedade, sem perder o impulso da esperança, num mundo que por sua natureza é imperfeito (Papa Bento XVI, Carta Encíclica *Spe Salvi*, n. 31, 30 de novembro de 2007).

O amor que este Deus de rosto humano mostra a todos, nos encoraja e sustenta no presente, ao mesmo tempo que nos impulsiona à esperança no reino futuro. Todos os diocesanos, assumindo a missão com lucidez e esperança, terão a condição digna para celebrar as tantas maravilhas, constatadas no caminho preparatório desse jubileu –Memória, Gratidão e Missão.

Como Pastor desta Igreja diocesana, que por graça e misericórdia divina marcha para viver o Centenário diocesano, convoco a todos os que tenho o dever de pastorear à sermos ousados como os primeiros a darem estes passos para retomar a herança do passado, a partir da nossa realidade presente, e projetar o nosso futuro eclesial diocesano. Seja a esperança a iniciativa de um impulso renovado e consciente para reanimar-nos em nosso caminho e impedir sempre que nos esqueçamos da meta que nos espera. Avancemos e acreditemos na comunhão, dando sentido e vivacidade a tudo o que nos ajuda a ser comunidade, sinal-sacramento, de verdadeira caridade, na qual nasce a unidade. Somente a partir do testemunho de unidade que oferecemos como Igreja diocesana seremos um sinal credível num mundo cansado de divisões e ambiguidades. Que a esperança nos (re)anime e inspire sempre, para que, a partir da fé e com um verdadeiro compromisso de amor, possamos ser e viver como autênticas pedras vivas desse edifício espiritual que é a Diocese de Valença.

Maria, a Senhora da Glória, mãe, mestra, imagem e modelo da Igreja venerada em nossa Sé Catedral, que guarda os símbolos da unidade eclesial diocesana, nos ensine a sermos verdadeiramente discípulos e discípulas em nosso tempo. E, para além do Centenário, com o testemunho de São Sebastião, grande mártir da fé e nosso padroeiro, sejamos promotores da Vida e da Verdade que é o próprio Cristo, neste nosso chão, como testemunhas alegres e esperançosos da salvação.

Oração pelo Centenário da Diocese de Valença

*Deus e Pai nosso, fonte e origem da história,
impulsionados por Vosso Santo Espírito
agradecemos o dom da fé em Cristo,
recebido e transmitido no anúncio do Evangelho
nos 100 Anos da Diocese de Valença.*

*Confiantes suplicamos amparo para seguir o caminho,
na escuta humilde e proclamação sincera do Evangelho,*

*como verdadeiras testemunhas de Cristo,
seguindo o exemplo de São Sebastião, o nosso padroeiro.
Renovai-nos no compromisso batismal,
no discipulado missionário e no compromisso com a casa comum.
Inspirados pelo ardente testemunho dos nossos bispos,
padres, consagrados e leigos,
que incansavelmente se doaram no serviço do Reino
nessas terras do “Vale do Café”,
sigamos na promoção dessa nossa linda história,
marcada pela pluralidade de dons e carismas.
Seja o perdão a nossa atitude de renovação
e a Eucaristia o alicerce da nossa fé,
para vivermos e celebrar, como peregrinos da esperança,
este tempo jubilar da Graça de Deus,
a fim de que possamos seguir o Caminho como Igreja diocesana,
na sinodalidade, na verdade, no amor, na partilha, na justiça e na paz,
onde todos sejam, verdadeiramente, irmãos e irmãs.
Vos pedimos, ó Pai, por Vosso Filho Jesus Cristo,
que vive e Reina, pelos séculos dos séculos. **Amém!***

Referências

BENTO XVI. **Deus Caritas Est**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2005.

BENTO XVI. **Sacramentum Caritatis**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2007.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

CELAM. **Documento de Aparecida**: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulus; Paulinas, 2007.

DIOCESE DE VALENÇA. **Diretrizes diocesanas de Valença**. Valença: Cúria Diocesana, 2016.

FRANCISCO. **Amoris Laetitia**: sobre o amor na família. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2016.

FRANCISCO. **Christus Vivit**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2019.

FRANCISCO. **Evangelii Gaudium**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2013.

FRANCISCO. **Laudato Si'**: sobre o cuidado da casa comum. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015.

JOÃO PAULO II. **Catechesi Tradendae**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1979.

JOÃO PAULO II. **Ecclesia de Eucharistia**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2003.

JOÃO PAULO II. **Evangelium Vitae**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1995.

JOÃO PAULO II. **Familiaris Consortio**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1981.

JOÃO PAULO II. **Reconciliatio et Paenitentia**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1984.

JOÃO PAULO II. **Tertio Millennio Ineunte**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2001.

PAULO VI. **Constituição dogmática Lumen Gentium**. In: CONCÍLIO VATICANO II. Documentos do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2007.

PAULO VI. **Constituição dogmática Dei Verbum**. In: CONCÍLIO VATICANO II. Documentos do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2007.

PAULO VI. **Decreto Christus Dominus**. In: CONCÍLIO VATICANO II. Documentos do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2007.

RATZINGER, Joseph. **Communiois Notio**. Congregação para a Doutrina da Fé, 1992.

TOMÁS DE AQUINO, Santo. **Suma Teológica**. Parte III. São Paulo: Loyola, 2001.

A DIOCESE COMO COMUNHÃO DE COMUNIDADES: RAÍZES, ORGANIZAÇÃO E DESAFIOS ATUAIS

Pe. José Antonio da Silva

Introdução

Quando falamos de uma diocese, tratamos de algo que vai muito além de um simples território demarcado no mapa ou de uma estrutura administrativa da Igreja. Ela é, antes de tudo, uma porção viva do Povo de Deus, com uma história entrelaçada com as transformações político-sociais-espirituais de cada tempo, confiada aos cuidados de um bispo, onde a fé se encarna, se organiza e se torna presença concreta de Cristo no mundo.

No entanto, compreender a diocese não é apenas um exercício histórico, mas também espiritual. Ela é o “lugar teológico” onde a fé se vive na prática cotidiana – onde o bispo, como sucessor dos apóstolos, guia, ensina e santifica seu rebanho; onde as paróquias, como comunidades de comunidades, formam o tecido vivo da Igreja; onde a Palavra se faz anúncio e a Eucaristia se torna alimento que sustenta a missão.

A diocese é também um espelho das tensões e dos desafios de cada época. Ela já foi influenciada por impérios e reinos, por mudanças culturais e políticas e hoje enfrenta o desafio da secularização, da dispersão comunitária e do avanço de novas linguagens e sensibilidades. E, mesmo assim, permanece fiel à sua essência: ser casa e escola de comunhão, ponto de partida e de chegada da ação evangelizadora.

Assim, este artigo propõe uma verdadeira peregrinação intelectual e espiritual pela história da diocese – desde sua concepção como subdivisão geográfica no tempo da Tetrarquia de Diocleciano até sua plena configuração como *Igreja particular*, expressão viva e visível do Povo de Deus em um território concreto. Ao examinar a transição do modelo administrativo romano para o contexto eclesial primitivo, veremos como a Igreja, movida pelo Espírito e dotada de prudência pastoral, soube tomar o que era fruto

de uma ordem meramente temporal e elevá-lo à condição de instrumento de salvação.

A história demonstra que, iluminada por sua missão evangelizadora, a Igreja não destrói a estrutura humana, mas a purifica, a ressignifica e a coloca a serviço do Evangelho. Nesse itinerário, abordaremos também o desenvolvimento da diocese na Antiguidade Tardia e na Idade Média, quando a interação com o poder secular moldou não apenas fronteiras, mas também competências e atribuições canônicas, até chegarmos à compreensão teológica consolidada pelo Concílio Vaticano II, que reconhece cada diocese como uma porção autêntica da Igreja universal, confiada à solicitude pastoral de um bispo.

Tal como um mapa antigo, que não apenas delimita territórios, mas narra as tramas políticas, culturais e espirituais de uma época, a história da diocese revela as permanentes tensões e diálogos entre o espiritual e o temporal que acompanharam a expansão do cristianismo. Mais do que registrar uma evolução histórica, esta reflexão busca mostrar como a diocese permanece sendo o lugar concreto onde a comunhão se constrói, a liturgia se celebra e a missão se realiza.

Apoiado em fontes históricas, teológicas e no próprio Direito Canônico, este estudo oferece uma visão integrada de sua identidade – como espaço onde a universalidade da Igreja se encarna na particularidade de um povo e de uma cultura. Ao longo destas páginas, procuramos compreender como a diocese, fiel à Tradição e aberta às legítimas renovações, permanece sinal e instrumento da presença de Cristo no mundo; e como, a partir dessa realidade, todos nós – bispos, presbíteros, diáconos, consagrados e leigos – somos convocados a assumir, com corresponsabilidade e zelo missionário, a vocação de sermos *Igreja em saída* no território que nos foi confiado.

Origem histórica da Diocese

A compreensão plena da diocese exige um olhar que una a história civil e a história da Igreja, pois sua configuração atual resulta de um longo processo de adaptações, heranças e ressignificações. A noção de “diocese”, antes de ser assumida pelo vocabulário eclesiástico, nasceu como categoria administrativa no Império Romano, servindo a propósitos essencialmente políticos e fiscais. Com a expansão do cristianismo e sua posterior institucionalização, a Igreja incorporou essa estrutura, reinterpretando-a à luz

de sua missão evangelizadora e pastoral. Assim, das reformas imperiais de Diocleciano à complexa organização eclesiástica medieval, a diocese foi se consolidando como unidade territorial e pastoral fundamental, sempre tensionada entre as exigências de sua identidade apostólica e as circunstâncias históricas que moldaram suas fronteiras e modos de governo.

A Diocese no Império Romano

Para compreender a diocese na acepção que a Igreja Católica hoje lhe confere, é necessário, antes, regressar às suas origens no seio da administração imperial romana. O termo *diocese* – do grego *dioîkesis* e do latim *dioecēsis* – não nasceu no vocabulário eclesiástico, mas designava originalmente uma subdivisão geográfica dentro da vasta estrutura do Império, geralmente vinculada à jurisdição de uma cidade (*civitas*). Sua formalização como unidade administrativa mais ampla ocorreu sobretudo na Antiguidade Tardia, com as reformas empreendidas pelo imperador Diocleciano (que governou Roma entre 284 e 305 d.C.), num período marcado por crises políticas, econômicas e militares.

Ao assumir o trono, Diocleciano enfrentava um império fragmentado e instável. Sua resposta foi a implantação da Tetrarquia, um sistema de governo que visava descentralizar a autoridade e otimizar a gestão territorial. Nesse contexto, a criação das dioceses civis foi uma medida estratégica para reforçar a ligação entre o poder central e as autoridades locais. Essas unidades, abrangendo diversas províncias, eram confiadas a um *vicarius* (vigário), representante direto dos prefeitos pretorianos, que se tornava o elo administrativo entre Roma e as regiões. A intenção era clara: garantir maior eficiência fiscal, militar e política, assegurando que as decisões do imperador chegassem intactas aos confins do império.

A historiografia do Império Romano Tardio evidencia que essa reforma não era apenas uma reorganização territorial, mas também uma reafirmação da lógica imperial: o controle centralizado sobre territórios extensos exigia um sistema hierarquizado, capaz de manter a unidade e a ordem. Registros apontam que inicialmente foram estabelecidas doze dioceses, número que posteriormente aumentou, cada qual marcada por grande extensão geográfica e pela centralização sob o comando do *vicarius*.

Curiosamente – e providencialmente, poderíamos dizer à luz da fé –, esta estrutura administrativa, concebida para servir ao poder temporal, acabaria por oferecer à Igreja um modelo que, ressignificado, se tornaria

instrumento de evangelização. Assim como São Paulo utilizou as estradas romanas para difundir o Evangelho, a Igreja, séculos mais tarde, soube aproveitar a rede de divisões territoriais imperiais para organizar a sua missão. Quando o cristianismo deixou de ser perseguido e passou a gozar de liberdade e reconhecimento, o termo *diocese* foi assumido no vocabulário eclesial, não mais como expressão de domínio político, mas como sinal de cuidado pastoral – um território confiado à autoridade de um bispo, sucessor dos apóstolos, para o serviço da Palavra, da liturgia e da caridade.

Transição para o contexto Cristão Primitivo

A rápida expansão do cristianismo, especialmente a partir do século I, colocou a Igreja nascente diante de um desafio inadiável: estruturar-se para acolher, formar e manter unida uma comunidade cada vez mais numerosa e dispersa geograficamente. Como observa Costa e Silva (2023), “a Igreja, em sua sabedoria pragmática, começou a adotar e adaptar modelos administrativos preexistentes no Império Romano, embora com propósitos e significados distintos”. Assim, aquilo que no império servia ao controle civil e militar foi ressignificado para o serviço pastoral e para a preservação da fé apostólica.

No início, a vida cristã se desenvolvia em pequenas comunidades domésticas – as *domus ecclesiae* –, onde se reuniam para a oração, o anúncio da Palavra e a fração do pão (Hipólito; Pedroni, 2016). Tais reuniões eram a expressão viva de uma Igreja simples e fraterna, mas que, diante do crescimento acelerado e da expansão para novas regiões, necessitou migrar de um modelo fluido para uma organização mais formal e territorialmente definida. Essa transição da “Igreja doméstica” para a “Igreja local” urbana, como ressalta Souza (2014), foi “fundamental para a consolidação da fé” e para a visibilidade da comunidade cristã no mundo greco-romano.

Nesse processo, a figura do bispo começou a se destacar como elemento central de unidade e identidade. Sucessor direto dos apóstolos, o bispo assumia a tríplice função de ensinar, santificar e governar o rebanho, conforme descreve o *Christus Dominus* (n. 11) do Concílio Vaticano II: “O Bispo, enviado pelo Pai de família para governar a sua família, deve ter presente o exemplo do Bom Pastor”. Na prática, ele era o ponto de referência da ortodoxia doutrinária, o moderador da vida sacramental e o guardião da comunhão eclesial, especialmente em tempos de intensas disputas teológicas e de diversidade cultural.

A consolidação da autoridade episcopal levou naturalmente à delimitação de territórios sob sua jurisdição. Tal como o Império Romano se organizava em províncias e dioceses para assegurar a eficácia governamental, a Igreja encontrou nesse modelo um meio de manter a unidade e a disciplina. Como ensina o Código de Direito Canônico, a diocese é “a porção do Povo de Deus confiada a um bispo” (Cân. 369), e já na época patrística esse conceito começava a tomar forma, mesmo que de modo incipiente. Essa organização não foi apenas uma necessidade administrativa, mas também expressão do princípio teológico de que a Igreja se realiza plenamente na comunhão entre o bispo e seu povo, unidos a toda a Igreja universal.

Dessa forma, a estrutura diocesana nasceu como resposta orgânica às exigências de uma Igreja em constante expansão, garantindo que a fé transmitida pelos apóstolos fosse preservada, vivida e anunciada com integridade. Era o início de um modelo eclesial que, com as devidas adaptações, permanece até hoje como fundamento da organização da Igreja Católica.

Desenvolvimento da Estrutura Diocesana na Antiguidade Tardia e na Idade Média

A consolidação da diocese como unidade eclesiástica fundamental não ocorreu de forma abrupta, mas por meio de um processo gradual que se estendeu da Antiguidade Tardia até a Idade Média. Esse amadurecimento foi moldado por dois vetores complementares: de um lado, as deliberações internas da Igreja, expressas nos concílios e nas definições canônicas; de outro, as circunstâncias políticas e sociais, que muitas vezes interferiram na configuração territorial e na autoridade episcopal. Como recorda Barros (2009), a história da Igreja medieval é marcada por uma “constante interação entre o poder espiritual e o poder temporal, ora em aliança, ora em conflito”.

A transição do modelo administrativo romano para uma estrutura eclesiástica territorial foi decisiva. A herança romana forneceu um arcabouço organizacional que a Igreja, com prudência pastoral, adaptou à sua missão. No entanto, não bastava ter fronteiras definidas: era preciso regulamentar a autoridade dentro dessas fronteiras. Foi nesse contexto que os concílios desempenharam papel crucial, dando “corpo e alma à organização jurisdicional” da Igreja, como observa Raimundo (2019).

O Primeiro Concílio de Niceia (325 d.C.) foi um marco nesse processo. Para além das definições dogmáticas – como a afirmação da consubstancialidade do Filho com o Pai –, o concílio também tratou da disciplina eclesiástica.

O Cânon 6, por exemplo, reconhecia a autoridade dos bispos metropolitanos sobre as dioceses de suas províncias, estabelecendo uma hierarquia que refletia, em parte, a organização do Império Romano. Como afirmam Wolff e Bortoleto (2025), essa medida buscava “coibir a ordenação de bispos sem o consentimento do metropolitano” e garantir uma coesão institucional que ultrapassasse as relações pessoais de poder.

A estrutura diocesana passou então a integrar um sistema mais amplo: a *província eclesiástica*. Este conjunto de dioceses sufragâneas era presidido por um arcebispo metropolitano, cuja função incluía supervisionar os bispos, confirmar suas eleições e convocar sínodos provinciais. Essa configuração, herdada das divisões provinciais romanas, favorecia uma administração mais coesa e uma comunicação mais eficaz entre a Sé Apostólica e as igrejas locais. O *Código de Direito Canônico* mantém até hoje essa função de coordenação e vigilância do metropolitano (Cân. 436), como expressão da comunhão entre as igrejas particulares.

Entretanto, a Idade Média trouxe novas dinâmicas que moldaram a geografia eclesiástica. A fragmentação política após a queda do Império Carolíngio favoreceu o fortalecimento das estruturas feudais. Nesse cenário, a criação e a delimitação de dioceses não se davam apenas por critérios pastorais, mas também por interesses de poder. Barros (2009) observa que “reis, duques e senhores feudais viam no bispado não apenas um centro espiritual, mas uma peça-chave no controle territorial e econômico”.

Essa realidade deu origem à chamada *Eigenkirche* ou *Igreja própria*, na qual senhores laicos detinham influência decisiva na nomeação de bispos e no controle de propriedades e rendas eclesiásticas. Le Goff (2016) ressalta que, em muitos casos, “os limites da diocese coincidiam com os de um feudo ou senhorio”, tornando a organização territorial da Igreja um espelho da geopolítica feudal. Essa sobreposição de jurisdições, embora fortalecesse a presença eclesial em certas regiões, também gerava tensões constantes entre o poder temporal e o espiritual, obrigando a Igreja a negociar, reafirmar e, em alguns casos, reformar sua autoridade.

Assim, o período que vai da Antiguidade Tardia à Idade Média não apenas consolidou a diocese como unidade de governo eclesial, mas também revelou a necessidade de manter viva a tensão criativa entre organização territorial e fidelidade à missão apostólica. Essa experiência histórica reforça a compreensão de que a diocese, mesmo inserida em contextos políticos complexos, deve permanecer, segundo a definição do *Lumen Gentium* (n. 23),

“uma porção do Povo de Deus, confiada ao cuidado pastoral do bispo, em comunhão com o Romano Pontífice”.

Definição teológica e canônica da Diocese

A diocese não se reduz a uma divisão administrativa ou a um território delimitado. Sua verdadeira identidade se revela na confluência entre a reflexão teológica e a normatividade canônica. Como ensina o *Lumen Gentium*, a Igreja de Cristo, una e indivisível, “subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele” (Concílio Vaticano II, 1964, LG 8). Assim, a diocese não é uma filial da Igreja universal, mas sua plena manifestação em um contexto específico.

Do ponto de vista jurídico, o Código de Direito Canônico a define como “a porção do Povo de Deus confiada a um bispo, para que, com a cooperação do presbitério, a apascente” (Cân. 369). Essa definição deixa claro que o elemento essencial não é o território, mas a comunidade de fiéis unida a um pastor, em comunhão com o Romano Pontífice. É nesse encontro entre teologia e direito que a diocese se apresenta como expressão concreta da catolicidade.

Perspectiva Teológica: a Diocese como Porção do Povo de Deus

A compreensão teológica da diocese encontra seu alicerce na eclesiológia de comunhão proposta pelo Concílio Vaticano II. Conforme destaca Almeida (2025), a diocese é uma “Igreja particular”, ou seja, a Igreja de Cristo plenamente presente em um lugar determinado, com todos os elementos essenciais para a vida cristã: anúncio da Palavra, celebração dos sacramentos e exercício da caridade.

A *Lumen Gentium* (n. 26) sublinha que “cada legítima celebração da Eucaristia é dirigida pelo Bispo”, pois ele é o “princípio e fundamento visível de unidade” na sua Igreja particular. Nesse sentido, a Eucaristia não é apenas o ápice da vida diocesana, mas o sacramento que torna visível a comunhão entre o bispo e seu povo, e, por meio dele, a comunhão com toda a Igreja.

Pinho (2013) alerta contra dois desvios que podem enfraquecer essa visão: um universalismo abstrato, que desconsidera as expressões locais da fé, e um centralismo unilateral, que sufoca a diversidade legítima. A eclesiologia católica, ao contrário, reconhece que a unidade não se opõe à diversidade, mas a pressupõe.

Por fim, a comunhão com o Bispo de Roma é constitutiva dessa identidade. O *Christus Dominus* (n. 2) recorda que o Papa possui “poder supremo, pleno, imediato e universal” sobre toda a Igreja, incluindo as Igrejas particulares. Essa comunhão, longe de anular a autonomia diocesana, garante que “todos os fiéis espalhados pelo orbe comuniquem com os restantes por meio do Espírito Santo” (Concílio Vaticano II, 1964, LG 13).

Tipos Específicos de Circunscrições Eclesiásticas

No ordenamento eclesiástico da Igreja Católica, a diocese, enquanto porção do Povo de Deus confiada a um bispo, constitui o modelo ordinário de Igreja particular (Cân. 369). Contudo, a práxis pastoral e a flexibilidade da disciplina canônica preveem outras configurações, adaptadas a contextos históricos, missionários ou jurídicos específicos. Essas estruturas, equiparadas à diocese em muitos aspectos, revelam a capacidade da Igreja de responder, com criatividade e fidelidade, às exigências da evangelização em diferentes tempos e lugares¹.

Entre as formas mais conhecidas está a *Arquidiocese*², definida como uma diocese que preside uma província eclesiástica. O arcebispo metropolitano, além de governar a sua própria diocese, exerce funções de coordenação e vigilância sobre as dioceses sufragâneas (Cân. 435-436), promovendo a unidade doutrinal e a disciplina comum. Como observa Orsi (2008), essa primazia não confere “grau superior de santidade ou sacramento”, mas reflete um serviço de comunhão e coesão regional, em sintonia com o ministério de unidade da Igreja.

As *Prelazias Territoriais*³ e *Abadias Territoriais*⁴ são igualmente peculiares. O prelado ou abade exerce jurisdição própria, análoga à de um bispo diocesano (Cân. 370). A prelazia territorial costuma ser erigida em áreas onde, por motivos pastorais ou históricos, ainda não se estabeleceu uma diocese, enquanto a abadia territorial mantém vínculo originário com a vida monástica, estendendo a autoridade do abade para além da comunidade religiosa, abrangendo também clero e fiéis do território adjacente.

1 No Brasil temos 01 Arquieparquia; 03 Eparquias; 01 Ordinariato de Rito Oriental; 01 Ordinariato Militar e 217 Dioceses.

2 No Brasil temos 48.

3 No Brasil temos 07.

4 Não temos nenhuma.

Para regiões de missão, a Santa Sé institui *Vicariatos Apostólicos*⁵ e *Prefeiturias Apostólicas*⁶, governados em nome do Papa por um vigário ou prefeito apostólico (Cân. 371). Sua natureza é transitória, marcada pela dependência direta da Congregação para a Evangelização dos Povos. Representam a *implantatio Ecclesiae*, preparando o caminho para a ereção de dioceses plenas. Como assinala Rocha (2019), são “a presença da Igreja nas fronteiras missionárias, onde a fé ainda se enraíza”.

A *Administração Apostólica*⁷ é uma solução canônica para situações excepcionais. Pode ser estabelecida de forma permanente, quando razões especiais desaconselham a criação de uma diocese, ou de modo provisório, para governar uma diocese vacante ou cuja administração foi impedida (Cân. 371 §2). O administrador apostólico, nomeado pelo Papa, governa em seu nome, garantindo que “nenhuma porção do Povo de Deus fique sem pastor”, mesmo em tempos de crise.

Em síntese, embora a diocese seja a expressão mais madura e estável da Igreja particular, a diversidade de circunscrições eclesiais demonstra a atenção pastoral da Igreja a contextos variados. Cada uma mantém sua autonomia relativa e um vínculo específico com a Sé Apostólica, mas todas convergem para a mesma missão: tornar presente a plenitude da Igreja de Cristo em cada território e comunidade, respeitando as particularidades culturais e históricas, e assegurando que o anúncio do Evangelho alcance todos os confins da terra.

Significado e funções da Diocese

A diocese, na compreensão da Igreja, não é apenas uma realidade administrativa ou uma divisão geográfica para melhor gerir comunidades. Ela é, como afirma a *Lumen Gentium* (n. 23), “a Igreja de Cristo presente e operante entre os fiéis” em um território, sob a condução de um bispo em comunhão com o Sucessor de Pedro. Essa definição não se restringe à sua forma institucional, mas revela uma dimensão espiritual profunda: a diocese é um sacramento de comunhão e missão, onde a vida do Povo de Deus se articula em torno da Palavra, da Eucaristia e da caridade. O *Documento de Aparecida*

5 Nenhuma no Brasil.

6 Nenhuma no Brasil.

7 No Brasil é apenas uma.

(n. 165) recorda que a diocese é o “primeiro espaço da sinodalidade”, onde clero, consagrados e leigos se unem para discernir e agir em vista da missão. Já *Christus Dominus* sublinha que a diocese é o lugar onde a Igreja se concretiza de modo pleno, sendo a principal expressão da catolicidade em escala local, mas sempre aberta e vinculada à Igreja universal.

Significado Espiritual e Pastoral

O significado da diocese transcende a esfera administrativa para se enraizar no núcleo da experiência cristã: ela é o espaço onde a Igreja particular se realiza integralmente como Corpo de Cristo, reunindo e enviando seus membros para a missão. À luz da *Lumen Gentium* (n. 26), a diocese é “o povo confiado ao bispo, assistido pelo presbitério, de modo que, aderindo ao seu pastor e por ele reunido no Espírito Santo, mediante o Evangelho e a Eucaristia, constitua uma Igreja particular”.

Nessa perspectiva, o papel espiritual da diocese encontra seu ápice na vida litúrgica, particularmente na celebração da Eucaristia, centro e fonte de toda a vida cristã (LG, n. 11). A catedral, como igreja-mãe, simboliza e concretiza a unidade da fé e da comunhão diocesana, irradiando vida sacramental para as paróquias e comunidades. O bispo, como sucessor dos apóstolos, é o primeiro *liturgo* da diocese e garante que a celebração dos sacramentos seja fiel à tradição eclesial e adaptada às necessidades do povo (Ghirlanda, 2009).

O *Documento de Aparecida* (n. 167) acentua que a diocese também é o espaço privilegiado da evangelização organizada. É nela que se articulam os planos pastorais, a catequese, a formação permanente e as iniciativas missionárias. A proclamação da Palavra, a promoção da vida comunitária e o compromisso social integram a missão diocesana, fazendo da diocese um “organismo vivo” capaz de responder às urgências locais sem perder o vínculo com a universalidade da Igreja.

Além disso, a dimensão caritativa ocupa lugar central. Inspirada pela Doutrina Social da Igreja, a diocese é chamada a ser sinal da misericórdia de Deus, promovendo a justiça, a defesa da vida e a dignidade humana. *Christus Dominus* (n. 6) recorda que o bispo deve “defender os fracos, promover a paz e a harmonia, e ser incansável no serviço da caridade”. Essa missão se traduz no apoio a obras sociais, hospitais, escolas e iniciativas comunitárias, tornando a diocese não apenas um centro de culto, mas também um espaço concreto de transformação social.

Por fim, a diocese é, por natureza, uma realidade de comunhão: comunhão dos fiéis com seu bispo; comunhão do bispo e de sua diocese com o Papa e o colégio episcopal; comunhão entre as paróquias e comunidades que a compõem. Essa dimensão sinodal, tão enfatizada pelo Papa Francisco, assegura que a diocese seja uma “comunidade de comunidades” (CELAM, 2007), onde todos – clero, consagrados e leigos – participam corresponsavelmente, da única missão evangelizadora.

Funções Administrativas e Jurisdicionais

Embora a essência da diocese seja teológica e pastoral, ela também possui uma dimensão jurídico-administrativa indispensável para a realização de sua missão. O Código de Direito Canônico (Cân. 369) define a diocese como “uma porção do Povo de Deus, confiada ao bispo para que a apascente com a cooperação do presbitério, de modo que, unida ao seu pastor e reunida no Espírito Santo por meio do Evangelho e da Eucaristia, constitua uma Igreja particular”.

O bispo diocesano, nesse contexto, exerce três funções principais – legislar, julgar e administrar – em conformidade com o Cân. 391. Como legislador, pode emitir normas particulares adaptadas à realidade local, desde que respeitem o direito universal. Como juiz, é a autoridade máxima nos processos canônicos de sua diocese, atuando pessoalmente ou por meio do tribunal eclesiástico (Cân. 1419), especialmente em causas matrimoniais e disciplinares.

Administrativamente, a diocese é responsável por gerir seus bens temporais (Cân. 1254-1310), que devem servir prioritariamente à missão evangelizadora e à caridade. Igrejas, centros comunitários, escolas e hospitais são mantidos com recursos administrados pela cúria diocesana sob a supervisão direta do bispo. O princípio de transparência e a correta destinação dos bens são exigências não apenas legais, mas evangélicas, já que a boa gestão é parte integrante do testemunho cristão.

Essas funções administrativas e jurisdicionais não são fins em si mesmas, mas meios a serviço da comunhão e da missão. Como bem observa Moura et al. (2021), a diocese funciona como um “microcosmo da Igreja universal”, adaptando as diretrizes globais às necessidades locais, sem perder a unidade essencial com o todo eclesial.

A Diocese como Comunidade de Comunidades

O *Documento de Aparecida* (n. 170) propõe que a diocese seja compreendida como “uma rede de comunidades eclesiais vivas e missionárias”. Essa visão corresponde à eclesiologia de comunhão do Concílio Vaticano II, expressa em *Christus Dominus* (n. 11), que afirma que “a diocese é a Igreja que vive em um determinado lugar, sob a direção de seu bispo, unida à Igreja universal”.

As paróquias constituem as células básicas dessa rede, sendo o lugar mais próximo da vida de fé da maioria dos cristãos. Elas são, segundo o Cân. 515 § 1, comunidades estáveis de fiéis, cuja vitalidade está diretamente ligada à saúde espiritual da diocese (Pereira, 2013).

A pluralidade de carismas e expressões de fé – movimentos eclesiais, novas comunidades, pastorais específicas, associações de leigos – enriquece a vida diocesana. O desafio é integrá-los de modo harmonioso, evitando a fragmentação e favorecendo a complementaridade (Borges Neto, 2013).

Cabe ao bispo e aos seus colaboradores tecer essa unidade, promovendo um projeto pastoral diocesano que respeite a identidade de cada realidade, mas oriente todas para a mesma missão evangelizadora. Dessa forma, a diocese se confirma como um espaço de corresponsabilidade, participação e comunhão, no qual cada membro contribui para a edificação do único Corpo de Cristo, “até que todos cheguemos à unidade da fé” (Ef 4,13).

Estrutura e Organização Interna da Diocese

Nesta seção apresento a estrutura e a organização interna da Diocese, sem esquecer de que, enquanto expressão viva da Igreja particular, enfrenta no contexto atual uma série de desafios que exigem discernimento teológico, clareza jurídica e criatividade pastoral. A globalização, a secularização, as mudanças culturais aceleradas e as novas formas de comunicação remodelam profundamente a experiência de fé e a missão evangelizadora. Ao mesmo tempo, a escassez de vocações, a mobilidade populacional e a fragmentação comunitária impõem à estrutura diocesana a necessidade de se reorganizar sem perder sua identidade eclesial. Nesse cenário, torna-se indispensável integrar a visão teológica do Concílio Vaticano II, a orientação normativa do Direito Canônico e as diretrizes pastorais de documentos, como o *Documento de Aparecida*, para que a diocese continue sendo, de modo efetivo, sinal

e instrumento da presença de Cristo no mundo, capaz de responder com fidelidade e criatividade aos clamores do tempo presente.

O Bispo Diocesano

O Bispo Diocesano é o princípio e fundamento visível da unidade na Igreja particular que lhe foi confiada, exercendo sua missão em comunhão com o Romano Pontífice e com todo o colégio episcopal (LG 23). Sua autoridade não se reduz à de um administrador, mas decorre da sucessão apostólica e da plenitude do sacramento da Ordem, que o configura para agir *in persona Christi Capitis*. Nessa condição, ele exerce, de modo próprio, ordinário e imediato, os três ofícios fundamentais – *munus docendi*, *munus sanctificandi* e *munus regendi* – que estruturam a missão episcopal (Cân. 375 §1).

No *munus docendi*, o Bispo é o primeiro anunciador da fé e mestre autêntico da doutrina católica em sua diocese, “pregando ao povo que lhe foi confiado a fé que deve ser crida e aplicada aos costumes” (CD 12). Cabe-lhe interpretar e transmitir fielmente o depósito da fé, adaptando-o às circunstâncias culturais sem deturpar sua essência, pois “os bispos, em comunhão com o Papa, são doutores autênticos, revestidos da autoridade de Cristo” (LG 25). O *Documento de Aparecida* recorda que a missão do Bispo no anúncio do Evangelho implica não apenas a pregação, mas o discernimento das linguagens e métodos capazes de tocar o coração do homem contemporâneo (DAP 182).

No *munus sanctificandi*, o Bispo é o primeiro *liturgo* da diocese, “principal dispensador dos mistérios de Deus” (Cân. 835 §1), garantindo que a Eucaristia – “fonte e ápice de toda a vida cristã” (LG 11) – seja celebrada digna e autenticamente. Ele ordena presbíteros e diáconos, administra a Confirmação e promove a vida sacramental como meio de santificação do povo de Deus. A *Christus Dominus* enfatiza que essa missão santificadora deve conduzir toda a diocese a uma vivência cada vez mais consciente e frutuosa da liturgia (CD 15).

No *munus regendi*, o Bispo governa a diocese em nome de Cristo, exercendo autoridade legislativa, executiva e judiciária (Cân. 391). Esse governo, contudo, não se pauta pelo poder autorreferencial, mas pela caridade pastoral, sendo “pastor, pai e irmão” (CD 16), capaz de unir e animar o presbitério, coordenar a ação pastoral e promover a participação corresponsável de todo o povo de Deus. O *Documento de Aparecida* ressalta que a autoridade episcopal só é fecunda quando se traduz em serviço e proximidade: “O bispo

deve estar presente com amor e atenção junto ao seu povo, escutando-o e acompanhando-o” (DAP 198).

A nomeação do Bispo compete exclusivamente ao Romano Pontífice (Cân. 377 §1), após criteriosa consulta conduzida pelo Nuncio Apostólico. Uma vez nomeado, o eleito recebe a ordenação episcopal e toma posse canônica da diocese, ato que possui profundo significado litúrgico e jurídico: nele, o novo pastor assume publicamente o cuidado da porção do Povo de Deus que lhe é confiada. O vínculo entre o Bispo e sua diocese é pessoal e vital, embora o Código determine a apresentação da renúncia ao completar 75 anos ou em caso de grave impedimento (Cân. 401).

Em síntese, o Bispo Diocesano é mais que um gestor eclesiástico: é sinal sacramental de Cristo Pastor no meio de seu rebanho, mestre da fé, ministro da santificação e guia da comunhão. Como recorda *Lumen Gentium*, “em cada comunidade local, em torno de seu bispo, está presente e operante a Igreja de Cristo” (LG 26). Sua missão, portanto, é simultaneamente *teológica* (fundada no sacramento da Ordem), *jurídica* (regida pelo direito canônico) e *pastoral-missionária* (orientada para a evangelização e a comunhão).

Cúria Diocesana

A Cúria Diocesana é o conjunto de organismos e pessoas que auxiliam o Bispo no exercício de seu múnus de governar, ensinar e santificar, sendo expressão concreta da dimensão colegial e participativa do governo pastoral. O Código de Direito Canônico a define como a estrutura que “ajuda o bispo no governo de toda a diocese, principalmente na direção da atividade pastoral, na administração e no exercício do poder judiciário” (Cân. 469). Longe de ser apenas um aparato administrativo, a Cúria é, à luz da *Christus Dominus* (n. 27), um instrumento de comunhão, que organiza a corresponsabilidade e garante a eficácia da missão evangelizadora.

O Vigário Geral, figura central no exercício do poder executivo ordinário, atua como *alter ego* do Bispo, possuindo, em toda a diocese, autoridade para praticar todos os atos administrativos, exceto os que o próprio Bispo tenha reservado para si (Cân. 479 §1). Essa função traduz o princípio pastoral de que “o bispo deve cercar-se de colaboradores idôneos” (CD 27), fortalecendo a unidade e a coordenação pastoral. Além dele, os Vigários Episcopais exercem funções semelhantes, porém restritas a áreas territoriais, pastorais ou rituais específicas, conforme as necessidades da diocese.

A dimensão documental e histórica é garantida pelo *Chanceler da Cúria*, responsável por registrar, autenticar e arquivar todos os atos oficiais (Cân. 482 §1). Esse serviço, muitas vezes discreto, assegura a transparência e a memória institucional, elementos que, no plano pastoral, reforçam a confiança da comunidade no governo da Igreja.

No campo econômico, o *Conselho para os Assuntos Econômicos* e o *Ecônomo* representam o compromisso da diocese com a boa administração dos bens temporais, em consonância com a missão espiritual (Cân. 492-494). A *Lumen Gentium* (n. 23) recorda que tais recursos devem estar sempre a serviço do bem comum e da evangelização, e o *Documento de Aparecida* insiste na necessidade de “gestão transparente e responsável dos bens da Igreja” (Dap 202), como sinal de testemunho ético diante do mundo.

A participação do clero no governo diocesano encontra expressão no *Conselho Presbiteral*, chamado de “senado do Bispo” (Cân. 495 §1), que o auxilia no discernimento e nas decisões pastorais. Dentre seus membros, o *Colégio de Consultores* exerce funções específicas e de maior relevância, especialmente em situações de vacância da sé. Esses organismos cumprem o que *Christus Dominus* (n. 27) recomenda: que os bispos se apoiem em conselhos que expressem a colaboração ativa dos presbíteros.

No âmbito judiciário, o *Tribunal Eclesiástico Diocesano* concretiza o exercício do poder de julgar, que pertence ao Bispo como juiz de primeira instância (Cân. 1419). Geralmente presidido por um Vigário Judicial, esse tribunal trata de causas contenciosas e penais, entre as quais se destacam os processos de nulidade matrimonial. Sua atuação não é apenas jurídica, mas pastoral, pois busca a verdade e a justiça segundo o Evangelho, preservando a integridade da fé e a dignidade das pessoas.

Assim, a Cúria Diocesana é o espaço onde a missão pastoral se encontra com a organização administrativa e jurídica, revelando que o governo eclesial, quando enraizado na comunhão e no serviço, torna-se instrumento eficaz de evangelização. Como afirma o *Documento de Aparecida*, “a Igreja é chamada a organizar-se para servir melhor” (Dap 371), e a Cúria é a expressão institucional dessa vocação.

Divisões Territoriais e Comunitárias

A organização territorial e comunitária da diocese é expressão concreta da sua missão de tornar Cristo presente em todos os lugares e circunstâncias. Conforme recorda a *Christus Dominus* (n. 11), a diocese é “uma porção do Povo

de Deus confiada ao bispo”, que a conduz por meio de uma rede articulada de comunidades, garantindo proximidade pastoral e unidade na diversidade. Essa estrutura, prevista pelo Código de Direito Canônico, não é meramente funcional: ela traduz, no plano visível, a comunhão espiritual que une todas as partes da Igreja particular sob o pastoreio do bispo.

A *paróquia* é a célula básica dessa organização. Definida como “uma determinada comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular” (Cân. 515 §1), ela é confiada ao pároco, que exerce o múnus de ensinar, santificar e governar em comunhão com o bispo (Cân. 519). À luz da *Lumen Gentium* (n. 26), cada paróquia é “uma Igreja em meio das casas dos homens”, sendo o espaço onde a vida sacramental, a catequese e a caridade se realizam de forma mais próxima dos fiéis. Para favorecer a corresponsabilidade, o direito canônico prevê órgãos consultivos como o *Conselho Pastoral Paroquial* (Cân. 536) e o *Conselho para os Assuntos Econômicos* (Cân. 537), que encarnam, no nível local, a participação do povo de Deus na missão e no cuidado da comunidade.

Em nível intermediário, a diocese agrupa paróquias vizinhas em *regionais* (ou decanatos/vicariatos forâneos), coordenadas por um vigário forâneo (Cân. 553-555). Essas estruturas não possuem autoridade hierárquica sobre as paróquias, mas funcionam como espaços de cooperação, planejamento conjunto e partilha de recursos, permitindo que a pastoral tenha um alcance mais orgânico e eficiente. O *Documento de Aparecida* (n. 170) incentiva fortemente essa cooperação, pois ela “gera comunhão e fortalece a missão”.

Além das divisões territoriais, a vida diocesana é enriquecida por *instituições pastorais e sociais* que ultrapassam os limites paroquiais. Seminários, escolas, universidades católicas, hospitais, casas de caridade e centros de pastoral especializada expressam a dimensão evangelizadora e transformadora da diocese no tecido social. Esses espaços tornam visível o compromisso com a educação, a saúde, a promoção humana e a defesa da dignidade da vida, de acordo com a Doutrina Social da Igreja e o chamado do *Documento de Aparecida* a ser “Igreja advogada da justiça e defensora dos pobres” (DAP 395).

Essa organização capilar, unindo paróquias, regionais e instituições diocesanas, é sustentada pelo princípio da comunhão missionária. A diocese, como “comunidade de comunidades” (DAP 170), é chamada a harmonizar os diferentes carismas, iniciativas e serviços em um único projeto pastoral diocesano, garantindo que cada parte contribua para a edificação do Corpo de Cristo. Assim, a divisão territorial e comunitária não fragmenta, mas fortalece a unidade e o dinamismo da missão.

O Clero e o Povo de Deus na Diocese

A diocese, enquanto porção concreta do Povo de Deus, é formada por uma comunhão orgânica de ministérios e carismas, na qual cada estado de vida participa ativamente da missão evangelizadora. À luz da *Lumen Gentium* (n. 9 e 23) e do *Documento de Aparecida* (n. 164-170), essa comunhão não é mera justaposição de funções, mas expressão do único Corpo de Cristo, no qual a diversidade se integra na unidade. O vínculo entre o *clero*, a *vida consagrada* e os *fiéis leigos* é, portanto, de corresponsabilidade e complementaridade, não de hierarquia dominadora, mas de serviço recíproco.

O *clero*, formado por presbíteros e diáconos, é o colaborador mais próximo do bispo. Os presbíteros, unidos sacramentalmente ao seu bispo, formam com ele um único presbitério, partilhando o múnus de ensinar, santificar e governar o povo de Deus (Cân. 369 e 519). A *Presbyterorum Ordinis* (n. 7) recorda que eles “não podem exercer seu ministério de modo proveitoso sem a união com o bispo e com os demais presbíteros”. Já os diáconos, ordenados para o serviço, têm uma missão específica na proclamação da Palavra, na liturgia e na caridade (Cân. 1009 §3), sendo pontes vivas entre as necessidades concretas da comunidade e o pastoreio do bispo.

A *vida consagrada*, por sua vez, acrescenta à diocese a riqueza dos diversos carismas suscitados pelo Espírito Santo. Religiosos e religiosas, mesmo pertencendo a institutos com governo próprio, inserem-se no projeto pastoral diocesano, harmonizando a fidelidade ao carisma fundacional com as necessidades da Igreja local (*Christus Dominus*, n. 33). Sejam contemplativos, missionários, educadores ou cuidadores dos pobres, a sua presença é fermento de renovação espiritual e testemunho profético no meio do mundo, como recorda o *Documento de Aparecida* (n. 216).

Os *fiéis leigos* constituem a maioria do Povo de Deus e têm uma vocação específica: ordenar as realidades temporais segundo o Evangelho (*Lumen Gentium*, n. 31). Sua atuação não se limita ao interior da Igreja – como catequistas, ministros extraordinários, animadores de comunidades ou membros de conselhos pastorais e econômicos (Cân. 536-537) –, mas se estende ao mundo, sendo presença transformadora na família, no trabalho, na política, na cultura e na economia. O *Documento de Aparecida* (n. 497) insiste que “os leigos são protagonistas na construção de uma sociedade justa e solidária”.

Assim, a diocese se realiza plenamente quando clero, vida consagrada e leigos caminham juntos, cada qual com sua missão específica, mas unidos no mesmo projeto evangelizador. O bispo, como princípio visível

de unidade, tem a tarefa de animar e articular essa diversidade, para que todos contribuam, em comunhão e corresponsabilidade, para a edificação do Reino de Deus.

Considerações finais

A história da diocese é, ao mesmo tempo, um retrato da Igreja e um testemunho de sua capacidade de enraizar-se em contextos diversos sem perder a fidelidade ao Evangelho. Desde suas origens como subdivisão administrativa no Império Romano até sua configuração como Igreja particular, a diocese mostrou-se capaz de integrar heranças culturais, adaptações pastorais e desenvolvimentos jurídicos, tornando-se o coração pulsante da vida eclesial. Ela é o lugar onde a universalidade da fé se concretiza na vida cotidiana de um povo, sob o pastoreio de um bispo que, unido ao Papa e ao colégio episcopal, garante a comunhão e a missão.

Ao longo dos séculos, essa realidade foi moldada por influências políticas, disputas de poder, decisões conciliares e profundas reflexões teológicas. Sua estrutura, longe de ser apenas administrativa, é a expressão de uma eclesiologia de comunhão: nela, clero, vida consagrada e leigos unem forças, articulando a diversidade de carismas em torno de um mesmo projeto evangelizador. A diocese é, assim, não apenas um território, mas um organismo vivo, onde a Palavra é anunciada, a Eucaristia é celebrada e a caridade é praticada como sinais do Reino.

Entretanto, a solidez dessa identidade não a isenta de desafios. A globalização, a secularização, a crise de vocações, a fragmentação comunitária e as novas linguagens culturais exigem da diocese um renovado esforço de discernimento. Hoje, mais do que nunca, torna-se urgente conjugar fidelidade à tradição com criatividade pastoral, clareza jurídica com ousadia missionária, e comunhão eclesial com atenção às realidades locais.

Diante disso, a reflexão sobre a diocese não é apenas um exercício acadêmico, mas um chamado à ação. Ela nos convida a assumir corresponsavelmente a missão que nos é confiada, transformando nossas comunidades em verdadeiras “Igrejas em saída”, como insiste o Papa Francisco, capazes de dialogar com o mundo sem perder a força do testemunho cristão. Que esta visão renovada da diocese inspire pastores e fiéis a construir, em cada tempo e lugar, uma Igreja viva, unida e missionária, que continue a ser sinal e instrumento da presença de Cristo no coração da história.

Referências

- ALMEIDA, Antônio José de. Igrejas particulares na *Lumen Gentium*. **Vida Pastoral**, 2025.
- BARROS, José D'Assunção. Cristianismo e política na Idade Média: relações entre Papado e Império. **Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, p. 53-72, 2009.
- BERNARDO, Bonifácio. Sínodo diocesano: um serviço à missão da Igreja local. **Didaskalia**, v. 45, n. 1, p. 163-178, 2015.
- Borges NETO, Renato da Silveira. Os movimentos eclesiais contemporâneos e comunidades novas. **Atualidade Teológica**, v. 16, n. 42, 2013.
- CATARINO, Késsia Evangelista; ZAGANELLI, Margareth Vetis. *Motu proprio*: a reforma do Código de Direito Canônico e as alterações no processo de nulidade matrimonial. **Revista Jurídica Cesumar – Mestrado**, v. 24, n. 3, p. 893-903, 2024.
- CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. **Codex Iuris Canonici**. São Paulo: Loyola, 1983.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Decreto Christus Dominus sobre o múnus pastoral dos bispos na Igreja**. Vaticano, 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_christus-dominus_po.html. Acesso em: 10 ago. 2025.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Lumen Gentium**: Constituição Dogmática sobre a Igreja. *Acta Apostolicae Sedis* (AAS), v. 57, p. 5-75, 1964.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Decreto Presbyterorum Ordinis**: sobre o ministério e a vida dos presbíteros. Vaticano, 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_presbyterorum-ordinis_po.html. Acesso em: 1 ago. 2025.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Quem são e como atuam no Brasil os bispos, sucessores dos apóstolos segundo o decreto Christus Dominus**. 2021. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/quem-sao-e-como-atuam-no-brasil-os-bispos-sucessores-dos-apostolos-segundo-o-decreto-christus-dominus/>. Acesso em: 10 ago. 2025.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). **Documento de Aparecida**: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe. Paulus; Paulinas; Ave-Maria, 2007.
- COSTA, Jackson Samuel da; SILVA, Rebeca Brasil da. **Desigrejados**. 2023.
- DICASTÉRIO PARA OS LEIGOS, A FAMÍLIA E A VIDA. **A vida é sempre um bem**: iniciar processos para uma Pastoral da Vida Humana. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2025.

GERALDO, Denilson. O surgimento de um novo instituto de vida consagrada na Igreja diocesana. **Scientia Canonica**, v. 5, n. 9, p. 257-259, 2022.

GHIRLANDA, Gianfranco. **O direito na Igreja**: mistério de comunhão. 2. ed. Aparecida: Santuário, 2009.

HIPÓLITO, Rodrigo; PEDRONI, Fabiana. *Domus ecclesiae* como markerspace: um lugar de culto entre a liturgia judaica e o batismo cristão. **Revista Mundo Antigo**, a. V, v. 5, 2016.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Tradução de Monica Stahel. Petrópolis: Vozes, 2016.

LIBÂNIO, João Batista. **Igreja contemporânea**: encontro com a modernidade. São Paulo: Loyola, 2000.

MENDES, Norma Musco; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; DAVIDSON, Jorge. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. **Tempo**, v. 9, p. 17-41, 2005.

MOURA, Cassiana da Silva Borges et al. Gestão organizacional para o clero católico: investigação em uma Diocese do estado do Paraná. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 12, n. 1, p. 378-398, 2021.

NEVES, Rogério Augusto das. O pároco e o tríplice *munus* no Código de Direito Canônico. **Teologia em Questão**, n. 33, p. 119-153, 2018.

ORSI, João Carlos. Organização interna das igrejas particulares. **Revista de Cultura Teológica**, n. 64, p. 211-228, 2008.

OSPINA, Wilmar Alonso Pineda et al. **La potestad ejecutiva o administrativa del vicario general en la iglesia particular**. 2019.

PEREIRA, José Carlos. Paróquia, comunidade de comunidades: desafios centrais. **Revista Encontros Teológicos**, v. 28, n. 2, 2013.

PINHO, José Eduardo Borges de. *Lumen Gentium*: a Igreja (antes, depois, 50 anos depois). **Theologica**, v. 48, n. 2, p. 257-284, 2013.

RAIMUNDO, Mariana de Matos Ponte. **Concílio Vaticano I (1869-1870)**: textos e contextos, tradição e representação. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

RAMALHO, Jefferson. Antiguidade Tardia: conceitos e história a partir de uma perspectiva brasileira. **Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos**, n. 8, p. 195-199, 2016.

ROCHA, Geraldo Lyrio. Breve história da Arquidiocese de Mariana. **Memória e Testemunho**, p. 5, 2019.

SANTOS, Adelcio Machado dos; FREIBERGER, Rubens Luís; MENDES, Dreone. Império Romano – estrutura e funcionamento da educação. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, p. e15711119682, 2022.

SILVA, Diogo Pereira. A reestruturação político-administrativa do Império Romano na época de Diocleciano e da Tetrarquia (284-305). **Classica – Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, v. 30, n. 1, p. 85-102, 2017.

SOUSA, Antônio Alves de. O fundamento Cristo e a sucessão apostólica para uma compreensão do *munus episcopalis*. **Colloquium**, Patos de Minas, v. 2, p. 102-128, 2016.

SOUZA, Ney de. Da Igreja doméstica à paróquia: aspectos históricos das origens à atualidade da paróquia. **Revista de Cultura Teológica**, n. 83, p. 159-172, 2014.

TORRES, Fernando Alberto Abreu. **A missão dos leigos na Igreja: o Renascimento Carismático Católico**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Portuguesa, Portugal, 2015.

WOLFF, Elias; BORTOLETO, Edivaldo José. O Concílio de Niceia para os nossos dias: uma leitura ecumênica. **Caminhos de Diálogo**, v. 13, n. 22, p. 84-100, 2025.

SEÇÃO I
ORIGENS DA REGIÃO DO VALE
DO PARAÍBA FLUMINENSE

I. ALDEAMENTO DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO DO SERTÃO DE VALENÇA: O QUE MUDOU NO DISCURSO HISTORIOGRÁFICO¹

Raimundo César de Oliveira Mattos

Introdução

Os pontos de partida da História da cidade de Valença estão nos anos de 1789 e 1801. No primeiro ano iniciaram-se as providências para o aldeamento dos povos nativos da região com a passagem do capitão de ordenanças Ignácio de Sousa Werneck pela região sem, no entanto, serem tomadas medidas concretas a respeito. Em 1801, por sua vez, após longas negociações, foi efetivamente criada a aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença onde, em 1803, o Padre Manoel Gomes Leal teria celebrado uma primeira missa, nomeado que fora através de portaria de 5 de fevereiro pelo Vice-Rei D. Fernando José de Portugal, como capelão para os nativos das terras valencianas.

Obedecendo a um plano urbanístico do período, as cidades nasciam a partir da construção de um prédio religioso, ao redor do qual formava-se o núcleo povoador com as principais edificações da aldeia e as casas de seus moradores mais ilustres, que davam início à formação da “boa sociedade” local. Isso tudo já fazia parte de uma cultura política própria que se formava e que procurava, mediante o traçado da cidade, se afirmar. Assim, ao redor da primitiva capela e, depois, da matriz de Nossa Senhora da Glória, cuja construção foi iniciada em 1820, a aldeia cresceu e se desenvolveu. Mas como entendemos o conceito de “aldeamento” segundo o pensamento oitocentista? Fania Friedman assim classifica tais núcleos:

1 Artigo publicado originalmente na Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades da Univassouras, Vassouras, v. 15, n. 3, Edição Especial, p. 38-65, set./dez, 2024.

Também chamadas de aldeias de repartição, missões ou reduções, estas entidades católicas exerceram importante papel no proveito do território e como viveiro de mão de obra cativa que os missionários alugavam para os moradores dos arredores ou para as obras públicas. Localizadas em pontos estratégicos para a defesa do mar, dos rios, do sertão e onde, muitas vezes, edificavam-se fortalezas, entre suas funções incluíam-se a catequese e a educação pelo trabalho. Estes arraiais revelam a forte relação entre o Estado português e a Igreja em seu projeto “civilizatório” (Friedman, 2011, p. 4-5).

No entanto, ao contrário do que sempre se propalou no município, as relações entre os denominados Coroados e os novos ocupantes do território não foram tão amistosas assim, uma vez que ocorreram conflitos de interesses entre os dois lados. Quem teve um papel, podemos dizer, diplomático no trato com os indígenas foi o fazendeiro José Rodrigues da Cruz, apontado por Leoni Iório, em sua obra *Valença de ontem e de hoje*, como o verdadeiro fundador da Aldeia de Valença. Muitos historiadores, por sua vez, já consideram a criação da aldeia como uma estratégia de contenção dos Coroados, o que já está parcialmente descrito nas obras de memorialistas locais, ainda que em tom heróico. Uma nova visão já interpreta o processo de aldeamento e catequese como uma forma de ocupação do território e delimitação da área destinada aos indígenas que ficariam, assim, restritos a uma espécie de “reserva”, impedidos de fazer as suas “correrias” pela região. Tais correrias, no entanto, não deixaram de acontecer, já que eles, em diversas ocasiões, e por motivos vários, voltaram a se valer de tais estratégias. Mudanças significativas na visão historiográfica surgiram a partir do entendimento de que os povos indígenas agiam como protagonistas e não meros agentes passivos, interligando a pesquisa histórica como outras áreas do conhecimento. Assim

Em nossos dias, essas concepções vão sendo desmontadas. No palco da história, os índios vão, lentamente, passando da invisibilidade construída no século XIX para o protagonismo conquistado e restituído nos séculos XX e XXI por movimentos políticos e intelectuais nos quais eles próprios têm tido intensa participação. Desde a década de 1990, os historiadores no Brasil têm se voltado para o estudo dos índios, valorizando-os como sujeitos dos processos históricos por eles vivenciados. Com base em abordagens interdisciplinares, as pesquisas atuais centram o foco da análise nos próprios índios e identificam suas formas de compreensão e seus objetivos nas várias situações de contato por eles vividas, levando em conta os interesses e significados

diversos das atuações políticas, socioeconômicas e culturais dos vários atores em contato (Almeida, 2012, p. 22).

Procuramos, aqui, debater as duas correntes acima mencionadas, numa tentativa de verificar o que mudou no discurso historiográfico acerca da análise do processo de catequese e aldeamento dos Coroados. Assim, utilizamos as obras de autores do século XIX e da segunda metade do século XX, contrapondo-os a autores do início do século XXI, a fim de melhor entendermos as mudanças na interpretação do mesmo processo histórico, bem como atuação dos personagens nele envolvidos – os povos que viviam na região e os novos ocupantes do território. Algumas ideias pouco ou nada variaram, razão pela qual encontramos autores mais modernos na primeira parte, deixando para a segunda a discussão dos pontos que passaram por uma nova interpretação historiográfica.

A visão tradicional – ocupação e criação da aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença

Paralelamente aos grupos que partiam do Rio de Janeiro em direção à serra fluminense, ou mesmo buscavam a direção de São Paulo ou o Vale do Paraíba do Sul, existiu um movimento de ocupação da terra que partiu de Minas, com a diminuição da mineração, estabelecendo antigos moradores das zonas de mineração com lavouras de subsistências na floresta, conquistada aos nativos que já não opunham mais resistência, vencidos que foram em fins do século XVIII. O historiador Carlos Gabriel também se refere a estes dois grupos que, paulatinamente, foram ocupando a região do Vale – o que descia de Minas Gerais, principalmente da comarca do Rio das Mortes e do sul de Minas; e outro, subindo a partir do Rio de Janeiro, passando por Raiz da Serra (Guimarães, 2011).

Em comparação ao trecho paulista do vale, que começa a ser ocupado desde o início do século XVII, bem como o setor do Baixo Paraíba, correspondente às planícies de Campos, com os engenhos de cana-de-açúcar e por núcleos urbanos, a região de Valença, por pertencer às chamadas “terras proibidas” ou “áreas proibidas do Sertão do Rio Preto”, uma vez que, devido ao fato de fazer divisa com a Capitania de Minas Gerais, se transformaria em canal aberto para possível contrabando do ouro, só viveria uma ocupação sistemática a partir da segunda metade do século XVIII. Outro motivo era

impedir que os mercadores e tropeiros escapassem do alto imposto alfandegário cobrado nos “Registros” espalhados por todo o Caminho Novo.

No entanto, já dentro do processo de interiorização, e após a chegada da Família Real, a região passou a ser vista de outra forma, tendo sido organizado o projeto de sua ocupação, plano este que já dera os primeiros passos em 1789 quando, por ordem do então Vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos e Souza, Ignácio de Souza Werneck, capitão de ordenanças do Termo de Paty do Alferes, passou pela região com o objetivo de “rebater os grupos intrusos em suas próprias aldeias, por ocasião da abertura de caminhos e estradas de que fora incumbido [...]” (Iório, 1953, p. 21). Alcir Lenharo, em seu livro *As Tropas da Moderação*, registra o fato de que as aberturas e reformas de vias de comunicação estavam inseridas na virada modernizadora das diretrizes básicas de D. João ao chegar ao Brasil, sustando-se as proibições e incentivando-se a abertura de novos caminhos (Lenharo, 1979, p. 57). A crise econômica pela qual passava Portugal também contribuiu para que a região fosse vista como uma opção de exploração econômica.

À queda na produção aurífera do Brasil, a principal colônia lusitana, somar-se-iam o decréscimo no trato mercantil, a baixa na produção dos gêneros mais importantes (como o açúcar, na América, e o vinho, no reino) e a exaustão das finanças do Estado português. “Crise econômica, crise dos fundos para o Estado, crise para a produção e para o comércio”. Esta é a interpretação corrente desde, ao menos, princípios do século XX, e segue tendo bastante relevância em estudos mais recentes (Mont Serrath, 2013, p. 1).

Já os grupos intrusos a que se referia o vice-rei, seriam os *Puris* que, segundo Leoni Iório, faziam incursões na região habitada pelos *Coroados*, indígenas que se estabeleceram na região de Valença. Essas incursões explicam-se pelo fato de que, tendo que se afastar de suas terras com o início da ocupação do Vale, passaram a realizar ataques periódicos aos povoados e engenhos para se defender. Inimizades entre as tribos também ocasionavam deslocamentos dos povos indígenas, bem como as providências que o governo principiava a tomar:

Os índios *Coroados*, selvagens errantes pelas imediações da Mantiqueira, perseguidos pelos seus temíveis parentes – os *Puris* – que os afugentavam em luta de morte, haviam se aclimatado, mesmo antes de 1789, no antigo sertão do Rio Preto, não obstante a fúria de seus

imortais inimigos que provocavam constantes desordens, infestando, com depredações, as fazendas das próximas freguesias de Sacra Família, Conceição do Pati do Alferes e Conceição da Paraíba Velha, cujos habitantes, ‘ávidos de necessária calma, para a prosperidade de suas lavouras’, eram, diariamente, sobressaltados e ‘só poderiam trabalhar, em suas sesmarias, com armas na mão’. Essa situação que perdurara, prejudicando os trabalhos de desbravamento, se refletia sensível e assustadoramente entre os *Coroados* do sertão de Valença – indígenas de índole pacífica e acessíveis, que tiveram, desde logo, o amparo, em sua defesa, do Vice-Rei Luiz de Vasconcelos e Souza, do Rio de Janeiro (Iório, 1953, p. 21).

Note-se aqui o que Iório afirma: a preocupação dos habitantes das fazendas vizinhas com a “necessária calma para a prosperidade de suas lavouras”, a “índole pacífica” dos Coroados, o “amparo” prestado pelo Vice-Rei e, obviamente, a ideia do desbravamento, que se via prejudicado com as incursões dos Puris. A região já se tornara, assim, alvo dos planos do governo o qual necessitava prestar seu auxílio aos fazendeiros que se lançaram ao projeto de colonização desta área, compreendida entre os Rios Preto e Paraíba, e aos Coroados, amparando-os como povo pacífico, contra seus “imortais inimigos”. Entre esses fazendeiros toma destaque especial a figura de José Rodrigues da Cruz, novo proprietário da Fazenda de Ubá, que se uniu ao mencionado Souza Werneck e, posteriormente, ao Padre Gomes Leal no projeto de catequese e civilização dos nativos da região. Os povos que viviam nessa região já eram do conhecimento do governo português:

Nesse momento, as terras interioranas, que ainda eram classificadas como áreas sertanejas, eram ocupadas por índios conhecidos como “índios bravos ou brabos”. Já as etnias que vivam próximas ao litoral, próximo ao Caminho Novo, eram classificadas pelos portugueses e citados em crônicas quinhentistas como guerreiros, violentos, temidos e adeptos da antropofagia. Portanto, essa discrição leva em conta os dados etnográficos dos viajantes do século XVI referente principalmente aos índios Tupinambá, que vivam nas cercanias da Baía da Guanabara, Baixada Fluminense, e outros pontos do litoral da capitania do Rio de Janeiro.

No entanto, essa discrição arraigados com valores de seu tempo, acabou se generalizando e, por sua vez, pode ter contribuído para que os “índios dos sertões, no interior da colônia, não falantes da Língua Geral, fossem chamados de “índios bravos”, entre eles as etnias Puri,

Coroado que ocuparam várias áreas do Vale do Paraíba inclusive as regiões do trajeto do Caminho Novo (Oliveira, 2020, pp. 2-3).

O historiador Antonio Carlos da Silva aponta para os diversos fatores para a ocupação da serra fluminense:

Muitos foram os fatores que corroboraram para o sucesso e a rapidez do processo de povoamento da região fluminense: tanto em fatores de ordem física, como a presença de acidentes geográficos no extenso litoral, com enseadas e portos, quanto em fatores de ordem econômica, citando-se, entre outros, o processo de arrendamento de terras adotado pelos padres na planície campista, o sistema de concessão de sesmarias pela metrópole, a abertura de caminhos para a região das minas, e até mesmo a venda de pequenas roças que serviam para o abastecimento dos aventureiros, tropeiros e viajantes, entre outros (Silva, 2010).

A abundância de água, utilizada para os primeiros roçados para fornecer alimentos e como via de transporte em muito contribuiu para o sucesso da ocupação da região. Entretanto, ainda existiam as dificuldades provocadas pela presença indígena na região que, mesmo considerados pacíficos por alguns, apresentaram dificuldades para o processo de ocupação do território, razão pela qual o governo resolveu intervir. Théó Piñeiros também aponta para os motivos para a escolha do lugar do aldeamento:

A escolha do local, pelos fundadores de Valença, não foi aleatória. O centro urbano foi instalado em uma posição privilegiada, no ponto em que as duas principais vias de comércio que atravessavam a região se encontravam – a Estrada do Comércio e a Estrada da Polícia – tornando-se ponto de parada das tropas que faziam a ligação entre o sul de Minas Gerais e o Rio de Janeiro, o que, sem dúvida, muito contribuirá para acelerar o processo de crescimento econômico da região (Piñeiro, 2015, p. 9).

As primeiras sesmarias na região do sertão de Valença, no entanto, datam de 1771, 1793 e 1797, doadas a Francisco Nunes Fagundes, Garcia Rodrigues Paes Leme, que foi o construtor do Caminho Novo, e Francisco Antônio de Paula Nogueira da Gama, respectivamente, como informa o memorialista Leoní Iório.

Já no ano de 1800 os cidadãos interessados em adquirir terras no sertão de Valença, denominado então “Sertão dos Índios Coroados”, deveriam se dirigir ao Rio de Janeiro fazendo pedido da porção de terra que lhes interessassem. Nesse pedido eles procuravam localizar as terras utilizando-se dos confrontantes, quando existiam, e/ou dos acidentes geográficos: rios, córregos, ribeirões, serras e outros². A concessão de sesmarias era feita a pessoas que tinham condições de levar adiante o processo de ocupação do território e sua consequente colonização. Isso se tornou um costume dominante, concedendo-se as sesmarias a pessoas fidalgas ou com posses suficientes para construção de um engenho, excluindo-se da propriedade da terra os pobres ou desfavorecidos. Todos os que requeriam sesmarias tinham o cuidado de se apresentarem como pessoas com recursos para levar adiante o processo de ocupação e colonização da terra e, exatamente por isso, pediam a concessão. (Andrade, 1989, p. 29)

A paisagem da época na região compreendia uma exuberante floresta da Mata Atlântica, elogiada por não poucos viajantes, algumas trilhas abertas na mata por contrabandistas e a presença de indígenas. Durante quase todo o século XVIII ainda se encontravam incultas. A distribuição de sesmarias no sertão atraiu gente de todo lugar: mineradores, portugueses, principalmente açorianos, e provenientes da capital da colônia, que subiam a serra a fim de se dedicarem aos negócios da lavoura. Vencida a floresta, ainda havia o outro “mal” por ultrapassar – os indígenas. O território que hoje constitui a cidade era habitado, como dito, pelos nativos designados como Coroados, do grupo dos Tapuias, divididos em duas tribos: a dos Purus, que viviam onde hoje se situa a cidade, e a dos Araris, que viviam nas cercanias e mais especificamente em Conservatória. Estes dois grupos mantinham guerra constante com os mencionados Puris, parentes próximos dos Coroados, que habitavam regiões vizinhas. Outrora estes indígenas habitavam a baixada fluminense e eram descendentes diretos dos Tamoios mas, pressionados pelos colonizadores, refugiaram-se na serra, ultrapassando a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, que foi durante muito tempo o limite natural do expansionismo colonialista português.

O nome Coroados é uma denominação geral dos portugueses para todas as tribos que usavam cortes de cabelo em forma de coroa. Saint Hilaire assim os designa dizendo que o nome foi dado aos índios que tinham o hábito

² Cf. PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA. Inventário dos bens culturais imóveis de Valença. Valença: s. ed., 2003/2004, p. 12

de “cortar os cabelos no meio da cabeça, à maneira dos nossos sacerdotes, ou seja, de não conservar mais do que uma calota de cabelos, como fazem ainda hoje os Botocudos (Saint-Hilaire, 1975, p. 38).”

Rugendas, por sua vez, escreveu que os Coroados da região eram resultantes do cruzamento dos Coropós com os temíveis Goitacás de Campos, fato discutível embora, segundo Debret, Coroados e Coropós fossem muitas vezes confundidos pela semelhança. Já Alberto Lamago refuta a tese de que os Coroados de Valença tivessem ligações com os de Campos, afirmando ser mais provável “que a maioria pertencesse à nação Puri, reconhecida nos matagais do Muriaé, do Pomba e de Cantagalo, cujos vestígios foram também anotados em Resende e Areias, no limite oposto e ocidental da Serra Fluminense (Lamago, 2007, p. 168).”

Com o tempo, estabeleceram-se algumas fazendas às margens do Paraíba, entre elas a de Pau Grande e a de Ubá. O ano de 1789 marcou, porém, o início das providências para a ocupação da região, ao mesmo tempo em que, pelo sistema de união Igreja/Estado que então vigorava, procedia-se ainda ao início da catequese dos Coroados.

Foram encarregados dessa missão o Capitão Ignácio de Souza Werneck, o abastado fazendeiro José Rodrigues da Cruz, senhor da fazenda de Ubá, e o padre Manoel Gomes Leal, que, nessa época (1789), fizeram sua entrada no dito território e erigiram uma frágil e pequena capela, no principal aldeamento dos índios, *hoje cidade de Valença*, sob a invocação de N.^a S.^a da Glória, e, por ordem do Vice-Rei, D. Fernando José de Portugal e do Bispo D. José Joaquim Justiniano, foi o padre Manoel Gomes Leal (5-2-1803) encarregado, como Capelão da referida capela, de ensinar a religião católica aos índios (Iório, 1953, p. 23).

Outro memorialista local, Luiz Damasceno, assim descreve a nomeação do Padre Gomes Leal para o vicariato dos Coroados, que somente ocorreu em 1803:

Nestas circunstâncias foi preciso que, em conformidade da referida Ordem, ou Real Aviso, se destinasse um sacerdote idôneo, para instruir os índios neófitos na Santa Religião e administrar-lhes os devidos sacramentos, como executou o Vice Rei Dom Fernando José de Portugal, nomeando no cargo de Capelão, com cômputo anual de 150\$000 réis pela Portaria de 5 de fevereiro de 1803, o padre Manoel Gomes Leal, que tendo paroquiado a igreja de Sacra Família, por Encomenda, havia

acompanhado as expedições antecedentes contra os mesmos índios e feito ali serviços muito úteis à igreja e ao Estado (Ferreira, 1978, p. 5).

A complicada burocracia da Corte Portuguesa havia arrastado, no entanto, o processo por mais de dez anos, desde as primeiras providências tomadas em 1789, até esta nomeação do Padre Gomes Leal. Em 1801, D. Fernando José de Portugal e Castro, mais tarde Marquês de Aguiar, substituiu D. Luiz de Vasconcellos no vice-reinado, tendo como uma de suas metas agilizar o processo de aldeamento dos índios Coroados. O lugar escolhido foi a aldeia dos Miritis (um dos vários agrupamentos dos Coroados), que se localizava bem no meio do sertão, entre os rios Preto e Paraíba. Pela portaria de dois de março de 1803 foi fundada a povoação³, onde foi erguida uma capela. Comparando os elementos comuns entre Valença e outras vilas do Vale, como Vassouras, Barra Mansa, Piraí e Resende, surgidas na mesma época, Silva Telles esboça o surgimento e desenvolvimento da aldeia a partir da capela, depois igreja matriz:

Todas elas possuem, como elemento central, desde suas fundações, a Igreja Matriz, assente em um ponto alto da orografia urbana; essa igreja localiza-se ao centro ou, mais comumente, ao fundo de uma ampla praça, que se estende pela falda da elevação. Valença organizou-se de forma um pouco distinta, porquanto a extensa praça D. Pedro II está situada ao lado da Matriz que tem, à sua frente, um logradouro largo, que desce pelo aclave do outeiro onde ela se implanta (Telles, 2006, p. 24).

O nome do novo povoamento foi escolhido como uma forma de homenagem ao Vice-Rei, descendente direto da família dos Marqueses de Valença de Portugal. Já a Freguesia de Valença foi criada pelo então bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho, a 15 de agosto de 1813, uma vez que, pela sua própria origem, exigindo uma administração autônoma, Valença fora destinada a esta condição de freguesia desde sua fundação. José Rodrigues da Cruz tornou-se o promotor da vinda de novos colonos

3 O ano exato da criação da Aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença não é unanimidade entre os autores. Enquanto vários textos mais recentes apontam para o ano de 1801, Leoni Lório não deixa bem clara essa data, falando em 1801 e 1803. No entanto, podemos aduzir que a criação da aldeia deu-se efetivamente em 1801 e 1803 foi o ano da nomeação do Padre Gomes Leal como capelão dos índios.

para a região e do entendimento com os Coroados sendo, segundo memorialistas locais,

muito benquisto por eles e tendo sido o responsável por fornecer-lhes “sementes, ferramentas, além do ensino de técnicas agrícolas relativas ao plantio e à colheita. Foi ele igualmente o responsável pela construção das primeiras casas, embora sem alinhamento”. (Tjader, 2003, p. 21) Esse papel desempenhado por Rodrigues da Cruz não chegou a ser contestado pela historiografia. Ele ainda é tido como um elemento que, de fato, procurou conciliar os seus interesses com os dos indígenas, mas também com os da Coroa⁴ portuguesa e dos outros fazendeiros locais, que viam os Coroados como uma ameaça.

José Rodrigues da Cruz é apontado por Leoni Iório (1953, p. 25) como o verdadeiro fundador da Aldeia de Valença e seu povoamento. De fato, foi ele que insistiu junto ao governo da colônia para que as providências para tanto fossem efetivadas, dito ainda benfeitor dos indígenas “pelo bem que lhes proporcionara em sua fazenda e arredores”. Citando a Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios de Províncias do Rio de Janeiro, de Joaquim Norberto de Souza Silva, Iório afirma que Rodrigues da Cruz “prestou relevantes serviços, com sacrifício de seus haveres e do seu bem-estar, fazendo penetrar a civilização no sertão de Valença (Iório, 1953, p. 25)”. O mencionado memorialista não se cansa de tecer reiterados elogios à obra empreendida por Rodrigues da Cruz ao lado do Padre Gomes Leal:

A princípio, não era notada, nessa região, a existência de brancos e Rodrigues da Cruz, às vezes só, outras vezes, acompanhado do padre Gomes Leal, atravessava as matas mais fechadas, para levar aos índios ensinamentos, víveres, instrumentos de trabalho e remédios. Em companhia do pároco, entrava o fazendeiro em suas choças e aproveitava a confiança que nele depositavam para batizá-los. [...]

O padre Manoel Gomes Leal mostrava-se incansável na tarefa de catequizador da aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença, fundada com esta denominação em homenagem ao então Vice-Rei D. Fernando José de Portugal, descendente da nobre estirpe dos Marqueses de Valença.

Por outro lado, José Rodrigues da Cruz tomava decididas providências no sentido de que se fizessem “plantações de roça”, destinadas

4 A vasta correspondência trocada entre Rodrigues da Cruz e os representantes da Coroa no Brasil atesta isso. Disponível no Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate da Biblioteca Luso-Brasileira.

aos índios que, imprevidentes e impotentes para poder suportar os ímpetos de sua voracidade, devoravam todo o milho ainda verde (Iório, 1953, p. 28-29).

Malgrado essa “imprevidência” dos índios, a obra religiosa e catequizadora avançava na região. Assim, pela resolução de 16 de agosto de 1810, através da Provisão de 23 de janeiro de 1812, o Padre Gomes Leal obteve a faculdade de erigir capela ou templo, o que de fato fez, erguendo no local onde hoje se encontra a Catedral de Nossa Senhora da Glória, até onde se sabe a respeito do local, uma simples capelinha e, ao lado dela, mandou construir um cemitério no local onde mais tarde se ergueu um reservatório de água e onde atualmente se encontra a Academia Valenciana de Letras.

O Almanaque Laemmert, em sua edição de 1915, informa a respeito do trabalho desenvolvido por José Rodrigues da Cruz:

José Rodrigues da Cruz, proprietário da Fazenda Pau Grande, empregou todos os meios ao seu alcance para chamar os ditos índios à vida civilizada, em cujo empenho foi secundado por seu sobrinho João Rodrigues Pereira de Almeida. Até 1801 não teve Rodrigues da Cruz outro apoio do Governo senão a animação do Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Nesse ano, porém, o vice-rei Fernando José de Portugal, descendente da casa de Valença, naquele reino, ordenou a Rodrigues que se passasse às margens superiores do rio Paraíba e assinasse aos índios terreno para cultivarem, no que foi auxiliado por seu sobrinho e por Ignácio de Sousa Werneck, incumbidos da abertura de caminhos necessários, para penetrarem no sertão⁵.

Avançando no processo de assistência religiosa aos colonos que então se instalavam na aldeia, o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, como já mencionado, após visitar o local, deliberou a criação de uma freguesia que atendesse de forma mais eficaz e direta os habitantes, que dependiam ainda da assistência dos párocos das freguesias de Sacra Família, Conceição do Paty do Alferes e Conceição da Paraíba Velha. Dessa forma, por Provisão de 15 de agosto de 1813, criou-se a freguesia de Valença, sendo determinados os seus limites desde o Rio Paraíba até o Rio Preto e desde a freguesia de Santana

5 Almanaque Laemmert, 1915, p. 4315. Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

do Pirai até a de Nossa Senhora da Conceição e de São Pedro e São Paulo da Paraíba Velha, atual Paraíba do Sul.

A atuação de pessoas como José Rodrigues da Cruz, Inácio de Sousa Werneck, padre Manoel Gomes Leal e Miguel Rodrigues da Silva, entre outros, no aldeamento e na proteção dos indígenas, sempre foi muito elogiada pela historiografia tradicional. Entretanto, apesar de ter ocorrido de forma considerada pacífica, esse processo acabou por quase exterminá-los da região. O contato com os colonizadores favoreceu a propagação de doenças contra as quais os índios não tinham imunidade. Foi especialmente danosa uma epidemia de varíola que se propagou nesta época por várias aldeias. Além disto, os colonizadores que chegavam entravam em confrontos constantes com os índios sem respeitar qualquer direito que estes tinham às suas terras. “Não obstante as atrocidades de toda espécie, a traição e a má fé que eram os únicos meios que possuíam os invasores, no domínio dos gentios, os índios tiveram a sua recompensa moral e material (Iório, 1953, p. 30).” O memorialista não especifica que tipo de recompensa foi essa, mas podemos deduzir que trata-se do aldeamento.

As sesmarias que foram pedidas ao vice-rei para estabelecimento dos índios agora sedentários no aldeamento, no entanto, nunca foram concedidas, exceto uma localizada na parte do sertão conhecida como Santo Antonio do Rio Bonito e depois como Conservatória dos Índios. Assim como ocorreu com todas as aldeias da província do Rio de Janeiro, no final do processo de ocupação do território restou apenas a população branca, que logo aumentou, atraída pela fertilidade do solo. Os poucos índios que sobraram mudaram-se para outras localidades como Pomba, São Vicente Ferrer e Carangola na província de Minas Gerais.

A visão tradicional da ocupação do território, no entanto, passa por transformações a partir de uma mudança na análise do processo de aldeamento e catequese dos Coroados, interpretação que vem se firmando, notadamente a partir do princípio deste século.

A visão atual da historiografia – um contraponto à interpretação tradicional

Alguns pontos precisamos antepor à visão tradicional do processo:

1. A atitude-resposta dos Coroados;

2. A atuação de José Rodrigues da Cruz e seus interesses;
3. Questões paralelas às duas anteriores.

Uma questão que chama a atenção diz respeito ao comportamento dos Coroados e demais grupos indígenas da região. Enquanto alguns se referem a eles como bravios e perigosos outros, como o próprio José Rodrigues da Cruz, aludem a respeito da sua docilidade. Afinal, quem estaria certo? O que podemos deduzir é que, como existiam vários agrupamentos indígenas, o comportamento de cada um deles variava. O que está se tornando mais aceito recentemente é que aquela atitude passiva diante do elemento branco que adentrava os sertões da província fluminense não condiz com a realidade. Podemos mesmo afirmar que os indígenas adotavam estratégias diferenciadas frente à ameaça sobre suas terras. Sobre isso, informa Ênio Sebastião de Oliveira, concordando com Marcelo Lemos, no caso de Campo Alegre, mas que podemos induzir que também ocorria em outras regiões:

[...] isso se deve pela presença constante de sociedades indígenas no interior do Vale do Paraíba, no século XVIII, que reagem ao colonizador de diversas formas: em um momento os grupos faziam “correiras”; outros grupos aceitavam o aldeamento imposto, ora recuavam para a floresta, ora expulsavam os colonos de suas fazendas (Oliveira, 2012, p. 18).

Existiu, sim, uma resistência indígena ao avanço do colonizador. O próprio aldeamento era, de uma certa forma, de interesse dos grupos indígenas que buscavam, na nova realidade que despontava do final do século XVIII e início do XIX, uma posição que beneficiasse a efetiva posse da terra. Essa atitude já era cultivada há gerações, conforme Maria Regina de Almeida, que comenta a política indigenista com a chegada da Família Real portuguesa em 1808:

Esses índios já haviam, há muitas gerações, incorporado uma cultura política que valorizava acordos e negociações com autoridades e com o próprio rei e mantinham-se nas aldeias reivindicando seus direitos conforme tinham feito nos períodos anteriores (Almeida, 2008, p. 2).

A política de aldeamentos, segundo Felipe Alvarenga, também servia aos interesses da Coroa e dos colonizadores, sendo vista como uma solução

para que os “índios não ameaçassem os colonizadores, além de sua submissão a um projeto de catequização e educação nos moldes ‘civilizatórios’ (Alvarenga, 2022, p. 6).” E a criação da aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença foi um exemplo disso, sendo apontada pelo mesmo autor como um caso particular:

Havia uma particularidade na construção do aldeamento de Nossa Senhora da Glória no conjunto do espaço fluminense. Para Marcelo Lemos, o aldeamento que surgiu em Valença tinha característica ímpar em relação a outros já existentes no Rio de Janeiro pois, ‘além de não ser de origem jesuíta (São Lourenço, São Barnabé, etc.), de origem missionária (São Fidélis, Santo Antônio de Pádua) ou militar (São Luiz Beltrão), era uma iniciativa particular (Alvarenga, 2022, p. 6).

Sobre a demora na efetivação da aldeia, por sua vez, além da questão burocrática existente, encontramos outra tentativa de explicação. Marcelo Lemos, por exemplo, aponta que a má vontade do vice-rei com Rodrigues da Cruz, em função da desconfiança existente pelo envolvimento de sua família com movimentos revolucionários, é que pode ter atrasado a criação da aldeia (Lemos, 2004).

Já aqui começamos a ver uma grande mudança na análise do processo de criação da Aldeia de Valença. O novo vice-rei, D. Fernando José de Portugal assume o governo, como já referido, disposto a agilizar esse processo, em vista dos problemas causados pela atuação dos indígenas. À noite, os Coroados invadiam lavouras, principalmente de milho, trazendo grande prejuízo aos fazendeiros. D. Fernando ordenaria que os índios fossem reunidos em uma aldeia “sertão a dentro”, e assim “vigilados” pelas autoridades. Rodrigues da Cruz agiu como um mediador de forma a conciliar seus próprios interesses com os dos índios, dos fazendeiros, dos párocos e das autoridades locais e metropolitanas (Almeida, 2008, p. 11).

O papel desempenhado por Rodrigues da Cruz na aproximação com os Coroados não chegou a ser contestado pela historiografia, o que já referimos várias vezes. Ele ainda é tido como um elemento que, de fato, procurou conciliar os seus interesses com os dos indígenas, mas também com os da Coroa⁶ portuguesa e dos outros fazendeiros locais, que viam os Coroados como uma

6 A vasta correspondência trocada entre Rodrigues da Cruz e os representantes da Coroa no Brasil atesta isso.

ameaça. A visão um tanto romantizada de Leoni Iório a respeito dos Coroados e a sua passividade é que vem sendo, como já mencionado, repensada:

Por outro lado, esta transformação socioespacial explicada pelo incremento da instalação de alguns fazendeiros no Vale do Paraíba, não foi nada tranquila e nem pacífica. A região continuava habitada pelos chamados índios Coroados que viviam por lá, ‘atortentando’ a população de colonos que visavam ocupá-la. Ora fazendo correrias, ora recuando para a floresta, estes índios resistiram a todo o momento (Alvarenga, 2022, p. 4).

Aliás, o mesmo autor defende a ideia de que, pelo fato de os Coroados poderem se movimentar e se estabelecer em qualquer lado da floresta, representava um limite muito grande para a expansão da fronteira social luso-brasileira. Assim, quando decidiam arriscar e construir fazendas, os colonizadores viam os índios recorrendo às chamadas “correrias” – investidas rápidas e instantâneas que desolavam o novo empreendimento, o que o leva a crer que tais assaltos às fazendas constituíam estratégias defensivas mobilizadas pela população indígena numa tentativa de proteger os seus direitos de propriedade e o elemento da mobilidade que os caracterizava (Alvarenga, 2022, p. 4). Dessa forma, ainda segundo o mesmo autor, a colonização dos sertões era uma questão que estava na ordem do dia e a construção da aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença foi uma forma de “pacificar a região e descer os índios que se moviam pelos sertões, visando reduzir ou controlar os conflitos e diminuir a mobilidade indígena (Alvarenga, 2022, p. 6).”

O aldeamento dos Coroados constituiu, pois, uma iniciativa particular, destacando-se indubitavelmente a figura de José Rodrigues da Cruz.

Já cultivando uma aliança local, o fazendeiro começou a estreitar seus laços com o governo luso-brasileiro: várias correspondências foram trocadas e a ideia de ‘civilizar’ aquelas populações já se mostrava na ordem do dia. A aldeia de Nossa Senhora da Glória foi criada e a promessa do poder público era garantir a concessão de uma sesmaria para início dos trabalhos de civilização e aldeamento dos índios Coroados (Alvarenga, 2022, p. 7).

Alberto Lamego chega mesmo a afirmar que:

Cabe aqui dizer que, parte da grande fama de Valença provinha também do sucesso de fazendeiros vindos de Vassouras, mormente da

zona de Sacra Família, após a fundação em 1801 da aldeia indígena valenciana por José Rodrigues da Cruz (Lamego, 1946, p. 81).

Ele é apresentado por Ana Maria Faria como tendo um poder tutelar sobre os Coroados, o quê o diferenciava dos demais fazendeiros, além de destacar o “encontro de interesses particulares e gerais”:

A identidade mediadora e tutelar do aldeamento principiado por José Rodrigues da Cruz foi produto do encontro de interesses particularizados e gerais, contudo, em um período conhecido pela indefinição acerca da representação administrativa na constituição dos núcleos indígenas, a primeira metade do século XIX (Faria, 2012, p. 79).

Analisando-se a correspondência trocada por José Rodrigues da Cruz e autoridades do governo português verificamos como o processo de aldeamento se desenrolou. Ele, em diversas ocasiões, menciona o fato de ter encontrado uma atitude pacífica e cordial. Alude ao fato de que teria partido dos próprios indígenas a iniciativa de visitar a sua fazenda e de ter orientado os seus subordinados, feitores e escravos, para receberem os grupos nativos como amigos. Em carta enviada a D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro português, ele informa o clima de cordialidade vivido:

[...] Tive o aviso de estarem os índios na Fazenda do Pau Grande, aonde eu residia; fui sair-lhes ao encontro, com minha gente armada por cautela, mas logo que os avistei mandei os meus que depusessem as armas. O Cacique [...] mandou o mesmo aos seus e veio abraçar-me; eu o tratei com a mesma cortesia, [...] os fiz conduzir a minha casa [...] e para lhes tirar todo motivo de suspeita e desconfiança, fiz aparecer ali toda a minha família [...].⁷

As tratativas para a efetivação da aldeia estavam a pleno vapor. Não obstante, precisamos analisar esse “clima de cortesia e receptividade” conforme chama a atenção Marina Monteiro Machado:

7 Carta de José Rodrigues da Cruz em resposta ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, outubro/1799.

Não podemos, entretanto, nos levar por vocábulos que estavam divulgando ao governo o trabalho realizado, e que de certo buscariam passar a melhor imagem possível. Atentemos para o fato de o fazendeiro deixar clara sua preocupação em “persuadir” os índios a retornar outras vezes, reconhecendo a possibilidade de uma aliança com aquela fazenda e seus moradores.

José Rodrigues da Cruz, até então um anônimo fazendeiro e administrador de fazendas do interior fluminense, começava a despontar como uma figura central na história aqui analisada, colocando-se à disposição da Coroa e dos grupos indígenas, estabelecendo novas relações, além de cultivar as já existentes, sem que se possa aqui afirmar que vislumbrava, ou não, que tais relações lhe seriam vantajosas, assim como a forma e a intensidade dessas possíveis vantagens (Machado, 2012, p. 12).

Podemos considerar, pelo que foi exposto, a existência de múltiplos interesses envolvidos na criação da Aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença: dos indígenas, do fazendeiro José Rodrigues da Cruz, dos demais fazendeiros e futuros sesmeiros e da Coroa portuguesa. E ele não estava sozinho na empreitada. Outro elemento destacou-se, fechando a tríade fazendeiro-clero-militar. Era Ignácio de Sousa Werneck que, após enviuvar, retornou à vida religiosa da qual havia se afastado com o casamento:

A partir de 1789, D. Luís de Vasconcelos e Souza, vice-rei do Brasil, ordenou que fosse iniciada a catequese de vários indígenas ali aldeados, dentre os quais se destacavam os índios Coroados que, a essa época, habitavam o território de Valença. Eram temidos e conhecidos pela sua ferocidade e resistência à presença branca⁸, os quais dominavam toda a zona compreendida entre os rios Paraíba e Preto. Foram encarregados do serviço de aldeamento Ignácio Werneck, na época capitão de ordenanças, junto de José Rodrigues da Cruz, na época dono da fazenda de Ubá e o padre Manoel Gomes Leal. A partir de então os colonizadores começaram a obra da catequese. Uma das primeiras providências foi a construção de uma capela no principal aldeamento dos Coroados, onde se originou a povoação que viria a tornar-se a cidade de Valença. [...] Ordenou D. Fernando José de Portugal, então vice-rei, em carta de 20 de novembro de 1801, que Ignácio Werneck prestasse todo auxílio a esse serviço (Paiva, 2012, pp. 4-5).

8 Já comentamos a respeito disso anteriormente.

Criada a aldeia de Valença, Rodrigues da Cruz prosseguiu com as informações prestadas ao governo, inclusive informando o desejo de se aproximar de outros grupos para a formação de novas aldeias. Seu exemplo também teria incentivado outros particulares a oferecerem os seus serviços em troca de favores, graças e privilégios (Almeida, 2008, p. 14). Mas os indígenas também alcançavam benefícios, como já mencionado, pelo fato de terem sido “aldeados”:

Assumindo a identidade genérica de aldeados, eles poderiam adquirir alguns direitos sobre a terra do aldeamento, lutando por seu espaço coletivo, ainda mais num momento em que tinham que compartilhar seus direitos de propriedade com moradores brancos que também viviam dentro daquele espaço, incentivados pela herança da política indigenista do final do Setecentos. A terra coletiva era deles. Era ela a nona “propriedade indígena” nesse contexto. E, por isso, era necessário defendê-la no processo de metamorfose indígena (Alvarenga, 2022, p. 8).

Após a morte de Rodrigues da Cruz, ocorrida provavelmente entre 1803 e 1805, começaram a ocorrer litígios sobre a propriedade da terra do aldeamento, tendo sido necessário aos Coroados buscar a interferência do governo, agora sob D. João, para manter os seus direitos. Um primeiro conflito ocorreu logo após a morte do fazendeiro, quando um certo Florisbello Augusto de Macedo, tido como sobrinho do Padre Gomes Leal, requisitou as terras em sesmaria. Ainda que tal fato não tenha sido devidamente esclarecido, acredita-se que o Padre Gomes Leal tenha usado o nome desse seu sobrinho para conseguir a liberação do documento, uma vez que ainda não tinha sido legitimada a sesmaria, abrindo a possibilidade de usurpação por terceiros da mesma, em vista da acelerada valorização fundiária. Tal não foi efetivado, uma vez que o dito Florisbello morreu em 1813 e o padre, em 1815, sem ter sido concluído o processo de reconhecimento da sesmaria (Alvarenga, 2022, p. 8).

Uma demanda mais grave ocorreu envolvendo Eleutério Delfim da Silva, que também requisitou o mesmo território em 1815, arrastando-se o problema por quatro anos tendo, finalmente, D. João VI se decidido em favor dos Coroados. Mas, apenas decorrido um ano após a independência, o governo imperial houve por bem criar uma vila na região da antiga aldeia, uma vez que o sistema de aldeamento passou a ser visto como coisa do passado e os índios, de aliados no processo de expansão do território, passaram

a ser vistos como um empecilho agora para a expansão da fronteira agrícola. Foi tentado um novo aldeamento na região que ficou conhecida como “Conservatória dos índios”, mas este também, aos poucos, foi sendo arrendado a diversas pessoas.

Considerações Finais

Podemos inferir algumas deduções de tudo quanto foi exposto. Inicialmente, é necessário atentarmos para o fato de que o papel de José Rodrigues da Cruz e sua atuação no processo de aldeamento dos Coroados pouco mudou na interpretação historiográfica. Ainda que possamos pensar que ele tenha alimentado interesses não revelados, o fato é que agiu de forma muito habilidosa, buscando conciliar diversos interesses e levando-nos a uma prévia do que ocorreria na região no oitocentos – a prática das sociabilidades entre os cafeicultores e outros elementos.

Os próprios Coroados, é isso é, de uma certa forma, ainda considerado como uma interpretação recente, tinham os seus interesses no aldeamento, o quê os levou a articular estratégias que iam desde as clássicas, como os ataques às fazendas que iam se instalando na região, até aceitarem o processo de aldeamento a fim de se tornarem súditos e, a partir daí, passarem a ter oportunidades de reivindicar os seus direitos sobre a terra. Inclusive, mais tarde, com o interesse de outros elementos sobre as terras da antiga aldeia, os Coroados fazem valer essa condição e, mediante representantes, peticionam junto a D. João VI para que lhe fosse garantida a efetiva posse da terra, legalizada como sesmaria. Ainda que, mais tarde, eles tenham acabado por perder o território, após a independência, conseguem importante vitória quando D. João reconhece os seus direitos de propriedade. Enquanto não conseguiam uma solução para o problema, chegaram a ameaçar o abandono do local e voltar aos costumes antigos, sabendo muito bem que isso acabaria pesando a seu favor, uma vez que a ninguém interessava o retorno dos ataques às fazendas e as famosas “correrias”.

A atual cidade de Valença nasceu, pois, desse antigo aldeamento que teve sua origem de forma original, a partir de iniciativa particular de José Rodrigues da Cruz que, mesmo não tendo obtido muito auxílio no princípio, insistiu no propósito e acabou recompensado. Mesmo que economicamente, como ele mesmo atesta, tenha tido uma série de revezes, sua figura projetou-se e serviu de exemplo para que outros tentassem seguir o modelo.

Enfim, podemos dizer que alguns pontos de vista dos memorialistas sobre a questão ainda permanecem, sendo que o próprio Leoni Lório, autor da mais importante obra sobre a História de Valença, se valeu de vasta documentação e atesta as estratégias utilizadas pelos Coroados. O que vem se modificando são as circunstâncias em que o aldeamento se processou e o resultado final. E aqui destacamos a ideia que vigorou durante muito tempo de que os indígenas acabaram desaparecendo por completo da região, tese refutada recentemente por Marcelo Lemos que, junto a outros autores posteriores, fala da teoria de “apagamento político” dos Coroados e que eles não se extinguíram por completo.

Fontes Primárias

Arquivo Histórico Ultramarino. Biblioteca Luso-Brasileira – Projeto Resgate.

Correspondências Avulsas. Rio de Janeiro – 1614-1830.

Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.

Almanaque Laemmert. Edição de 1915.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Reflexões sobre política indigenista e cultura política indígena no Rio de Janeiro oitocentista. Os índios no tempo da Corte. **Revista USP**, São Paulo, n. 79, p. 94-105, setembro/novembro 2008.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, Publicação da ANPUH, 2012.

ALVARENGA, Felipe de Melo. Por um Vale do Paraíba indígena: conflitos étnicos e a transformação da propriedade dos índios em Valença (1780-1835). **Revista de História**, São Paulo, fevereiro/2022.

ANDRADE, Manoel Eloy dos Santos de. **O Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: s. n., 1989.

FARIA, Ana Maria Reis de. **Leste Oeste: frentes de expansão em bravo sertão** (Rio de Janeiro-Minas Gerais, XVIII-XIX). Tese de doutorado apresentada à PUC-Rio. Rio de Janeiro: 2012.

FERREIRA, Luiz Damasceno. **História de Valença**. Valença: Valença, 1978.

FRIEDMAN, Fania. **Cartografia fluminense no Brasil Imperial**. Anais do 1º Simpósio de Cartografia Histórica. Parati: 2011.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Café no bolso. As condições de cultivo e a economia fluminense contribuíram para o sucesso da semente. **Revista de História**, 17/06/2010.

IÓRIO, Leoni. **Valença de ontem e de hoje**. Valença: [S.n.], 1953.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **Setores da Evolução Fluminense**. V. 4. O Homem e a Serra. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. A aristocracia rural do café na província fluminense. **Anuário do Museu Imperial**. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

LEMONS, Marcelo. **O Índio Virou Pó de Café?** – A Resistência dos Índios Coroados de Valença Frente à Expansão Cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UERJ, 2004.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação** (O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842). São Paulo: Símbolo, 1979.

MACHADO, Marina Monteiro. Colonização e Conquista: um projeto para os sertões fluminenses (1790-1800). **Revista Mundos do Trabalho**, 2012.

MATTOS, Raimundo César de Oliveira. História da Catedral de Nossa Senhora da Glória de Valença. In: LYRA, Ciro Corrêa (Org.). **Renovação de uma Catedral**. Valença: Design Casa 8, 2006.

MONT SERRATH, Pablo Oller. Crise geral e política manufatureira em Portugal na segunda metade do século XVIII. Novos indícios e questionamentos. **Saeculum Revista de História**, João Pessoa, 2013.

OLIVEIRA, Enio Sebastião Cardoso de. Os Índios, o Vale e o Caminho Novo. **Anais do XIX Encontro Regional de História da ANPUH Rio**, 2020.

OLIVEIRA, Enio Sebastião Cardoso de. O Paradigma da Extinção: Desaparecimento dos Índios Puris em Campo Alegre no Sul do Vale do Paraíba. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH Rio, 2012.

PAIVA, Lucas Gesta Palmares Munhoz de. **Expansão de fronteiras e fortalecimento social, político e econômico**: a relação entre a formação da família Werneck e a colonização do Vale do Paraíba Fluminense. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio. 2012.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Valença: dos caminhos de comércio à indústria. **Cadernos do desenvolvimento fluminense**. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/17738/13109>

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA. **Inventário dos bens culturais imóveis de Valença**. Valença: s. ed., 2003/2004.

SILVA, Ana Paula da; FREIRE, José Ribamar Bessa. Protagonismo e diplomacia indígena no século XIX. **Revista Habitus**. Goiânia, v. 15, n. 1, p. 55-72, jan./jun., 2017.

SILVA, Antonio Carlos da. A **“boa sociedade” valenciana do século XIX**: redes de sociabilidade (1829-1868). Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Severino Sombra em 2010.

TELLES, Augusto C. da Silva. Vale, cidade e igrejas: um passeio histórico. *In*: LYRA, Cyro Corrêa. **Renovação de uma Catedral**. Valença: Design Casa 8, 2006.

TJADER, Rogério da Silva. **Uma Pequena História de Valença**. Valença: Valença, 2003.

II. PADRE MANOEL GOMES LEAL: UM MISSIONÁRIO NA CATEQUIZAÇÃO INDÍGENA EM VALENÇA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Adelci Silva dos Santos
Vaniele Barreiros da Silva

Introdução

Durante o período colonial e imperial, a Igreja Católica desempenhou um papel fundamental na interação entre os colonizadores e os povos indígenas. No Vale do Paraíba Fluminense, região de grande expansão agrária e pecuária, e que recebeu uma grande quantidade de colonos vindos principalmente do interior do território brasileiro, a presença missionária buscava converter os nativos ao cristianismo e inseri-los na economia local (Monteiro, 2001). O objetivo, diante do inevitável confronto pelas posses das terras, era proteger os indígenas da ação dos fazendeiros e, ao mesmo tempo e como desdobramento desta atitude, permitir o assentamento de unidades agrícolas nas terras que se ia ocupando. O papel dos padres das pouquíssimas paróquias já existentes foi fundamental na assistência espiritual destes colonos e na catequese dos membros dos povos nativos que se iam convertendo.

Este capítulo examina as atividades de um dos primeiros, senão o primeiro, sacerdote católico a se dedicar quase que exclusivamente à catequese dos índios Coroados e, para além disso, à mediação de conflitos entre os povos originais e os luso-brasileiros, bem como os desdobramentos dessa atuação e seus impactos na vida das populações indígenas.

Do ponto de vista antropológico, hoje seria coerente pensar nessa ação intensiva de civilização como algo questionável e mesmo condenável, porquanto a trajetória histórica dos contatos entre indígenas e não brancos sempre pesou em desfavor dos nativos da terra, seja pela mudança radical de sua estrutura social, política, econômica e cultural, seja pela transformação de sua cosmogonia, ou seja, de sua maneira de enxergar o universo material e

imaterial. Soma-se a isso os enormes impactos causados na saúde das populações nativas em vista das doenças e infecções trazidas pelos colonos e para as quais as populações indígenas não possuíam defesas imunológicas.

Hoje acredita-se que a melhor maneira de se preservar e proteger uma população nativa é mantê-la afastada do contato com os não indígenas, reservando-lhes o território necessário à sua manutenção saldável, sem a inserção de atividades econômicas comerciais, como a agricultura e a pecuária. No entanto, esta não era a interpretação daquele período. A ideia de civilização passava, obrigatoriamente, pela redução de todos – indígenas, africanos e asiáticos – ao modelo herdado da cultura europeia, qual seja, economia voltada para o lucro, prática da religiosidade cristã e o modo de vida pautado pelos valores eurocêntricos.



Índios Purís.

Fonte: Culturas Indígenas: PURIS E COROADOS

Conhecendo o Brasil em que Padre Manoel nasceu: política, economia e sociedade

A sociedade tem daquelas personagens que, a despeito de suas realizações e mesmo de suas relações políticas e sociais, acabam por cair no esquecimento, porquanto, por si mesmos, não julgavam seus feitos como dignos de nota. Algumas dessas personagens criam, piamente, que suas obras não eram, senão, um trabalho banal apesar se sua envergadura e impacto social. Dois são os motivos mais prováveis para esse esquecimento; o primeiro é a modéstia desta ou daquela personagem que não enxergava uma importância futura, senão imediata, das empreitadas nas quais se empenhavam. Outro fator a se levar em conta era, como no caso que tratamos, a dificuldade de se produzir registros escritos das atividades necessárias em um povoamento ainda em formação, fincadas nos sertões de um vasto território e entregue muito mais às iniciativas individuais do que aquelas regradas e acompanhadas por uma malha burocrática de trama muito estreita.

Este capítulo trata exatamente de uma destas personagens sobre as quais pouco se sabe. Trata-se do padre Manuel Gomes Leal, que traz em seu currículo, entre outras obras, o fato de ter sido um dos fundadores da vila de Valença. Pela escassez de fontes, este texto não alimenta a pretensão de ser uma biografia sobre padre Manuel, mas apenas de apontar para algumas de suas atuações mais significativas e de impactos mais profundos e duradouros na sociedade que se estabeleceu nos territórios onde, hoje, se estabelece o município de Valença.

Manuel Gomes Leal ostentava o mesmo nome de seu pai, um açoriano da Ilha do Pico, domínio do Reino de Portugal, que havido contraído matrimônio com Thereza de Jesus Pereira de Azevedo, uma brasileira de Minas Gerais que, embora não ostentasse o sobrenome Werneck, era filha de Fabião Pereira de Azevedo e Ângela de Souza Werneck. O futuro padre pertencia, então, ao poderoso clã dos Werneck, família da qual alguns membros, ainda hoje, ostentam certo prestígio na região de Valença e municípios vizinhos. (Pamplona, 2010)

Seus pais haviam se casado em 1750, na Vila de São Pedro e São Paulo da Parayba, que hoje é o município fluminense de Paraíba do Sul, voltando logo depois para São João D'El Rey. Somente uma pesquisa mais rebuscada, que não cabe neste exíguo texto, poderia revelar o motivo pelo qual o casal havia saído de Minas Gerais para casar-se no interior da Capitania do Rio de Janeiro, sobretudo, numa vila tão ao meio do caminho entre a capital da

administração colonial e a sua cidade de origem; talvez estivessem em visita a João Gomes Leal e Pedro Gomes Leal, irmãos do noivo e que moravam na Capitania do Rio de Janeiro.

Fato é que, a menos que este casamento tenha ocorrido nos primeiros meses do ano, muito provavelmente, sua mãe, Dona Thereza de Jesus, já estivesse grávida ao se casar, já que o nascimento de Manoel Gomes Leal e o casamento de seus pais ocorrem no mesmo ano. Ademais, contava sua mãe, na ocasião de seu casamento e do parto, não mais que treze anos de idade, dado que sua mãe, avó de Padre Manoel, estando viúva de seu primeiro casamento, havia se casado pela segunda vez, no ano de 1736, donde veio a nascer Dona Thereza, mãe de padre Manoel. (Leal, 1988). Nada que nos espante, já que, por vezes, o casamento acontecia, sobretudo nas de famílias da alta sociedade, com as mulheres ainda em tenra idade (Figueiredo, 1999) e, via de regra, com grande disparidade de idades entre os noivos, geralmente um tio ou primo muito mais velho.

O ano do nascimento de padre Manoel é de extrema significância histórica, não só porque em 1750 Minas Gerais encontrava-se em pleno apogeu da mineração do ouro naquela capitania, como porque, na verdade, este foi um ano de profundas transformações em todo o território português, cujos impactos e mudanças serão experimentados no Brasil por longas décadas, inclusive no que diz respeito às suas relações com Portugal. A assinatura do Tratado de Madri, em 13 de janeiro de 1750, por exemplo, redefiniu as fronteiras sul-americanas, abolindo o Tratado de Tordesilhas.

As novas fronteiras estabelecidas geraram tensões, especialmente entre as populações indígenas dos Sete Povos das Missões, no Sul do Brasil, que resistiram à transferência do controle português para o espanhol. Isso culminou na chamada Guerra Guaranítica (1754-1756), que expôs as fragilidades da aplicação do tratado (Monteiro, 2005).

Ainda em 31 de julho de 1750, faleceu D. João V, sendo sucedido por seu filho, D. José I. Com a ascensão do novo monarca, Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro Marquês de Pombal) começou a ganhar influência no governo português (Maxwell, 1995). O pombalismo, como ficou conhecido o conjunto de reformas inspiradas por Carvalho e Melo, representou um projeto centralizador, mercantilista e racionalista, com impactos profundos na administração colonial. As ações do sacerdote Gomes Leal, passavam, obrigatoriamente, pelas reformas pombalinas, porquanto essa também deliberava quanto ao trato com os povos indígenas de todo o território português na América.

No Brasil, as primeiras manifestações do pombalismo se deram no controle da economia mineradora, no combate ao contrabando de ouro e diamantes e maior fiscalização da arrecadação (Boxer, 2002). Pombal também deu início a reformas educativas e eclesiásticas que se intensificariam nas décadas seguintes.

Se, como já dito, o Brasil vivia, em 1750, o auge da produção aurífera na atual região de Minas Gerais, ao mesmo tempo cresciam as capitânias interiores como Goiás e Mato Grosso (Furtado, 2007). Inclusive, os avós de Manoel Gomes Leal, futuro vigário dos índios Coroados, haviam mandado revestir de ouro o Altar de São Miguel e Almas da Matriz de Santo Antônio de Tiradentes, em Minas Gerais (Pamplona, 2010).

O futuro capelão dos índios havia crescido, portanto, dentro de um grande turbilhão de modificações que, direta ou indiretamente, acabariam por influenciar no seu futuro trabalho de catequese e que deram a ele uma concepção de mundo própria de seu tempo, que requeria sempre soluções práticas das demandas que se levantavam em seu caminho. Quicá não tenha sido essa atmosfera de negociações e conflitos que tenha dado ao futuro padre a expertise necessária para tornar-se o mediador entre indígenas e colonos nos sertões do Paraíba.

A mão de obra escravizada africana era cada vez mais intensamente utilizada nas Gerais de 1750 e este será o patrimônio mais valioso que estas famílias trarão para o Vale do Paraíba, ao migrarem das Gerais, quando as riquezas da mineração já não mais sustentavam suas ambições.

O meio, os homens e os enfrentamentos: Padre Manoel em meio aos conflitos

O território dos sertões da Paraíba Nova, no qual essas famílias, migrantes da Gerais ou imigrantes de Portugal, se estabeleceram deu origem ao município de Valença, bem como a seus vizinhos, como Rio das Flores, Paraíba do Sul e outros. Todos surgiram da expropriação das terras dos povos indígenas que antes habitavam e dominavam uma área que se estendia pelos vales e serras entre os rios Paraíba do Sul e Preto. Tratava-se dos índios Coroados, cuja denominação não se refere necessariamente a uma identidade coletiva, mas a uma definição generalizante que abraça todas as etnias que utilizassem um corte de cabelo ou cocares que lembrassem uma coroa. Desta forma, era possível colocar dentro desta mesma definição

genérica etnias diferentes como os Coropós, Ararís, Purís e até outras tribos que, justamente pela designação de Coroados, são pouco conhecidas como os Caxaxenes ou Caxixunes, Tampruns e os Sazaricons, que mesmo em menor número habitavam a região¹.



Festa dos Coroados.

Fonte: (PDF) [As narrativas e imagens de viajantes alemães ao Brasil do século XIX: a construção de um imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação.]

A partir da segunda metade do século XVIII, com a atividade mineradora definindo nas Gerais, muitos mineiros, como os Correa e Castro, os Werneck e os Teixeira Leite, que haviam enriquecido naquela atividade, antes de ver todos os seus recursos perderem-se em tentativas frustradas, decidiram fazer o caminho inverso em direção ao litoral, mas se estabelecendo em

1 História de Valença | Portal Valença RJ.

terras do Vale do Paraíba, ocupando as terras cobertas pela floresta tropical e transformando a posse em propriedade, por meio de pedidos de concessão de sesmarias à Coroa, que as concedia gratuitamente, como parte de uma política de interiorização do povoamento e formação de uma elite agrária².

Acontece, porém que estes posseiros não levaram em conta, tanto quanto o governo colonial, ou simplesmente ignoravam, que tais terras eram ocupadas desde tempos ancestrais por estes grupos indígenas genericamente denominados coroados, estando entre eles os Purís, os mais avessos e resistentes à ocupação dos homens brancos em suas terras. A resistência destes povos que viviam num sistema de seminomadismo, causava nos posseiros uma sensação de temor e insegurança, mesmo depois de terem obtido os títulos de propriedade das sesmarias e erigido as primeiras benfeitorias. Sobretudo porque puderam perceber o quanto os coroados eram extremamente ferozes em qualquer batalha em que se empenhavam.

Diante do crescente pedido de sesmarias na região, fruto de um fluxo cada vez maior de pessoas migrando das Gerais para o Vale do Paraíba do Sul, o vice-rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos e Souza, pensando numa estratégia de pacificação dos índios, e enxergando a conversão como uma eficaz ferramenta para este fim, ordenou em 1789 que se desse início ao processo de catequese dos índios da região.

Em 1800, o fazendeiro José Rodrigues da Cruz, proprietário das fazendas Ubá e Pau Grande (atualmente na região de Vassouras), foi incumbido pelo vice-rei de promover a civilização dos índios Coroados. Mas a tarefa era por demais vultosa para um único homem, mesmo que com recursos financeiros; assim, para somar forças nesta tarefa, Inácio de Souza Werneck, um capitão de ordenanças, e agora também proprietário de terras na mesma região indígena, foi incumbido de “domesticar e aldear” os índios coroados. Isto significava que as populações nativas deveriam abandonar suas terras ancestrais e ser conduzidas a áreas pré-estabelecidas para serem aldeados e ali se estabelecerem sob a tutela indireta do Estado e da Igreja. Esta estratégia atendia a dois objetivos principais, submeter e dominar as populações indígenas e liberar suas terras para que pudessem ser apropriadas pelos posseiros que em fluxo contínuo chegavam à região.

Tanto quanto aumentava os pedidos e concessões de sesmarias ao longo da calha do Rio Paraíba do Sul, bem como do Rio Negro, aumentavam

2 Tal prática se manteve mesmo após a Independência, encerrando em 1850, quando, por lei, as terras devolutas somente poderiam ser adquiridas por meio da compra com pagamento à vista.

Um exemplo dessa forma de enxergar a situação foi registrado pelo Vice-rei, Luiz de Vasconcellos e Souza, por volta de 1789, quando da passagem do cargo para seu sucessor:

foi necessário practicar-se outra differente providencia pelas irrupções que faziam n'aquelles districtos, assolando as fazendas circuvizinhas, furtando os seus effeitos, apresentando-se armados em figura de guerra, atacando e matando a todos os que lhe cahiam infelizmente nas mãos, de modo que a maior parte dos fazendeiros que tinham os seus estabelecimentos do lado septentrional do rio, os abandonaram inteiramente, por não serem suas forças capazes de lhes fazer a menor resistência, abrindo com este terror um seguro passo para os índios passarem, ao lado opposto, em que foram continuando as suas hostilidades. Foi necessário reprimi-las com maior vigor, antes que se fizessem mais prejudiciaes: e nesta consideração expedi d'aqui o Sargento-mor Joaquim Xavier Curado, para se por a testa d'aquelles moradores salvá-los de tantas oppresses, e restabelecer a paz e tranquillidade, de que se achavam privados, recommendando-lhe a prudência e moderação com que devia precaver todo o rompimento, assim como a dilligencia e intrepidez, com que se fazia necessário rechachar estes bárbaros, no caso de se não sujeitarem. Comportou-se muito bem este official em todas as referidas circumstancias, formando um corpo d'aquelles moradores, com que se fez respeitado em muitas e repetidas occasioes e logares em que se practicaram aquellas irrupções; e sem fazer estrago, por ter recorrido aos meios só capazes de os aterrar, sempre conseguiu afungentar os rebeldes fora do sertão circumvisinho², aonde não tem apparecido, e congregar outros dispersos, que não duvidaram formar uma nova aldea no logar da sua antiga habitação, chamado Minhocal, em que presentemente se tem conservado debaixo da direção e ensino do Vigário d'aquella freguesia o Padre Henrique Joze de Carvalho, que com o seu louvável zelo se tem empregado nesta obra tão bem principiada e tão própria do seu ministério. Presentemente não tem rendimentos próprios para a subsistência dos Índios, por serem estes soccorridos a expensa dos moradores, em quanto se não estabelecem melhor nos terrenos, que lhe foram marcados para fazerem e adiantarem as suas plantações ficando com tudo a segurança d'aquelle districto entregue ao capitão de ordenanças, que tem algumas possibilidades para vigiar sobre estes bárbaros que com a mesma facilidade com que suspenderam as suas empresas, podem outra vez tomar a resolução de commetterem outras semelhantes hostilidades, que iam sendo funnestissimas a todos aquelles moradores de Parahyba Nova.³ (grifos nossos)

3 LEMOS, Marcelo Sant'Ana. O Índio que Virou Pó de Café: a resistência dos índios Coroados de Valença frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836). Dissertação de Mestrado do Programa de

Ora, Ignácio de Souza Werneck, cuja família já havia acumulado fortuna com a atividade aurífera nas Minas Gerais, era um dos primeiros fazendeiros da região e o primeiro a ser oficialmente encarregado de promover ações de combate às represálias indígenas; também compartilhava da mesma opinião do Vice-rei: de que se tratava de selvagens que deveriam ser combatidos para trazer paz de espírito aos colonos (Lemos, 2004).

Diante da compreensão que os luso-brasileiros tinham das populações indígenas, como ameaças bárbaras e constantes, sobrava aos nativos apenas três alternativas; uma delas e a mais provável era seu extermínio no combate com os invasores, tendo em vista a superioridade bélica dos luso-brasileiros com o uso da arma de fogo e armas brancas de aço; a segunda era sua subordinação e utilização como mão de obra na expansão agrícola que se seguiu ao estabelecimento das fazendas, situação que agradaria sobremaneira aos sesmeiros que tentavam se estabelecer na região – e que de fato ocorreu; e, por fim, sua civilização, ou seja, sua submissão às regras de conduta social impostas pelas autoridades brancas, o que implicava em abandonarem suas aldeias e habitarem nas circunvizinhanças das vilas ou em áreas previamente demarcadas, sob as regras sociais ditadas pela administração colonial. Esta era a situação ideal buscada pela Coroa e desejada pela Igreja Católica e na qual Padre Manoel Gomes Leal empenhava as suas forças e apostava suas esperanças. (Lemos, 2004; Machado, 2010).

propriedade agrícola que se estabeleceria nos sertões de Valença, Vassouras, Paty do Alferes, Paraíba do Sul e demais municípios ao redor.

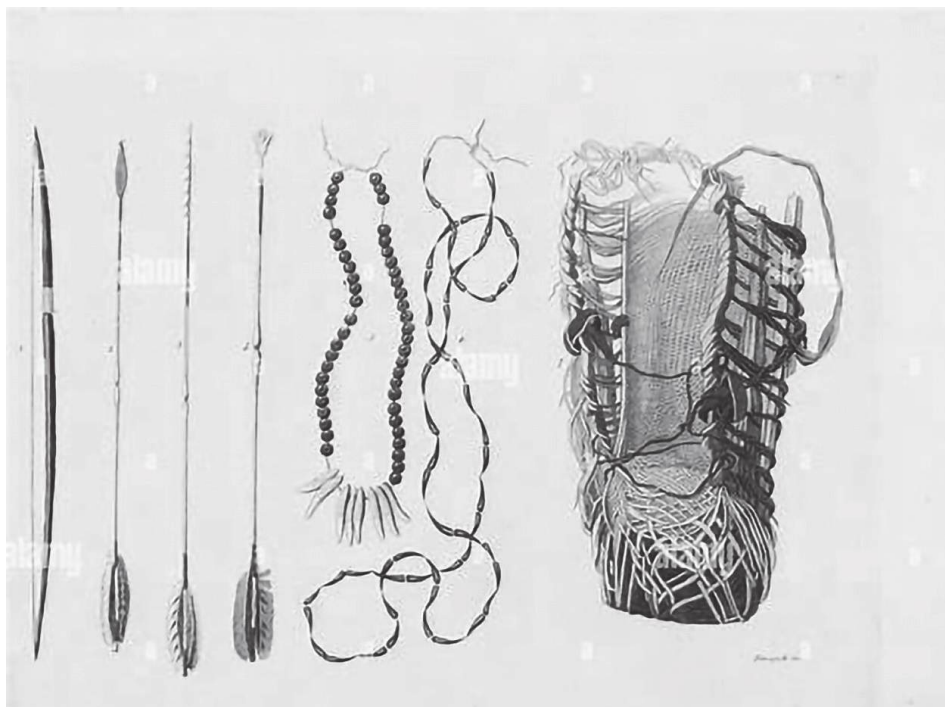


Fazenda Pau Grande, uma das primeiras a se estabelecer na região.

Fonte: fazenda pau grande – Pesquisar. Acesso em 07/04/2025.

O que pouco é dito, talvez pelo temor de macular os nomes desta ou daquela família, que entraram para a história como grandes benfeitores desta região que viria a ser conhecida como Vale do Café, é que uma das razões pela qual padre Manoel Gomes Leal havia sido chamado para ser o Capelão dos Índios, assim como José Rodrigues da Cruz para ser o capitão deles, é que há fortes indícios de que vários colonos sesmeiros estavam escravizando os Coroados. Atacavam-lhe as aldeias e moviam-lhes guerras surpresas e sem motivos; quando estes revidavam, e agiam em legítima defesa, os colonos utilizavam estas reações como justificativa para ataques ainda mais ferozes, quando dizimava-se grande número de nativos e outros tantos eram escravizados sob o pretexto de terem eles atacado as sesmarias e fazendas estabelecidas no Vale, e não o contrário. Como se a tecnologia de guerra dos povos nativos, em sua simplicidade pudesse, de fato, sobrepujar as armas de fogo e de aço dos colonizadores com suas roupas de couros e estofos. Não

que não fossem letais, mas a comparação e o embate eram desiguais em desfavor dos indígenas.



Artefatos dos índios Puris.

**Fonte: [Armas e artefatos das tribos Puris Coroados].
– Mapa antigo de FERRARIO, G.**

Devido à sua vasta experiência na evangelização de indígenas na região das Minas Gerais, padre Leal foi visto como o nome perfeito para fazer a pacificação desses conflitos, proteger os indígenas de uma extinção violenta promovendo sua catequese e civilização e, ao mesmo tempo, atender aos interesses dos fazendeiros que continuamente iam se estabelecendo nas florestas dos sertões de Valença e regiões adjacentes, ávidos por terras agricultáveis. Esse fluxo de povoamento é tão grande que em 1875 o *Almanaque Laemmert* apontava para 283 grandes proprietários estabelecidos na região, com alguns deles produzindo açúcar em escala comercial, como a já citada fazenda Pau Grande.

Por esta época, quase não se consegue mais identificar, nos registros, batismos ou óbitos de indígenas, posto que praticamente todos já haviam adotado nomes cristãos, ficando difícil apontar suas origens. Neste ponto, pode-se afirmar que as ações de Padre Manoel Leal haviam obtido pleno êxito.

Na segunda metade do século XIX, a Biblioteca Nacional buscou fazer um levantamento sobre todos os municípios brasileiros, com o objetivo de configurar um Dicionário Geográfico do Brasil. Para este fim as Câmaras Municipais deveriam responder aos questionários e, no que se referia a Valença, a resposta era, em uma de suas partes, um perfil de sua população, provando o desaparecimento social dos indígenas:

em 1814, os brancos eram em número de 688, e os índios de 1400. Pouco a pouco estes foram desaparecendo, e actualmente [sic] (1881) não se encontra senão raríssimamente, e nenhum deles em estado selvagem. Hoje a população do município quasi [sic] exclusivamente compõe-se de brancos, mulatos e negros, sendo estes em maior número, apesar [sic] de contar-se entre os brancos inúmeros estrangeiros, principalmente portugueses e italianos.⁵

Desta informação, além da explícita constatação do desaparecimento dos Coroados, podemos observar também o constante fluxo de estrangeiros, agora não apenas portugueses continentais ou ilhéus, mas também levas de italianos que se estabeleceram nas terras espoliadas aos indígenas.

Apenas para que se tenha uma ideia do crescimento populacional, em 1810 o padre Gomes Leal estimou que a comunidade contava com mais de 400 almas, distribuídas em 55 fogos (casas habitadas); já na quaresma de 1814, a freguesia de Valença contava com 119 fogos e apenas seis anos depois disso a população já havia se elevado para um milhar de luso-brasileiros. Por volta de 1859, a cidade tinha cerca de 5.000 habitantes na sua sede e todo o município tinha 40.000 habitantes entre homens livres e escravos (Valença, 2023).

Mas se oficialmente os massacres dos indígenas haviam cessado com a intervenção de padre Leal e seus companheiros, o que explica o desaparecimento das populações indígenas? Observa-se que, em 1814, um ano antes da morte do vigário Manoel, o número de indígenas era mais que o dobro de homens brancos e já estavam em franco declínio, confirmando que houve um massivo desaparecimento social, posto que passaram a assumir uma

5 BIBLIOTECA NACIONAL. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: v. 110, p. 91-230, 1990.

personalidade de brancos e deixaram de ser contados e registrados como nativos da terra; mas, ao que tudo indica, houve ainda um desaparecimento físico.

Luis Damaceno Ferreira (1925), afirma que por volta de 1872, eles haviam praticamente desaparecido, não havendo em Valença mais do que vinte indivíduos remanescentes. As causas dessa extinção são apontadas como sendo as “bexigas e outras moléstias”⁶, ou seja, uma contaminação causada pelo contínuo contato com os luso-brasileiros; e para tais males os organismos indígenas não estavam imunizados. O autor aponta ainda para o abuso da bebida alcoólica como flagelo fatal dessa população e aqueles que haviam sobrevivido acabaram por migrar para os termos de Minas Gerais. (Ferreira 1925)

É claro que parte da responsabilidade desse desaparecimento recai, de forma inocente, sobre padre Manoel. É sua responsabilidade porque foi ele, auxiliado por seus outros dois parceiros, quem promoveu o contato com estas tribos e aldeias; foi ele quem as inseriu nas catequeses e nos trabalhos regulares junto aos habitantes da vila; foi ele quem as civilizou, ou seja, as fez abandonar seu modo de vida nativo para viver e conviver com e como os brancos. Mas é uma responsabilidade isenta de culpa e de má intenção, porquanto não era ele um homem das ciências, mas sim da fé e, mesmo que o fosse, não era a medicina uma ciência desenvolvida e a infectologia como área de conhecimento sequer existia.

Como homem da fé suas ações eram movidas pelo amor ao próximo e pela propagação do evangelho à toda criatura, assim como dita as sagradas escrituras. Jamais passaria pelo seu campo de conhecimento ou de qualquer outro que uma guerra biológica também estava sendo travada, contra a qual nenhum nativo teria possibilidade de defesa. Atribuir, portanto, culpa à mediação e catequese indígena promovida por aquele vigário seria no mínimo uma opinião rasa, baseada nos princípios morais e paixões de nossa contemporaneidade, sendo o sacerdote um homem de um tempo, uma mentalidade e cultura diferente. Negar-se a entender isso torna-se uma atitude de má fé, por querer atribuir culpa a alguém que agiu na firme convicção de estar promovendo a salvação física e espiritual daqueles povos. Tivesse ele permanecido inerte diante da invasão avassaladora de colonos brancos, hoje certamente seria apedrejado, acusado de conivente ou mesmo cúmplice de um massacre sangrento que certamente teria ocorrido.

6 O termo “bexiga” refere-se à varíola, uma das doenças mais difundidas ao longo da história humana.

A vocação para o sacerdócio parece ter sido uma constante na família de padre Manoel. Seu primo-irmão, Ignacio de Souza Werneck, o segundo a se chamar por este nome, homônimo de seu irmão, o terceiro desta alcu-nha, também havia trilhado o caminho religioso, chegando a ordenar-se padre, mas renunciou à batina para entregar-se ao matrimônio com Maria Laureana das Chagas Monteiro, com quem tivera doze filhos. A despeito de ter abandonado a vida religiosa, ficou conhecido como “padre Werneck”.

O outro participante desta empreitada era José Rodrigues da Cruz, português de Alenquer que, em 1760, juntamente com seu irmão, o capitão Antônio Ribeiro de Avelar, havia herdado a fazenda Pau Grande, período em que começa a se tornar importante produtora de gêneros de alimentação para o consumo interno e açúcar para a exportação, permanecendo como sócio da propriedade até 1797, quando, por morte de Antônio Ribeiro, José Rodrigues e Antônio Santos vendem a parte que lhes cabia à família Avelar, que já detinha dois terços da fazenda⁷. A ele coube, a partir do ano de 1800, o papel de ser o Diretor dos Índios, por determinação do Vice-rei do Brasil.

O cargo de Diretor dos Índios havia sido criado pela Coroa Portuguesa no século XVIII. Tratava-se de um cargo administrativo que se manteve em vigor em várias partes do Brasil até o século XIX. Ele fazia parte das reformas de administração indígena estabelecidas pelo Diretório dos Índios (1757-1798), promulgado pelo Marquês de Pombal.

Três anos depois, de maneira oficial, junta-se a ele nesta tarefa de cate-quizar e civilizar os indígenas, o padre Antônio Gomes Leal, que era apa-rentado a este primeiro dos seus parceiros de empreitada, Ignácio de Souza Werneck. Era, portanto, não apenas o mediador entre os colonos luso-bra-sileiros e os indígenas, mas também aquele que deveria mediar os interesses entre as importantes famílias que vinham continuamente se estabelecendo na região dos sertões entre Valença e Paraíba, como os Werneck, dos quais era membro, e os Ribeiro de Avellar, por exemplo.

A “civilização e conversão” dos indígenas, da qual padre Manoel estava incumbido, não atendia apenas aos interesses pios, mas também aos interes-ses políticos, econômicos e sociais do grupo de colonizadores que ali vinham se assentando, pois se não bastasse a renhida resistência armada que os Coroados vinham oferecendo à espoliação de seu território, surgiam também inúmeros conflitos entre os colonos por questões de demarcação de suas sesmarias e demais terras (Motta 1998).

7 Fazenda Pau Grande. Acesso em: 02 abr. 2025.

Evangelizar, aldear e civilizar os índios, portanto, contribua também, e talvez esse fosse o interesse maior dos fazendeiros, para a minimização destes conflitos de fronteiras entre as propriedades privadas, pois a redução das diversas tribos indígenas a um território aldeado liberaria novas terras para a expansão das propriedades rurais e da lavoura. As ações de padre Manoel cumpriam assim diversas tarefas: a religiosa, focada na conversão e catequese dos Coroados; a político-social, porquanto atenuaria os conflitos entre os sesmeiros que se estabeleciam na região; e a econômica, porquanto a liberação de novas terras permitia o estabelecimento da lavoura em larga escala que se pretendia estabelecer naquelas paragens. Não seria então nenhum exagero dizer que as ações de Padre Manoel foram as responsáveis não apenas pela conversão indígena, mas também por fornecer bases menos violentas para o estabelecimento da economia agrícola no Vale do Paraíba Fluminense. Sem sua atuação, provavelmente os conflitos entre colonos e nativos tivessem sido pintados com cores muito mais sangrentas.

Talvez focados, como podemos ficar, na obra de catequese dos povos indígenas realizada por este vigário e sua mediação nos conflitos entre os Coroados e os colonos luso-brasileiros e destes consigo mesmo, poderia escapar ao leitor a compreensão da consequência maior de suas atuações; talvez nem mesmo o padre Manoel tivesse a noção da abrangência de sua obra. Estava em suas mãos não apenas a conversão indígena e a pacificação das tribos nativas; mas pesava sobre seus ombros a responsabilidade de fundar uma nova civilização, erguida dentro dos modelos portugueses de moralidade cristã e de economia transoceânica.

Embora José Rodrigues da Cruz fosse o homem que estabeleceu, em 1801, a Aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença, nada, de fato, tem início, no Brasil Colonial, sem a presença da Igreja e, neste sentido, será o Padre Manoel Gomes Leal que, em 1803, fará erigir a primeira capela, ainda muito rústica, de madeira e palha, que antecedeu a atual Matriz de alvenaria, além de benzer o cemitério. Nem o Capelão dos índios, e muito menos o seu Diretor, puderam ver o início das obras da Igreja Matriz, posto que essa se inicia em 1820, o Padre Manoel havia morrido em 1815⁸ e José Rodrigues, entre 1803 e 1805. No

⁸ "Aos trinta de outubro de mil oito centos e quinze, faleceu da vida presente o Rev. Pe. Manoel Gomes Leal, actual vigário da Aldea, freguesia de N. Sra. da Glória de Valença, da idade de cecenta e quatro anos de um intrus maligno*, foi sepultado na capella mor da Igra. da mma. freguesia por mim encomendado de que para constar fiz este assento e assignei com os testemunhos (ilegível).

*Segundo alguns dicionários de medicina, Intrus Maligno pode referir-se a um tumor maligno ou uma infecção interna com gravidade ou ainda infecção intestinal grave.

entanto, se havia algum legado material que pudesse ter sido deixado por este primeiro catequista dos índios nos sertões de Valença, foi a própria capela que serviu de base para a opulenta catedral que hoje se encontra no plano central da cidade. Infelizmente não há registros visuais daquela capela primeira, pois seria de grande valia não apenas para a nossa memória, mas para referenciar o quanto progrediu a região a partir das obras de padre Manoel Leal, seu irmão Ignacio Werneck e o parceiro de empreitada José Rodrigues da Cruz.



Catedral Nossa Senhora da Glória – Valença-RJ que se ergueu no mesmo lugar da capela construída por Manoel Gomes Leal.

Mas para além destas questões administrativas ou burocráticas, primava a vocação fundamental dos sacerdotes: o cuidado com o rebanho de fiéis. Ora, estando as sesmarias e fazendas, casas e assentamentos dispostos em uma área ainda desprovida de um núcleo urbano, com capela ou qualquer outro templo cristão edificado, tratou o Sacerdote Manoel Gomes Leal de providenciar uma maneira eficiente de atender às carências espirituais dos moradores que iam se estabelecendo aqui e acolá nos sertões de Valença. Mandou construir uma espécie de altar e oratório móvel, que assim poderia ser levado pelas trilhas e caminhos, de casa em casa, de fazenda em fazenda, de aldeia em aldeia, para se dizer as missas, realizar os batismos e casamentos de brancos, pretos, mestiços e indígenas, senhores e escravos, até que uma capela começasse a ser erigida em 1804; e mesmo depois de sua construção, em muitas ocasiões o altar volante continuou viajando de porta em porta nas regiões mais afastadas. Para Padre Manoel deixar a população, fosse ela qual fosse, sem as atenções da Igreja, era um ato de irresponsabilidade e falta de misericórdia para com aqueles que carecem dos sacramentos e do alimento espiritual.

As ações de catequese e civilização para as quais padre Manoel fora incumbido logo surtiram efeitos. Um número cada vez maior de Coroados foram se apresentando ao batismo cristão, convertendo-se à religião Católica Apostólica Romana. Em geral, os batismos eram coletivos, abrangendo de dois a mais de uma dezena de indivíduos de cada vez. Marcelo Lemos (2004) aponta que um resultado eficiente no processo de conversão era a evangelização dos caciques, pois ao se converter traziam consigo não apenas a sua família como inúmeros de seus comandados. Os batismos coletivos compunham 45% das conversões, enquanto os adultos apresentam uma ocorrência de 37%; ora, levando-se em conta que os batismos de adultos, tanto individuais quanto coletivos, compõem uma significativa parcela de conversões, é razoável imaginar que nos anos seguintes aumentasse ainda mais o número de crianças que se iriam batizando em função da anterior conversão de seus pais.

No entanto, para os anos seguintes até 1815, desaparecem os registros de batismos coletivos; não coincidentemente essa também é a data de falecimento de padre Manoel Leal, e isso demonstra duas coisas: a primeira é a dedicação missionária do vigário e a eficiência das estratégias de evangelização deste sacerdote, que conseguiu trazer à pia batismal famílias inteiras de Coroados a batizarem-se juntos. A segunda é o zelo administrativo, ao manter em ordem, até seu falecimento, os livros de batismo e óbito sob sua

guarda, além das informações básicas que ofereciam minúcias de detalhes, sobretudo no caso dos falecimentos, apontando as causas que levaram este ou aquele indivíduo a óbito. Quanto a isso, Marcelo Lemos (2004), em sua defesa de mestrado, afirma que: “após o seu falecimento, em 1815, empobreceram os registros quanto a várias informações, principalmente nos óbitos, que raramente passaram a designar a causa mortis”.

Existe uma prova incontestável dos resultados obtidos pela obra de evangelização e conversão realizada por padre Manoel Gomes Leal: Marcelo Lemos (2004) elenca os caciques e suas parentelas que foram se batizando sob a direção deste paroquiano. O considerável número de chefaturas indígenas a se converterem, arrastando atrás de si suas esposas e filhos, demonstra que os caminhos para a evangelização estavam se abrindo de maneira bastante eficiente, tal qual desejava a Coroa portuguesa e como bem agradava aos grandes senhores de terras, porquanto o aldeamento em uma redução conservatória liberaria grandes áreas de terras para a implantação da economia agrária que caracterizou a região e a fez despontar no cenário de exportação agrícola mundial.

Aqui tomo a liberdade de reproduzir na íntegra a tabela elaborada por Marcelo Lemos (2004) – Tabela 1. Chama a atenção o fato de que os padrinhos que se apresentaram aos batizados eram, em sua esmagadora maioria, senhores de escravos e proprietários de grandes glebas de terras, as sesmarias – tomadas sempre dos indígenas; e disso podemos aferir duas conclusões: a primeira é que estes colonos luso-brasileiros já estão se estabelecendo na região com um cabedal considerável de recursos, porquanto o preço de uma peça negra de trabalho no século XVIII era de considerável valor no mercado negro, não estando ao alcance de qualquer pessoa. A segunda é que a grande distribuição de sesmarias em territórios indígenas, relativamente longe do Porto do Rio de Janeiro e a meio caminho das áreas auríferas, estando estas em declínio ou não, é denúncia flagrante do grande interesse da Coroa Portuguesa em se interiorizar e fazer fixar nos pontos mais distantes elementos que a representassem, uma vez que, junto com o título de terras, muitos destes fazendeiros ostentavam também patentes militares e/ou cargos de autoridade administrativa.

Tabela 1 – Lista de caciques, suas famílias e seus padrinhos de batismo.

N.	Nome Indígena	Nome Cristão	Tipo de Batismo	Data de Batismo	Observação	Padrinho	Informações Sócio-Econômicas do Padrinho
1	Minhan	Manoel	Individual	21.12.1812	cacique	Miguel Rodrigues da Costa	senhor de escravos,sesmeiro
2	Ton-purú	Manoel	Coletivo	25.12.1812	cacique	Miguel Rodrigues da Costa	senhor de escravos,sesmeiro
2.1	não registrado	Manoel	Coletivo	26.12.1812	irmão de Ton-Purú	Joaquim Tavares do Amaral	senhor de escravos,sesmeiro
3	Bocaman	José	Individual	10.01.1813	cacique	Joaquim Marques da Silva	senhor de escravos
3.1	não registrado	Sebastião	Coletivo	25.12.1812	filho de Bocaman	Francisco Fernandes Chaves	s/informação
3.2	não registrado	Joze Bexiga	Coletivo	25.12.1812	filho de Bocaman	Francisco Joaquim Areas	senhor de escravos,sesmeiro
3.3	não registrado	Manoel	Coletivo	25.12.1812	da família Bocaman	Manoel Joaquim do Carmo	s/informação
3.4	não registrado	Maria Páscoa	Individual	28.12.1812	mulher de Bocaman	Antonio Francisco de Gouvea	s/informação
3.5	não registrado	Francisco	Coletivo	10.08.1809	filho de Bocaman	Francisco Joaquim Areas	senhor de escravos,sesmeiro
3.6	não registrado	Joaquina	Individual	26.04.1814	filha de Bocaman	M.Rodrigues da Cruz	da família de José Rodrigues da Cruz(sesmeiro e diretor dos índios)
3.7	não registrado	Maria	s/informação	Não indicado	filha de Bocaman	s/informação	s/informação
4	Tanguará	Hipolito	s/informação	1809	cacique	s/informação	s/informação
4.1	não registrado	Fortunato	Individual	27.12.1812	neto de Tanguará	Antonio Thomas da Silveira	senhor de escravos,sesmeiro
4.2	Surú	Roza	Coletivo	10.08.1809	irmã de Tanguará	Manoel Gomes Leal	homônimo do padre, da Família Gomes Leal, sesmeiros em S. F.do Tinguá
4.3	Pinguentut	Filizarda	Individual	20.08.1809	filha de Tanguará	Manoel Gomes Leal	homônimo do padre, da Família Gomes Leal, sesmeiros em S. F.do Tinguá

N.	Nome Indígena	Nome Cristão	Tipo de Batismo	Data de Batismo	Observação	Padrinho	Informações Sócio-Econômicas do Padrinho
5	Taipurú ou Taypurú	Não tem	s/informação	Não batizado?	cacique	s/informação	s/informação
5.1	não registrado	Roza	Coletivo	10.08.1809	filha de Taypurú	Francisco Joaquim Areas	senhor de escravos, sesmeiro
5.2	Cocit	Thereza	Coletivo	10.08.1809	mulher de Taypurú	Francisco Joaquim Areas	senhor de escravos, sesmeiro
6	Guerimbut	Miguel Rodrigues	s/informação	Não indicado	cacique	s/informação	s/informação
6.1	não registrado	Roberta	Individual	26.11.1809	filha de Guerimbut	Padre Manoel Gomes Leal	senhor de escravos, sesmeiro
6.2	Cuéi	Angélica	s/informação	Não indicado	mulher de Guerimbut	s/informação	s/informação
7	Sem informação	Luiz	s/informação	Não indicado	cacique	s/informação	s/informação
7.1	não registrado	Anna	Coletivo	10.08.1809	filha de Luiz	Anna Joaquina de São José	irmã do Padre Manoel G. Leal
7.2	Guétuô	não indicado	s/informação	Não indicado	mulher de Luiz	s/informação	s/informação

Fontes: IÓRIO, Leoni. Valença de ontem e de hoje (Subsídios para a História do Município de Marquês de Valença): 1789-1952.

Primeiro Livro de Batismos da Igreja de N.S da Glória de Valença (1809-1878).

Há um detalhe, que poderia passar despercebido em uma leitura menos atenta sobre esta tabela: o fato de ser quase toda ela, no que diz respeito aos padrinhos, composta por homens. Natural, se lembrarmos que a sociedade ocidental alicerça a construção de suas relações no patriarcado, sejam essas relações políticas, econômicas, sociais ou de poder. No entanto, em uma das linhas finais, no ano de 1809, desponta uma mulher apadrinhando uma indígena de nome cristão Ana, mas cujo nome indígena não havia sido registrado; esta nativa é filha do cacique Luiz, cuja esposa também havia feito batizar ambos, porém sem o registro de seu nome nativo. A Madrinha, única da relação, era Anna Joaquina de São José, ninguém menos que a irmã do sacerdote Manoel Gomes Leal. Quando se apresenta como madrinha daquela indígena recém-convertida estaria então com quinze

anos de idade e era ainda solteira; valeu-se então do prestígio de seus pais e de seu irmão, o vigário Leal, para assumir a responsabilidade de tutora espiritual daquela nativa.

De acordo com fontes genealógicas⁹, Anna Joaquina teria nascido em primeiro de abril de 1794, e em quatro de fevereiro de 1813, então com dezenove anos, contraiu núpcias com o Comendador Francisco das Chagas Werneck, seu aparentado, e teve, neste casamento, pelo menos seis filhos e filhas, dentre os quais a futura Viscondessa de Ipiabas, Ana Joaquina de São José Werneck. Por este matrimônio tornou-se também senhora de grandes glebas de terras que foram ocupadas com café, tão logo se viram livres da presença indígena. Seu casamento também tornou seu irmão, o padre Manoel Gomes Leal, cunhado do Comendador Werneck, de quem já era primo, e tio da futura Viscondessa de Ipiabas.

Na Tabela 1 outra informação se destaca, o próprio padre Manoel Gomes Leal se apresenta como padrinho de um dos que estão se batizando, trata-se de Roberta, filha do cacique Querimbut, feito batizar como Miguel Rodrigues. O nome de nascimento da jovem não é registrado, mas o que nos leva a citar este dado da tabela é a maneira como o padre tem seus dados registrados; o Livro de Batismos não se refere a ele apenas como sacerdote; na verdade, na descrição da condição socioeconômica do reverendo padre aparece o registro de sesmeiro e senhor de escravos. Portanto, aquele vigário foi, como todos os homens de posses daquela época, um latifundiário escravagista, com fazenda estabelecida nos campos de Valença.

9 Ana Joaquina de São José (1794 – c.1862) – Genealogy.



**Fazenda Monte Alegre, de Francisco das Chagas
Werneck e Anna Joaquina de São José.**

Fonte: Fazenda Monte Alegre. Acesso em 03/04/2025

Em 1808, então com 58 anos, havia recebido como retribuição pelos anos de serviços dedicados à catequese e civilização dos indígenas, uma sesmaria de 900 alqueires geométricos, o equivalente a um quadrado de 6,6 km de cada lado ou uma área de pouco mais de 43,5 quilômetros quadrados (Pamplona, 2010), mas muito provavelmente já possuía outras terras antes desta sesmaria. É possível que se tratasse da Sesmaria de Santa Rosa da Cachoeira que, embora de pertencimento do padre, não permaneceu por muito tempo sendo sua, pois alguns anos à frente encontramos a propriedade sendo vendida ao casal Joaquim Marques da Silva e Faustina Angélica de Moura, casal que consta como sendo um dos primeiros moradores da Vila de Valença.

Antes que deitemos nossas críticas sobre esta condição de Manoel Gomes Leal, sobretudo por tratar-se de um sacerdote católico, lembremos que o quadro ideológico da época compunha um *ethos* senhorial (Sales, 2022); ou seja, havia uma forma coletiva de se imaginar e realizar a sociedade a partir da ideia de que ser um homem útil e cidadão pleno passava, obrigatoriamente, pela necessidade de ser senhor de si, de algo e de alguém. Neste contexto, a legislação, a religião e os preceitos sociais não apenas não condenavam a escravidão dos africanos, como tinham por certo que este era um benefício

para estes elementos, uma vez que os colocava em contato direto com a verdadeira religião e a verdadeira civilização superior.

O que quero dizer com isso é que nossos conceitos éticos e morais dos dias presentes não podem ser aplicados àqueles que se empregavam no tempo de Manoel Gomes Leal; e qualquer um de nós que tivesse sido seu contemporâneo teria abraçado e praticado, sem qualquer questionamento, a escravização. Ter escravos não feria, portanto, nenhum dogma religioso, nenhum princípio moral e nenhum preceito ético. Ao contrário, abraçava todos eles. Manoel Gomes Leal era um homem de seu tempo e, portanto, o resultado daquele conjunto de crenças e verdades vigentes. Imaginá-lo a pensar e agir como um homem dos dias atuais seria um exercício impraticável e de resultado inaplicável àquela realidade pretérita; assim como lançar sobre ele, ou qualquer outro de seu tempo, críticas balizadas em nossos valores seria um exercício de má fé.



Fazenda Santa Rosa, que pertenceu ao Padre Manoel Gomes Leal.

Fonte: Fazendas – Festival Vale do Café

Para servir como moderador dos múltiplos conflitos, embrenhar-se nas matas, arriscar-se entre os bravios coroados, convertê-los, catequizá-los

e civilizá-los o pároco faria jus a uma cômputo¹⁰ de 150\$000 Réis anuais, a contar de fevereiro de 1803, (Alvarenga, 2019). Ora, levando-se em conta que este valor teria hoje um poder de compra de apenas R\$. 18.500 por ano, ou R\$. 1.540 mensais, o que equivale a não mais que um salário-mínimo atual¹¹, não se pode dizer que aquele padre tenha se embrenhado nas florestas a meter-se com índios avessos ao contato com os brancos pelo dinheiro. Sua motivação genuína vinha não do pagamento, mas da missão evangelizadora que movia sua vida. Como sacerdote católico, acreditava piamente que seu papel como pastor era salvar as almas daqueles indígenas que, acreditava ele, estariam perdidas sem a conversão, o batismo e a catequese.

Não que o trabalho daquele sacerdote junto aos diversos grupos indígenas que formavam os Coroados começasse efetivamente em 1803; na verdade, já vinha de longa data a atuação de Padre Leal junto aos nativos. Luiz Damasceno Ferreira é enfático em afirmar que o vigário já tinha acompanhado não uma, mas várias expedições anteriores contra os coroados, enquanto ainda era o pároco responsável pela Igreja de Sacra Família do Tinguá, também um antigo núcleo de povoamento às margens de uma variante do Caminho Novo para as Minas, e que este mesmo padre tinha “feito ali serviços muito úteis à igreja e ao Estado.”

É neste mesmo ano que recebeu também a incumbência de “construir, edificar ou levantar altar em sítio conveniente, benzer a Capela ou Igreja que erigisse, precedendo-lhe faculdade régia para administrar todos os sacramentos aos índios”, além de benzer o cemitério que seria formado (Ferreira. 1978).

O Vigário Manoel Gomes Leal não havia sido escolhido, em 1803, por acaso. Seu histórico de atuação já era carregado de experiências anteriores no trato com as populações originais nos sertões de Minas Gerais, para além do Rio Paraíba do Sul. A microrregião de Juiz de Fora, que incluía os sertões do Rio Preto, já recebia, desde os anos iniciais da década de 1760, as constantes visitas do capitão Inácio de Souza Werneck e do padre Manoel Gomes Leal, que se dedicavam intensamente à catequese e pacificação dos Coroados que ali habitavam. Poucos anos depois, por volta de 1780, já estava formado

10 Cômputo diz respeito aos vencimentos recebidos pelos sacerdotes para o seu sustento.

11 Para chegar a este valor foi usado como base a cotação em Réis do ouro no ano de 1800 e a cotação do Ouro em Real no ano de 2025 e, então, fazer a conversão. Além disso foram usadas estimativas baseadas em dados de fontes como: Arquivo Nacional, estudos de Celso Furtado, Boris Fausto e registros do Erário Régio.

o arraial denominado Ouvidor¹². Ora, foi somente pela atuação do padre Manoel Gomes Leal e de seu irmão Werneck que se tornou possível ocupar a região até então conhecida como “áreas proibidas”, que logo mostrou-se extremamente rica para a agricultura e exploração mineral naquela capitania.

Fica patente, então, que o vigário de Paty do Alferes era homem tarimbado nas expedições de evangelização ao longo de décadas, não apenas pelo interior da Capitania do Rio de Janeiro, mas também pela região sul da capitania de Minas Gerais, por onde se esparramavam os diversos grupos étnicos de indígenas que compunham o grande grupo dos Coroados. Não se tratava apenas de um homem de fé, mas também de ação e coragem, por meter-se em terras desconhecidas e habitadas por populações que não tardavam em responder com ímpeto e energia a qualquer ameaça a sua integridade e ao seu território. Essa capacidade combativa na defesa de suas terras e ao seu modo de vida, era interpretada pelos colonizadores e sesmeiros como selvageria, violência bestial, ferocidade assassina, entre outros objetivos, como se fossem eles, os colonos luso-brasileiros, as vítimas e não os algozes. Meter-se nesses sertões, era, portanto, prova irrefutável de grande coragem.

Mais do que entender o interior fluminense, desde os contrafortes da Serra do Mar até o Vale do Rio Preto, já em território da Capitania de Minas Gerais, como uma zona nova de povoamento, é percebê-la como uma área de violentos confrontos entre indígenas totalmente dispostos a defender suas terras e seu modo de vida e os colonos luso-brasileiros que não mediam esforços para ocupar o território de solo fértil na esperança do enriquecimento futuro. Tanto a defesa como a ocupação requerem muita coragem, inclusive na mesma ou maior medida de padre Manoel Gomes Leal, o sacerdote católico que se prestava a ser o interlocutor destes dois interesses.

Rodrigo Lacerda, ao redigir seu livro “Carlos Lacerda: a República das Abelhas”, um romance histórico, afirma que todos os personagens por ele citados são reais, assim como os fatos relatados; mas confessa que algumas situações são fruto da imaginação, porém baseadas em relatos coletados de quem presenciou situações semelhantes. Num destes seus exercícios imaginativos, Lacerda relata, para o ano de 1802, uma cena que, pelos registros da ferocidade na defesa indígena de suas terras e da determinação obcecada dos colonos em se apossar delas, bem que poderia ser verdade:

12 IBGE | Biblioteca.

Inácio de Sousa Werneck, segundo a minha fonte, não foi dos que saíram fugidos. Mas também não foi, nem de longe, o herói da noite. Dizia o relato que, “em meio à luta espiritual, pegada à luta física, porém oculta dentro de nós, dignificouse com louvor o padre Manoel Gomes Leal, capelão dos gentios”. Onde o líder militar da expedição falhara grosseiramente, o representante da autoridade religiosa daria uma aula de fé e coragem.

Durante os primeiros momentos do ataque, o capelão fez o que se esperava dele. Agachouse junto aos feridos e procurou ajudá-los, oferecendolhes, mais que a integridade de seus corpos, uma extremaunção em tempo recorde. A cada vez, com grande contrição, pediu perdão a Deus pelos pecados alheios.

Quando acabou de atender os moribundos, o padre Gomes Leal abandonou qualquer prudência e, sem explicação, ficou em pé, expondo-se inteiramente ao fogo cruzado. De vários pontos, partiram avisos do perigo que corria, mas ele continuou de pé. Flechas e tiros assobiavam à sua volta. Então, numa atitude completamente insensata, Gomes Leal acendeu uma candeia, fazendo de si um alvo ainda mais fácil. Com a luz iluminando seu rosto e alegria na voz, gritou aos missionários: “Animemse! Eu irei curar suas feridas e não os deixarei perecer desamparados!”

Vendo o capelão com a candeia acesa, e ouvindo-o perdido em delírios, os soldados tornaram a gritar para que afastasse a luz de si e do acampamento. Tal acesso de fanatismo punha em perigo a vida de todos, não só a dele. Nem assim o padre Gomes Leal tomou juízo. Não se acovardou, nem se acautelou. Pôs-se, isto sim, a gritar:

“À vista da luz de Deus, as trevas sempre fugiram!”

Os homens da tropa, certamente Inácio de Sousa Werneck junto com eles, deram o capelão como louco. As flechas e os tiros continuavam partindo de lado a lado, sem nenhum sinal de clemência por parte dos índios. Seus olhos esgazeados, seu discurso messiânico, tudo era delírio.

“À vista da luz de Deus, as trevas sempre fugiram!”, continuou gritando o padre Gomes Leal.

E rodopiava com a candeia na mão, num transe místico e suicida.

Quando tudo parecia perdido, contava então a minha fonte, os desvarios de fé do padre se cumpriram, milagrosamente. Diante da pequena candeia acesa, as flechas pararam de voar, os gritos acabaram e os índios puseram-se em fuga.

Segundo o tal padre cronista, ou padre historiador, responsável por transmitir à posteridade os eventos ocorridos na serra de Santana, ninguém na tropa duvidou: Deus os livrara da morte encarnando no capelão Gomes Leal e na luz de sua candeia.” (Lacerda, p. 18)

Deixando de lado os possíveis exageros que a licença poética permite àqueles que escrevem ficções, é bastante possível que não apenas uma ou duas, mas por diversas vezes, padre Manoel Gomes Leal estivesse envolvido em conflitos que, como o imaginado acima, tivesse exposto sua vida a riscos reais. Lembremos que, quando de sua nomeação como capelão dos índios nas aldeias da região onde se ergueria o atual município de Valença, o vigário já acumulava mais de duas décadas de evangelização dos Coroados nas tribos estabelecidas no Vale do Rio Preto, Capitânia de Minas Gerais.

Suas ações na catequese e civilização dos coroados que se encontravam no território onde seriam fincados os alicerces da Vila de Nossa Senhora da Glória de Valença serão fundamentais para provocar o desaparecimento geral destes indígenas. Não nos referimos aqui ao seu desaparecimento físico, sua extinção, mas sim ao seu desaparecimento político, pois, pela obra de civilização iniciada por padre Manuel, eles são transformados em caboclos, ou seja, índios civilizados. (Lemos. 2004). Isso não significa que a intenção daquele sacerdote pioneiro fosse o de causar o desaparecimento de qualquer natureza dos Coroados; sua intenção era minimizar os conflitos entre os colonos luso-brasileiros e as populações nativas, com o objetivo de preservar a vida destes indígenas.

Lembremos que somos o somatório das experiências vividas e fruto do tempo em que vivemos; desta forma, a ideia civilizatória de padre Manuel está em perfeita sintonia com a visão geral que se tinha em sua época sobre o devido papel e lugar dos indígenas, dos negros e dos brancos na sociedade; logo, suas atitudes eram a mais perfeita concretização daquilo que estava no campo das ideias coletivas do universo colonial.

O padre Manoel Gomes Leal desempenhou um papel crucial na formação da comunidade que deu origem à atual cidade de Valença. Sua atuação na catequização dos indígenas e na fundação da capela de Nossa Senhora da Glória estabeleceu as bases para o desenvolvimento religioso, social e econômico da região. Atualmente, a Praça Padre Manoel Gomes Leal, onde se localiza o Pavilhão Leoni, homenageia sua contribuição histórica (Araújo, 2023).

A trajetória do padre Manoel Gomes Leal exemplifica os esforços de catequização e colonização empreendidos no Brasil colonial. Seu trabalho em Valença, bem como anteriormente nas terras de Minas Gerais, reflete as complexidades e desafios enfrentados na interação entre colonizadores e populações indígenas, em uma realidade na qual entravam em choque a expansão das atividades agrícolas com a preservação e conversão de um conjunto de diferentes etnias genericamente nomeadas Coroados.

Demonstra também o impacto duradouro dessas iniciativas na formação das comunidades locais, que se caracterizaram não apenas pelo seu perfil religioso católico, mas também pela escravização das populações nativas e africanas nessas terras. Enquanto homem de seu tempo, fruto dos valores, dogmas, princípios e visão de mundo de uma época específica, não há como, nem porque, atribuir a padre Manoel Gomes Leal nada menos do que o reconhecimento, não apenas pela obra catequética, mas pelo erguimento de uma cidade que viria a ser uma das mais importantes no cenário político e econômico do Império e a construção de uma civilização que vivia um *ethos* senhorial que se estendeu por toda a sociedade do oitocentos.

Referências

BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português (1415–1825)**. Lisboa: Edições 70, 2002.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FARIA, Luiz Otávio. **Doenças e medicina no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP, [várias edições].

FERREIRA, Luiz Damasceno. **História de Valença** (Estado do Rio de Janeiro): 1803-1924. 2. ed. Rio de Janeiro: Valença, 1978 [1924]. p. 5-6.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LACERDA, Rodrigo. **Carlos Lacerda: a república das abelhas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEAL, Waldemar Rodrigues de. **Famílias Nogueira da Gama e Gomes Leal**. Belo Horizonte: Mazza, 1988.

MAXWELL, Kenneth. **A construção da modernidade em Portugal: Pombal e a Reforma**. Lisboa: Estampa, 1995.

MONTEIRO, John M. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MOTTA, Márcia Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do Século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura. 1998

PORTER, Roy. **A história da medicina**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SALLES, Ricardo. **O Vale do Paraíba nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2022.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500–1800)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

Teses e Dissertações

ALVARENGA, Felipe de Melo. **De Terras Indígenas à Princesa da Serra Fluminense**: o processo de realização da propriedade cafeeira em Valença (Província do Rio de Janeiro, Século XIX). Campinas. Dissertação de Mestrado em História. 2019.

LEMONS, Marcelo Sant'Ana. **O Índio que Virou Pó de Café**: a resistência dos índios Coroados de Valença frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba (1788-1836). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da UERJ. Rio de Janeiro: 2004

Fontes Primárias

Códice “E-278 – Ordens Régias 1681-1809” do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Arquivo Diocesano de Valença. Livro de Registro de Óbitos.

Obras de Referência

Dicionário Histórico das Palavras Médicas e Afins. Carlos Consiglieri, UNESP.

Dicionário de Termos Médicos Antigos e Regionais. Nogueira da Silva (Portugal), disponível na Biblioteca Nacional Digital de Portugal.

Sites

[Armas e artefatos das tribos Puris Coroados]. – Mapa antigo de FERRARIO, G. Acesso em: 30 mar. 2025.

Ana Joaquina de São José (1794 – c.1862) – Genealogy. Acesso em: 07 abr. 2025.

ARAÚJO, Leo. O antigo paço de Valença. Disponível em: <https://www.minube.com.br/sitio-preferido/pavilhao-leoni-praca-padre-manoel-gomes-leal-a3683241>. Acesso em: 30 mar. 2025.

Fazenda Pau Grande. Acesso em: 07 abr. 2025.

fazenda pau grande – Pesquisar. Acesso em: 07 abr. 2025.

Fazendas – Festival Vale do Café. Acesso em: 07 abr. 2025.

IBGE | Biblioteca. Acesso em: 4 abr. 2025.

VALENÇA DE ONTEM E DE HOJE – ASPECTOS GERAIS (PARTE 2). Disponível em: https://www.geocities.ws/leoni_iorio_valenca_div3/valenca_livro_aspectos_gerais_parte_2.htm. Acesso em: 30 mar. 2025.

Varíola – Só Biologia. Acesso em: 07 abr. 2025.

III. NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA ROÇA DO ALFERES: DOAÇÃO, CONSTRUÇÃO E RIVALIDADE (XVIII – XIX)¹

Alan de Carvalho Souza

Introdução

O objetivo deste capítulo é, inicialmente, entender o porquê da vila de Paty do Alferes ter sido designada à proteção de Nossa Senhora da Conceição. E para alcançar tal propósito, utilizou-se, especialmente, de duas obras/fontes, a saber: *Tomo IV das Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do estado do Brasil* escrita pelo Monsenhor Pizarro e *Notas para a história da Villa de Pati do Alferes* do frei Aurélio Stulzer. A confrontação ou a análise comparativa foi a metodologia para responder algumas interrogações a respeito da história em torno da escolha de Nossa S. da Conceição, o que possibilitou o esclarecimento sobre: a primeira capela do território denominado “Serra acima”; as inconsistências relativas ao ano apresentado, em diversos trabalhos, como o ano inicial da ocupação e o estabelecimento dos primeiros sesmeiros² na região em que se formaria a vila de Paty do Alferes. Assim, não só mantemos o objetivo primeiro da pesquisa, como passamos a questionar algumas “verdades” relativas à história da fixação dos sesmeiros da localidade que se transformaria no século seguinte, XIX, na principal produtora de café do império.

Basicamente, todos os trabalhos que abordam a história da vila de Paty do Alferes e o início do seu povoamento utilizam a informação do Monsenhor

1 Artigo publicado originalmente na Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades da Univassouras, Vassouras, v 15, n 3, Edição Especial, p. 38-65, set./dez, 2024.

2 Os primeiros sesmeiros foram: capitão Francisco Tavares e o alferes Leonardo Cardoso da Silva. Sesmaria era o mesmo que lote de terras distribuído a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, visando cultivar terras virgens.

Pizarro, que narra a chegada do Caminho Novo aberto por Garcia Rodrigues Paes no ano de 1700 na roça do Alferes Leonardo Cardoso da Silva (Stulzer, 1944, p. 5). Trabalhos como o do frei Aurélio Stulzer, e mais recente como o *Terras e Escravos*, terminaram por reproduzir essa mesma informação (Souza, 2012, p. 21).

Não questionamos que o Caminho Novo alcançou em 1700 as terras que mais tarde pertenceriam à sesmária do alferes Leonardo Cardoso da Silva; muito menos, contestamos que aquela via se tornaria transitável apenas no ano de 1705 (Maia Forte, 1933, p. 6; Mapurunga, 2002, p. 33). Ocorre que o trabalho no qual esta informação surgiu pela primeira vez foi escrito no ano de 1820 por Joze de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, conhecido na literatura como Monsenhor Pizarro. As suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* apresentam dados e documentos sobre os primórdios da localidade onde hoje se encontram Paty do Alferes, Paraíba do Sul, Vassouras e as demais cidades que compõem o Vale do Paraíba fluminense. E é na compilação e interpretação desses dados que observamos inconsistências.

Antes, porém, é necessário observar o ano da publicação da mencionada memória. O *Tomo IV das Memórias Históricas do Rio de Janeiro* foi publicado pela Impressão Régia em 1820, data em que se conhecia os primeiros súditos agraciados com sesmarias. Possivelmente, Francisco Tavares, primeiro sesmeiro, recebeu a sesmária antes mesmo de se estabelecer no território em que se formaria a vila de Paty do Alferes. Ao relatar nas *Memórias Históricas* que em 1700 Garcia Rodrigues Paes chegou à roça do alferes Leonardo Cardoso da Silva, Monsenhor Pizarro utilizou-se de uma referência para demonstrar que o Caminho Novo atingira as terras que compunham a vila, demonstrando o avanço alcançado. Contudo, salientamos que em 1700 o alferes Leonardo Cardoso da Silva ainda não possuía sesmária na região ou não se encontrava estabelecido no território.

Leonardo Cardoso, além de não possuir terras na localidade em 1700, também foi apontado, incorretamente, como o responsável pela construção da primeira capela de Paty do Alferes. Matoso Maia Forte, ao apresentar as mais antigas freguesias do território, afirmou que o alferes Leonardo erigiu na sua fazenda a capela (*apud* Braga, 1975, p. 16). A razão pela qual Monsenhor Pizarro cita a chegada do Caminho Novo nas terras que mais tarde pertenceriam ao Leonardo Cardoso, deve-se ao fato de se buscar, conforme já mencionado, uma referência junto aos mais antigos sesmeiros do território.

Tudo indica que os ocupantes mais antigos das terras foram os já citados: o capitão Francisco Tavares e o alferes Leonardo Cardoso da Silva.

Entretanto, conforme demonstraremos, dificilmente ambos se encontravam no território em que se formaria a vila de Paty do Alferes no ano de 1700 e, mesmo em 1705, quando o Caminho Novo se tornou transitável na localidade.

Caminho Novo

Nos últimos anos do século XVII, o governador da capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá Menezes, solicitou à coroa portuguesa a abertura de uma nova rota que facilitasse a comunicação com o interior e, principalmente, o escoamento dos minérios oriundos das Minas Gerais. Garcia Rodrigues Paes Leme assinou o contrato com a Coroa em 22 de outubro de 1698 (Costa, 2015, p. 86). Em 1699, se iniciou, de fato, a abertura do Caminho Novo que, em um ano de trabalho, mais ou menos, alcançou a serra fluminense, região última antes de atingir Iguaçu, atual Baixada fluminense.

O trajeto iniciava a partir das minas, nas proximidades de Barbacena; e os motivos eram a riqueza que se extraía na localidade e por reunir vários outros caminhos, como os do Rio das Mortes, do Rio das Velhas e do Rio Doce. Assim, o caminho

venceu a Mantiqueira, pela garganta de João Ayres, procurou o Paraíba, seguiu até sua barra no Paraíba e pela serra dos Órgãos chegou à baía do Rio, passando em Cabaru, Alferes [Paty do Alferes] ou Roças do Marcos da Costa, Couto e Pilar [Campos Elísios, distrito de Duque de Caxias/RJ] (*apud* Costa, 2015, p. 86-87).

Mas se fizermos o caminho inverso, ou seja, o trajeto das mercadorias oriundas da Europa, partimos do “[...] cais da Praia dos Mineiros [Praça XV], alcançando por mar o Rio Pilar no fundo da Baía de Guanabara. A partir daí seguia na forma de uma picada, que vencia a Serra do Mar em direção a Paty do Alferes.” (Costa, 2015, p. 87).

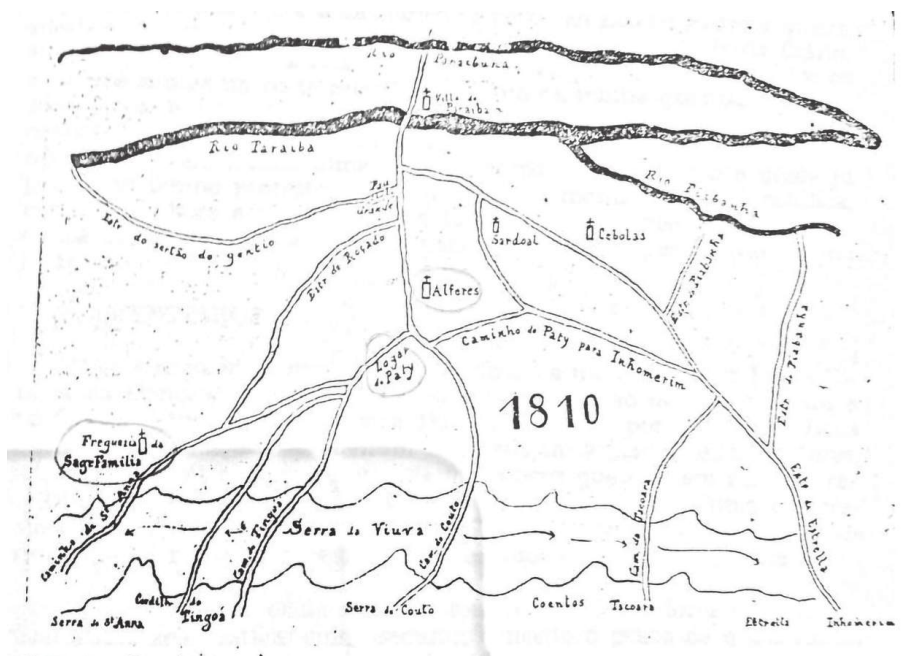
Já no ano de 1700, a nova via alcançava o território que formaria a Freguesia da Nossa Senhora da Conceição da Roça do Alferes. A rapidez da abertura se deve ao conhecimento de Garcia Rodrigues de parte do território aos fundos da serra dos Órgãos, que era utilizado para alcançar as Minas Gerais, do qual Garcia era guarda-mor (Araújo, 1820) e pela utilização das picadas existentes feitas pelos povos originários da região.

Oratório/Capela

A partir do processo de desbravamento, o próprio Garcia Rodrigues construiu uma capela dedicada à Conceição da Santa Virgem e aos Apóstolos São Pedro e São Paulo (Araújo, 1820, p. 102). Esta capela, em razão da ocupação crescente, foi transformada em capela curada em 1719 pelo bispo Dom Francisco (Araújo, 1820, p. 103). Contudo, a capela logo foi substituída e coube ao filho de Garcia Rodrigues a construção da segunda. Esse segundo templo foi dedicado à Nossa Senhora de Monserrat, sendo benzido em 18 de novembro de 1745 pelo capelão curado Padre Manoel Gonçalves Vianna, data em que a mesma começou a ser utilizada pelos moradores (Araújo, 1820, p. 103-106).

Foi a capela dedicada à Conceição da Santa Virgem e aos Apóstolos São Pedro e São Paulo, substituída pela da nossa Senhora de Monserrat, a primeira “igreja” de Serra Acima. Ou seja, a primeira resultante da abertura do caminho e, por conseguinte, da ocupação do território que, inicialmente, foi consagrada à Nossa Senhora da Conceição. A jurisdição da capela ao sul era limitada com a Freguesia da Nossa S. da Conceição da Roça do Alferes (Araújo, 1820, p. 104). Contudo, ao apresentar as divisas da paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Roça do Alferes, Pizarro a limitou ao norte com a Freguesia de N. S. da Conceição e de S. Pedro e S. Paulo (Araújo, 1820, p. 113), o que significa a perpetuação do primeiro nome dedicado à capela construída por Garcia Rodrigues Paes Leme.

Ao buscarmos os limites da paróquia Nossa S. da Conceição da Roça do Alferes (Figura 1), acessamos a informação que ajudará a sanar as dúvidas sobre o responsável pela construção da primeira capela da Roça do Alferes. De acordo com as *Memórias Históricas*, a oeste a paróquia limitava com a demarcação de “Santa Família de Tinguá, no alto do morro de S. Paulo, onde Leonardo Cardoso possuía a sua fazenda” (Araújo, 1820, p. 113).

Figura 1 – Caminhos da Freguesia de N. S. da Conceição do Alferes

Fonte: *apud* Stulzer, 1944, p. 11.

Duas informações podem ser extraídas da demarcação dos limites da paróquia de Nossa S. da Conceição da Roça do Alferes; a primeira, já citada, é a manutenção do nome de N. S. da Conceição e de S. Pedro e S. Paulo para a primeira capela construída em terras de Serra Acima, pelo responsável pela abertura do Caminho Novo. Consequentemente, temos a consagração do primeiro templo do novo caminho para as Minas Gerais, batizado de Caminho Novo, à Nossa S. da Conceição. Por qual motivo?

Possivelmente, e nos parece a mais provável, por se tratar do desbravamento do território colonial da coroa portuguesa e por ser Nossa S. da Conceição a Rainha e Padroeira de Portugal e de todos os povos de língua portuguesa, o motivo da consagração dessa capela inicial.

Sobre a capela da Roça do Alferes, há má interpretação sobre quem a construiu e quem fez a doação em favor do patrimônio da própria capela, causando uma série de abordagens confusas sobre essa parte da história da vila de Paty do Alferes. Monsenhor Pizarro, ao escrever sobre a capela, interpretou incorretamente a doação realizada pelo mais antigo sesmeiro da localidade, o capitão Francisco Tavares.

Em razão do isolamento em que se encontravam os primeiros habitantes da Roça do Alferes e da necessidade da presença da Igreja, não só para orações e refúgio dos seus fiéis, mas também para o avanço da colonização na região, catequizando e legitimando o extermínio dos povos originários, o bispo Dom Francisco de S. Jerônimo permitiu o uso e privilégio de capela Curada ao oratório do capitão Tavares até se descobrir um local para a fundação de um templo (Araújo, 1820, p. 110). O privilégio de capela curada era uma distinção, pois se tratava de um título oficial dado pela Igreja católica a uma capela situada numa povoação com determinada importância econômica e populacional, que passava a ser ministrada, em caráter permanente, por um pároco ou cura e era equiparada à paróquia.

Sobre a elevação do oratório à capela curada, ressaltamos que as fontes utilizadas por Monsenhor Pizarro foram os registros da visita do bispo Dom Fr. João da Cruz quando esteve na capela em 8 de junho de 1742 (Araújo, 1820, p. 110). Isto é, Pizarro elaborou sua narrativa a partir de outros relatos interpretando, em muitos momentos, de forma equivocada, conforme veremos a seguir. Por exemplo, o seu relato sobre a construção do templo informa que o terreno foi escolhido no ano de 1726 pelo bispo Dom Fr. Antônio de Guadalupe, quando este se dirigia às Minas Gerais (Araújo, 1820, p. 111). Constatou-se, contudo, que a doação só ocorreu após essa escolha. E foi na construção do relato sobre a contribuições registradas em favor da capela que Monsenhor fez a confusão. A narrativa apresentada foi a seguinte:

Doando Tavares o terreno [...] à construção da Casa para patrimônio da qual doou também perpetuamente Leonardo Cardoso a quantia de 100\$ réis, por Escritura de 13 de março de 1739 celebrada na Nota de que ele era Tabelião e hipotecou meia légua de terra quadrada com as Fazendas ahí fundadas [...] lugar chamado Alferes (Araújo, 1820, p. 111).

No entanto, não foi Leonardo Cardoso o responsável pela doação de 100 mil réis em benefício da capela. Toda a doação, terreno e valores foi realizada pelo capitão Francisco Tavares. O trabalho do frei Aurélio Stulzer, publicado em 1944, já havia apontado a incorreção da informação dada por Monsenhor Pizarro. Mas tal interpretação, de ter sido Leonardo Cardoso o doador da quantia, se manteve, mesmo após a pesquisa de Stulzer.

Outra interpretação equivocada parte do trabalho de Antonil, *Cultura e opulência do Brasil* (Antonil, 1976, p. 184). No trabalho *Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial*, a historiadora Mariana Muaze

utiliza a versão de Antonil, ao citar o recebimento de sesmarias por Garcia Rodrigues Paes Leme pela abertura do Caminho Novo e termina por repetir o equívoco sobre a construção da capela de Tavares. De acordo com a pesquisadora, “[...] em 1739, o capitão Francisco Tavares, [...], ergueu uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição na sua fazenda ao redor da qual outros habitantes se estabeleceram” (Muaze, 2015, p. 70).

O ano de 1739 foi o marco das compreensões confusas envolvendo a capela de Nossa S. da Conceição da Roça do Alferes. É fato que em 1739 foi escriturada a doação em favor da capela e essa ação envolveu os dois mais antigos ocupantes do território da Roça do Alferes: capitão Francisco Tavares e o alferes e tabelião Leonardo Cardoso da Silva. Um doador, Francisco Tavares, e o outro o tabelião Leonardo Cardoso da Silva.

Certifico que em meu poder e cartório se acha uma escritura de doação para patrimonio de uma capela que fez o cap. Francisco Tavares e obrigação e hipoteca, cujo teor é da maneira e forma seguinte: Escritura de doação para patrimônio de uma capela que fez o cap. Francisco Tavares e obrigação de hipoteca: Saibam quantos este público instrumento de escritura de doação para patrimônio virem que no ano de nascimento de N. S. J. C. de mil setecentos e trinta e nove, aos treze dias do mês de março do dito ano nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro no escritório de mim ao diante nomeado apareceu presente o cap. Francisco Tavares, morador no Caminho das Minas e pessoa de mim reconhecida pelo mesmo aqui nomeado, e logo por eles me foi dito, em presença das testemunhas, ao diante nomeadas e assinadas que ele é senhor e possuidor de uma fazenda que planta vários legumes comestíveis, sita no Caminho das Minas, indo pelo Couto, no sítio chamado do Alferes, que consta de meia légua de terras em quadra em que tem suas lavouras, que partem por uma banda com terras dêle doador e se acham já medidas e demarcadas, judicialmente, em cujas sobreditas fazendas tem êle outorgante uma capela ornada e paramentada de todo o necessário de invocação Nossa Senhora da Conceição, que levantou e fabricou, êle outorgante a sua custa, e para conservação dela e se poder dizer missa e servir de freguesia lhe faz doação para seu património da quantia de cem mil reis em dinheiro cuja quantia toma ele, outorgante, sobre si à razão de juros de seis e um quarto por cento em cada um ano, cujos juros se obriga êle, outorgante, a dar conta ou em dinheiro, ou em despesas para a dita capela ao rev. visitador que for visitar, para o que obriga sua pessoa e bens móveis e de raiz havidos e por haver e o melhor parado déles, e especialmente hipoteca a esta quantia de cem mil reis dêste património a

dita meia légua de terras com as ditas fazendas em sua vida, e por sua morte, déle, outorgante, a seus herdeiros, ou a quem os possuir que será sempre com esta obrigação e esta especial hipoteca não derroga a geral obrigação dos mais seus bens, nem pelo contrário, a qual doação e património faz de sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma que se obriga a fazer sempre boa debaixo da obrigação dos mesmos seus bens, e não revogar nem ir contra ela em tempo algum e nesta forma me pediu lhe lançasse esta escritura nesta nota que lhe li, e disse estava a seu contento e aceitou, e eu tabelião também aceito em nome de quem tocar ausente o direito dela, como pessoa pública, estipulante e aceitante e assinou, sendo testemunhas presentes Salvador da Silva Fidalgo e Francisco Xavier como pessoas reconhecidas de mim tabelião Leonardo Cardoso da Silva que o escrevi (*apud* Stulzer, 1944, p. 11-12).³

Com o registro fica evidente que toda a doação em favor da capela foi feita pelo capitão Francisco Tavares. Esclarecemos, ainda, que Leonardo Cardoso da Silva foi o tabelião responsável pela escrituração e não o doador da quantia de 100 mil réis. Por fim, esclarece que na data da doação, 13 de março de 1739, já existia a capela na propriedade, sendo benzida pelo capelão curado de Paraíba o padre Manoel da Costa em 26 de abril de 1739 (Araújo, 1820, p. 111), derrubando a versão de ter sido erguida somente em 1739.

Além dos fatos que apontamos, notamos ainda a menção a Tavares sempre como capitão e nunca como alferes ou somente por Francisco Tavares. Essa ocorrência provocou a busca pela reconstrução da trajetória de Francisco Tavares até a obtenção da titulação de capitão e, ao mesmo tempo, sugeriu que o mesmo só se estabeleceu na localidade após se tornar capitão.

Francisco Tavares

Cruzando e analisando as informações contidas na obra de Monsenhor Pizarro, de Matoso Maia Forte e de frei Stulzer, é possível considerar Francisco Tavares como o mais antigo sesmeiro (Stulzer, 1944, p. 8). O próprio frei Aurélio Stulzer, de certo modo, já havia encontrado essa informação quando

3 Certidão de doação em favor da capela realizada pelo capitão Francisco Tavares. (*apud* Stulzer, 1944). Grifos nossos.

afirmou que “o título de Pati do Alferes deve-se [...] ao fazendeiro Francisco Tavares [...]” (Stulzer, 1944, p. 11).”

O proprietário, Francisco Tavares, da capela que daria o nome à vila, antes de se estabelecer no povoado, futura freguesia de N. S. da Conceição do Alferes, viveu na Colônia do Sacramento⁴ e lá casou-se com Isabel Corrêa de Oliveira. Da união nasceram vários filhos, quatro dos quais nasceram ainda na Colônia do Sacramento. De acordo, com a transcrição de parte da certidão de casamento de Tavares realizada pelo frei Aurélio Stulzer, o conúbio ocorreu no ano de 1700 e logo depois nasceu a primeira criança do casal, Francisca ou Francisco a 20 de setembro de 1700 (Stulzer, 1944, p. 27).

De acordo com a transcrição da certidão de casamento, “aos dez dias da era de 1700 recebi in facie ecclesiae a Francisco Tavares com Isabel Corrêa de Oliveira na forma do Sagrado Concílio Tridentino. Foram padrinhos o Governador Sebastião da Veiga Cabral e Bárbara Corrêa de Oliveira (*apud* Stulzer, 1944, p. 27).” Observa, ainda, que Francisco Tavares era influente ou circulava na elite política da época. O padrinho, Sebastião da Veiga Cabral, governou a colônia até a derrota frente aos espanhóis, o que o fez retornar à cidade do Rio de Janeiro no ano de 1705 (Bernardo, 2022).

Tudo indica que foi após esse período que Francisco Tavares retornou e se estabeleceu na localidade que se tornaria a vila de Pati do Alferes. Certo era a sua presença na Colônia do Sacramento em 1705-1706. Naquela colônia, a família de Tavares receberia mais três herdeiros. Sebastiana, em 8 de julho de 1702, que faleceu no ano seguinte; e o terceiro bebê, também batizado de Sebastiana, que nasceu em 30 de dezembro de 1703 (Stulzer, 1944, p. 27). O quarto filho do casal, João Corrêa Tavares, também nasceu na Colônia do Sacramento, mas só foi batizado no Rio de Janeiro. De acordo com os dados encontrados no livro 6.º de Batismos de livres da Sé do Rio de Janeiro, João Tavares nasceu “na Colônia e batizado na capela da Fortaleza de S. João.” E assim foi registrado o sacramento: “aos vinte e quatro de julho de mil setecentos e seis anos, [...] na capela da Fortaleza de S. João, batizou [...] e pôs os santos óleos a João, filho legítimo do Alferes Francisco Tavares e da sua mulher Isabel Corrêa [...]” (*apud* Stulzer, 1944, p. 28).

Ao comparar o registro de matrimônio de Tavares e Isabel Corrêa com o batismo do filho do casal, João Corrêa Tavares, observa que na época do

4 Colônia do Sacramento se localiza no sudoeste do Uruguai e hoje é uma cidade denominada Colonia del Sacramento, do lado oposto do Rio da Prata, e foi por muitos anos colonizada pelos portugueses que deixaram diversos edifícios daquele período colonial.

casamento Francisco Tavares não envergava o posto de alferes como no batismo. Tal fato fornece mais indícios de que a família de Tavares regressou ao Rio de Janeiro juntamente com o governador Sebastião da Veiga Cabral, seu padrinho. E, ao que sugere a documentação, o posto de alferes foi conquistado já no Rio de Janeiro, titulação que se comprova no registro de batismo do quinto filho do casal. Inácio Corrêa Tavares nasceu e foi batizado na freguesia da Candelária do Rio de Janeiro e no seu batismo foi registrada a nova patente de Francisco Tavares, como se observa a seguir: “em dezoito de julho de mil setecentos e doze batizei e puz os santos óleos a Inácio, filho do Capitão Francisco Tavares e da sua mulher Isabel Corrêa [...] (*apud* Stulzer, 1944, p. 28).”

Foi somente após a mudança da Colônia do Sacramento, já no Rio de Janeiro, que Tavares conquistou postos militares e a sesmária. Possivelmente, tais conquistas se deram em razão de ter combatido contra os espanhóis até a derrota que ocasionou a mudança, juntamente com o governador. Ou seja, Tavares recebeu a sesmária na localidade de Paty do Alferes, antes mesmo de se estabelecer na mesma; todavia, não foi na época citada por Pizarro. As informações apresentadas demonstram que, dificilmente, o capitão Tavares esteve ou residiu na localidade de Paty do Alferes antes de 1712, ano de batismo do seu filho Inácio que, além de ter sido sacramentado, nasceu na freguesia da Candelária.

Analisando e confrontando as informações acima, encontramos, sempre, a citação do oratório elevado à capela curada como pertencente ao capitão, além da sua presença comprovada na Colônia do Sacramento até 1705-1706. Considerando as informações contidas nos registros de batismos dos seus filhos, Francisco Tavares, ao que tudo indica, permaneceu no Rio de Janeiro até o ano final da década de 1710. Assim, por ser Francisco Tavares considerado o mais antigo sesmeiro e por não se encontrar no território antes de 1712, como Monsenhor Pizarro e a maioria dos trabalhos sobre a vila de Paty do Alferes informam, dificilmente o alferes e tabelião Leonardo Cardoso da Silva também se encontrava na localidade ou era, no ano de 1700, detentor de sesmária.

Certo nos parece afirmar a presença do capitão Francisco Tavares no território da sua sesmária no ano de 1719. E o que possibilita essa afirmação foram as ordens dadas a ele para facilitar a “[...] a viagem dos soldados do Regimento de Dragões que haviam chegado de Portugal e iam pelo Caminho Novo para as Minas Gerais” (*apud* Maia Forte, 1933, p. 8).

Leonardo Cardoso da Silva

Até aqui, buscamos organizar as informações relativas ao início da ocupação do território da vila de Paty do Alferes, e explicar o papel desempenhado pelo capitão Francisco Tavares e também pelo alferes e tabelião Leonardo Cardos da Silva. Chegamos ao ponto inicial da confusão envolvendo os dois nomes acima citados. A má interpretação ocorreu a partir do relato do Monsenhor Pizarro, quando afirmou que o Caminho Novo alcançou no ano de 1700 a sesmaria que viria a pertencer ao alferes e tabelião Leonardo Cardoso da Silva, e da escritura de doação em patrimônio da capela, conforme analisado acima.

Ao narrar essas duas partes da história da vila de Paty do Alferes, Monsenhor Pizarro, Antonil e Matoso Maia Forte interpretaram incorretamente algumas informações sobre o início da ocupação. Já o frei Aurélio Stulzer, responsável por apresentar a escritura de doação em favor da capela e elucidar vários aspectos dessa história, terminou, em razão da organização da sua obra, por oferecer interpretações confusas sobre a ocupação e elevação da localidade em vila.

Sobre o alferes e tabelião Leonardo Cardoso da Silva, há escassez de informações. O seu surgimento ocorre quando do registro da doação em favor da capela pelo capitão Francisco Tavares e da narrativa sobre a abertura do Caminho Novo, quando este alcançou a localidade que se tornaria a Freguesia da Nossa S. da Conceição da Roça do Alferes. Informações sobre seus descendentes, família e até mesmo como conquistou o posto de alferes e tabelião até o presente momento não foram encontradas.

A ocupação e a consolidação da freguesia dedicada à Nossa Senhora da Conceição

Durante a utilização do Caminho Novo, a localidade da Roça do Alferes foi sendo ocupada pelos transeuntes. Tudo indica, mas não há como comprovar, que a elevação a Freguesia ocorreu em 1739 (Tambasco, 2004, p. 30). Aurélio Stulzer informa que é provável que tenha alcançado o título de freguesia no citado ano, mas salienta que em 1742 ainda conservava o título de capela e cita os relatos da visita de Dom Frei João da Cruz. Stulzer, apresenta a data de 13 de dezembro de 1750, que originaria o alvará de 11 de janeiro de 1755 (Stulzer, 1933, p. 19), como um marco para a elevação.

A utilização da via proporcionou a ocupação por meio da construção de ranchos e pequenos comércios para descanso e abastecimento dos viajantes. É fato que a ocupação e o desenvolvimento ocorreram em razão do Caminho Novo. Alguns desses viajantes terminaram por se estabelecer às margens do caminho com os seus familiares, principalmente com o declínio da exploração do ouro. Um dos ocupantes foi Valério Francisco da Costa, que, em 8 de janeiro de 1850, recebeu a sua sesmaria na Freguesia.

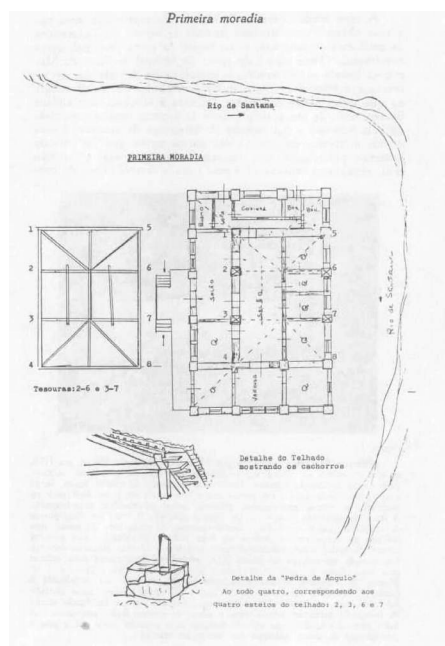
Outra família que se fixaria na Freguesia e exemplifica a mudança em razão do declínio da mineração foi a Werneck. Manuel de Azevedo Matos, natural da Freguesia portuguesa de Nossa S. da Piedade da ilha do Pico nos Açores, ao chegar na colônia instalou-se em Nossa S. da Borda do Campo, nas Minas Gerais, em busca de enriquecimento por intermédio da mineração. Durante a época de trabalho nas minas, Manuel de Azevedo explorava outras regiões como a Serra do Couto, Porto do Pilar em Iguaçu e a Bahia da Guanabara. Foi durante as viagens para barganhar ferramentas e gêneros para consumo da família que Manuel conheceu e passou a ser ajudado pelo negociante Francisco das Chagas Monteiro. Ainda durante essas andanças conheceu d. Antônia da Ribeira de Souza Werneck, natural e moradora de Nossa S. do Pilar do Iguaçu, filha de João Berneque. Após o casamento ocorrido em 1733, foram residir em Nossa S. da Borda do Campo. Da união nasceram três filhos: Ana de Jesus (1738); Inácio (1742) e Manuel de Azevedo Ramos (1745). Inácio, o segundo filho, inclinou-se ou foi levado para a vida eclesiástica, matriculando-se no curso de História Sagrada e Eclesiástica do Seminário de S. José no Morro do Castelo. O negociante e ajudante do pai de Inácio, Francisco das Chagas Monteiro, ficou como o seu responsável. Entretanto, Inácio abandonou a formação religiosa por se enamorar pela filha de Francisco das Chagas Monteiro. No ano de 1769, Inácio Werneck se casou com Francisca na igreja de Nossa S. do Rosário e de S. Benedito dos Homens Pretos⁵.

O casal foi residir junto ao pai de Inácio em Nossa S. da Borda do Campo, mas naquela época a exploração de minérios encontrava-se em decadência e, como Manuel de Azevedo Matos já havia recebido uma sesmaria na localidade denominada de Freguesia da Nossa S. da Conceição da Roça do Alferes, esse núcleo inicial da família fixou-se no vale do Santana, sendo composto pelo patriarca e pelos filhos Ana de Jesus, Inácio e Francisca.

5 Ver mais em: Pondé (1980) e Silva (1984).

Provavelmente, entre 1770 e 1771, a família construiu a primeira casa na sesmaria recebida que limitava com a de Marcos da Costa, que era outro antigo sesmeiro da região. De acordo com as informações apresentadas por Matoso Maia Forte, a sesmaria de Marcos da Costa data de 1708 e 1712, quando solicitou à Coroa portuguesa mais uma légua quadrada de terras (Maia Forte, 1933, p. 8)⁶. Contudo, mesmo com a expansão de suas terras, não há referências sobre a construção ou existência de oratórios ou homenagem a qualquer santo católico, o que não se observa em relação aos seus vizinhos. A sesmaria de Manuel de Azevedo Matos, durante a utilização da primeira moradia (Figura 2), não edificou oratório e nem dedicou a propriedade a nenhum santo. Mas ao edificar a segunda moradia em 1780 um oratório dedicado a Nossa S. da Piedade foi construído.

Figura 2 – Planta da primeira casa da Fazenda Piedade



Fonte: Pondé, 1980, p. 30.

6 Marcos da Costa da Fonseca Castello Branco foi almoxarife da Fazenda Real do Rio de Janeiro.

No território em que se fundaria a vila de Paty do Alferes, dois oratórios foram construídos, um em homenagem a Nossa S. da Conceição e outro a Nossa S. da Piedade. No entanto, somente para o de Nossa S. da Conceição foi destinado terreno e valores para a construção da igreja. Observa-se que a sesmaria de Manuel de Azevedo é muito posterior à do capitão Francisco Tavares e do alferes e tabelião Leonardo Cardoso da Silva, não deixando dúvidas sobre os primeiros posseiros de sesmaria e nem sobre a padroeira.

Contudo, mesmo com doação em benefício da capela de Nossa S. da Conceição escriturada desde 1739, a construção definitiva do templo esteve envolvida em disputas e ocasionou a edificação final somente na década de 1840, já pela terceira família proprietária das terras que pertenceram ao capitão Francisco Tavares.

A disputa envolvendo a construção da igreja dedicada a N. S. da Conceição

Quando o capitão Tavares realizou a doação de 100 mil réis em favor da capela, fez um empréstimo, hipotecando as suas terras de meia légua em quadra e determinando que a obrigação recairia sobre si e sobre os seus herdeiros ou a quem possuísse as ditas terras. Ou seja, caso Tavares ou seus herdeiros não cumprissem o pagamento, seus proprietários teriam essa responsabilidade de construir a capela.

Assim, após a construção da primeira capela que terminou por ruir, uma segunda foi edificada. Mas a propriedade que antes fora do capitão Tavares, já no ano de 1784 pertencia a José de Oliveira Ribeiro e Maria Vitória da Conceição. Nessa época, ou seja, durante o decênio de 1780, com o contínuo crescimento da localidade, a primeira igreja apresentava sérios problemas em função da ação do tempo e já não comportava o grande número de fiéis. Durante uma missão religiosa, por exemplo, não abrigou todos os devotos, deixando-os expostos ao sol, ocasionando a solicitação do missionário para a construção de um novo templo. Para isso, os senhores José Ribeiro da Cruz e José de Oliveira Ribeiro doaram seiscentos mil réis cada um (Stulzer, 1944, p. 32).

A José de Oliveira Ribeiro, por ser o proprietário das terras do capitão Tavares, recaiu a obrigação da construção da igreja. Mesmo tendo doado a quantia acima citada, José de Oliveira, só após muito rogo dos moradores, doou área para a nova construção. O terreno ofertado foi de “oito braças de

testada e doze e meia de fundos [...] (Stulzer, 1944, p. 33).” Entretanto, após a doação surge uma disputa em torno da construção da igreja, que não só atrasou e dificultou a edificação como dividiu a freguesia.

Para a construção foram apresentados dois orçamentos. Um pelo cunhado de José de Oliveira Ribeiro, José de Souza Vieira, e o outro, por Inácio de Souza Werneck. As propostas foram praticamente idênticas. Mas por sua condição de doador do terreno e do valor de 600 mil réis e por ter a obrigação de cumprir com o compromisso estabelecido pela doação do capitão Francisco Tavares, José de Oliveira Ribeiro só permitiria a retirada de madeira da sua mata para a obra da igreja se a mesma estivesse sob a responsabilidade do seu cunhado, José de Souza, que terminou por ser o escolhido para a edificação (Stulzer, 1944, p. 31-32).

Independente da escolha, a apresentação do orçamento por Inácio de Souza Werneck causou-nos estranheza. Mesmo tendo conhecimento que, após o falecimento da sua esposa, retomou a vida religiosa, tornando-se vigário, e do empenho da Coroa portuguesa em transformar os sacerdotes em funcionários reais (Neves, 2009), todos esses fatos são insuficientes para explicar a sua apresentação como construtor.

Paralisação da edificação da igreja

Por não ter concluído toda a obra, José de Souza Vieira não recebeu o segundo e último pagamento. Como ficou por fazer as varandas e a sacristia (Stulzer, 1944, p. 33), outro construtor, Inácio Ferreira Pinto, foi contratado; mas após receber 700 mil réis retirou-se para a corte (Stulzer, 1944, p. 33), deixando a obra a cargo de dois outros funcionários. Pouco tempo depois, a obra foi paralisaada. Naquela segunda fase, a contratação de Inácio Ferreira Pinto foi realizada pelo vigário, José Pereira Furtado e Luis Gomes Ribeiro; no entanto, familiares de Inácio Werneck culpavam a José de Oliveira Ribeiro pelo atraso da construção, dizendo que “é mau homem, falta caridade e religião (*apud* Stulzer, 1944, p. 34).”

A partir da construção da segunda igreja e do imbróglio⁷ que esse processo apresentou, a família Werneck teceu críticas à família de José de Oliveira Ribeiro, acusando-a de má vontade e desejo de ter suas terras isoladas dos demais moradores (Stulzer, 1944, p. 33). O filho de Inácio Werneck,

7 Sobre a disputa existente ver: Souza (2012).

Francisco Peixoto Lacerda⁸, afirmou que o casal José de O. Ribeiro e Maria Victória “[...] era rebelde daí a criação de oratório em quase todas as fazendas ficando a matriz deserta nas grandes festas (*apud* Stulzer, 1944, p. 34).”

Sobre as acusações, dois aspectos. O primeiro é o período em que se desenrolou a viragem do XVIII para o XIX, momento de expansão e isolamento das propriedades, cujo poder senhorial representava “a capacidade de exercer o domínio sobre as suas terras e sobre os homens que ali cultivavam (Motta, 2008, p. 44).” Já o segundo é a doação das terras para a construção da segunda igreja, ocorrida num momento de intensificação das disputas pelo avanço das delimitações das sesmarias (Motta, 2009, p. 196) e de vários pedidos de demarcações (Motta, 2009, p. 195). Assim, entendemos, por exemplo, a proibição da construção de casas para aforamentos, ou seja, casas para servir aos visitantes nas ocasiões de missas e festas (Stulzer, 1944, p. 33).

Ao tentar responsabilizar o casal José de O. Ribeiro e Maria Victória pela construção e existências de oratórios nas fazendas, Francisco Peixoto Lacerda ignora o costume existente não só na localidade como dentro da sua própria família, que construiu e instalou na fazenda da Piedade um oratório em devoção a Nossa S. da Piedade, cuja imagem (Figura 3) ainda se preserva na igreja matriz de Nossa S. da Conceição de Paty do Alferes.

8 Em algumas passagens do livro do frei Aurélio Stulzer, o nome de Francisco surge da seguinte maneira: Francisco Peixoto Lacerda e Francisco Lacerda Peixoto.

Figura 3 – N. Sra. da Piedade

Fonte: Arquivo pessoal do Padre Welder, 2023.

Conclusão

Ao longo do texto, apresentamos o início do povoamento da região e a construção dos dois primeiros oratórios. Garcia Rodrigues Paes Leme foi o responsável pelo primeiro e o capitão Francisco Tavares edificou o segundo, esse último já no território que abrigaria a vila de Paty do Alferes. Ambos foram dedicados à Nossa Senhora da Conceição e a razão para a homenagem foi por ser Nossa Senhora a Rainha e Padroeira de Portugal e de todos os povos de língua portuguesa. Entretanto, tamanha devoção não foi suficiente para superar as disputas que ocorreram pela manutenção das terras recebidas, muito menos para a construção definitiva da igreja.

Observamos que a existência de oratórios nas fazendas, prática comum e responsável pelo nome da freguesia e, posteriormente, da vila, foi utilizada para atacar um dos envolvidos na construção da igreja matriz. O resultado da querela foi a paralisação da obra da igreja, apesar da arrecadação 1 conto

e 200 mil réis, e do contrato de 4 contos de réis com João de Souza Vieira. O motivo da interrupção foi o abandono da construção pelo responsável, o citado João Vieira. Um segundo construtor também abandonou a obra após receber o valor de 700 mil réis. Com tais abandonos e com o custo de 3 contos e 900 mil réis, sem considerarmos o preço do terreno, a igreja continuava sem existir, com suas ruínas avaliada em apenas 300 mil réis.

A história da construção da igreja de Nossa Senhora da Conceição só findou no ano de 1844, quando a atual matriz foi entregue aos moradores pela terceira família proprietária das terras que foram do capitão Francisco Tavares. Mas até o advento daquele ano, a disputa entre os envolvidos na construção se acirrou e provocou não só o atraso na conclusão do templo religioso, como a perda do título de vila em 1833, treze anos após sua elevação em 1820. Entretanto, a antiga vila, mesmo dividida pelos interesses senhoriais, alcançou o patamar de principal produtora de café da província e vivenciou a maior rebelião de escravizados do Vale do Paraíba fluminense. Tudo isso sem conseguir edificar a igreja dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Todos esses fatos podem ter provocado, possivelmente, uma das mais difíceis homenagens à Rainha dos povos de língua portuguesa.

Referências

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos; MEC, 1976.

ARAÚJO, Joze de Souza Azevedo Pizarro. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do estado do Brasil**. Tomo IV. Impressão Régia, Rio de Janeiro, 1820.

BERNARDO, Moisés. **Motim de soldados veteranos da Colônia do Sacramento**. 2022. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/revolta/motim-de-soldados-veteranos-da-colonia-do-sacramento/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRAGA, Greenhalgh H. Faria (Org). **Vassouras de ontem**. Rio de Janeiro: Cia Brasileiras de Artes Gráficas, 1975.

COSTA, A. G. **Registros do Caminho Novo para as minas de ouro nos mapas antigos**. 2015. Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, p. 85-100.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAIA FORTE, José Mattoso. **Memória da fundação de Vassouras**. Rio de Janeiro: O Globo, 1933.

MAPURUNGA, Marta Cursino. **Paty do Alferes** – Progresso e Estagnação: uma história de alijamento político-econômico 1820 a 1833. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2002.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824**. São Paulo: Alameda, 2009.

MUAZE, Mariana. Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial. In: MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo. **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 57-99, 2015.

NEVES, Guilherme Pereira. A religião do Império e a igreja. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles (orgs.). **O Brasil Imperial, vol I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. A fazenda do Barão de Paty do Alferes, Fazenda Piedade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 327, p. 83-155, abr./jun., 1980.

PINAUD, João Luiz Duboc. **Insurreição negra e justiça**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

SILVA, Eduardo. **Barões e escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SOUZA, Alan de Carvalho. **Terras e escravos: a desordem senhorial no Vale do Paraíba fluminense**. Jundia: Paco Editorial, 2012.

STULZER, Aurélio (frei). **Notas para a história da Villa de Pati do Alferes**. Paty do Alferes, 1944.

TAMBASCO, José Carlos Vargens. **A vila de Vassouras e as freguesias do Tinguá: uma abordagem social e econômica dos tempos da colonização**. Vassouras/RJ: Edição do autor, 2004.

VARGAS, Eliseu Júnior Leite de. **Insurreição quilombola e ordem senhorial: quilombo em Vassouras no Vale do Paraíba fluminense, em 1838**. Dissertação de Mestrado. Seropédica: UFRRJ, 2012.

IV. CUSTÓDIO FERREIRA LEITE, O BARÃO DE AYURUOCA: UMA BREVE BIOGRAFIA

Amal Abdulmalek

[...] E se lhe devo gratidão é somente como um do povo, deste povo habitante do Vale do Parahyba, em cujas margens ele deixou indeléveis os traços de sua passagem na terra¹

Este capítulo faz parte do livro em comemoração ao centenário da Diocese de Valença. Esta empreitada é fruto da necessidade de preservação da memória através de livros e artigos, lançados por regional diocesana, com a finalidade de celebrar os cem anos da nossa diocese, desmembrada na época das Dioceses de Niterói e Barra do Pirai (hoje Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda) através da bula *Apostolico Officio* do Papa Pio XI, no dia 27 de março de 1925.

O texto traz a memória de Custódio Ferreira Leite, Barão de Ayuruoca, seus feitos e a sua influência no vale do Paraíba Fluminense, tendo em vista a sua atuação na elevação de capelas e igrejas em algumas cidades da região, além da participação no processo do seu desenvolvimento inicial, buscando responder quem foi esse homem e quais são as razões pelo interesse em trazer a sua lembrança para este trabalho, que celebra um marco histórico para a Diocese.

Custódio Ferreira Leite (1782-1859) foi uma figura influente e lendária, de caridade e generosidade bastante reconhecidas. Ocupou importantes cargos e deixou um legado que preservou o seu nome e guardou a sua memória para a posteridade.

1 Do discurso proferido pelo Sr. Manoel Carlos Barros no dia 17 de dezembro de 1859, na Matriz de Barra Mansa, na ocasião de celebração da missa do trigésimo dia pelo falecimento do Barão de Ayuruoca, Custódio Ferreira Leite em homenagem prestada à sua memória (Correio Oficial de Minas, MG, 05/03/1860, p. 3-4).

Custódio era visto por seus contemporâneos como providência dos pobres, enérgico agente da civilização e do progresso. Nome célebre nas províncias do Rio, Minas e São Paulo, conhecido por seus atos de beneficência e amparador que solucionava discordâncias (Revista Popular, RJ, 1860, p. 9-13; Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1871, p. 297-304)².

Ao longo de sua vida, esteve comprometido na abertura de vias, estradas e construção de pontes, marco de transformação no Vale do Paraíba Fluminense, com o crescimento de diversos núcleos urbanos nas primeiras décadas do século XIX. Regiões da mata podiam ser exploradas com novas culturas, como aconteceu com o plantio do café e toda a opulência que trouxe para a região Sul Fluminense. As estradas foram um fator relevante no processo de urbanização e, com isso, pequenos povoados floresceram para novas vilas e pequenas vilas se transformaram em cidades prósperas. Um bom exemplo disso é Vassouras, beneficiada pelas estradas que, ao passar no coração do lugarejo, possibilitando uma melhor comunicação, transformou o seu território num novo cenário.

Custódio também foi responsável por fundar os primeiros alicerces de diversas igrejas nas principais cidades da região, como a Igreja Matriz de Vassouras e a Igreja Matriz de Barra Mansa.

Em Vassouras, foi com uma subscrição promovida pelo Custódio Ferreira Leite, junto com alguns de seus sobrinhos, que deu início ao trabalho para a elevação de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, à margem da Estrada da Polícia, hoje Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. A capela foi o “Marco Zero” por onde começou o processo da urbanização da cidade.

A pesquisa se baseou em fontes bibliográficas e buscou informações e referências em textos e publicações de jornais da época, em período que compreende a primeira metade do século XIX até a década de 70 do mesmo século. Esses são possíveis de serem analisados através do portal da Hemeroteca Digital Brasileira³. O processo é facilitado ainda mais com a ferramenta de busca disponibilizada pela página, que possibilita o uso de palavras-chaves na procura por informações sobre um determinado tema

2 Revista Popular, RJ, 1860, p. 9-13; Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1871, p. 297-304. OBS: Este texto foi extraído da Revista Popular (1860) e publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1871). Ambos disponibilizados no site da Biblioteca Nacional.

3 Disponibilizada no site da Biblioteca Nacional: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

ou pessoa. Tal processo foi importante e de muita utilidade na construção do texto aqui proposto.

O texto contemplou primeiramente uma pequena biografia do Barão, seguido pela sua participação na fase inicial do desenvolvimento de algumas cidades, como no caso de Vassouras, Valença, Mar de Espanha e, principalmente, a fundação de Barra Mansa, mas não sem antes comentar um pouco sobre suas ações e realizações ao longo da sua extensa vida e assinalar finalmente esse legado que se conservou para a posteridade.

O Começo

Custódio Ferreira Leite nasceu em 3 de dezembro de 1782, na fazenda de seus pais, na comarca do Rio das Mortes, distrito de São João del-Rei, província de Minas Gerais.

Foi Capitão Mór, Coronel, Comendador da Ordem de Cristo, fazendeiro cafeicultor, político e Barão de Ayuruoca. Filho do Sargento Mór José Leite Ribeiro e D. Escolástica Maria de Jesus. Esta união que deu origem a uma família numerosa de 14 filhos, dos quais descenderam famílias de muita influência na região do Vale, como a de Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro (depois Baronesa de Itambé), irmã de Custódio.

Francisca se casou com Francisco José Teixeira (depois Barão de Itambé), dando origem a família Teixeira Leite, influente família da elite cafeeira em Vassouras, entre as famílias que estenderam a sua influência política e econômica pelo Vale do Paraíba. Assim, Custódio foi tio materno do Barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite, e do grande comissário de café da região, Dr. Joaquim José Teixeira Leite, pai da Eufrásia Teixeira Leite, benemerita que deixou importante legado na cidade de Vassouras.

Os antepassados dessas famílias chegaram via emigração para a América Portuguesa, que na época representava uma alternativa à posse de terras e outros bens.

O alto da Borda do Campo, como região mais rústica, porém, próxima às áreas mais urbanizadas e controladas pela metrópole, se constituía em boa porta de entrada e acesso aos bens desejados fosse através da mineração ou da posse de terras e produção agropecuária comercializável, fonte estável de lucros desde as primeiras décadas do século XVIII (Oliveira, 2011, p. 630).

E foram esses os antepassados: o Sargento Mór José Leite Ribeiro e Francisco José Teixeira, pai do Barão de Itambé, imigrados de Portugal em meados do século XVIII, e associados na mineração aurífera: “Um dos filhos do sargento mor seria Custódio Ferreira Leite, o Barão de Aiuruoca, esplêndida figura de gentil-homem rural [...]” (Lamego, 1963, p. 340).

Sargento Mór José Leite Ribeiro, natural de Santa Eulália do Barroso, província de Braga, Norte Atlântico Português, imigrou para o Brasil e se estabeleceu na região aurífera, residindo em São João Del Rei no meado do século XVIII. E junto com a D. Escolástica Maria de Jesus, sua esposa, fundaram a fazenda do Palmital, de subsistência com culturas diversas, além da criação de gado. A exploração do ouro de aluvião também foi uma atividade desenvolvida em sociedade com alguns dos seus filhos (Tambasco, 2002, p. 202).

Custódio cresceu na fazenda da família, Palmital, aprendeu atividades agrícolas e de mineração, além da exploração de novas vias de comunicação na região do Aiuruoca, com o seu pai

A passagem de viajantes, de tempos em tempos, transformava-se em momentos quase mágicos, quando, dado o seu espírito atilado, sua imaginação juvenil o lançava às aventuras de novas descobertas e de desbravamentos de novas vias de comunicação; a partir do que contavam os que transitavam pelo Caminho Velho das Minas Gerais, forjava se uma faceta do seu espírito, inquieto e aventureiro (Tambasco, 2002, p. 203).

Na sua juventude, ele partiu com seus irmãos para as margens do Rio Preto em busca das lucrativas atividades de mineração. E de acordo com Pinheiro (1860), o jovem Custódio, por algum motivo não muito explícito, realizou longas viagens percorrendo regiões sul-americanas, território espanhol na época. Logo retornou a sua terra natal e se embrenhou nos sertões à disposição e ao serviço de uma comunicação fácil e segura, por meio de estradas e de pontes. Essas atividades impulsionaram a formação de novas áreas cultiváveis (Revista Popular, RJ, 1860, p. 9-13; Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1871).

Nos primeiros anos, Custódio se dedicou ao comércio, fazendo para isso algumas viagens ao Rio Grande do Sul. Abandonando essa carreira pouco tempo depois, “onde sua liberdade, sua pouca ambição, e sua severa probidade e lisura não lhe asseguravam vantagens”, voltou para sua província natal, sendo encarregado em 1810, aos 28 anos, pelo governo de Dom João

VI a explorar o rio Paraíba, e descobrir minas de ouro (Correio Official de Minas, MG, 05/03/1860, p. 3-4).

Quando a fartura do ouro das Minas começou a apresentar sinais de escassez levou ao fim toda uma fase econômica; no entanto, nunca faltaram as esperanças.

Com o decréscimo da extração aurífera, aumento de suas famílias e esgotamento das terras, esses grupos sentiram-se pressionados a emigrar para dar continuidade ao seu projeto arcaico de posse de terras e homens. Esse movimento interno não foi de homens solitários, mas sim de grupos familiares inteiros (Oliveira, 2011, p. 643).

Assim, numa outra localidade, não tão distante, uma planta generosa, vindo de longe, vai se adaptar ao novo clima e surpreender a todos, de tanta riqueza e prosperidade que irá proporcionar, a tal ponto que vai se chamar de “ouro verde”. Mas para isso era necessário desbravar novas terras, derrubar a mata e abrir novas vias.

A expansão da fronteira social nesta região gerou um impacto para a população indígena, como os Coroados em Valença, principalmente com a instalação e expansão da lavoura cafeeira e apropriação das grandes extensões territoriais. De acordo com Lemos (2016), no final do século XVIII, a região entre o atual município de Resende até Cantagalo, incluindo regiões do Médio Paraíba, Centro-Sul Fluminense e Região Serrana, os Coroados transitavam pelo Rio Paraíba e seus afluentes vivendo dentro do seu modo de vida peculiar. A expansão da fronteira agrícola, pela dinamização do mercado interno, na região Sudeste, levou ao confronto dos novos ocupantes da região com os povos indígenas que viviam na área (Lemos, 2016, p. 18).

Custódio esteve na região do Vale do Paraíba fluminense no alvorecer da expansão cafeeira. No começo do século XIX, se aventurou desbravando a mata, disposto a abrir novas vias, facilitar a comunicação e o transporte de produtos e alimentos, principalmente entre Minas e a Capital do Império, cidade do Rio de Janeiro, junto aos sobrinhos, que vieram ajudar nesta empreitada.

A Estrada da Polícia, aberta por ordem de Dom João VI, entre 1816 e 1820, aproximadamente, pela Intendência de Polícia do Rio de Janeiro, teve no militar Custódio Ferreira Leite um de seus principais promotores. Ele

levou consigo quatro sobrinhos, filhos da sua irmã Francisca Bernardina: José Eugênio Teixeira Leite, Francisco José Teixeira Leite, João Evangelista Teixeira Leite e Antônio Carlos Teixeira Leite. Os outros também se mudaram para Vassouras anos mais tarde, adquiriram terras, escravizados e mudas para o plantio do café (Rocha et al. 2015, p. 31).

E foi assim que toda a descendência dos antepassados mostra uma história entrelaçada com a de outras famílias de origem lusitana que

dotaram Vassouras de notável progresso, os Corrêa e Castro, os Teixeira Leite, os Leite Ribeiro, que estabelecidos em Minas Gerais acabaram por abandonar a decadente mineração para se empenharem na cultura cafeeira em início de ascensão (Machado, 2006, p. 22).

Essas famílias, entre outras, se dedicaram ao plantio e/ou o comércio do café no Vale do Paraíba Fluminense, tornando esta região um verdadeiro celeiro mundial desse produto, estabelecendo esplendidas e muito produtivas fazendas e lucrativas casas comissárias para exportação do café, como no caso dos sobrinhos de Custódio, os Teixeira Leite.

Custódio Ferreira Leite se casou em 1811 com a D. Teresa Maria Rosa de Magalhães Velosa, em Resende, com quem teve três filhos⁴.

Ele faleceu na sua fazenda da Barra do Lourical aos 77 anos, em 17 de novembro de 1859, de uma congestão cerebral (Correio Mercantil, RJ, 21/11/1859).

Custódio Ferreira Leite em Vassouras: a estrada e a igreja

Vassouras é a única importante cidade a levantar-se fora das grandes vias de comunicação e sem qualquer amparo oficial ou motivos geográficos a indicarem a sua fundação [...]. A localização de Vassouras é obra exclusiva da vontade humana, alheia a pré-indicadas condições deterministas do meio regional (Lamego, 1963, p. 137).

4 <https://www.geneaminas.com.br/genealogiamineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1371634>.

Origem de Vassouras remete a uma grande extensão de terra: é a Sesmaria de Vassouras e Rio Bonito, de Francisco Rodrigues Alves e Luiz Homem de Azevedo. A pequena povoação se tornou Vila (1833), mais tarde Freguesia (1837) e finalmente uma cidade (1857).

A criação da Vila de Vassouras foi pensada com a intensão de substituir uma investida malsucedida para o desenvolvimento da Vila de Paty do Alferes. Esta, criada em 1820, prosseguia vagarosa e lentamente, cercada de obstáculos, ausência completa de energia e jamais saía daquelas primeiras casinhas. É “como que se esforçando para resistir ao impulso do progresso” (Raposo, 1978, p. 25).

Assim, por uma proposta do vereador Vasconcelos, foi aprovada por unanimidade pelos vereadores a mudança da sede da vila de Paty para Vassouras, não apenas pela prosperidade do lugar, mas também pela comodidade para a população de Sacra Família que “já contava sete eleitores e era mais próxima de Vassouras que o Paty do Alferes que continuava com quatro casas e absoluta falta de recursos” (Raposo, 1978, p. 27).

Com o Decreto 15 de Janeiro de 1833 ficou extinta a vila de Paty, sendo criada a Vila de Vassouras, que continuou fazendo parte da Freguesia de Sacra Família até a criação da Matriz Nossa Senhora de Conceição de Vassouras, em 1837.

Com o objetivo de diminuir as dificuldades e melhorar a comunicação dessa região com a corte, eram necessários novos caminhos, como a Estrada do Comércio iniciada em 1811

que em 1815, o Capitão-Mor Custódio Ferreira Leite, juntamente com seu irmão Francisco Leite Ribeiro (arrematante da construção dessa estrada) estavam dispostos a terminar no prazo contratual; a Estrada da Polícia, criada em 1819 (Monteiro, 2012, p. 33).

Assim, a recém-criada Vila de Vassouras será beneficiada diretamente, tendo o seu centro administrativo cortado por essas duas principais vias do Império.

A Estrada da Polícia passava pelo centro de Vassouras; era um caminho paralelo à Estrada do Comércio, mas possuía uma maior extensão pois cruzava freguesias recém-formadas, iniciando no atual bairro da Pavuna, passando por Iguassú, cruzava o pequeno povoado do Rodeio (hoje cidade Engenheiro Paulo de Frontin) e, seguindo pela Sacra Família do Caminho

Novo do Tinguá, para Vassouras, continuando o caminho para Nossa Senhora da Glória de Valença. Essas duas estradas

pioneiras, voltadas para o território de Vassouras e Valença, permitiam a abertura, quase em sequência, de diversas outras estradas de menor porte, beneficiando de pronto algumas lavouras, vários arraiais, e dezenas de populações que já se destacavam em localidades como Mato Dentro, Massambará, Ferreiros, Varjem do Manejo, São José das Rolinhas, Vera Cruz, Pirauí, Santa Rosa e mais tarde um modesto e desconhecido lugarejo chamado Barreiros, embrião da atual cidade de Miguel Pereira (Deister, 2016, p. 123-124).

Em 1832, a Estrada da Polícia se achava quase pronta e reparada, com a despesa de 10 ou 12 contos de réis, trabalho incumbido ao Capitão Mór Custódio Ferreira Leite, “bastante experimentado em semelhantes trabalhos [...]” (Astrea, RJ, 30/06/1832, p. 2). Esta foi de grande relevância e muita utilidade: “em verdade o melhoramento, que há tido a estrada, chamada da Polícia, é digno de todo o elogio: o zelo incansável, a atividade extrema, e o Patriotismo a toda a prova do Cidadão Custódio Ferreira Leite, já tão conhecido por todos os que desejam o bem da Pátria [...]” (O Valenciano, RJ, 27/10/1832, p. 4).

Em Vassouras, porém, antes de se criar a vila, já tinham sido iniciadas as obras da Matriz. A construção começou em 8 de janeiro de 1828 com o produto de uma subscrição, sendo a capela-mor concluída no ano de 1829 e “tendo despendido com aquela fábrica a quantia de réis 7;000\$000” (Raposo, 1978, p. 105).

Custódio iniciou a construção da Capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição e a futura Vila em seu entorno, junto com seu sobrinho Francisco José Teixeira Leite, o Coronel Ambrósio de Souza Coutinho e o Guarda-Mor João Teixeira Gomes e o apoio dos Correa e Castro, sendo possível ser erguida através de um Termo de Ratificação de José Joaquim Extrexe, sua mulher e outros herdeiros, e uma Permuta de Terrenos, com Francisco José Teixeira Leite, futuro Barão de Vassouras, e a sua esposa, de 1830, por escritura pública (Monteiro, 2012, p. 31).

Assim, a subscrição de 1828, promovida pelo próprio Custódio Ferreira e seus sobrinhos, deu início a construção e elevação da capela Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, à margem da Estrada da Polícia, em terras doadas pelo Francisco José Teixeira Leite. Assim, concluída a capela-mor em 1829, foram surgindo as primeiras construções ao seu redor, com os primeiros

moradores do povoado de Vassouras, dando possibilidade para que, quatro anos mais tarde, ocorresse sua elevação e o nascimento da então Vila de Vassouras em 15 de janeiro de 1833 (Machado, 2006, p. 59).

Custódio Ferreira Leite: vida extensa marcada pela presença e o empreendimento

Era uma inteligência que se voltou para a atividade que exerceu com ardor excepcional. Eis um homem que rompeu caminho por si, e com visão das coisas.

Um fundador de fazendas a despertar assim o Brasil de dias próximas vindouros. Um milionário que surpreende a todos com a sua ação oportuna. Um criador de progresso. Era um homem a que viriam reconhecer valor nos dias de hoje. É bem uma figura do Segundo Reinado com vida rural intensa.

É ler o que ele realizou em Minas e no Estado do Rio de Janeiro, principalmente. É ver as estradas que abriu. A ponte que construiu sobre o Paraíba. Os edifícios que levantou, como a Casa do Colégio⁵.

Pesquisas em jornais e periódicos brasileiros, entre as décadas de 20-50 do século XIX, apontam para uma associação entre o nome de Custódio Ferreira Leite e a questão da construção de estradas, revelando um contínuo espírito empreendedor que ele manteve ao longo da sua vida.

Nesta mesma pesquisa percebe-se também que, no século XIX, são recorrentes as notícias e publicações que abordam a questão da abertura de vias de comunicação, mostrando grandes preocupações em relação a essa questão relevante para a comunicação, escoamento da produção e unidade nacional do Brasil recém-independente.

A integridade do território e a unidade nacional do país sempre foram de muita preocupação, além do isolamento econômico dos espaços geográficos, visto como um problema de política pública desde os tempos remotos. Após a Independência, e ao longo do período imperial, a integridade territorial fora ameaçada por “inúmeros” movimentos separatistas de inspiração regionalista ou republicana, fortalecendo a necessidade da criação, pelo

5 Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ, 1858, p. 139.

governo central, de instrumentos no sentido de preservar a unidade do país. Portanto, durante todo o processo de “plena ocupação e integração do espaço nacional, a construção de uma rede unificada de transportes foi apresentada sempre como a única forma de assegurar a integridade do território” (Galvão, 1996, p. 184-186).

Além disso, a economia brasileira se baseava na escravidão, latifúndio, e dependia da exploração de produtos exportáveis. Acreditava-se que o crescimento era relacionado diretamente a um sistema nacional de comunicações e que a existência de meios de comunicação promoveria mudanças estruturais na economia brasileira, pois permitiria o povoamento de áreas de baixa densidade demográfica e a descoberta de novos recursos ainda ocultos em territórios não explorados no interior (Galvão, 1996, p. 186).

A construção, conservação e manutenção de estradas e pontes não era uma tarefa fácil. E neste contexto, é possível acompanhar a atuação de Custódio na árdua tarefa, principalmente, através de passagens e notícias publicadas nos meios de comunicação daquele período.

Em 1821, quando ainda realizava a abertura da Estrada da Polícia, ele conduzia a construção da ponte sobre o ribeirão das Mortes em Desengano “abrindo rumo de Valença e daí ao rio Preto, donde também se alcançava Passa-Vinte e Mar de Espanha” (Tambasco, 2002, p. 206).

Em 1825, foi recomendada a proposta do “Capitão Mor da Villa de Valença Custódio Ferreira Leite, relativo à abertura da estrada desde o presídio do Rio Preto até entrar na Comarca de S. João d’ El Rei” pela utilidade dessa, não só por abreviar consideravelmente o caminho, mas por facilitar a comunicação da província com a de Minas Geraes (Abelha do Itaculamy, MG, 12/01/1825, p. 1). E em 1826, a Contadoria da Intendência Geral da Polícia já constava a conclusão dessa nova Estrada Geral, que o Imperador mandou abrir, sendo pago no dia 18 de outubro, o respectivo empreiteiro, “o Capitão Mór Custodio Ferreira Leite, da quantia que se lhe restava, conforme o termo de ajuste. Rio 31 de Outubro de 1826” (Diário do Rio de Janeiro, RJ, 04/11/1826, p. 1).

Nas próximas décadas, Custódio Ferreira Leite continuou envolvido ativamente no desempenho dessas obras públicas, unindo extensões, trazendo melhorias no deslocamento de viajantes, facilitando o transporte de cargas, favorecendo a comunicação e a expansão das atividades cafeeiras de algumas regiões. Tais atividades foram desenvolvidas junto com o seu irmão Francisco Leite Ribeiro.

Custódio realizou os aterrados do Engenho do Brejo e durante muitos anos foi responsável pela administração das estradas de Sapucaia, do Feijão-Cru (Leopoldina). E contam que ele mandou abrir, as suas expensas, uma estrada de Magé a Sapucaia e uma ponte sobre o rio Paraíba no trajeto dessa estrada (Revista Popular, RJ, 1860, p. 9-13; Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1871, p. 297-304).

A estrada do Porto de Piedade pela Serra do Couto à ponte da Sapucaia foi também “objeto da empresa do Coronel Custódio Ferreira Leite e seu irmão”; Ponte da Sapucaia (Rio Paraíba); Estrada provisória do Porto de Anta até Águas Claras e do Porto da Sapucaia ao morro do Veado; e do Capitão Guilherme Francisco Rodrigues Franco até a Serra do Couto (Correio Oficial, RJ, 21/04/1841, p. 3). Realizou a construção de pontes sobre o Rio Paraíba “em lugar apto para a direção da estrada entre o rio e a Vila de Magé” (Correio Oficial, RJ, 18/11/1836, p. 2). E a estrada de Leopoldina ao Porto-Novo de Cunha [atual Além Paraíba] (Correio Mercantil, RJ, 12/12/1860, p. 3).

Custódio foi incumbido no reparo e manutenção da estrada de Meia-Pataca [atual Cataguases] ao Porto-Novo de Cunha, de importância crescente na época, não só pela grande emigração para aquele lado da província de Minas na época, mas também porque o desenvolvimento da lavoura e do comércio haviam crescido consideravelmente a comunicação do interior para a Corte. Ele também foi encarregado da abertura de atalhos na dita estrada “conforme achar necessário e conveniente” (Correio Oficial de Minas, MG, 11/05/1857, p. 4).

E no mesmo ano do seu falecimento, em 1859, encontramos o Barão de Ayuruoca como membro da comissão nomeada para designar o lugar de pontes pênsis sobre o Rio Paraíba (Correio Oficial de Minas, MG, 03/02/1859, p. 2). Além de ser encarregado pelos trabalhos da divisa entre as províncias do Rio e Minas pelo lado de Campos, relativo à demarcação de limites entre os Municípios de Campos e “os que lhe são fronteiros desta Província” (Correio Oficial de Minas, MG, 28/04/1859, p. 1).

E, assim, de Sapucaia à cidade do Mar de Hespanha, e mesmo até o Espírito Santo, “lugares percorridos por uma estrada que o governo mandou fazer à custa dos cofres públicos por administração ainda em tempo que vivia o da saudosa memória barão de Ayuruoca” (Correio Mercantil, RJ, 06/02/1862, p. 2).

E, em virtude da ordem do Governo Imperial, africanos livres estariam a serviço da província de Minas. Em 1851, dos 120 “africanos” que seriam empregados nas obras públicas, parte deles ficou sob a guarda do Barão de

Ayuruoca com a intensão de trabalhar nos reparos das estradas sob o cargo do Barão (Correio Oficial de Minas, MG, 26/11/1857 p. 1), sendo as despesas de alimentação e gratificações mensalmente pagas “em vista das feiras que apresenta o mesmo Barão” (Correio Oficial de Minas, MG, 26/11/1857, p. 4). Em 1858, “mais de 40 africanos livres existem com Barão de Ayuruoca, sob cuja direção empregam-se no serviço que demandam as estradas do Mar de Hispanha, e Leopoldina” (Correio Oficial de Minas, MG, 14/04/1858, p. 6).

Anos depois do seu falecimento, ainda era lembrado por seu bom desempenho e suas boas obras. Em 1864, uma notícia no Correio Mercantil lamentava o estado da estrada que ia de Sapucaia para a cidade de Leopoldina, importante e “muito comercial” na época, que se achava “intransitável”. Portanto lamentava-se a ausência do Custódio Ferreiro Leite: “Agora conhecemos a falta que nos está fazendo o Exm. barão de Ayuruoca, que enquanto foi vivo, nunca esta estrada, achou-se neste estado; desde que esse grande homem faltou, só uma vez, concertou-se esta estrada, isto foi no ano de 1860 [...]” (Correio Mercantil, RJ, 29/01/1864, p. 2).

Fundador de Barra Mansa

Como em todas as cidades fluminenses do café, insignificantes ao nascer e logo subjugadas ao poderio econômico dos senhores rurais, Barra Mansa teve desde os primórdios a ampará-la, a decisiva influência de um dos mais úteis dos seus fazendeiros aristocratizados: CUSTÓDIO FERREIRA LEITE, o futuro barão de AIURUOCA⁶.

Barra Mansa inicia uma ocupação colonial em 1764, a partir da concessão de sesmária a Francisco Gonçalves de Carvalho entre os rios Bananal e Paraíba, cortada pelo córrego já então denominado de “Barra Mansa”. A concessão de outras sesmarias, nesta região, permitiu uma exploração mais ativa até o início do século seguinte, com fazendas de subsistência, dando origem a um pequeno núcleo urbano próximo à foz do Rio Barra Mansa, margem direita do Rio Paraíba do Sul, e oferecendo um pouso aos viajantes entre São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Este povoado situado em terras disputadas por duas das mais importantes vilas da região, Resende e São João do

6 LAMEGO, 1963.

Príncipe, passou a ser conhecido pelo nome de “Posse”: “Em 1813, Resende perdeu definitivamente a área em litígio e o povoado foi transferido para a localidade do Rio Acima com o nome de “São Sebastião da Posse”, origem da atual cidade de Barra Mansa” (Moreira, 2002, p. 15).

Em 1821, Custódio Ferreira Leite recebeu uma sesmaria em Campo Alegre, atualmente Resende, compreendendo terras de Barra Mansa e Volta Redonda, e “Para desenvolver a cultura do café em suas propriedades, lança os fundamentos do povoado de São Sebastião da Posse, o qual daria origem à cidade de Barra Mansa [...]” (Tambasco, 2002, p. 206).

Custódio Ferreira Leite foi de grande influência e importância na fundação e conformação urbana de Barra Mansa, quando no início da década de 20 do século XIX, o então capitão mor da Vila de Resende se estabeleceu em uma fazenda localizada à margem esquerda do Rio Paraíba e construiu na margem oposta, de frente a sua propriedade, uma capela de São Sebastião, local da atual Igreja Matriz de Barra Mansa, construída mais tarde. Além disso, ele doou os terrenos onde se deveria edificar a vila, deixando grandes áreas a serem distribuídas pela câmara do município de forma gratuita para quem quisesse ali construir, dando origem mais tarde a Vila de São Sebastião de Barra Mansa, criada em 1832 (Moreira, 2002, p. 15-16).

No discurso proferido no dia 17 de dezembro de 1859 na Matriz de Barra Mansa, por ocasião de celebração da missa do trigésimo dia pelo falecimento do Barão de Ayuruoca em homenagem prestada à sua memória, o Sr. Manoel Carlos Barros contou que de todos os pontos percorridos pelo Custódio, ele preferiu se estabelecer em Barra Mansa, outrora mais conhecida pelo nome de Posse, criando uma povoação, que, em 1825, conseguiu do Bispo D. José Caetano elevar a curato.

E que

Tendo só em mira o bem e o progresso desta povoação, de que era o fundador, Custodio Ferreira Leite fez doação ao povo de um espaçoso terreno para edificar suas casas; doação que, por intervenção minha, reduziu a escritura pública, e pôs á disposição da câmara municipal para distribuir esse terreno pelo povo sem ônus algum; doação de que a câmara também acaba de aproveitar-se, mandando construir ali a seu paço municipal.

Animado também do espírito religioso, sem o que toda a civilização fica sem base, fez levantar a capela mor da igreja matriz, no lugar onde ela se acha hoje edificada, em termo de receber provisoriamente as

imagens sagradas e prestar-se ao culto divino. Tirando em seguimento uma subscrição, fez com ela levantar os alicerces do corpo da igreja. Assim plantou os fundamentos para que essa povoação, que em 1825 fora elevada á curato, o fosse á categoria de vila em 1832. Em 1834 seu fundador, desgostoso, e cansado de ingratidões, e injustiças, mudou-se para o Mar de Hespanha [...] (Correio Official de Minas, MG, 05/03/1960, p. 3-4).

Em Valença

Ao residir em Valença, Custódio participou ativamente da vida pública, política e econômica da então vila e no seu processo de desenvolvimento.

Desde o primórdio da sua formação e criação em 1826, a sua assinatura já consta na Ata da Criação da Vila de Nossa Senhora da Glória de Valença (Tambasco, 2002, p. 206). Em 1827, o capitão mor Custódio Ferreira Leite já ocupava o cargo de Juiz Ordinário (Tjäder, 2017). E como membro da Câmara municipal de Valença no início da década de trinta, ele foi eleito tesoureiro com 8 votos (O Valenciano, RJ, 23/06/1832, p. 1); Capitão da 3.^a Companhia na Relação Nominal dos Oficiais e Oficiais Inferiores da Cavalaria Nacional da Vila de Valença (O Valenciano, RJ, 01/09/1832, p. 4); Membro da Sociedade Defensora da Liberdade, e Independência Nacional da Villa de Valença (O Valenciano, RJ, 20/09/1833, p. 9). E integrou o grupo de “Beneméritos Cidadãos do Termo de Valença para edificação de um Colégio de educação da mocidade [...]” (O Valenciano, RJ, 01/02/1833, p. 5).

Naquele período, Valença buscava o melhoramento e o aumento da lavoura, e neste contexto: “O oferecimento, que com tanta generosidade, como louvável, e ardente desejo de melhorar este Ramo, fez em o Conselho passado o Sr. Custódio Ferreira Leite, já está realizado [...]” (O Valenciano, 06/10/1832, p. 3).

E no Mar de Espanha

Em 1818, Custódio recebeu 17 sesmarias na província de Minas, nas proximidades do Arraial do Cágado, atual Mar de Espanha (Tambasco, 2002). E em 1834 ele se mudou para o Mar de Espanha, onde foi “abrir novos terrenos

incultos, a criar novas povoações, a fundar novas igrejas, a espalhar novos benefícios” (Correio Oficial de Minas, MG, 05/03/1960, p. 3-4).

Lá ele residiu na sua Fazenda do Louriçal, e conforme mencionado anteriormente, continuou suas obras de abertura e manutenção de estradas importantes para o crescimento e desenvolvimento da região.

Os irmãos Leite Ribeiro foram os primeiros a se aventurar e desbravar os chamados Sertões de Leste (região da Zona da Mata Mineira) (Mercadante, 1973. Ver também Vieites et al., 2014).

[...] tiveram grande destaque na história mardespanhense, sendo responsáveis por aberturas de caminhos e estradas, como a primeira ponte ligando o estado de Minas Gerais ao estado do Rio de Janeiro. Próximo a esse local, existia a Fazenda do Louriçal, adquirida por Francisco. Já o Custódio, o Barão de Ayuruoca, foi um dos mais influentes cafeicultores da região, com acesso direto e facilitado à Coroa, e personagem fundamental para a história de Mar de Espanha⁷.

Francisco Leite Ribeiro se destacou entre os sesmeiros fundando a Fazenda dos Alpes e a Fazenda do Louriçal, sendo grande ponto irradiador da colonização da Zona da Mata. E em 10 de setembro de 1851, “pela Lei n.º 514, graças à interferência e ao prestígio do barão de Aiuruoca no governo, foi transferida a sede de Vila de São João Nepomuceno para o Arraial do Cágado, que adotou o nome de Mar de Espanha”⁸.

Barão de Ayuruoca foi membro da Assembleia Legislativa Provincial, na Assembleia Provincial de Minas Gerais, cuja sede estava na cidade de Ouro Preto, isso durante os anos de 1858/1859. E deputado eleito pelo 18º distrito (Correio Oficial de Minas, MG, 29/03/1858, p. 3; Correio Oficial de Minas, MG, 01/04/1858, p. 1).

Custódio buscava aperfeiçoar práticas e técnicas de cultivo e da lavoura. Assim, introduziu melhoramentos na cultura do café e igualmente iniciou o cultivo da batata de Demerara nos municípios de Mar de Espanha e Leopoldina (Revista Popular, RJ, 1860, p. 9-13; Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1871).

7 <https://casaditaliajf.com.br/2021/08/31/revista-casaditalia-a-memoria-italiana-em-mar-de-espanha-o-surgimento-do-espaco-cultural-falabella/>.

8 <https://www.mardeespanha.com/hist%C3%B3ria>.

Em esboço biográfico do Barão de Ayuruoca traçada pelo Cônego Fernandes Pinheiro (1860), ele conta a razão pelo seu colapso financeiro, que teve os seus cafezais destruídos durante uma “horrível chuva de pedra, que por alguns anos privou-o de suas copiosas colheitas; a ingratidão de alguns entes perversos, que abusando da magnanimidade do seu coração extorquiram-lhe avultadas somas, e tereis a explicação da ruína dessa gigantesca fortuna, cujos restos serão apenas suficientes para satisfazer aos seus credores” (Revista Popular, RJ, 1860, p. 9-13; Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1871).

Como ocorre com alguns homens beneméritos e apesar de suas nobres intenções e ações altruístas, não evitou que Custódio “morresse pobre e onerado de dívidas” (Revista Popular, RJ, 1860, p. 9-13; Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1871). No entanto, mais de quinze anos após o seu falecimento, em 1876, muitos credores de Custódio não haviam procurado receber o que cabia a cada um de quantias devidas, e por isso foi decidido e publicado no Diário do Rio de Janeiro, em 10 de fevereiro “depositar no Banco do Brasil essas quantias em conta correntes dos mesmos credores, a datar da presente data, a 90 dias, podendo em todo tempo receberem do mesmo banco” (Diário do Rio de Janeiro, RJ, 16/02/1876, p. 3).

Custódio foi sepultado no cemitério da sua antiga propriedade, fazenda do Lourçal. Anos mais tarde, na celebração do centenário do seu falecimento e com as homenagens prestadas nesta ocasião em 1959, seus restos mortais foram transferidos para o cemitério das Mercês, na cidade Mar de Espanha (Tambasco, 2002, p. 202).

E fica o legado

Custódio Ferreira Leite foi uma figura ilustre, conhecido por sua prestabilidade e disponibilidade. Seus contemporâneos o consideravam um homem distinto, que nada negava e a todos servia.

[...] varão de exemplar abnegação, de uma bondade e caridade admiráveis. Beneficiava a quantos podia, e para não vazar, para não desgraçar aos que lhe deviam, preferia antes sofrer, e empobrecer-se a si próprio. Perdoava a seus devedores, e sobretudo á viúvas, e órfãos, dívidas, e algumas de não pequenas quantias (Correio Oficial de Minas, MG, 05/03/1860, p. 3-4).

Em 1851, por exemplo, entre as consideráveis doações recebidas, a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, obteve a autorização para a posse da casa doada por Custódio Ferreira Leite (Jornal do Commercio, RJ, 12/07/1851, p. 1).

Em Resende, a Santa Casa de Misericórdia recebeu, na sessão de 21 de junho de 1855, a autorização para “poder possuir o edifício em que tem o seu hospital, e os terrenos anexos que lhe foram doados pelo capitão-mor Custodio Ferreira Leite e comendador Antônio Ferreira Leite e suas mulheres [...]” (Jornal do Commercio, RJ, 22/06/1855, p. 1).

Em 1842, Custódio Ferreira Leite se tornou comendador da Ordem de Cristo (Jornal do Commercio, 20/10/1842, p. 1). E pelos serviços prestados ao longo de toda a sua vida e tantas obras realizadas, no dia 14 de março de 1855, quatro anos antes do seu falecimento, “o Comendador Custódio Ferreira Leite recebeu da sua Majestade, o Imperador Dom Pedro II, o título nobiliárquico de Barão de Ayuruoca” (Diário do Rio de Janeiro, RJ, 14/03/1855, p. 1; Jornal do Commercio, RJ, 15/03/1855, p. 1).

Custódio Ferreira Leite foi de fundamental importância para o surgimento de Vassouras e “deixou seu rastro na historiografia do Vale do Paraíba estando inscrito na epopeia criativa de Resende, Barra Mansa, Valença, Vassouras, Pirai e Mar de Espanha” (Machado, 2006, p. 23).

Sua vida sempre foi cercada por histórias e curiosidades, que eram relatadas e circulavam entre as pessoas, fortalecendo ainda mais a sua popularidade e sua imagem filantrópica e de benfeitoria.

Ele teria realizado uma viagem arriscada

por mais de um perigo, navegando rio abaixo até Parahyba do Sul em uma frágil canoa, sem encontrar vestígio de habitação, a não ser uma choupana em ruínas, incendiada pelos índios selvagens, á margem esquerda do rio, em uma paragem hoje denominada Belmonte, uma légua pouco mais ou menos abaixo desta cidade.

Desde então começarão a descortinar-se esses sertões, onde hoje existem importantes fazendas, ricas povoações agrícolas, desde Barra Mansa, Amparo, Conservatoria, Valença, e Parahyba do Sul (Correio Official de Minas, MG, 05/03/1960, p. 3-4).

No final de sua vida, e com sua grande fortuna em ruína, Custódio não pôde de imediato socorrer o suplício de uma senhora viúva e atender suas necessidades. Assim

abrilhantou-lhe o espírito uma inspiração celeste. Lembrou-se, ele, que nunca jogava, de comprar um bilhete de loteria para a viúva, e o anjo da beneficência, tomando a forma de menina, que extraia os bilhetes, fez com que nesse número saísse a sorte grande. Transportado de júbilo, olvida-se o barão dos negócios que o traziam ao Rio de Janeiro, põe-se em viagem, apea-se na pobre habitação da desconso-lada viúva, integralmente entrega-lhe o dinheiro, que em seu nome recebera, e montando de novo a cavalo, subtrai-se aos agradecimentos dessa família, a quem desta arte felicitara (Revista Popular, RJ, 1860, p. 9-13; Revista do Instituto Histórico e Geográfica Brasileiro, 1871).

Ele também teria salvado a casa, onde costumava pousar durante as viagens, de ser penhorada, quando quitou a dívida dessa família impedindo que ela perdesse o seu lar (Revista Popular, RJ, 1860, p. 9-13; Revista do Instituto Histórico e Geográfica Brasileiro, 1871).

E contam que, por algum motivo não evidente, Custódio fez uma promessa de construir sete igrejas:

O capitão mor Custódio Ferreira Leite Futuro Barão de Aiuruoca traz nas léguas de caminho a poeira da Esperança que segue o rastro dos triunfadores! Cumprindo antiga promessa de construir sete igrejas em sete plagas diversas [...].⁹

Portanto, sabe-se que com o seu auxílio e com o produto das subscrições por ele agenciadas, erigiram-se, ou repararam-se, as matrizes de Barra Mansa, Arrozal, Vassouras, Conservatória, Valença, Sapucaia e Mar de Espanha; nesta última, ele também construiu a Casa da Câmara: “com prejuízo de algumas dezenas de contos, concluído pouco antes de seu passamento um famoso e vasto edifício, onde hoje se acha estabelecido o colégio Brandão” (Revista Popular, RJ, 1860, p. 9-13; Revista do Instituto Histórico e Geográfica Brasileiro, 1871).

Em Arrozal, Custódio foi encarregado das obras de Matriz, obras essas que se limitavam a capela-mor, começaram por uma subscrição promovida pelo José de Souza Breves, o então proprietário da suntuosa fazenda do Pinheiro, e o seu cunhado Luiz de Souza Breves, e custaram 16 contos (Jornal

9 Poema em Prosa e Verso comemorativo do 131º aniversário de Barra Mansa (1963), “Nasce uma Cidade”, de Lacyr Schettino, publicado na REVISTA PROSA E VERSO nºIX. Barra Mansa: GREBAL, 1998, p. 15-26 (MOREIRA, 2002).

do Commercio, RJ, 28/07/1860, p. 2). Custódio também colaborou na construção da Matriz de Sapucaia (Diário do Rio de Janeiro, RJ, 14/12/1873 p. 2).

Custódio Ferreira Leite foi homem do seu tempo e, como membro da elite cafeeira colonial, fez parte de uma classe social de alto poder aquisitivo, estilo de vida próprio, dono de vastas extensões de terra e usando da mão-de-obra escravizada. Portanto, o seu legado, seus feitos e ações em vida o identificaram e para a posteridade guardaram o seu nome, não somente para os seus, mas para toda comunidade: “Este ilustre ancião, que edificou com suas virtudes, civismo e abnegação às províncias de Minas, Rio de Janeiro e S. Paulo, onde se fez conhecido, deixa um vácuo que dificilmente será preenchido, e inconsolável sua família, e inúmeros amigos e beneficiados que o veneravam” (Correio Mercantil, RJ, 21/11/1859, p. 1).



Quadro do Barão de Ayuruoca com a legenda: “Chorou-te toda terra que pizaste (Camões)”

(Acervo do Museu Casa da Hera)

Fontes

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira.

AFRICANOS livres a serviço da Província. **Correio Oficial de Minas**, MG, Edição 00128 (1), p. 6, 14 abril.1858. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717576&Pesq=%22bar%c3%a3o%20de%20ayuruoca%22&pagfis=118> Acesso em: 02 dez. 2024

AFRICANOS livres ao serviço da Província. **Correio Oficial de Minas**, MG, Edição 00089 (2), p. 1, 26 nov. 1857. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&Pesq=%22bar%c3%a3o%20de%20ayuruoca%22&pagfis=2175> Acesso em: 07 dez. 2024

AO GOVERNO mineiro. **Correio Mercantil**, RJ, Edição 00029 (1), p. 2, 29 jan. 1864. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&Pesq=%22bar%c3%a3o%20ayuruoca%22&pagfis=22908> Acesso em: 01 dez. 2024

ARTIGO Continuado. **O Valenciano**, RJ, Edição 00017 (1), p. 4, 27 out. 1832. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702358&pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=71> Acesso em: 24 nov. 2024.

ARTIGO de Offícios. Carta Imperial, **Abelha do Itaculuny**, MG, Edição 00005 (1), p. 1, 12 jan. 1825. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=778931&pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=637> Acesso m: 23 nov. e2024

ASSEMBLEA Legislativa Provincial. **Correio Oficial de Minas**, MG, Edição 00124 (2), p. 1, 01 abril. 1858, Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717576&pesq=%22bar%C3%A3o%20de%20ayuruoca%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=97> Acesso em: 02 dez. 2024

BARÃO D'Ayuruoca. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, RJ, Edição 00034-1 (1), p. 297-304, 1º semestre de 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=893676&pesq=%22bar%C3%A3o%20de%20ayuruoca%22&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=22558> Acesso em: 17 jan. 2025

CAMARA dos SRS Deputados: Expediente. **Jornal do Commercio**, RJ, Edição 00190(1), p.1, 12 jul. 1851, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&Pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pagfis=2415 Acesso em: 26 nov. 2024

CORRESPONDENCIA: Pede nos a publicação do seguinte, Relação Nominal dos Officiais e Officiais Inferiores da Cavalleria Nacional da Vila de Valença. **O Valenciano**, RJ, Edição 00011 (1), 01 set. 1832, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702358&Pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pagfis=46> Acesso em: 04 dez. 2024

DECLARAÇÕES. **Diário do Rio de Janeiro**, RJ, Edição 1100003 (1), p. 1, 4 nov. 1826. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&pesq=%22Custodio%20Ferreira%20Leite%22&pasta=ano%20182&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7057 Acesso em: 13 dez. 2024

DIVISA d'esta e da Província do Rio de Janeiro pelo lado de Campos. **Correio Oficial de Minas**, MG, Edição 00241 (2), p. 1, 28 abril. 1859. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717576&pesq=%22barao%20de%20ayuruoca%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=573> Acesso em: 26 nov. 2024

ESTRADA de Meia-Pataca ao Porto-Novo de Cunha. **Correio Oficial de Minas**, MG, Edição 00035 (1), p. 4, 11 maio. 1857. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&pesq=%22bar%C3%A3o%20de%20ayuruoca%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1906> Acesso em: 12 dez. 2024

ESTRADAS do Mar D'Espanha. **Correio Oficial de Minas** (MG). Edição 00089 (2), p. 4, 26 nov. 1857. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&Pesq=%22bar%C3%A3o%20de%20ayuruoca%22&pagfis=2178> Acesso em: 07 dez. 2024

ESTRADA e Serra do Couto. **Correio Oficial**, RJ, Edição 00084 (1), p. 3, 21 abril. 1841. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=9156> Acesso em: 25 nov. 2024

FEIJÓ Bittencourt. A Biografia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, RJ, Edição 00240 (3), p. 139, julho-setembro 1858. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=893676&pesq=%22bar%C3%A3o%20de%20ayuruoca%22&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=119011> Acesso em: 17 jan. 2025

LEOPOLDINA. **Correio Mercantil**, RJ, Edição 00349 (1), p. 3, 12 dez. 1860. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&Pesq=%22bar%C3%A3o%20ayuruoca%22&pagfis=18451> Acesso em: 19 dez. 2024

LIQUIDAÇÃO do espólio do barão de Ayuruoca. **Diário do Rio de Janeiro**, RJ, Edição 00045 (1), P. 3, 16. Fev 1876. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22bar%C3%A3o%20de%20

ayuruoca%22&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=34166 Acesso em: 17 jan. 2025

MAR de Hespanha. **Correio Mercantil**, RJ, Edição 00037 (1), p. 2, 06 fev. 1862. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&Pesq=%22bar%c3%a3o%20de%20ayuruoca%22&pagfis=20066> Acesso em: 12 dez. 2024

NEGÓCIOS do Arrozal. **Jornal do Commercio**, RJ, Edição 00208 (1), p. 2, 28. jul 1860. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&pesq=%22bar%C3%A3o%20de%20ayuruoca%22&pasta=ano%20186&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=863 Acesso em: 17 jan. 2025

NOTÍCIAS Diversas. **Correio Mercantil**, RJ, Edição 00319 (1), p. 1, 21 nov. 1859. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&Pesq=%22bar%c3%a3o%20ayuruoca%22&pagfis=16909> Acesso em: 29 nov. 2024

NOTÍCIAS Diversas: interior. **Correio Oficial de Minas**, MG, Edição 00123 (1), p. 3, 29 março. 1858, Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717576&Pesq=%22bar%c3%a3o%20de%20ayuruoca%22&pagfis=95> Acesso em: 02 dez. 2024

OBRAS Publicas. **Astrea**, RJ, Edição 00845 (1), p. 2, 30 jun. 1832. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749700&pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3389> Acesso em: 25 nov. 2024

PARECERES de Comissões. **Jornal do Commercio**, RJ, Edição 00101 (1), p. 2, 15 abril. 1950. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=434 Acesso em: 26 nov. 2024

PARTE Official. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, RJ, Edição 00280 (1), p. 1, 20 out. 1842. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_03&pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3863 Acesso em: 07 dez. 2024

PARTE Official: Ministerio do Imperio. **Diário do Rio de Janeiro**, RJ, Edição A00074 (1), p. 1, 14 Março. 1855. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_01&Pesq=%22Custodio%20Ferreira%20Leite%22&pagfis=41080 Acesso em: 20 dez. 2024

PARTE Official. **Jornal do Commercio**, RJ, Edição 00074 (1), p. 1, 15 Março. 1855. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=8260 Acesso em: 28 nov. 2024

PINHEIRO, J. C. Fernandes. O BARÃO D' AYURUOCA: esboço biográfico.

Revista Popular, RJ, Edição 00007 (3), p. 09-13, Tomo VII, julho a setembro 1860. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=181773&pesq=%22bar%C3%A3o%20de%20ayuruoca%22&pasta=ano%20186&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2444> Acesso em: 14 jan. 2025

PONTE da Sapucaia no rio Parahiba. **Correio Oficial**, RJ, Edição 00084 (1), p. 3, 21 abril. 1841. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=9156> Acesso em: 25 nov. 2024

PRIMEIRA Reunião Ordinária: Extracto da acta da Sessão de 17 de novembro de 1831. **O Valenciano**, RJ, Edição 00004 (1), p. 1, 23 jun. 1832. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702358&pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=15> Acesso em: 04 dez. 2024

REPARTIÇÃO das obras publicas: correspondência sobre a ponte Pensil no Rio Parahyba. **Correio Oficial de Minas**, MG, Edição 00215 (2), p. 2, 03 fev. 1859. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=717576&pesq=%22barao%20de%20ayuruoca%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=468> Acesso em: 26 nov. 2024

REQUERIMENTOS Despachados. **Correio Oficial**, Edição 00116 (1), RJ, 18 nov. 1836, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749443&pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pasta=ano%20183&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3987> Acesso em: 25 nov. 2024

SAPUCAIA. **Diário do Rio de Janeiro**, RJ, Edição 00343 (1), p. 2, 14. Dez 1873. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22bar%C3%A3o%20de%20ayuruoca%22&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=31035 Acesso em: 17 jan. 2025

SENADO: Sessão em 21 de junho de 1855. Expediente. **Jornal do Commercio**, RJ, Edição 00171 (1), p. 1, 22 jun. 1855. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=8664 Acesso em: 28 nov. 2024

SOCIEDADE Defensora da Liberdade, e Independencia Nacional da Villa de Valença. **O Valenciano**, RJ, Edição 00050 (1), p. 9, 20 set. 1833. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702358&Pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pagfis=237> Acesso em: 05 dez. 2024.

TRANSCRIÇÃO Barão da Ayuruoca. **Correio Oficial de Minas**, MG, edição 00328 (1), p. 3-4, 05 março. 1860. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/>

DocReader.aspx?bib=717576&pesq=%22barao%20de%20ayuruoca%22&pasta=ano%20185&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=955 Acesso em: 25 nov. 2024

VALENÇA. **O Valenciano**. Edição 00015 (1), p. 3, 06 out. 1832. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702358&Pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pagfis=63> Acesso em: 12 dez. 2024

VALENÇA 1º De Fevereiro. **O Valenciano**, RJ, Edição 00030 (2), p. 5, 01 fev. 1833. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702358&Pesq=%22custodio%20ferreira%20leite%22&pagfis=138> Acesso em: 24 nov. 2024.

Referências

DEISTER, Sebastião. Estrada da Polícia *In*: CAVALCANTI, I.; FERNANDES, N.; MARTINS, R. (orgs.) **Dicionário Histórico do Vale do Paraíba Fluminense**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2016. p. 123-124.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Desenvolvimento dos Transportes e Integração Regional no Brasil – Uma Perspectiva Histórica. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Nº 13, p. 183-214, 1996.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O HOMEM E A SERRA**. BIBLIOTECA GEOGRÁFICA BRASILEIRA, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, Setores da Evolução Fluminense IV, Publicação N.º 8, Edição da Divisão Cultural 1963 (2. EDIÇÃO) Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27286_v4.pdf Acesso em: 26 nov. 2024

LEMOS, Marcelo Sant’ Ana. **O Índio Virou Pó de Café**;- Resistência indígena frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba. Jundiá: Paco, 2016.

MACHADO, Lielza L. **Vassouras – Recanto Histórico do Brasil**. 3. ed. Vassouras, Gráfica Palmeiras, 2006.

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do leste**: estudo de uma região: a mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MONTEIRO, Angelo F. Vassouras – Origens do Povoado até o Centenário de Elevação a Cidade. **Revista Mosaico**, v. 3, n. 2, p. 29-46, 2012.

MOREIRA, Andréa Auad. **Barra Mansa**: imagens e identidades urbanas. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Avô imigrante, pai lavrador, neto cafeeiro: análise de trajetórias integracionais na América Portuguesa (século XVIII e XIX), **Varia História**,

Belo Horizonte, vol. 27, nº 46: p. 625-644, jul/dez 2011. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000200012> Acesso em: 19 dez. 2024

RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras**. 2. ed. Niterói: Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, Instituto Estadual do Livro, 1978.

ROCHA, Cinthia; ALVES, Daniele de Sá; QUEIROZ, Eneida. **Museu Casa da Hera** Coleção Museus do Ibram. Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: 2015.

TAMBASCO, José Carlos Vargens. **O Barão De Aiuruoca**: Uma notabilidade singular na nobiliarquia do Segundo Império. *In*: ACADEMIA DE LETRAS DE VASSOURAS. Academia de Letras de Vassouras. Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2002. p. 200-209.

TJÄDER, Rodrigo Ciríaco. A Câmara Municipal de Valença durante a transição da forma de Governo Monárquica para a República, 2017. **Revista Saber Digital**: o periódico do pesquisador! UNIFAA, 2014. Disponível em: <https://unifaa.emnuvens.com.br/FDV/article/view/140/114> Acesso em: 11 dez. 2024.

VIEITES, Ethel Guedes et al. Sertões do leste: a construção de uma região geográfica. **Geo Uerj**, v. 1, n. 25, p. 257-275, 2014.

V. FAMÍLIA, RELIGIOSIDADE E ARTE: A IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VASSOURAS^{1,2}

Angelo Ferreira Monteiro

No século XIX (ou Oitocentos) a Igreja Católica Apostólica Romana era a religião oficial do Império Brasileiro, conforme determinado no quinto artigo da Constituição do Império do Brasil, promulgada em 1824³.

Todo o cotidiano da sociedade brasileira era regido pela Igreja, principal instituição ligada à monarquia e que realizava os principais serviços do Estado, perante a sociedade (Mattoso, 1992; Monteiro, 2008; 2011). Através do Padroado, o imperador do Brasil poderia criar freguesias (atuais paróquias), nomear os curas (atuais párocos), sem a intervenção da Sé Romana⁴. O império era responsável pelas suas despesas e em contrapartida os funcionários de batina deveriam cumprir os deveres de registrar os nascimentos, casamentos e óbitos de livres e escravizados, em livros devidamente separados, além de organizar a mesa eleitoral e convocar os eleitores aptos para as eleições (Mattoso, 1992; Del Priore, 1994; Graham, 1997). E a partir de 1850, passaram a registrar as terras para verificação de terras devolutas para a colonização do Brasil, principalmente, por imigrantes europeus⁵. Em 1871 passou a assumir mais uma incumbência, o registro dos ingênuos, que são

1 Artigo publicado originalmente na Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades da Univassouras, Vassouras, v 15 n 3, Edição Especial p. 38-65, set./dez, 2024.202. Revisado e Ampliado.

2 Este texto é parte do livro em construção para o Projeto de Pesquisa: Família e Religiosidade: A importância da Irmandade Nossa Senhora da Conceição de Vassouras no século XIX, certificado pela Coordenação de Pesquisa da Univassouras desde 2013 no Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

3 IMPÉRIO DO BRASIL. Constituição de 1824.

4 Esta situação mudará quando da Questão Religiosa no Brasil em 1875 e com a Proclamação da República em 1889 que se efetivou com a Constituição Republicana em 1891, com a criação do Estado Laico.

5 Para mais detalhes ver: MOTTA, Márcia. Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: APERJ, 1998. Monteiro (2005; 2007) cita sobre a resposta da Câmara Municipal de Vassouras que informou que não existiam terras devolutas na Vila. No entanto, nos registros da Irmandade foram localizados dados de terras devolutas (Monteiro, 2005; 2007).

as crianças nascidas de ventre livre, conforme a lei promulgada para este fim (Abdumalek; Monteiro, 2022).

Assim a vida estava organizada em torno da Igreja e, por sua vez, a religião determinava o compasso da vida em sociedade no Oitocentos. Mattoso (1992) cita ainda o sino do relógio que comandava o tempo das localidades. É ele que anuncia a hora da Ave Maria e do *Angelus*. Os demais sinos⁶, anunciam a chegada de uma autoridade do império ou eclesiástica, como também a morte de alguém abastado⁷. O calendário civil nesta época era todo baseado no calendário cristão, respeitando as festas, dias santos e de guarda. A partir dele, inclusive o comércio respeitava suas determinações.

Diante desta realidade, a primeira capela de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras⁸, foi erguida ao lado da Estrada da Polícia⁹, a partir de 1828 com conclusão em 1829. Obra iniciada pela subscrição de Custódio Ferreira Leite (mais tarde, barão de Ayuruóca¹⁰. Esta escolha de seus idealizadores oportunizou não só o crescimento do povoado, como o desenvolvimento da

6 Um dos sinos da Igreja Matriz foi adquirido da firma Lenvir & Ramos por 2:139\$600 (dois contos, cento e trinta e nove mil e seiscentos réis), com o pagamento à Furquim & Filhos pelo transporte deste objeto pela Estrada de Ferro D. Pedro II pelo valor 41\$384 (quarenta e um mil, trezentos e oitenta e quatro réis), sendo instalado por João Francisco da Mota por 78\$210 (setenta e oito mil, duzentos e dez réis). Livro Conta Corrente da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.

7 Em Vassouras, o dobre (toque) do sino para fins de anunciar o falecimento de algum morador ficou definido da seguinte forma: “sejam grátis para os irmãos, suas mulheres e filhos menores; quarto – que se cobre 30\$000 réis por dia daqueles que não forem irmãos, quer o sino dobre uma vez, quer mais de uma; quinto que só depois do tesoureiro ou procurador mostrarem quites, desta gratificação, é que darão a competente ordem para o sino trabalhar, lavrando-se dessa quantia um assento em livro próprio; sexto finalmente que se encarregue ao Irmão procurador a compra e colocação do sino. Livro 1 de Atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.

8 A devoção à Nossa Senhora da Conceição nos remete à Portugal, quando o Duque de Bragança, no dia de sua aclamação como Dom João IV, em 1º de dezembro de 1640, quando começava a oitava da festa da Senhora dos Céus. [...] Na inauguração da Academia Real de História, em Portugal, Nossa Senhora da Conceição passou a ser considerada também “padroeira de quantos escrevem História em língua portuguesa” (Lima Júnior, 2008, p. 70- 73).

9 De acordo com o relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro de 1848-1849 (p. 28): “A estrada denominada da Policia tem mais de 20 legoas de extensão: começando na Pavuna em continuação á estrada do município neutro, e acaba no Rio Preto, limite d’esta província com a de Minas Geraes, tendo passado pelo município de Iguassú cerca de uma legoa ao oeste da villa, e pelos de Vassouras e Valença, cujas villas atravessa; tem apenas 5 leguas de várzea da Pavuna ao lugar denominado João Paulo, e d’ahi para cima segue sempre por morros atravessando as serras de Santa Anna, Botaes, Matta Cães, Valença, Rio Bonito etc., e os Rios d’Ouro, Santo Antonio, S. Pedro, Santa Anna, Parahiba, Bonito, e outros de menor importancia.”

10 Custódio Ferreira Leite “...por uma promessa de construir 07 igrejas (para alguns biógrafos, treze), em retribuição à graça alcançada por vencer uma ameaça de naufrágio numa viagem de retorno de suas andanças pelo sul. Daí ter se empenhado na construção das igrejas de Barra Mansa, Areal, Conservatória, Valença, Sapucaia, Mar de Espanha e Vassouras, esta última iniciada em 08 de Janeiro de 1828; somente

vila e posterior cidade pelo contato com os viajantes e autoridades imperiais que passavam por este entroncamento que servia de contato entre Minas e o Rio de Janeiro (Tambasco, 2004; Machado, 2006; Monteiro, 2012).

Esta estrada buscava interligar as vias do Império Português, diante da demanda por colonização do território ocupado pelos nativos e combatendo possíveis posseiros ao longo do seu traçado. A independência do Brasil e, conseqüentemente, a consolidação do segundo reinado do império brasileiro, propiciaram o destaque desta região do Vale do Paraíba Fluminense de maneira nacional e internacional, através de um produto agrícola, o café, tendo a mão de obra escravizada como responsável por esta realidade (Stein, 1990; Salles, 2008). Com as riquezas proporcionadas aos barões do café e ao império no Oitocentos, esta região foi rebatizada turisticamente como Vale do Café no século XXI.

Este capítulo apresenta as práticas de religiosidade da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Vassouras, criada em 1830. Estes momentos buscavam proporcionar aos seus fiéis, na época denominados fregueses, as festas do Orago (da padroeira), novenas, ladainhas, batizados, casamentos e no momento da morte, todas estas relações sociais desenvolvidas dentro da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e, posteriormente, com o encerramento da vida terrena, no cemitério desta Irmandade, após a proibição de enterros dentro do templo. Apresentaremos também a arte religiosa dedicada a despertar o contato com o transcendente na Igreja Matriz. E, por fim, as principais transformações ocorridas ao longo do século XX e XXI, ampliando o seu campo de atuação com uma parte cultural e turística do município de Vassouras e região do Vale do Café.

Como metodologia aplicamos a revisão de literatura e o uso de fontes primárias e jornalísticas para a construção deste capítulo, aplicando os conceitos de estabelecidos e *outsiders* de Norbert Elias e capital social de Pierre Bourdieu.

A Igreja Católica Apostólica Romana no Vale do Paraíba Fluminense

A presença do Cristianismo na região do Vale do Paraíba Fluminense remonta à Fazenda dos Jesuítas, com sede no bairro de Santa Cruz na cidade do Rio de Janeiro. Suas terras alcançavam a Freguesia de Nossa Senhora da

em 1855, receberia o título de Barão de Ayuruoca, quatro anos antes de morrer em Mar de Espanha, aos 77 anos (Machado, 2006).

Conceição de Sacra Família do Tinguá, criada em 1750 (Tambasco, 2004). Antes da presença institucional, os fregueses dependiam das visitas dos sacerdotes em propriedades agrícolas que dispunham da autorização eclesiástica para ter em suas dependências um oratório portátil. Nestas fazendas eram realizadas as atividades religiosas da missa e demais sacramentos. No caso desta região do Vale do Paraíba Fluminense, em 1794, por visita pastoral de Monsenhor Pizarro, constavam apenas quatro oratórios particulares. Na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Paty do Alferes com 1.299 habitantes e 118 fogos (moradias) existiam três oratórios e um oratório na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Sacra Família do Tinguá, com 757 habitantes e 104 fogos (Chahon, 2008). Na mesma visita, pode conferir que apenas a Freguesia do Tinguá dispunha de 1 capela particular e 1 altar de capela particular (Chahon, 2008).

Chahon (2008, p. 59-60) afirma que os dados eram estimados, devido à falta de dados exatos, o que foi percebido pelo próprio Monsenhor Pizarro que

em diversas ocasiões à precariedade das somas obtidas para a população das freguesias visitadas, derivada da incompletude dos respectivos róis de desobriga, elaborados anualmente, ao tempo da comunhão pascal, e que serviam então de base para o levantamento da dita população – incompletude que, por sua vez, é atribuída pelo mesmo visitador ao desejo dos homens livres e libertos, especialmente os solteiros, de se furtarem aos recrutamentos, como também à atitude dos senhores que, para se esquivarem da cobrança das conhecenças¹¹ devidas aos vigários, costumavam subtrair boa parte de seus escravos ao cumprimento do preceito anual.

Neste contexto, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707, de D. Sebastião Monteiro da Vide, reeditadas em 1853, determinavam nos artigos 86, 87 e 88 no Título XXIV – *“Das pessoas, que são obrigadas a receber o Santíssimo Sacramento da Eucaristia, e em que tempo, e a que pessoas não pôde, nem deve dar.”*

O artigo 86 determinava as condições para a desobriga, para os homens a partir dos 14 anos de idade e para as mulheres a partir doze, desde que tenham consciência do ato realizado¹².

11 Conforme a Infopedia – Dicionários Porto Editora, um dos seus significados, se refere a “oferta voluntária feita a um pároco, em substituição dos rendimentos regidos por dízimos”. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/conhecen%C3%A7as>. Acesso em: 31 maio 2024.

12 Conforme As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de autoria de D. Sebastião Monteiro da Vide (1853/2007), o artigo 86 determina que “Posto que este Sacramento não seja necessário com meio

No artigo 87 estendia a obrigação de comungar àqueles que tivessem a dita idade, com risco iminente de morte, enfermos, principalmente aquelas consideradas grave, viagens por navegação, em atos de batalha e grávidas próximas ao parto. Por fim o artigo 88 recomendava que era “louvável, e santo, que os Cristãos, verdadeiros penitentes, receberão muitas vezes este Divino Sacramento; assim é justo, e decente, que se não administre aos pecadores públicos”, que são mencionados e enquadrados nesta categoria.

Como se pode ver, o cumprimento dos deveres cristãos no catolicismo no Setecentos e Oitocentos era bastante difícil de ser efetivado, dada às grandes distâncias a serem percorridas para se encontrar uma Igreja Paroquial ou um oratório particular. Lembrando que as matrizes existentes no seu entorno e mais próximas do povoado de Vassouras eram a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Sacra Família do Tinguá (criada em 1750), Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Paty do Alferes (criada em 1755), a Freguesia de São Pedro e São Paulo de Paraíba do Sul (criada em 1756) e Freguesia de Nossa Senhora da Glória de Valença (criada em 1807).

O povoado de Vassouras era ligado eclesiasticamente à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Sacra Família do Tinguá, distante quase 14 km. Somente em 1837 foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, separando-se da Freguesia anterior.

Vale ressaltar que a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras foi criada em 1830.

preciso á salvação, com tudo, conforme a disposição dos Sagrados (1) Canones, e Concilio (2) Tridentino, todos os fieis Christãos de um, e outro sexo, tanto que chegarem aos annos da discrição, que nos homens regularmente são os quatorze, (3) e nas mulheres os doze, e tiverem juizo para entender o que fazem, e a reverencia que se deve a este Divino Sacramento, que bem póde ser se anticipe (4) nos homens, mais que nas mulheres, antes dos quatorze, e dos doze, o que prudentemente (5) julgará o Parocho, são obrigados ao receber, ao menos uma vez cada anno pela Paschoa (6) da Resurreição. Pelo que mandamos a todos os nossos subditos, que tiverem a dita idade, e discrição, comunguem na propria Igreja da mão do seu proprio Parocho, ou de outro Sacerdote de licença sua em cada um anno pela Paschoa da Resurreição, ou por toda (7) a Quaresma até a Dominga in Albis inclusivè, conforme o Privilegio Apostolico, e costume antigo do nosso Reino. Visto porém ser (8) costume introduzido estender o termo da desobrigação aos escravos até o Espirito Santo, em razão do preciso impedimento, que tem nos Engenhos de assucar, o qual não permite interpolação, ordenamos, que todos os senhores mandem seus escravos á Matriz para se desobrigarem desde o principio da Quaresma até o Espirito Santo: e não o fazendo assim, havemos por condemnado a cada um, que for remisso em cumprir com esta obrigação, em cinco tostões por (9) cada vez, os quais applicamos para as obras, e fabrica da Sé; e a sua arrecadação a fará o Padre Vigario, sob pena de pagar de sua casa.”

O Patrimônio de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras

Há duzentos e um anos (1823), o casal formado pelo Guarda-Mór José Teixeira Gomes e sua esposa Ana Maria do Espírito Santo¹³ doou 360 braças de terras¹⁴ de testada (parte frontal do terreno) na Estrada em direção ao rio das Mortes (atual bairro rural de Barão de Vassouras) para o patrimônio de Nossa Senhora da Conceição. Esta ação foi confirmada em cartório por José Joaquim Extrexe, sua mulher e outros herdeiros do Guarda-Mór e de uma Permuta de Terrenos, realizada entre o Patrimônio de Nossa Senhora da Conceição com Francisco José Teixeira Leite – posteriormente, Comendador e Barão de Vassouras – e sua mulher realizada em 1830, por escritura pública. Estas trezentas e sessenta braças compunham a então Sesmaria de Vassouras e Rio Bonito, concedida pela Rainha de Portugal, D. Maria I, aos açorianos Francisco Rodrigues Alves e Luiz Homem de Azevedo.



Tela a óleo do Barão de Ayuruóca, autor desconhecido.



Foto do Barão de Vassouras

Fonte: Acervo da Igreja Matriz de Vassouras.

13 Ver Monteiro (2012) que trata da demarcação das terras em 1818 da Sesmaria de Vassouras e Rio Bonito. Ver também o processo de Doação de Terras do Casal José Joaquim Extrexe e sua mulher, realizada em 1823. Acervo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Comarca de Vassouras. Sob a salvaguarda do Escritório Técnico do Médio Vale do Paraíba do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Arquivo Público Municipal de Vassouras. E ainda, ver Telles (1968).

14 O termo braça refere-se a 2 metros e vinte centímetros da medida inglesa (Monteiro, 2005; 2007).

Por não termos localizado, até a presente data, o registro desta permuta entre Francisco José Teixeira Leite e o Patrimônio de Nossa Senhora, não temos o local original do terreno onde nasceria o então povoado e, posteriormente, Vila e Cidade de Vassouras.

Mas a partir desta troca de terras, o povoado nasce no local que consta sua área central, atualmente conhecida como Centro Histórico de Vassouras, tombada desde 1958 pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Telles, 1968).

A partir desta doação de terras, Francisco Rodrigues Alves, considerado o fundador de Vassouras, foi sepultado no átrio da então Capela de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, sendo marcado o local com uma cruz de mármore branco à frente da porta principal do templo.

Por não termos localizado, até a presente data, o registro desta permuta entre Francisco José Teixeira Leite e o Patrimônio de Nossa Senhora, não temos o local original do terreno onde nasceria o então povoado e, posteriormente, Vila e Cidade de Vassouras.

Mas a partir desta troca de terras, o povoado nasce no local que consta sua área central, atualmente conhecida como Centro Histórico de Vassouras, tombada desde 1958 pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Telles, 1968).

A partir desta doação de terras, Francisco Rodrigues Alves, considerado o fundador de Vassouras, foi sepultado no átrio da então Capela de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, sendo marcado o local com uma cruz de mármore branco à frente da porta principal do templo.



Detalhe do Átrio da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, com a cruz, indicando o local de sepultamento de Francisco Rodrigues Alves, fundador de Vassouras. Foto do acervo do autor.

Em 1836, José Joaquim Extrexe, procurador da INSCV, e os Irmãos Corrêa e Castro completam uma subscrição para a compra de uma custódia no valor de 688\$749 réis, que ficou por enquanto guardada no oratório da casa de Pedro Corrêa e Castro, sendo o recolhido pela subscrição revertido para a compra de alfaia para a Igreja.¹⁵

A cruz de prata utilizada nas procissões foi doada pelo casal Francisco Luiz dos Santos Werneck e sua consorte

com dois ceriaes de prata, ofereciam a N. Sra. da Conceição, apenas condicionara que fosse usada apenas para o culto da padroeira, proibindo o seu uso para outros fins religiosos ou para empréstimo. A irmandade agradece as ricas oferendas que seus corações magnânimos e religiosos haviam feito a N. Sra. da Conceição agradecendo-lhes em nome da mesma o zelo religioso que pela mesma tomara.¹⁶

Em agosto de 1872, a irmandade reunida recebeu as seguintes propostas: o Dr. Siqueira propõe que seja feito um nicho, para decência do culto, para a imagem da Padroeira; e o Juiz Dr. José Maria de Andrade, de ladrilhar-se com mármore o adro da Igreja, e oficiara o Procurador para fazer estas obras para ficarem prontas antes da festa deste ano. Como a compra de um lavabo de mármore para servir no referido dia na sacristia e que o Procurador mandasse fazer a cômoda armário para a guarda de paramentos (Monteiro, 2015).



Armário da Sacristia para paramentos. Foto do acervo do autor.

15 Livro 1 de Atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.

16 Livro 1 de Atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.

O nicho para a imagem de Nossa da Conceição foi doado pelo Barão do Amparo¹⁷ em 1885, sendo que no ano anterior doou uma tela intitulada *O sepultamento de Christo* do pintor Otto Venius, recebendo o agradecimento no primeiro caso, pela Irmandade, e no segundo, publicamente pelo Monsenhor Lino da Silveira Gusmão¹⁸.



Nicho da Padroeira – Foto gentilmente cedida por Sergio Vieira.

17 Livro de Atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.

18 Livro de Atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e o Jornal O Vassourense de 24 de agosto de 1884.

Agradecimento

Faltaria a um grande dever se na qualidade de parócho desta freguezia, deixasse de manifestar-me summamente grato ao Exm. Sr. Barão do Amparo pelo valioso donativo que fez á matriz de uma magnifica tela, do distincto pintor Otto Venius representando *O Sepultamento de Christo*.

A offerta do Exm. Sr. Barão do Amparo é por todos os motivos do mais subido valor, já porque representa um facto importante da historia sagrada, já porque é original de uma celebridade na pintura.

Assim procedendo só tenho em vista tornar bem patente o meu reconhecimento, e aos meos parochianos a valiosa offerta do mesmo Sr. Barão.

Vassouras, 23 de Agosto de 1884.
— *Conego Lino da Silveira Gusmão.*

Recorte do Jornal *O Vassourense* de 24 de agosto de 1884 com a notícia da doação de um quadro para a Igreja Matriz de Vassouras.

No corredor da sacristia foi sepultado o Comendador José Corrêa e Castro, pela doação de 40:000\$000 (quarenta contos) de réis da venda de sua fazenda, para o patrimônio da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras para construção do seu cemitério; e também em uma das cláusulas do termo de doação, José Corrêa e Castro disponibilizou, a partir daquela data, a quantia de 800\$000 (oitocentos mil) réis anuais para a realização da festa da Padroeira, tendo em vista que nos anos anteriores, devido a dificuldades, a festa as vezes não era realizada e, quando ocorria, normalmente era em data posterior ao dia 08 de dezembro e de forma precária, não atendendo as disposições do compromisso da Instituição (Bittencourt, 2001; Monteiro, 2015). Em 1956, a Irmandade, em parceria com a família, reconhecendo sua ação de benemerência descerrou uma placa em mármore próximo ao local de seu sepultamento marcado no mármore (Bittencourt, 2001).



Antes da proibição de sepultamentos no átrio e dentro das igrejas e mosteiros em 1850¹⁹, devido à epidemia de febre amarela, os corpos eram enterrados nestes espaços e de acordo com uma hierarquia social terrena, com os mais abastados próximos ao altar, como foi o caso de José Corrêa e Castro, enterrado no “corredor ao lado da mesa do Evangelho”.²⁰

Nesta mesma metade do século XIX, coube ao Procurador Geral da Irmandade, o Dr. Joaquim José Teixeira Leite, a organização dos foreiros dos terrenos da instituição. Sua administração foi precisa no sentido de organizar a escrituração dos bens do patrimônio e também do compromisso (estatuto) da Irmandade. Diante de divergências com os foreiros, assumiu do seu próprio bolso a diferença do pagamento por ter dado a sua palavra a cada um dos envolvidos (Monteiro, 2005; 2007).

De acordo com o relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro de 1839, a Igreja Matriz de Vassouras foi a última a receber seu auxílio. No início de novembro de 1838²¹, o Presidente de Província, Paulino de Sousa, esteve em Vassouras e presenciou a construção do templo. No início do mês de março do ano seguinte, enviou uma correspondência, garantindo o auxílio provincial e indicando a possibilidade do aumento de maneira condicionada.

19 Ver João José Reis, no livro “A morte é uma festa” onde o autor apresenta a questão da Cemiterada na Bahia, devido à proibição de sepultamento nas igrejas e mosteiros. Ver também Reis (1997) sobre a morte no Oitocentos.

20 Livro de Óbito de Pessoas Livres da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.

21 No momento da visita do Presidente de Província do Rio de Janeiro, Paulino Soares, ocorria a Insurreição de Manoel Congo, quando este presidente estava indo em direção de Pirai para criação desta Vila. (ver Sousa, 1972; Monteiro, 2024).

Comuniquei-vos em meu antecedente Relatório, haver-se-me generosamente oferecido o coronel Ambrósio de Sousa Coutinho, para continuar a promover uma subscrição para a conclusão da Igreja Matriz da Vila de Vassouras. Pôs êle por obra tão pio e generoso intento, e em 10 de fevereiro p.p. já montava essa subscrição a 17:561\$000 réis. Encarreguei-lhe a administração das obras, que têm de progredir na forma da planta que foi levantada pelo Chefe da 1ª Seção, e aprovada pela Diretoria de Obras Públicas da Província como respectivo orçamento. Marquei para essas mesmas obras, que tiveram comêço em 10 de outubro do ano findo, a consignação mensal de 400\$000 réis que tenciono elevar a 600\$000 réis, com a qual vai incluída no Orçamento da Província, e que, concluída a Matriz da Vila de Santa Ana do Pirai, poderá ser aumentada (Relatório de Presidente de Província do Rio de Janeiro, 1839, p. 32)

O presidente de Província afirma que o “risco” da Igreja Matriz de Vassouras foi realizado pelo coronel Jacob de Niemeyer. De acordo com Silva Telles (1968), através de pesquisa nos relatórios de presidente de Província descobriu que o desenho do edifício da Matriz de Vassouras era de autoria do Coronel Jacob Niemeyer²², na época do levantamento da planta, respondia como Chefe da 1ª Seção de Obras da Província.²³

Neste mesmo relatório, destacava o empenho do coronel Ambrosio de Souza Coutinho a frente das obras da Igreja Matriz

com a consignação mensal de 400\$000 pelos cofres desta Província. A planta deste edifício, dada pelo Sr. coronel Conrado Jacob de Niemeyer, vai sendo fielmente observada. Os seus alicerces foram feitos com solidez não comum; as paredes da Caixa se acham cêrca de 8 palmos acima do ressalto do alicerce; os forros e o cintado são de um lindo e compacto granito, extraído de uma pedreira subterrânea pouco afastada do local da Igreja. A atividade que tem presidido à marcha desta obra tem certamente contribuído para que ela possa hoje apresentar-se com o adiantamento que tem. Êste edifício, será mais um embelezamento desta rica Província. (Relatório de Presidente de Província do Rio de Janeiro, 1839, p. 37)

22 As plantas do povoado de Vassouras de 1829 e da Cidade de Vassouras de 1861 são de autoria de Conrado Jacob Niemeyer. (Telles, 1968)

23 Relatório de Presidente de Província do Rio de Janeiro, 1839, p. 32.

No ano seguinte, as despesas com a obra ultrapassavam 25:922\$130, somando-se 9:483\$840 já cobrados, mais 2.648\$290 de esmolas e promessas, chegavam a 12:132\$130. O Presidente se comprometeu a aumentar o auxílio provincial para 800\$000 (oitocentos mil réis), quantia só alcançada pela Matriz de Niterói, uma vez que a média mensal era de 400\$000 (quatrocentos mil réis). E esta deferência para com Vassouras deve-se ao administrador das Obras da Matriz, o Coronel Ambrosio de Souza Coutinho, que descreve sua atuação “debaixo de uma zelosa administração daquele pio e digno cidadão”, através do relatório apresentado do andamento da obra.²⁴

Deve-se destacar que no ano de 1837, houve alguma situação – que não conseguimos descobrir nas fontes consultadas –, pela qual o mesmo Coronel Ambrosio de Souza Coutinho condicionava sua continuação à frente nas obras da Igreja Matriz mediante algumas exigências.

1ª – devera ficar em inteiro vigor o plano oferecido por mim, e aprovado pelo falecido Bispo Capelão Mór; 2ª – Ficarão isentos dos cargos da Irmandade os indigitados no mesmo, durante a obra, exceto se eles quiserem aceitá-los voluntariamente; 3ª – Reverterá a meu poder a relação dos arrendatários que eu havia entregado e da mesma maneira enviarão a nova subscrição e orçamento que se fez da obra; 4ª – Lavrar-se-a uma ata especial na qual fique essa minha deliberação firme e valiosa, para não serem perturbados segunda vez os trabalhos da obra, cuja cópia me será transmitida para meu título. 5ª finalmente – ficará pendente este trato de uma satisfação pública pela sem razão injustiça e ilegalidade com que se portaram as mesas transatas a meu respeito. [Postas as condições, entraram em votação e foram aprovadas] sendo recebida com especial agrado a resposta do mesmo Coronel, deliberando a Mesa que se cumprisse fielmente as condições. Eu Joaquim Antonio de Andrade, escrivão. Assinam também Alexandre Joaquim de Siqueira (Juiz interino), Joaquim Antonio de Andrade, João Luiz de Lima, Jacinto Alves Barbosa, D. Manoel de Assis Mascarenhas, José Lopes de Souza, José Joaquim Botelho, José Joaquim Extrexe, Lautério Roiz, Ambrosio Souza Lima, José de Avellar e Almeida e Laureano Corrêa e Castro.

Com a construção de sua primeira capela, o governo provincial passou a corresponder com uma quantia de 1:000\$000 (um conto de réis) mensais,

24 Relatório de Presidente de Província do Rio de Janeiro de 1840.

que nos últimos anos passou a metade para a ampliação do templo, autORIZADO pelo império. Este valor era gerado por loterias para a construção de Igrejas, Matrizes e casas de caridade, que em 1848-1849 foi orçado em 44:400\$000 (quarenta e quatro contos e quatrocentos mil réis) para toda a província fluminense²⁵.

O senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, em seu relatório do biênio de 1848- 1849 como Presidente de Província do Rio de Janeiro, apresentava o andamento da obra da Igreja Matriz de Vassouras.

Já se acha esta matriz bastante adiantada; em seus frontispício apenas faltão as cupulas das torres; o corpo da igreja já tem o arco cruzeiro quase concluído, acha-se assoalhado, e com quatro elegantes altares doados por pessoas do lugar. Esta obra é administrada por uma comissão composta dos Francisco José Teixeira Leite, Pedro Corrêa e Castro e comendador Lauriano Corrêa e Castro. Sua consignação já foi de 1:000\$ por mez; mas hoje acha-se reduzida a 500\$; tendo-se gasto até ao fim do anno de 1847 a quantia de 55:028\$538, não contando a despeza feita em 1844.

Fizerão-se durante o anno passado as seguintes obras: 5 empostas, 8 piramides para as torres, 3 cunhaes, 5 dados para as bases das pirâmides, 27 frizos diversos, 12 aduellas, &c., as torres faltando somente as cupulas, e além disso assentou-se toda a cantaria que se preparou; assoalhou-se todo o corpo da igreja com 90 palmos e 4 polegadas de fundo, e 41 palmos e 5 polegadas de largura. (p. 51).

Sobre esta despesa de 1844, o presidente de província indicou as obras que já haviam sido feitas, quatro anos antes

As paredes dos lados estão levantadas á altura de 47 palmos, prontas a receber a cimalha, e madeiramento; a torre do lado direito está com a metade da segunda, e ultima cimalha; a do lado esquerdo está levantada até a altura dos oculos de cantaria; o frontespício está com 37 ½ palmos; estão se construindo as janelas do frontispício, e achão-se serradas quatorze duzias de pernas para thesouras. Tem uma Comissão Administradora. (Relatório de Presidente de Província do Rio de Janeiro, 1844, p. 15).

25 Relatório do presidente da provincia do Rio de Janeiro, o senador Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, na abertura da 1.a sessão da 7.a legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1.o de abril de 1848, acompanhado do orçamento da receita e despeza para o ano financeiro de 1848-1849.

E concluía suas observações apresentando alterações no projeto e os valores empregados na obra do templo em Vassouras até aquele momento.

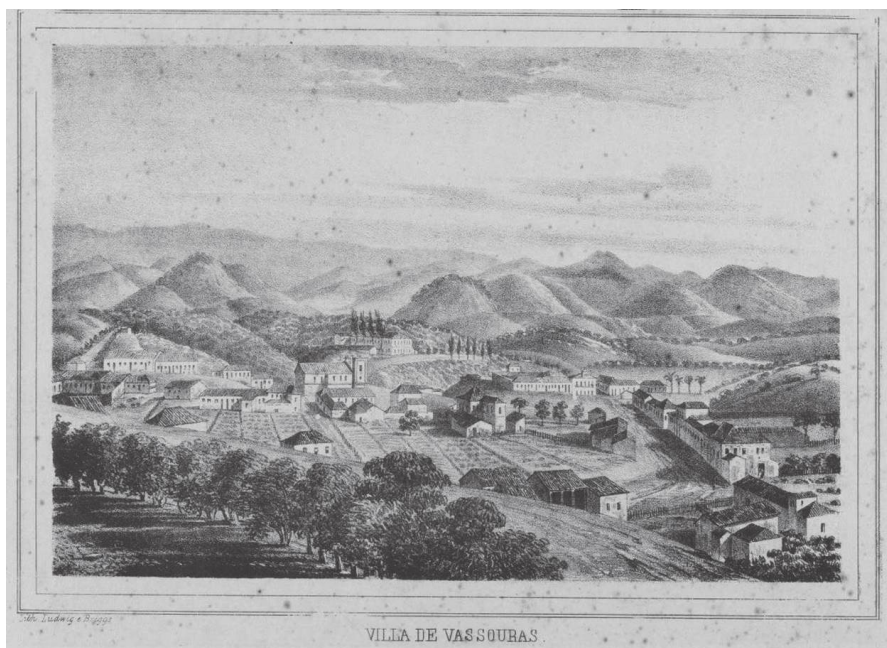
Estão-se construindo as janellas conforme a alteração determinada por Portaria de 20 de Setembro de 1843; achão-se 14 dúzias de pernas d'azas ou tesouras serradas.

A comissão administradora contratára com Manoel José da Silva, pela quantia de 4:000\$000 a mão de obra sómente; submettendo este contracto á approvação da Presidencia, que me consta o approvára, mediante algumas garantias impostas para o bom desempenho das condições estipuladas, e segurança dos dinheiros publicos. Todo o engradamento para coberta da Igreja, guarda pó, forro, cimalha de forro, choro com forro e balaustrada, arco figurado e moldado, escadas; a obra deverá ficar pronta em 8 mezes.

Trabalhão agora além do mestre, 14 officiais, 1 ferreiro, 6 serradores, 4 falquejadores e 3 serventes. A consignação mensal he de 1:000\$000 (um conto de réis); a despeza feita pelo Governo Provincial desde o principio da obra, importa em 33:348\$160. (trinta e três contos, trezentos e quarenta e oito mil, cento e sessenta réis).

A partir da imagem da Vila de Vassouras, entre os anos de 1841-1846, de autoria de Ludwig e Briggs, apresentamos a Igreja Matriz em construção e as suas primeiras habitações. Existe a possibilidade desta visão de Vassouras ter sido desenhada do alto da Estrada da Polícia.

Neste ínterim, vale destacar a devoção destes membros de famílias tradicionais e abastadas de Vassouras que doaram, ao longo dos anos, vários objetos para o culto, procissões e também para o templo, como lustres, tochas e os quatro tabernáculos, como indicado no Relatório do Presidente de Província.



Vila de Vassouras (1841-1846) de Ludwig e Briggs.

O ato de doar grandes legados para Irmandades no oitocentos tem duas motivações: a primeira devocional, buscando agradecer ao santo de devoção todas as graças alcançadas na vida terrena, e a segunda, complementando a primeira, de lhe preparar uma boa morte e a vida no além (Reis, 1997).

Este contexto social e religioso, nos faz comparar com o que Bourdieu defende como capital social²⁶, pois a partir destas doações e legados, os indivíduos e, conseqüentemente, suas famílias, recebem o reconhecimento da população por seu ato de desprendimento e deixam registrado na história local o seu pertencimento a uma instituição, no caso a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. Este capital pode se reverter em outros campos como o político, como também pode proporcionar relações de sociabilidade ao agregar mais pessoas a este determinado grupo. Neste último caso, vemos os casos de batismos e casamentos como meio de perpetuar estas relações sociais. No batismo se estabelece o parentesco espiritual (Graham,

26 De acordo com Souza (2014, p. 8): "O capital social são os contatos que adquirimos, as pessoas que nós conhecemos e que nos reconhecem como importantes no jogo. Contatos que podem ser revertidos, ou que podem nos ajudar a adquirir outro tipo de capital simbólico."

1997; Monteiro, 2005; 2007). No casamento fortifica-se as relações sociais, políticas e patrimoniais, principalmente quando estas se referem a membros do mesmo grupo familiar (Monteiro, 2008).

Neste mesmo relatório, o Presidente da Província de 1848-1849 destaca a visita do imperador na vila de Vassouras e outras localidades do seu entorno.

No dia 1º de fevereiro achava-me eu no districto de Cebolas acompanhando a S.M. o Imperador (Que incansavel pela prosperidade do Seu Imperio, e pela felicidade dos brasileiros que Nelle tem não só um Soberano illustrado e prudente, senão também um Pai extremoso, Dignou-se fazer uma outra digressão por esta provincia, visitando os municipios da Parahyba do Sul, Valença, Vassouras e Iguassú (Relatório de Presidente de Província do Rio de Janeiro, 1848-1849, p. 6).

Neste mesmo mês de fevereiro de 1848, o Imperador Dom Pedro II informara à Câmara Municipal de Vassouras sobre sua visita à Paraíba do Sul, havendo a possibilidade de passar pela Vila de Vassouras. Com a confirmação da presença do Imperador no Vale do Paraíba Fluminense, a Câmara organizou uma comissão para receber Sua Majestade. Neste ínterim, Pedro Corrêa e Castro se colocou à disposição para as despesas às suas expensas. (Telles, 1971; Raposo, 1978)

O imperador se encontrava na Fazenda Santa Mônica de propriedade da Marquesa de Baependy, que o recebeu em sua propriedade no local denominado Desengano (atualmente o Distrito de Barão de Jurapanã, pertencente à Vila de Valença), com a presença da Guarda Nacional de Valença (Telles, 1971).

Partiram em direção à Vassouras, chegando na entrada da residência de Pedro Corrêa e Castro, com mais de duzentos membros da Guarda Nacional de Vassouras e mais de oitenta cidadãos, o imperador foi recebido com fogos de artifícios, repicar de sinos montados para este fim e muitos vivas na manhã do dia 17 de fevereiro e com direito a beija mão de todos que foram cumprimenta-lo. Neste mesmo dia, às duas horas da tarde, os representantes da Câmara foram ao encontro do Imperador Dom Pedro II, na casa de Pedro Corrêa e Castro, seguidos de muitos cidadãos. Seguiram para a Igreja Matriz, com o Imperador debaixo do pólio para participar de um *Te-Deum* na Igreja Matriz de Vassouras, que ainda se encontrava em obras. Foi realizado um discurso “análogo” pelo Pregador Imperial Pe. João Joaquim Ferreira d’Aguiar. Este ato teve a duração de três horas, sendo concluído com o beija mão para os cidadãos presentes e os vereadores (Telles, 1971).

Após passar pela Câmara Municipal e agradecer toda a recepção pela sua visita à Vila de Vassouras, as atividades avançavam a noite onde *“illuminarão-se a Igreja, hum rico arco triumphal, o chafariz, os dous castelos, e todas as casas da Villa. S. M. I foi assistir n’essa noute á hum espetáculo, qaue lhe foi offerecido por huma companhia equestre”* (Telles, 1971).

No dia seguinte, o imperador ao conferir a qualidade da água do chafariz da praça principal e verificar que era inadequado o seu uso, foi visitar o cemitério da Irmandade ainda em construção, conhecendo também uma bica de água que concluiu ser potável. E espontaneamente, ofereceu aos representantes municipais da Vila, a quantia de dois contos de réis para a construção de um novo chafariz no caminho entre a Igreja e o Cemitério (Telles, 1971; Raposo, 1978).

No último dia de sua visita, após o baile ser encerrado à uma hora da madrugada, realizou o último beija mão e assistindo em seguida a missa às 3 horas da manhã partiu para a residência do Marques de São João Marcos em Paraíba do Sul (Telles, 1971)

Em reconhecimento à deferência de Pedro Corrêa e Castro que o recebeu em sua residência, o Imperador lhe concedeu o título de Barão do Tinguá no mesmo ano. Em retribuição ofereceu à Câmara Municipal a quantia de 10:000\$000 (dez contos de réis) para a construção de um hospital de caridade na Vila. Diante desta incumbência, a Câmara declinou e ofertou à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, que condicionou e fez exigências para cumprir esta proposta. A Câmara municipal por sua vez assumiu o encargo, ao não concordar com as exigências impostas pela Irmandade da Conceição. Cabe salientar que o Barão do Tinguá ainda contribuiu com mais cinco contos de réis para completar as despesas para esta pia instituição (Telles, 1971; Raposo, 1978).

Em 1853, o relatório do Presidente de Província do Rio de Janeiro, indicava que as obras do templo estavam previstas para serem concluídas no mês de novembro, com a despesa de 12:000\$000 (doze contos de réis) contratadas por Francisco José Teixeira Leite, barão do Tinguá e Laureano Corrêa e Castro.²⁷ Neste mesmo ano o Hospital Nossa Senhora da Conceição da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vassouras foi inaugurado (Raposo, 1978).

Seis anos mais tarde, em 1859, já elevada à categoria de cidade, Vassouras foi fotografada por Victor Frond para a obra *Brazil Pitoresco* de Charles Ribeyrolles, com a litografia realizada pelo artista francês Ciceri.

27 Relatório de Presidente de província do Rio de Janeiro, 1853.

Ao longo de quase dois séculos, vários legados e doações foram deixados pelas famílias locais em agradecimento. Dentre eles, podemos destacar a doação do primeiro relógio da Igreja Matriz realizada pela esposa do comendador José Joaquim Botelho. Este marcador de tempo pôde ser testemunha de vários acontecimentos ao longo desses anos.²⁸



Detalhe da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.

²⁸ Durante uma eleição realizada em Vassouras no início do século XX e buscando evitar uma tragédia, o relógio da Igreja Matriz de Vassouras foi adiantado para que não houvesse um embate entre grupos divergentes e encerrando o horário de votação com uma hora de antecedência. Para mais detalhes ver Magalhães (2004).



Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras em 1905.

Foto de Elísio Passos – Hemeroteca Digital Brasileira.

Religiosidades e a Festa da Padroeira

As práticas sacramentais neste período do século XIX, determinava que os batizados deveriam ser realizados dentro de oito dias após o nascimento da criança, (Del Priore, 1994). Um dos motivos estava na alta mortalidade infantil deste período e a preocupação da alma não ir para o céu devido à ausência deste sacramento de iniciação à vida cristã. Neste sacramento, as famílias desenvolviam as redes de sociabilidades e, a partir dele, outro sacramento que poderia seguir referia-se ao matrimônio, principalmente os consanguíneos. Os casamentos entre parentes buscavam acima de tudo resguardar o patrimônio financeiro e político das famílias abastadas e dependiam da autorização episcopal para sua realização (Schwartz, 1988; Graham, 1997; Sant'Anna, 2001; Monteiro, 2005; 2007; 2008b; 2011).

Ao participar das confrarias e irmandades, os indivíduos despertavam um sentimento de pertencimento a um determinado grupo, agregando ao participante uma ligação mais próxima com o seu santo de devoção e a

possibilidade de receber benesses terrenas e no *post mortem*. Para alcançar estes “privilégios terrenos e celestiais” dedicavam uma parte do seu tempo e de seu patrimônio financeiro para obras de caridade, aquisição de bens para o patrimônio religioso como paramentos, alfaias e objetos litúrgicos para o culto e as procissões públicas, como Semana Santa, *Corpus Christi* e da Padroeira (Reis, 1997; Vasconcellos et al., 2023).



Vassouras, 1905 – Elísio Passos – Hemeroteca Digital Brasileira.

Pela imagem presente na procissão de Nossa Senhora das Dores pode-se levantar a hipótese de uma atividade da Semana Santa ou a procissão no dia de Nossa Senhora da Piedade. Pode-se ver também que havia uma tradição de se entrar no cemitério com o andor desta devoção popular ainda nos anos iniciais do século XX, tradição que se perdeu no tempo e atualmente não é realizada e, possivelmente, desconhecida dos atuais fiéis.²⁹

29 Cabe destacar que o trajeto realizado pelas procissões percorria as ruas principais da cidade, saindo da Igreja Matriz pela Rua Barão do Tinguá, Rua Ana Jesuína, Rua das Flores (atuais Ruas Visconde de Cananéia e Dr. Fernandes), Rua Barão de Vassouras, Rua Bonita (atual Caetano Furquim), Praça Cristovão Corrêa e Castro, Rua Barão de Massambará e retorno ao templo pela Rua Barão do Tinguá. Ocorre que na atualidade, o trajeto é realizado ao contrário, para se evitar subir ladeiras, logo em sentido anti-horário. O andor original de Nossa Senhora das Dores não é mais utilizado na Semana Santa, para sua preservação.



Imagem de Nossa Senhora das Dores em roca³⁰.

Foto gentilmente cedida por Sérgio Vieira.

Durante a doação das imagens do Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores³¹, houve uma reação do pároco da época em relação a estes objetos litúrgicos, pois foi uma doação popular e houve mesmo uma tentativa de inseri-los dentro do templo, o que ocasionou mais uma decisão, de fazer-lhes

Foi substituída por uma imagem de resina. O mesmo trajeto das procissões era realizado pela justiça do império brasileiro em Vassouras, no século XIX para levar os condenados à morte por forca no largo da pedreira, conforme descrito por Raposo (1978).

30 As imagens do Oitocentos ainda eram feitas de roca, de madeira articulável (como o boneco Pinóquio), com detalhes trabalhados no rosto, mãos e pés.

31 A imagem de Nossa Senhora das Dores remete ao capítulo 2 do Evangelho de Lucas, versículos de 25 a 35. Detalhe aos versículos 34 e 35 deste capítulo: “Simeão abençoou-os e disse a Maria, sua mãe: Eis que este menino está destinado a ser uma causa de queda e soerguimento para muitos homens em Israel, e a ser um sinal que provocará contradições; a fim de serem revelados os pensamentos de muitos corações. E uma espada transpassará a tua alma.” (ver Bíblia de Jerusalém, 2002 – Lucas 2, 25-35).

um local apropriado para sua colocação, como atualmente se encontram na Sacristia em um armário com detalhes dourados e envidraçado.³²

Foi responsável pela proposta de um local adequado o Dr. Francisco de Assis e Almeida.

O mesário e irmão Dr. Assis propõe à Irmandade: “que era muito justo e conveniente que esta Irmandade procure obter retratos dos cinco antigos e primeiros benfeitores e fundadores desta Igreja de seu Patrimônio e do Cemitério, a saber: O Coronel Ambrosio de Souza Coutinho, Comendador José Corrêa e Castro, Barão de Vassouras, Barão do Campo Bello e Barão do Tinguá e que para esse fim, a Mesa por um ser encarregado, se dirija aos herdeiros desses cidadãos pedindo-lhes cópia dos retratos de seus Pais que eles possuísem para os colocar no seu consistório.” unanimemente aprovada a proposta. O mesmo “lembrando o Reverendíssimo Monsenhor Pároco e Juiz que é muito necessário fazer-se um altar decente, ainda que provisório, para a colocação das Veneráveis Imagens do Senhor dos Passos e da Senhora das Dores, pelos quais o povo desta terra tem muita devoção, por isso que, as mesmas Imagens foram retiradas do Corpo da Igreja onde estavam bem e acham-se na Sacristia, a vista disso ele irmão propõe: que aprovada esta idéia, fiquem encarregados o irmão Juiz e o tesoureiro de examinarem o lugar próprio que se deve fazer o altar, de que há de ele ser feito, como, e apresentar um orçamento para afinal a mesa resolver.” Solicita ainda a cobrança dos anuais para a festa da Padroeira.³³

32 Sobre outras situações do cotidiano, envolvendo estas imagens, a capela de Nosso Senhor dos Passos, o seu administrador e o Pe. Manoel José dos Reis, no século XIX – ver Monteiro (2005; 2007).

33 Livro 2 de Atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.



Imagem de Nosso Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores no armário confeccionado no século XIX para a guarda destes objetos litúrgicos.

Foto do acervo do autor.

Infelizmente, até a presente data, a proposta dos quadros dos fundadores não foi efetivada. Ocorre que o mesmo Dr. Assis naquela época revelou que as famílias de Ambrosio de Souza Coutinho e de José Corrêa e Castro informaram que não possuíam seus retratos.

As festas da padroeira eram realizadas com certa regularidade no dia 08 de dezembro de cada ano; no entanto, apesar da doação condicionada do benemérito Comendador José Corrêa e Castro, nem sempre aconteciam neste dia e mês. A irmandade sempre recomendava o compromisso da instituição e as práticas realizadas durante os anos, que compreendia novenário com música (orquestra e vozes), missa cantada e sermão, no Evangelho, e à tarde procissão, seguida do *Te-Deum Laudamus*, sermão. A parte externa contava também com fogos de artifício, leilão de prendas e donativos.³⁴

Em algumas oportunidades, os membros dirigentes da irmandade optaram pela troca de doações para complementar obras da Igreja Matriz, como também o cancelamento da realização da festa da padroeira, quer pela falta de recursos financeiros, devido às obras ainda em andamento, quer por questões climáticas.³⁵

 A redacção do Vassourense manda rezar uma missa por alma do seu sempre lembrado companheiro José Faustino da Fonseca Silva, segunda feira 19 do corrente, ás 8 1/2 horas, na matriz desta cidade.	 Gertrudes Sobroza da Fonseca e seus filhos agradecem a todas as pessoas que acompanharam os restos mortaes de seu presado esposo e pai major José Faustino da Fonseca Silva, e pedem-lhes o caridoso obsequio de assistir á missa de sétimo dia que por alma do mesmo finado será rezada ás 9 horas, na matriz desta cidade, segunda feira 19 do corrente.

Todo esse aparato buscava garantir um “bem morrer”. As irmandades e confrarias, por sua vez, se prontificavam a participar dos atos durante o falecimento de um confrade ou de seu familiar, reforçadas pelas últimas vontades registradas no testamento, a rezar pela alma do testador ou legatário em gratidão pela sua atuação e devoção, como também pelos legados deixados.

34 Livros 1 e 2 de Atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.

35 Livros 1 e 2 de Atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.

Agradecimento

O Dr. Manoel Simões de Souza Pinto e seus filhos, e os Drs. Rodolfo Leite Ribeiro, Alberto Leite Ribeiro e Pedro de Alcantara Leite Ribeiro agradecem de todo o coração às pessoas que acompanharão até o túmulo os restos mortaes de sua adorada esposa, mãe e irmã, e que comparecerão à missa de sétimo dia, que por sua alma foi hontem resada na matriz desta cidade. Confessão-se a todos eterna e profundamente gratos, a todos que de algum modo quinhoeirão-se na dor que os acabrunha e enlucta.

†

LEANDRO DE SOUZA FREITAS

Os seus filhos, filhas, irmãos, genros e netos agradecem profundamente a todas as pessoas de sua amizade e do finado, as provas de sentimento que hão se dignado testemunhar-lhes, e de novo as convidão para assistirem a missa do trigésimo dia que se ha de celebrar 3ª feira, 25 de corrente, às 9 horas, na matriz desta cidade, derradeiro favor ao mesmo finado.

Por mais este acto de religião serão eternamente gratos.

Typ. do —VASSOURENSE— Rua do Barão de Vassouras n. 61

Obituários do Jornal *O Vassourense* – 1883

Pela imprensa ficaram os registros dos obituários com os convites para as missas de 7º e 30º dias e os respectivos agradecimentos pela presença no ato religioso. Percebemos nestes anúncios os laços de sociabilidades realizados pelo morto ao longo de sua vida terrena (Del Priore, 1994; Reis, 1997; Silva, 2023; Vasconcellos et al., 2023).

O Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras

O cemitério da Irmandade, por ocasião de sua inauguração no século XIX, dispunha de um terreno na área central da vila. Nele foram sepultados seus primeiros moradores, após a proibição da prática de enterramentos em igrejas e mosteiros.

O cemitério possuía duas alas: a primeira dedicada às famílias mais abastadas e dividida em duas quadras pelo acesso principal; a segunda, atrás da capela, dedicada aos pobres e escravizados, fica em um terreno abaixo do nível do primeiro patamar (Borges; Reis, 2015).

No entanto, apesar de proibir negar sepultura a qualquer cadáver, conforme estipulado no seu compromisso, a Igreja Católica local, em 1859, negou ao judeu Benjamim Benatar, um local para seu enterro, dentro das

determinações das Constituições Primeiras para o Arcebispado da Bahia (1853/2007). Tanto a irmandade proprietária do cemitério e da igreja, quanto a Santa Casa, tinha entre seus membros, os compadres de Benatar, que após autorização, conseguiram o seu sepultamento no jardim desta última instituição. Em 1878 diante de uma situação parecida, o Judeu Miguel Levy também foi recebido neste mesmo jardim (Raposo, 1978; Rocha, 2002; Grinberg, 2005; Monteiro, 2005; 2007, 2020a; 2020b).

Destaque para os mausolés do Barão do Itambé e do Barão do Campo Bello, o primeiro em mármore carrara, onde estão depositados os restos mortais da benemerita de Vassouras, D. Eufrásia Teixeira Leite (Rangel, 2001; Falci; Mello, 2012). As sepulturas do Barão do Tinguá e do Barão de Vassouras são menos imponentes que as primeiras citadas, apesar do mármore italiano ser preponderante nesta primeira ala.

Ao lado da capela do cemitério está sepultado o corpo do Monsenhor Antonio Rodrigues de Paiva e Rio, em cuja sepultura anualmente, no período de finados, surge uma flor, popularmente conhecida como flor de carne (Pinto, 1935; Braga, 1975; Raposo, 1978; Machado, 2006; Machado; Monteiro, 2008; 2009; Souza; Silva, 2022). A este sacerdote são vinculadas várias graças e milagres alcançados, conforme pode ser visto pelas placas depositadas no entorno do seu túmulo. Como também pelo número de visitantes e turistas.

Durante a epidemia de febre amarela na transição entre as décadas de 1870 e 1880, o cemitério foi interditado pela saúde pública local, sendo aberto excepcionalmente, para o sepultamento do Barão de Vassouras e novamente interditado. Esta interdição só se encerrou nos primeiros anos do século XX (Silva; Monteiro, 2016; Monteiro, 2022).

Entre 2022-2023, a Família Orleans e Bragança restaurou o mausoléu que recebeu as pinturas de duas artistas da própria família, aonde estão depositados os restos mortais de D. Pedro de Alcântara, bisneto da Princesa Isabel, que morou em Vassouras a partir da década de 1960 até sua morte em 1981. Estão lá também os restos mortais da sua esposa D. Maria da Baviera e de seu neto, falecido em acidente de avião, num voo entre Brasil e França.

Este espaço pode ser considerado um museu a céu aberto e merece um trabalho específico sobre sua arquitetura, arte e personalidades que construíram ou contribuíram para o desenvolvimento da cidade de Vassouras.

A arte na Igreja Matriz

De acordo com o artista plástico Sérgio Lima (2002; 2004)³⁶ e o arquiteto Everaldo do Amaral Magalhães (2015) o período de construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras assinala o período do estilo e estética do Neoclássico no império brasileiro.³⁷ Este “novo clássico” se inspira nas obras clássicas gregas e, a partir da simetria de seu estilo, apresenta no Oitocentos vários exemplares desta inspiração artística em todo o Vale do Paraíba Fluminense e pelo restante do país. O arquiteto Everaldo do Amaral Magalhães (2015)³⁸, destaca que em sua fachada principal, o frontal triangular, tendo a cruz como marca do seu eixo vertical. Abaixo do frontal, consta dois óculos (elementos circulares) para levar iluminação e ventilação ao templo.

Lima (2002, 2004) e Magalhães (2015) destacam que o conjunto do relógio e os dois óculos completam um novo triângulo na Igreja, abaixo da cornija. No sentido horizontal a fachada é dividida por cimbalhas de cantaria, como uma moldura (Magalhães, 2015). As torres são arrematadas por galos nas suas terminações bulbosas (Magalhães, 2015). Estes galos³⁹ não estão apenas como objeto de decoração, mas são marcadores da direção do vento.

Adentrando no templo, por três portas, sendo a principal em arco romano, com sua pedra angular⁴⁰ em destaque. O reduzido espaço entre as portas e o paravento, denomina-se nartex (Lima, 2002; 2004).

Composta de uma nave única, Lima (2002; 2004, [s./p.]) que foi

36 Publicado em “O Semeador em Revista”, ano II, Nº 04, 2002, Pág. 11 e republicado em “O Semeador em Revista”, ano IV, Nº 07, 2004, p. 50-51. Mais detalhes sobre a parte arquitetônica e artística da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, disponível online em: <https://igrejansc.org/parouquia/>

37 Ver Gonbrich, E. H. História da Arte. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

38 Folder sobre a História, Arte e Arquitetura da Igreja Matriz de Vassouras, impresso em 2015 pela Gráfica Palmeiras de Vassouras.

39 A inserção de galos nas Igrejas Católicas remete a duas passagens bíblicas: o vigia que espera a chegada da aurora, com a vinda do Messias no Antigo Testamento (Salmo 129) e no Novo Testamento, a negação de Cristo pelo apóstolo Pedro por três vezes (ver Bíblia de Jerusalém, 2002 – Mateus 26, 69-75; Marcos 14, 66-72; Lucas 22, 55-62; João 18, 15-18, 25-27).

40 Na simbologia cristã, a pedra angular refere-se a Jesus Cristo. De acordo com o Dicionário de Símbolos (Chevalier; Gheerbrant, 2020), é a pedra da cumeeira, isto é, a chave da abóbada. É a pedra da finalização, do coroamento, e o símbolo de Cristo, descido do Céu para cumprir a Lei e os Profetas.”

Concebida, arquitetonicamente, segundo o princípio adotado na sua origem, pelas igrejas tipo salão, também conhecidas, muitos séculos antes, como de gênero “halle-kirche”, na Baviera. Origem, também, das torres de terminação bulbosa, que vemos na Matriz.

Nessa nave encontra-se os quatro tabernáculos doados por beneméritos da cidade no período imperial. Existe a possibilidade de os dois tabernáculos do lado esquerdo serem das Irmandades de Nossa Senhora da Boa Morte e o segundo da Irmandade do Santíssimo Sacramento, respectivamente. Ocorre que o primeiro contém uma pequena imagem de Nossa Senhora da Dormição (ou Boa Morte)⁴¹, no alto deste tabernáculo encontra-se a imagem de Sant’Anna, doada pelo Frigorífico que adquiriu a fazenda do Secretário no início do século XX para a Igreja Matriz de Vassouras⁴². O segundo tabernáculo possui um sacrário. Deve-se destacar que próximo ao altar mór, do lado direito, tem outro tabernáculo (interno na parede da igreja) que foi dedicado ao Espírito Santo; nele continha a coroa e o cetro⁴³. Atualmente, está a imagem da Padroeira do Brasil, Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

41 De acordo com a planta do município de Vassouras de 1861, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte funcionava em local próximo ao Museu Casa da Hera. (Telles, 1968).

42 De acordo com o inventário da Fazenda do Secretário (p. 307), localizada em Vassouras: a antiga padroeira da capela, Santana Mestra, foi doada para a matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. A bela imagem em madeira policromada encontra-se exposta no primeiro altar, à esquerda, da nave principal da igreja. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/17_secretario.pdf. Acesso em: 05 maio 2024.

43 O Cetro e a Coroa do Espírito Santo estão expostos na Sala de Arte Sacra.



Foto gentilmente cedida por Sérgio Vieira

Entre os anos de 1856 e 1859, a Igreja Matriz recebeu o douramento, adquirindo em 1857 seis milheiros de ouro, sendo comprados mais 12 milheiros em 1858. O trabalho foi iniciado pelo Dourador Paulo⁴⁴ entre 1856 e 1857 com o pagamento em sete parcelas totalizando 1:000\$000 (um conto de réis), com a compra de ouro português, e a partir de 1859, o pintor catalão José Maria Villaronga⁴⁵ realizou a inclusão deste material em 14 colunas conforme o livro

44 Não consta no livro a indicação do sobrenome deste prestador de serviço.

45 Sobre Villaronga ver o livro *Resgate: Uma janela para o Oitocentos* de Eduardo Schnnor e Hebe Mattos; o pintor tinha uma residência em Vassouras na área central. Seus trabalhos estão em paredes de diversas fazendas, igrejas no Vale do Paraíba Fluminense e de Bananal, como o caso citado da Fazenda Resgate. Ver também o *Inventário das Fazendas do Vale do Café do Instituto Cidade Viva*. Como também a tese de doutoramento de Ana Claudia Torem, intitulada *José Maria de Villaronga y Planella: o pintor-decorador da Segunda Escravidão. Vale do Paraíba – Século XIX*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2024.

de conta corrente da Irmandade. O trabalho foi realizado por 1:400\$000 (um conto e quatrocentos mil réis). Neste mesmo ano, Villaronga recebeu mais 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis) para pintura da Igreja. Entre estes dois douradores esteve Gustavo Joly, que ficou responsável pela pintura de portas e colunas e recebeu a quantia de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) e mais 350\$000 (trezentos e cinquenta mil réis) para douramento dos capitéis da Igreja. Foram adquiridos ainda, neste mesmo período, dois pranchões de madeira para o arco do cruzeiro no valor de 35\$000 (trinta e cinco mil réis).

Tanto os tabernáculos, quanto o altar mór e próximo à cornija da nave, possuem características do neoclássico, como também resquícios do barroco e renascimento, conforme Lima (2002; 2004). Entre os detalhes que encontramos, os lírios significam

Na tradição bíblica, o lírio é o símbolo da eleição, da escolha do ser amado: “Como o lírio entre os cardos, / assim minha bem-amada entre as jovens mulheres” (Cântico dos Cânticos, 1, 2).

Esse foi o privilégio de Israel entre as nações, da Virgem Maria entre as mulheres de Israel. O lírio simboliza também o abandono à vontade de Deus, isto é, à Providência, que cuida das necessidades de seus eleitos. “Observai os lírios do campo, como eles crescem; não trabalham nem fiam” (Mateus, 6, 28). Assim abandonado entre as mãos de Deus, o lírio está, entretanto, mais bem-vestido que Salomão em toda a sua glória. Ele simbolizaria o abandono místico à graça de Deus (Chevalier; Gheerbrant, 2020, p. 623).

O triângulo no topo do tabernáculo simboliza “Deus, na tradição judaica simboliza Deus, cujo nome não pode ser pronunciado” (Chevalier; Gheerbrant, 2020, p. 987). As folhas de acanto⁴⁶ nos relevos da nave,

46 De acordo com Chevalier; Gheerbrant (2020, p. 54-55), o simbolismo das folhas de acanto, muito usada nas decorações antigas e medievais, deriva, essencialmente, dos espinhos desta planta. Conta certa lenda, narrada por Vitruvius, que o escultor Calímaco, no final do séc. V a.C., ao ornamentar um dos capitéis do túmulo de uma menina, teria se inspirado num ramalhete de folhas de acanto. Retém-se dessa lenda o fato de que, pelo menos originalmente e sobretudo na arquitetura funerária, o acanto era usado para indicar que as provações da vida e da morte, simbolizadas pelos espinhos da planta, haviam sido vencidas. O acanto ornamentava os capitéis coríntios, os carros fúnebres e as vestimentas dos grandes homens, porque os arquitetos, os defuntos e os heróis haviam sido homens que souberam vencer as dificuldades de suas tarefas. Como de tudo o que possui espinhos, fez-se igualmente do acanto o símbolo da terra virgem e da própria virgindade, que também significam outra espécie de triunfo. Aquele que estiver ornado por essa folha venceu a maldição bíblica: “O solo produzirá para ti espinhos e cardos” (Gênesis, 3, 18), no sentido de que a provação vencida se transformou em glória.

constantes nas colunas de estilo coríntio e na frente do altar-mor⁴⁷, em uma de suas definições remetem à própria virgindade, no caso Maria de Nazaré, que concebeu por obra do Espírito Santo. No púlpito, localizamos o monograma Mariano com uma lua na sua base.⁴⁸



Detalhe do púlpito e do monograma mariano com a lua na base.

Foto do acervo do autor.



Detalhe das colunas de estilo coríntio no altar-mor.

Detalhe das folhas de acanto nas laterais da nave.



Fotos gentilmente cedidas por Sérgio Vieira.

47 As colunas de estilo coríntio são a terceira geração de colunas gregas. Sendo a primeira geração a de estilo dórico e a segunda geração de estilo jônico. O Coliseu romano possui todas estas três gerações em sua arquitetura. (Gonbrich, 1993)

48 No livro do Apocalipse, capítulo 12, no seu primeiro versículo: "Apareceu em seguida um grande sinal no céu: uma Mulher revestida do sol, a lua debaixo dos seus pés e na cabeça uma coroa de doze estrelas". (Bíblia de Jerusalém).



Detalhe do topo do tabernáculo com o triângulo dentro de um resplendor.

Foto gentilmente cedida por Sérgio Vieira.

O altar-mór é uma obra a parte. Além do nicho da padroeira e sua imagem, conta com um painel com anjos, pintado na década de 1930 pelo pintor José Hallais Oliveira. Consta que esta obra foi oferecida à Irmandade e estimavam sua avaliação em 10:000\$000 (dez contos de réis)⁴⁹; um dos anjos na tela se refere a uma das filhas do artista, que foi membro da Irmandade e está sepultado no Cemitério da instituição (Braga, 2007).

49 Livro 3 de Atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.



Foto gentilmente cedida por Sérgio Vieira

A Sala de Arte Sacra, o Centro de Memória e o Corredor Cultural

Após a organização das peças de arte sacra em uma exposição em 1978 pelo I Seminário de História do Vale do Paraíba fluminense, foi criada em 2014 uma comissão para organizar a sala de arte sacra no antigo consistório, além da restauração de todas as imagens do seu acervo, coordenando este trabalho, a Professora e Pedagoga Andréia do Amaral Jordão, com uma equipe de voluntários da paróquia.

Dois anos mais tarde, foi criado o Centro de Memória da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras ‘Dr. Joaquim José Teixeira Leite’, por sugestão do Historiador Angelo Ferreira Monteiro ao Pároco Pe. José Antonio da Silva (Silva; Monteiro, 2016; 2021). Concomitantemente, foi criado, por este Pároco, o corredor cultural em direção à Sacristia para divulgar a história de personalidades que contribuíram para a construção e manutenção desta igreja, com textos de escritores do município.

Vale destacar que desde o início do século XXI, a Igreja passou também a ser utilizada, anualmente no mês de julho, para apresentações musicais durante as edições do Festival Vale do Café. E foi neste templo religioso que

o Programa Integração pela Música iniciou suas atividades no dia 08 de dezembro de 2000.

Considerações Finais

Ao longo de seus quase 200 anos de existência, este histórico templo religioso marca sua presença no topo da Praça Barão do Campo Belo, como um registro do passado e sendo utilizado também para atividades culturais e de turismo.

Podemos verificar ao longo do que foi exposto que vários personagens da cidade de Vassouras dedicaram boa parte de suas vidas para a concretização da construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e o seu cemitério, ambos de propriedade da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.

Nos exemplos apresentados verificamos as redes sociais desenvolvidas pelos laços de sociabilidade, quer seja por batismo, quer seja por casamento ou mesmo por um bem doado ou legado à esta instituição religiosa leiga do Oitocentos. Estas ações provocaram um ganho de capital social para seus membros e admiradores, que o utilizavam para ganhar outro capital, o político. Estes mecanismos sociais garantiam ainda a inserção de forasteiros na cidade, através de integração ao grupo, doações e legados. Estes atos beneméritos ao serem reconhecidos pela Instituição donatária transformava estes indivíduos em estabelecidos no local.

Assim, as práticas de piedade e devoção no Oitocentos ultrapassavam o campo religioso, pois buscava-se ganhar reconhecimento na vida terrena, como também garantir tesouros na vida eterna, uma vez que a experiência com o transcendente se tornou possível, mediante a aplicação

da arte sacra e da estética arquitetônica, tanto no templo, quanto no cemitério, para atender à esta questão.

Os atuais administradores, por sua vez, buscam reconhecer este legado recebido através da manutenção destes espaços, como também a criação de novos espaços para garantir a permanência desta memória, para desenvolver o sentido de pertencimento nos fiéis e demais membros na atualidade.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), dado que ao longo de mais de 12 anos temos sido contemplados

com Bolsas de Pré-Iniciação Científica no Programa Jovens Talentos para a Ciência da FAPERJ/CECIERJ: Bruno Lopes Pereira; Déborah Pinheiro Amante; Grazielle Ferreira da Silva de Almeida; Davy Braga do Amaral Silva; Jéssica de Matos Casanova; Eduardo Guimarães da Silva; Italo Aguiar Laje; Stefani de Oliveira da Silva; Felipe Lopes Abrantes da Silva; Sarah Emanuelle da Silva Vasconcelos; João Pedro Paixão Rosado da Silva; Renan Assis Gomes Moreira; Paola de Macêdo Silva Leal.

Agradeço à Univassouras pela Bolsa de Pesquisa a Fundação Educacional Severino Sombra – FUSVE, desde 2023.

Agradeço ao Pe. José Antonio da Silva pelo incentivo, oportunidades e confiança em nossa atuação voluntária para o engrandecimento da Paróquia e Irmandade dedicados à Nossa Senhora da Conceição, na cidade de Vassouras, através do Centro de Memória, no Corredor Cultural e na Irmandade, inclusive através da nossa sugestão para criação da logomarca desta instituição, com o uso do monograma mariano, constante no arco do cruzeiro da Igreja Matriz desta padroeira, para aplicação bordada nas opas dos membros e a inclusão nos documentos expedidos pela mesma.

Agradeço a gentileza do Fotógrafo Sérgio Vieira pela cessão de imagens de sua autoria para mais esta publicação.

Agradeço ao Prof. Esp. Carlos Frederico Marques da Silva, orientando na Graduação e na Iniciação Científica voluntária do Curso de História da Universidade Severino Sombra e, posteriormente, na modalidade Técnico-Científica voluntária para egressos, com a organização da segunda parte do Acervo do Centro de Memória da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Vassouras – Dr. Joaquim José Teixeira Leite em 2016.

Fontes Primárias

- **Centro de Memória da Irmandade Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras “Dr. Joaquim José Teixeira Leite”.**
 - Livros 1 e 2 de Atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.
 - Arquivo Público Municipal/ Escritório Técnico do Médio Vale do Paraíba do Instituto de Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional – Acervo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

- Acervo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ). Comarca de Vassouras, sob a salvaguarda do Escritório Técnico do Médio Vale do Paraíba do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Arquivo Público Municipal de Vassouras (APV)
- Doação (de terras) – 1823 – José Joaquim Extrexe e sua mulher. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Comarca de Vassouras.

Referências

ABDULMALEK, Amal; MONTEIRO, Angelo Ferreira. “E pus os Santos Óleos a(o) Inocente...”: As Redes de Sociabilidade nos Assentos de Batismo de Ingênuos na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras (1871-1873). *In*: Luis Filipe Bantim de Assumpção; Angelo Ferreira Monteiro; Bruno Brandão Augusto. (Org.). **Para além do Vale do Café: Ensaio em História, Patrimônio Cultural e Educação**. Vassouras: Universidade de Vassouras, 2022. v. 1, p. 15-45.

AMARANTE, Déborah. Pinheiro; PEREIRA, Bruno Lopes; MONTEIRO, Angelo Ferreira. Folder comemorativo sobre **A Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e o Legado de José Corrêa e Castro**. 2018.

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.

BITTENCOURT, F. M. **Vassouras, um pouco de sua história**. Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2001.

BORGES, Magno Fonseca; REIS, Thiago de Souza dos Cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, enquanto, também, de escravos. **Revista Transdisciplinar Logos e Veritas**, v. 02, p. 23-30, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

BRAGA, Greenhalgh. H. F. **Vassouras de ontem**. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1975.

BRAGA, Gustavo Lisboa. **Vassouras Vivências (1936-2007)**. Vassouras: Editor Autor, 2007.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm.

Acesso em: 05 maio 2024.

CHAHON, Sergio. **Os convidados para a Ceia do Senhor: as missas e a vivência leiga do Catolicismo na Cidade do Rio de Janeiro (1750-1820).** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

CHAHON, Sergio. **Os convidados para a ceia do Senhor: As Missas e a Vivência Leiga do Catolicismo na Cidade do Rio de Janeiro (1750-1820).** São Paulo: Universidade de São Paulo (EDUSP), 2008.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos.** 34. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.

COSTA, Mozart Alberto Bonazzi da. **O retábulo como marco da passagem do fiel vitorioso.** 2020.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e utopias no Brasil colonial.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

FALCI, Miridan Britto Knoxx; MELLO, Hildete Pereira. **A sinhazinha emancipada: Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930) – A paixão e os negócios na vida de uma ousada mulher do século XIX.** Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2012.

GONBRICH, E. H. **História da Arte.** 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRINBERG, Keila. Onde enterrar Benjamin Benatar? Rio de Janeiro. **Revista Insight Inteligência.** n. 31, Out./Dez., 2005.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **História de Nossa Senhora em Minas Gerais.** São Paulo: Grupo Autêntica, 2008.

LIMA, Sérgio. Arte da Igreja Matriz. **Semeador em Revista.** Ano II, n. 4, 2002. p. 11.

LIMA, Sérgio. Arte da Igreja Matriz. **Semeador em Revista.** Ano IV, n. 7, 2004. p. 50-51.

MACHADO, Lielza L.; MONTEIRO, Angelo F. **Monsenhor Rios.** O Semeador em Revista, Vassouras, p. 16 – 17, 01 fev., 2009.

MACHADO, Lielza Lemos. **Vassouras – Recanto Histórico do Brasil.** 3. ed. Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2006.

MACHADO, Lielza Lemos; MONTEIRO, Angelo Ferreira. **Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras – 188 anos de história.** 2016. Folder comemorativo.

MACHADO, Lielza Lemos; MONTEIRO, Angelo Ferreira. **Monsenhor Rios.** 2008. Folder comemorativo.

MAGALHÃES, Everaldo do Amaral. **A Arquitetura da Igreja Matriz**. 2015. Disponível em: <https://igrejansc.org/paroquia/>. Acesso: 05 maio 2024.

MAGALHÃES, Maria Regina do Amaral. **Thiago Costa – Um ilustre na História de Vassouras**. Vassouras: Editor Autor, 2004.

MATTOSO, Kátia. **Bahia Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELO, Mauricio Ferreira; MAGALHAES, Everaldo. Amaral.; MACHADO, Lielza Lemos; MONTEIRO, Angelo Ferreira. **Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Vassouras – 180 anos de História**. 2008. Folder comemorativo.

MONTEIRO, Angelo F. Família e Religiosidade- A importância da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras no século XIX. In: **Anais do IV Simpósio de Pesquisa**. 2015, Vassouras: Editora USS, 2015. v. Único. p. 37-37.

MONTEIRO, Angelo F. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras – 180 Anos de História. **O Semeador em Revista**. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, Vassouras, 2008a.

MONTEIRO, Angelo Ferreira. 185 anos da insurreição liderada por Manuel Congo e Mariana Crioula. **Revista Raça Brasil**, São Paulo, 06 mar. 2024.

MONTEIRO, Angelo Ferreira. A imprensa oitocentista em Vassouras – RJ e a morte de Benjamin Benatar. In: SILVA, Antonio Carlos da; SILVA, Luís Antônio Ferreira da; SILVA, Tamires Ferreira Ramos da. (Org.). **História da Imprensa: Cotidiano, Poder e Circulação de Ideias no Vale do Paraíba**. Valença: Interagir, 2020. p. 147-172.

MONTEIRO, Angelo Ferreira. A morte de Benjamin Benatar e Miguel Levy em Vassouras-RJ no século XIX. **Revista Mosaico**, Vassouras, RJ, v. 11, n. 1, p. 25-38, jan./jun., 2020.

MONTEIRO, Angelo Ferreira. As Epidemias de Cólera e Febre Amarela em Vassouras-RJ no Oitocentos. In: Luis Filipe Bantim de Assumpção; Angelo Ferreira Monteiro; Bruno Brandão Augusto. (Org.). **Para além do Vale do Café: Ensaios em História, Patrimônio Cultural e Educação**. Vassouras: Universidade de Vassouras, 2022. v. 1, p. 60-88.

MONTEIRO, Angelo Ferreira. **Guia de obras publicadas sobre o Vale do Paraíba Fluminense: o Vale do Café**. Vassouras: Universidade de Vassouras, 2020.

MONTEIRO, Angelo Ferreira. **O Caso Benatar – Redes de Sociabilidade em Vassouras no século XIX**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História. Universidade Severino Sombra – USS, 2005.

MONTEIRO, Angelo Ferreira. Os casamentos entre consanguíneos em Vassouras no século XIX. **Informativo IHGV (Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras)**, Vassouras, p. 9 – 11, 01 maio 2011.

MONTEIRO, Angelo Ferreira. Política e Cultura: A sociabilidade em Vassouras no século XIX. In: FERNANDES, Neusa Fernandes; COELHO, Olinio Gomes P. (Org.). **História e Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: CREA-RJ, 2008b. v. Único, p. 385-400.

MONTEIRO, Angelo Ferreira. **Redes de Sociabilidade em Vassouras no século XIX – O Caso Benatar**. Vassouras: Editor Autor, 2007.

MONTEIRO, Angelo Ferreira. Vassouras. Origens do Povoado até o Centenário de Elevação a Cidade. **Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades**, v. 3, p. 29-46, 2012.

MOTTA, Márcia. **Nas fronteiras do poder**. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

PEREIRA, Bruno. Lopes; AMARANTE, Déborah. Pinheiro; MONTEIRO, Angelo Ferreira. **Comendador Francisco José Teixeira Leite – Barão de Vassouras**. 2018. Folder comemorativo.

PINTO, Jorge. **Fastos Vassourenses**. Vassouras: Fundação 1º de Maio, 1935.

RANGEL, Lilia Maria Gilson de Oliveira; CIRIBELLI, Marilda Corrêa (Orient.). **Eufrásia Teixeira Leite: entre a fantasia e a realidade**. Vassouras, RJ, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, 2001.

RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras**. 2. ed. Niterói, SEEC-RJ, 1978.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil – Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.

ROCHA, Isabel. **Benjamin Benatar – Um pouco da Vida Social em Vassouras**. Caderno de Estudo. Vassouras: Grficart, 2002.

SALLES, Ricardo Henrique. **E o Vale era o escravo**. Senhores e escravos no Coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANT'ANNA, Sonia. **Barões e escravos do café: uma história privada do Vale do Paraíba**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Carlos Frederico Marques; MONTEIRO, Angelo Ferreira. Família, Religiosidade e Saúde Pública – o cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Vassouras e sua interdição durante a febre amarela no século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**, v. 23, p. 129-150, 2016.

SILVA, José Antonio da; MONTEIRO, Angelo Ferreira. Centro de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. **Revista Relicário**, v. 7, p. 222-231, 2021.

SILVA, José Antonio; MONTEIRO, Angelo Ferreira. Centro de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e da Irmandade Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Vassouras – ‘Dr. Joaquim José Teixeira Leite’. *In: Anais do 4º Congresso de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN, 2019, São João del-Rei*. Coordenação de Pesquisa e Extensão do UNIPTAN, 2019. p. 459-468.

SILVA, Stefani de Oliveira da. et al. Família e Religiosidade: Os obituários nos jornais do Município de Vassouras no Século XIX. *In: Anais do XX Encontro de Iniciação Científica (ENIC) da Univassouras*. Universidade de Vassouras, 2023.

SOUSA, José Antonio Soares de. O efêmero quilombo de Pati do Alferes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 295, p. 42, 1972.

SOUZA, Rafael Benedito de. Formas de pensar a sociedade: o conceito de habitus, campos e violência simbólica em Bourdieu. **Ars Historica**, n. 7, p. 139-151, 2014.

SOUZA, Víviam Lacerda de; SILVA, José Antônio da Monsenhor Rios: uma história de devoção e simplicidade. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, Universidade Estadual de Ponta Grossa Ponta Grossa, Brasil, v. 20, n. 45, p. 222-243, Julio-Diciembre, 2022.

STEIN, Stanley J. **Vassouras, um município brasileiro do café (1859-1900)**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

TAMBASCO, José Carlos V. **A Vila de Vassouras e as Freguesias do Tinguá** – Um Abordagem social e econômica dos tempos da colonização. Vassouras: Editor Autor, 2004.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana. **Separata da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 16, 1968.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Visita de Dom Pedro II a Vassouras. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, v. 290, Janeiro/Março, 1971.

TOREM, Ana Claudia. **José Maria de Villaronga y Planella: o pintor-decorador da Segunda Escravidão. Vale do Paraíba – Século XIX**. Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2024.

VASCONCELOS, Sarah Emanuelle da Silva et al. Família e Religiosidade: A Festa da Padroeira da Irmandade Nossa Senhora da Conceição de Vassouras no Século XIX. *In: Anais do XX Encontro de Iniciação Científica (ENIC) da Univassouras*, Universidade de Vassouras, 2023.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, 2007. v. 79.

VI. MONSENHOR RIOS: REPRESENTATIVIDADE POR MEIO DOS DISCURSOS DE FÉ E IMPACTOS NA ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA VASSOURENSE

Víviam Lacerda de Souza
Pe. José Antonio da Silva

Introdução

O mineiro de Congonhas do Campo, Monsenhor Antônio Rodrigues de Paiva e Rios é uma figura bastante representativa no contexto do município de Vassouras, RJ, pois foi ali que exerceu parte de sua vida sacerdotal até sua morte no ano de 1875. Vivenciou a época dos barões do café e das posses de escravos, mas, no entanto, desejou em inventário que seu sepultamento fosse sem pompas, com muita simplicidade e que seu corpo fosse enterrado em cova rasa, apenas envolto em tecidos, entre os ricos e os pobres, onde também se incluíam os escravizados¹.

A partir de então, graças são atribuídas ao Monsenhor Rios por meio de manifestações de ex-voto, compreendidas por Scarano (2004, p. 16) como uma demonstração de religiosidade, pois afirma uma relação direta entre o crente e uma Divindade. Ex-voto é a designação erudita onde podem ser enquadrados os *milagres e as promessas*, como as oferendas feitas aos santos de particular devoção ou especialmente indicados por alguém que obteve uma graça ou milagre implorados, como um testemunho público de gratidão.

Também fatos curiosos como a aparição de uma flor em seu túmulo despertam o interesse midiático. E, assim, outras relações vêm sendo construídas a partir da representatividade do religioso.

De acordo com Ignácio Raposo (1978, p. 150),

1 SCARANO, 2004, p. 16.

o povo consagrou à memória do Monsenhor Rios uma lenda interessante: nasceu-lhe sobre a sepultura uma planta que desde 1875 se conserva viva e todos os anos dela brota uma flor de singular aspecto, que vem segundo dizem, assinalar o dia de finados. Chamam-na Flor de Carne.

Essa planta (Figura 1), de muitas folhagens durante o ano, floresce num aspecto de órgão no período de finados, mês de novembro e, se ferida, libera um líquido vermelho cor de sangue e possui um odor de carne podre ou carniça, daí o nome popular Flor de Carne.

Figura 1 – Flor de Carne



Fonte: site de O Dia, 2023.

Gustavo (2013) pontua que

desde 1875, uma misteriosa flor brota anualmente em Vassouras, interior do Rio, segundo a história oral. Popularmente conhecida como Flor de Carne, ela teria desabrochado pela primeira vez em novembro daquele ano, na cabeceira da sepultura do Monsenhor Rios. Vigário na paróquia local, ele havia morrido dez meses antes. A partir de então, fiéis e curiosos visitam o Cemitério da Irmandade Nossa Senhora da Conceição para ver de perto a flor [...].

Bittencourt (2001, p. 33) relata que

surgiu na cabeceira do túmulo de Monsenhor Rios, não se sabe desde quando, uma estranha flor, de odor também estranho, a qual aparece com regularidade na época de finados, fenecendo no mês de novembro. A fim de protegê-la das mãos curiosas, foi colocado um gradil de ferro, de tamanho apropriado, por ocasião do centenário da morte do Monsenhor.

Segundo Gustavo (2023, site) há uma crônica da autoria de Affonso Romano de Sant’Anna, que ao visitar Vassouras no ano de 2011, escreveu sobre a referida Flor de Carne: “Os mais fatalistas dizem que ela brota exatamente em 2 de novembro, dia dos mortos. Tem cheiro, não se sabe se de carne de escravos ou do Monsenhor. Da vida morta, de morte viva?”

O fato que explica o cheiro da carne de escravos na crônica faz menção ao tratamento diferenciado que o monsenhor dava para o sepultamento dos escravizados.

a história registra especial atenção do Monsenhor Rios com as pessoas escravizadas, que compunham a maioria da população vassourense naquela segunda metade do século 19, segundo o Censo Demográfico de 1872. O pároco teria sido responsável por conseguir túmulos dignos para aqueles que não tinham direito nem mesmo a covas rasas (Gustavo, 2023, site).

Ainda segundo o mesmo autor (Gustavo, 2023, site), pela história oral, botânicos de distintas regiões geográficas do mundo vieram a Vassouras estudar a planta e as perguntas eram sempre as mesmas: “Por que nasce só ali, naquela sepultura?; por que nasce e renasce ali há mais de cem anos? Também o cronista Affonso Romano complementa em sua obra: “Seria a alma de escravos brotando do solo, agradecidas ao Monsenhor?”.

A explicação sobre o forte odor está em estudos científicos sobre uma flor similar, originária da Indonésia, a *Amorphophallus titanum*, popularmente conhecida como flor-cadáver.

A flor-cadáver (*Amorphophallus titanum*) pertence à família Araceae e é considerada a maior inflorescência do mundo, chegando a atingir 3 m de altura e pode pesar até 75 kg. Trata-se de uma espécie exclusiva das florestas tropicais do oeste da Sumatra, Indonésia. A flor exala um forte odor de carne podre que atrai insetos polinizadores. A volatilização das

substâncias odoríferas acontece através da termogênese, elevando o metabolismo dos tecidos florais, principalmente à noite (Filardi, 2023).

Sendo assim, a flor asiática tem o nome popular flor-cadáver pela mesma razão que a planta vassourense: o forte odor de carne putrefata que ocorre a partir do processo descrito acima como termogênese, compreendido como a produção de calor pelos organismos do homem, dos animais e de algumas plantas.

Há, no entanto, diferenças entre a flor-cadáver e a flor de carne. Enquanto a primeira pode atingir um comprimento de até 3 metros de altura, a segunda alcança uma medida de aproximadamente 35 centímetros, como a que se apresenta no túmulo do Monsenhor Rios. Além do tamanho, há outra diferença entre elas: a asiática vive no máximo 40 anos e floresce apenas três vezes; a planta vassourense permanece viva e sua flor desabrocha anualmente, sempre em novembro, há mais de 140 anos (Gustavo, 2023, site).

Temos então, algo intrigante, dentre outros elementos que envolvem o Monsenhor Rios que nos motivam, enquanto pesquisadores, a avançar no processo investigativo.

Deste modo, para compreendermos os fatos relacionados ao nosso objeto de estudo, objetivamos na presente pesquisa identificar a representatividade e expressividade do Monsenhor Antônio Rodrigues de Paiva e Rios que terminou seus dias no município de Vassouras e por meio das manifestações de ex-voto pretendemos identificar os impactos gerados religiosamente, economicamente, midiaticamente e nos aspectos turísticos da comunidade em que se insere. A metodologia utilizada no processo investigativo parte dos estudos bibliográficos, com a análise de conteúdo dos manuscritos.

Podemos dizer que a pesquisa científica realizada compreende a aplicação de métodos para mostrar uma dada relação entre fatos ou fenômenos com o fito de submeter a teste determinada hipótese. Trata-se de um processo para obtenção de soluções fidedignas para um determinado problema por meio de coleta planejada e sistemática, análise e interpretação de dados (Macedo, 1994, p. 11).

Assim, enquanto método, a pesquisa bibliográfica perfaz nosso ponto de partida na pesquisa científica com a finalidade de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação (Macedo, 1994, p. 13).

Por fim, na análise de conteúdo, temos um método qualitativo que pode se utilizar de parâmetros estatísticos para apoiar as interpretações dos fenômenos (Urquiza; Marques, 2023).

Elucidados todos os métodos utilizados na realização da investigação, partiremos para a disposição de dados acerca da esfera geográfica em que os fatos ganham vida, a fim de que possamos melhor compreender o cenário. Falaremos então sobre o município de Vassouras.

Vassouras em dados do IBGE

Vassouras é um município do estado do Rio de Janeiro situado da região do Vale do Café e, segundo a história relatada pelo IBGE (2010), tem sua formação inicial constituída a partir da região que se estende das margens do Paraibuna e do Paraíba e sobe até a serra da Viúva e também a região de Sacra Família do Caminho Novo do Tinguá, local onde próximo da margem direita do Paraíba erigiu-se a Vila e posteriormente a cidade de Vassouras.

Ainda segundo os dados (IBGE, 2010), Vassouras teria sido uma via de conexão por meio de uma estrada que interligava Minas Gerais e Rio de Janeiro, denominada de Canal Novo das Minas que fora aberto ou concluído entre 1700 e 1725, muito utilizada pelos tropeiros. A medida que novos povoamentos iam surgindo, outros nomes eram sendo atribuídos à via, como Cabaru (também Caburu e depois Cavaru), Pau Grande, Roça do Alferes, Pati do Alferes, Tinguá, Couto, Marcos da Costa. Reconhece-se que nos primeiros núcleos populacionais foram estabelecidas plantações e engenhos de cana-de-açúcar e suinocultura.

Pelo Decreto de 15 de janeiro de 1833 foi criada a Vila de Vassouras na freguesia de Sacra Família do Tinguá, onde grandes fazendeiros agraciados com títulos de barões e condes se instalaram e se perfizeram significativos benfeitores, peças fundamentais do desenvolvimento de Vassouras. Exemplos dessas figuras são o Barão Francisco José Teixeira Leite, seus irmãos, filhos do Barão de Itambé; Manoel Jacinto Nogueira da Gama, mais tarde Conde de Baependi; o Barão do Tinguá José Clemente Pereira; O Barão de Campo Belo Correia e Castro; o Barão do Rio Bonito Pereira de Faro, entre outros (IBGE, 2010). Na ocasião, fora introduzida a cultura do café de modo bastante relevante, destacando-se como núcleo da aristocracia rural fluminense pelo volume da produção cafeeira; e no trabalho da lavoura, o elemento negro escravizado, muito utilizado pelos sesmeiros, chegou a atingir 20.000 pessoas.

Vassouras se caracterizou como parada dos viajantes e tropeiros. E também como local de doação de terras para a construção de capelas para cerimônias católicas, casas e comércios. No entanto, com a abolição da escravatura em 1888 e a falta de mão de obra para as lavouras de café, a consequência foi

a desmotivação da cultura e o abandono das terras. O município passou a se organizar economicamente a partir de pequenas lavouras, sobretudo de hortaliças e cereais, pecuária e indústria (IBGE, 2010).

Atualmente, o município de Vassouras é constituído por 4 distritos: Vassouras, Andrade Pinto, São Sebastião dos Ferreiros e Sebastião de Lacerda, assim permanecendo em divisão territorial datada em 2007, segundo o Censo do IBGE (2010). Atualmente, são 536.073 km² como aponta o Censo de 2022, onde reside uma população estimada em 37.262 habitantes pelo Censo realizado em 2021. O município possui o PIB per capita de R\$34.581,66 de acordo com Censo de 2020 (IBGE, 2010).

Em terras Vassourenses, regadas pela história da escravidão e dos barões do café, viveu Monsenhor Rios no final de sua vida sacerdotal.

Antônio Rodrigues de Paiva e Rios: o Monsenhor de ricos e pobres

Monsenhor Rios, como era chamado o religioso mineiro de Congonhas do Campo, teve em sua trajetória de vida algumas datas que julgamos importantes para a compreensão dos fatos, como demonstra a Figura 2.

Temos que, apesar do pouco tempo que Monsenhor Rios vivenciou Vassouras enquanto pároco responsável, sempre esteve envolvido em questões relacionadas à região por inicialmente ter atuado em Bananal, a uma distância geográfica de aproximadamente 96,3 km do município vassourense. E, posteriormente, com sua transferência para o Desengano, atual distrito de Barão de Juparanã, pertencente ao município de Valença, cidade vizinha que aos 27 de março de 1925 se transformou em sede da Diocese pela Bula Papal Apostólico Ofício do Papa Pio XI. Esta Diocese abrange nove municípios, entre eles Vassouras (Bula Papal, 1925).

A vivência cotidiana do monsenhor na região nos leva a compreender que havia uma forte relação de conhecimento do público local, suas realidades sociodemográficas, necessidades, motivações e aspirações, o que pode ter contribuído significativamente para a representatividade simbólica do religioso em Vassouras e na região.

Monsenhor Rios fora observado por Raposo (1978, p. 149) como um homem virtuoso que revelou em todo o seu curso de vida inteira vocação para a carreira eclesiástica, na qual se tornou, durante toda a existência na terra, “um verdadeiro e consumado apóstolo, praticando com o maior vigor e firmeza todas as regras de seu culto, todas as belezas nascidas das florações evangélicas.” E, segundo Pinto (1978, p. 150), desde criança Monsenhor Rios

“sentiu arder-lhe no peito uma parte de sentelha divina que o chamava para o estado eclesiástico.”

Em Bananal, onde iniciou sua atuação enquanto vigário, seus fiéis, observados como suas ovelhas, o consideravam um santo e, posteriormente em Vassouras, obteve igual sorte (Raposo, 1978, p. 149).

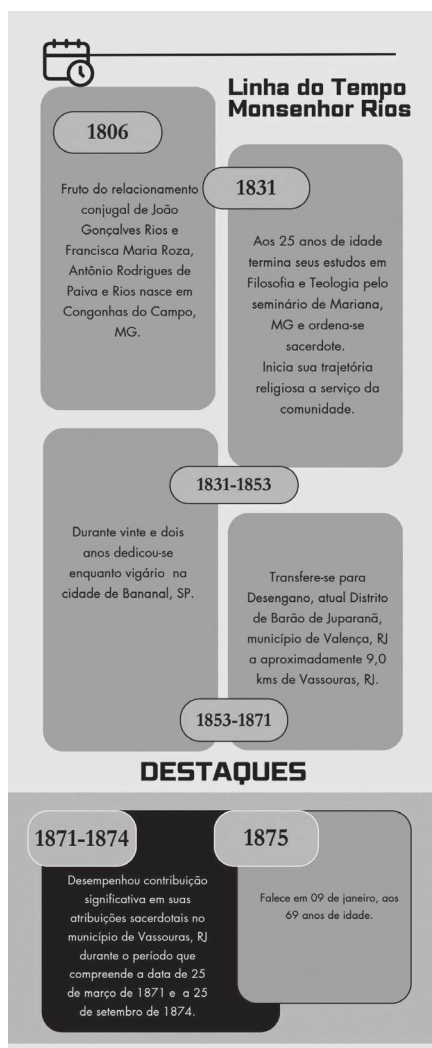


Figura 2 – Infográfico Linha do tempo Monsenhor Rios

Fonte: Centro de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e Irmandade da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras “Dr. Joaquim José Teixeira Leite”.

Raposo (1978, p. 150) sintetiza em uma frase como foram os anos do Monsenhor Rios: “A sua vida simples e doce, como é o viver do justo, nada legou às crônicas de que nos possamos utilizar.”

Nas palavras de Bittencourt (2001, p. 32-33),

figura de relevo que passou pela Freguesia de Vassouras, no curto período de 1871 a 1875, foi a de Monsenhor Antônio Rodrigues de Paiva e Rios. Sacerdote de rara bondade e que pelo seu espírito caridoso, cativou em tão pouco tempo amizade de todos os vassourenses.

Pinto (1935, p. 245) também se remete à pessoa do religioso como um justo ao dissertar sobre sua vida e morte e o descreve como um padre de moralidade exemplar.

Homem de fortuna, pôl-la toda a disposição dos necessitados, sua casa estava sempre franca, era uma verdadeira hospedaria, mas que não se pagava, e em que os hóspedes eram recebidos com abundâncias de coração. Quando retirou-se de Bananal, estava pobre; tinha-se esquecido de si, sacrificado todos os seus haveres a bem dos que deles necessitavam (Pinto, 1935, p. 245-246).

Percebemos de modo evidente as características de empatia para com o próximo, despreensão material e solidariedade presentes na pessoa do religioso Antônio Rodrigues de Paiva e Rios.

Pinto (1935, p. 246) ainda complementa suas observações afirmando que “ainda hoje os bananalenses choram por aquele verdadeiro pároco, que foi-lhes sustentáculo da fé durante mais de vinte anos”; e o que o monsenhor representou para Vassouras ninguém ignora, pois “não era homem de instrução variada e por isso mesmo que não tinha o orgulho vão e efêmero que dá a ciência humana. Era modesto e humilde, dando assim o melhor exemplo dessas virtudes aos seus freguezes.”

Em atividade sacerdotal efetiva Monsenhor Rios assinou o Livro de Batismo de Escravos (1871-1878) pela última vez à fl. 98, em 10 de março de 1874, exatamente dez meses antes de seu falecimento, como mostra a Figura 03.

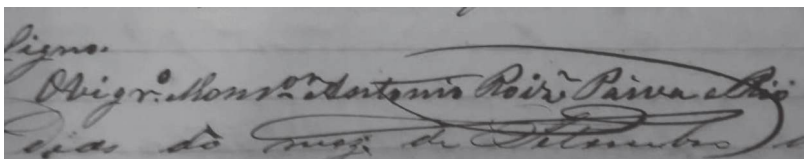


Figura 3 – Última assinatura de Monsenhor Rios

Fonte: Imagem própria dos autores.

Após sua última assinatura, como aponta Pinto (1935, p. 247), sofrendo por muitos anos de uma moléstia cardíaca, agravaram-se-lhes os incômodos a ponto de o levarem à cama de onde só teria de sair para baixar no túmulo. Foi uma agonia lenta, e que alanceava o coração dos amigos que o visitavam, e amigos seus eram todos os vassourenses.

Durante a longa moléstia, sua habitação esteve sempre cheia de pessoas, que a todo momento, vinham pressurosas inquirir do estado de seu bom pároco (Pinto, p. 247).

Depois de esforços inúteis da ciência médica, sucumbiu às 4 horas da madrugada do dia 9 do corrente (janeiro), com 69 anos de idade. Como crianças choravam aqueles que assistiram a morte! Parecia-lhes incrível que morresse sofrendo um homem que durante a vida fôra um anjo do bem.

No dia 10 houve um espetáculo sublime e consolador. Aquele homem, que morrera pobre, teve o saimento mais pomposo que já se viu em Vassouras. Não querendo falar das pompas de luxo, mas das pompas da alma – a gratidão. Muitas senhoras acompanharam o féretro e o cemitério ficou de tal modo apinhado, que era difícil passar-se.

Ao sair o féretro, viam-se as colinas que dominam a cidade, cobertas de pessoas. É a maior homenagem que o povo espontaneamente pôde prestar ao seu pároco! É que ele soube ser sempre um amigo sincero e dedicado.

Os olhos de todos estavam umedecidos de lágrimas, e quantas pessoas soluçavam!

“Na ocasião em que baixava o corpo ao sepulcro, oraram o Dr. Joaquim Alexandre de Siqueira e Emilio Zaluar, que produziram o mais profundo enternecimento na alma dolorida dos circunstantes” (Raposo, 1978, p. 150). Os discursos foram proclamados em homenagem ao religioso e comprovam o quão era querido Monsenhor Rios.

O discurso da despedida pronunciado por Dr. Joaquim Alexandre de Siqueira traduz em palavras quem foi o Monsenhor e expressa o fim:

Vamos entregar à terra o produto concebido da terra. Preenchemos a missão de depositar nela aquele que terminou a da vida.

Seria desnecessário dizer-vos, que ele foi, se a gratidão e o reconhecimento às suas eminentes qualidades não o exigissem.

Monsenhor A. R. de Paiva e Rios teve uma alma iluminada: creu na sublime doutrina do homem-Deus, e praticou-a, gastando quase metade de sua existência no desempenho dela, foi um pastor exemplar, apascentando as ovelhas sãs, e acudindo pressuroso aos balidos das que lhe pediam socorro do corpo e do espírito.

Mas, quando mais realçaram os atributos desse venerando sacerdote, foi nos últimos 4 anos, que paroquiou a igreja de Vassouras. Neste período de provações, abalada a sociedade brasileira pela imprudência ultramontana, este vigário modelo, congregou sempre o seu rebanho, e pregando-lhe a verdade do Evangelho, robusteceu em cada filho as crenças do catolicismo. Monsenhor Rios era um verdadeiro discípulo de Cristo: sua palavra sem atavios ensinava a fé, a sua mão generosa e desinteressada, distribuía a caridade. Ainda nas disposições da sua última vontade, ao separar-se dos homens, humilhou-se aos homens; denunciou o favor da amizade, e, para melhor agradecê-lo, converteu-o em esmola.

Hoje está tudo finado. A alma sublime subiu para Deus; o corpo sepultamo-lo, que desta terra, adubada por tantas virtudes, brotarão mais rebentos da árvore do cristianismo.

Oremos por ele (Pinto, 1935, p. 248-249).

O outro discurso, pronunciado pelo jornalista Augusto Emilio Zaluar no ato do sepultamento reproduz o sentimento de gratidão e a dor do adeus (Bittencourt, 2001, p. 33-34):

Aquele amigo sincero, aquele espírito sereno, aquela consciência transparente, que levava a sua cândida abnegação a ponto de esquecer-se de si mesmo; aquele companheiro de todos os dias solenes de nossa existência; aquele exilado dos primeiros tempos do cristianismo na época tempestuosa em que vivemos e na qual a igreja parece naufragar nos escolhos da intolerância e do fanatismo; aquele, finalmente, que ainda há poucos dias víamos entrar pela porta de nossos lares, com o sorriso nos lábios e a bênção no coração, abraçando e chamando filhos aos ricos e aos pobres, aos moços e aos velhos, – desapareceu para

sempre, deixando órfão um rebanho de fiéis, que nunca se cansará de chorar o seu carinhoso e adorado pastor!

Os despojos mortais de Monsenhor Rios vão descer neste momento à sepultura. Podemos ainda contemplar pela última vez o seu cadáver,- relíquia duplamente augusta, tanto pelo sublime sacerdócio que exerceu na terra, como porque nessa fonte veneranda já estampou o selo da morte o sinal misterioso dos peregrinos de além túmulo! A alma partiu.

Até onde já subiste nesta hora, chama imortal? Deves estar muito alto, porque eras muito puro. Curva-te diante do Senhor e não é preciso dizer o que fizeste, porque ele sabe.

Deus não te dará a palma dos mártires, mas em compensação, terás a auréola dos justos. O teu trabalho foi o santo resgate dos cativos da miséria, a tua palavra foi a doutrina do perdão proclamada pelo divino Mestre do alto da cruz. A tua existência resumiu-se em duas palavras: crer e amar.

Crias e amavas sincera, franca, espontaneamente, como resultado de uma força íntima, sem saber mesmo porque te vinham de dentro estes dois sentimentos. Deus mandava, o homem obedecia. Não havia um ponto escuro na tua alma porque toda ela se banhava em luz. A vida foi-te uma aurora imaculada, a morte a glória eterna!

Desça embora o teu corpo inanimado nesta sepultura de lágrimas. O espírito, que te vivifica, ascende ao infinito. Nós já te não vemos subir, mas tu sobes sempre; e podes ver- nos ainda nesta hora como se estivesse aqui presente. Volve pois, de onde estás, a tua vista para este lutuoso grupo; e suplica a Deus, porque tens direito a ser por ventura atendido, suplica-lhe pela concórdia espiritual do teu rebanho, pede-lhe para que a paz e a harmonia continuem a reinar entre o povo vassourense, terreno em que deve medrar a semente da graça que implantaste em nossos corações.

E adeus, até o dia em que nos fôr dado receber o salário de nossas obras, que deve ter sido para ti a tranquilidade celeste, a que unicamente aspiraste!

Em nota da redação do Editorial d'O Município, datado em 17 de janeiro de 1875, onde houve a publicação do discurso acima citado, há o comentário de que infelizmente as súplicas de Emilio Zaluar não foram atendidas pelo Altíssimo, pois a tranquilidade existente até então em Vassouras não mais se instaurava. Todos assistiam, na ocasião a política do ódio, da perseguição, do ataque à honra, do assassinato, dos matadores da saúde a serviço dos fazedores de eleição. Pela redação, há uma associação com um assassinato, descargas de carabinas, bombas de dinamite, infiltração de forasteiros em

território vassourense, pancadaria e roubo de atas eleitorais nos dias lutosos pela morte do monsenhor (Pinto, 1935, p. 251).

Momentos de turbulência no município, pós morte do Monsenhor, pareciam abrandados durante sua existência:

Nesta época em que as paixões tumultuam, durante todo o período da questão religiosa, homem de um tino e bom senso extraordinário, soube conduzir o seu rebanho com a maior pericia, sem chocar-lhe as ideias, sem a menor desarmonia, fazendo-se cada vez mais querido e respeitado.

Nesta cidade, onde há espíritos demasiadamente religiosos, quase fanáticos, e outros, demasiadamente livres, nunca se viu o menor embate de crenças.

Lembra-nos ainda um dito do Monsenhor Rios, quando apareceu a pastoral do Bispo Diocesano mandando expulsar do templo os maçons: “Não, dizia ele, com a sua voz carinhosa, se procuram a igreja é porque são católicos, e como católicos são filhos dela, e uma verdadeira mãe não repele os filhos de seus braços.”

Oh! Se todos pensassem assim, quantos conflitos ter-se-iam sido evitado! (Pinto, 1935, p. 246).”

Há de se compreender a relação entre Igreja e Império, o qual geria o país na ocasião. Este elo entre as potências religiosa e administrativa do país também passava por momentos delicados e os dados contemplados nas referências bibliográficas apontam para o discernimento de que Vassouras não sentiu tanto essa turbulência, pois o Monsenhor soube conduzir as questões locais de modo harmonioso e simples, apesar de sua posição de verdadeira imponência e prestígio na época.

Relações entre Igreja e Império no contexto vassourense

Um dado importante nos mostra que a primeira Constituição do Brasil, datada em 1824 – Brasil Império, nomeou o catolicismo como a religião oficial do Império, promovendo uma identidade religiosa herdada do período colonial que estabelecia um sistema de padroado entre Igreja e Estado (Pereira, 2011, p. 25). Contudo, apesar de entraves entre clero e autoridades imperiais a partir desta Constituição, a Igreja sempre teve seu lugar de moralização e de poder nas articulações comunitárias, de escuta dos seus féis, súditos e,

especificamente em Vassouras, dos Barões que geriam a cidade, doavam terras à Igreja e contribuíam para o desenvolvimento local. Sendo assim, a Igreja Católica e seu representante teria, naquela instância, poder de persuasão, de crédito, de merecimento e voz de escuta em sua paróquia. Isso nos leva a crer que com o Monsenhor Rios não teria sido diferente.

Apesar de sua influência, Monsenhor Rios mostrava-se simples e desprovido de todo e qualquer tipo de vaidade a exemplo de seu pedido em testamento (Figura 4) onde, por meio do seu inventariante Antônio José Fernandes, determina como deveria ser seu funeral:

Certo que o meu testamento mande dizer por minha alma missa de corpo presente jus todos os sacerdotes desta freguesia, e que meu corpo seja envolto nas vestes sacerdotais na forma do ritual romano e que seja sepultado no cemitério desta cidade abaixo do último degrau da escada que segue para o cemitério geral ao lado direito. Declaro que sou filho legítimo de João Gonçalves Rio e de Dona Francisca Maria Roza já falecidos, e batizado na freguesia de Congonhas de Campos em Minas Gerais e não tenho herdeiros nem jus ascendência nem descendência².

“[...] entregando ao céu aquele belo espírito que ao céu viera, foi inumado no Cemitério da Conceição, em sepultura rasa, no passadiço da parte antiga para a nova. Não teve equife. Foi lançado sem ele na cova, apenas envolto numa mortalha de Cristo, conforme pedido seu”. (Raposo, 1978, p. 150).

Pinto (1935, p. 256) também elucida sua interpretação sobre essa orientação preparatória do Monsenhor para seu rito de passagem.

Se há qualidade que mais nos recomende a Deus, é sem dúvida a humildade; e dela ainda deu última prova Monsenhor Rios, pedindo em suas últimas disposições que o seu corpo fosse levado no caixão da Misericórdia e que lhe fosse dela sepultura em um local que todos fossem obrigados a calcar os pés.

2 Inventário das Partes Antônio Rodrigues de Paiva Rios (falecido) e Antônio José Fernandes (inventariante). Caixa 103.664.214.003.1875. Arquivo do TJRJ/IPHAN (1875, fl. 2).

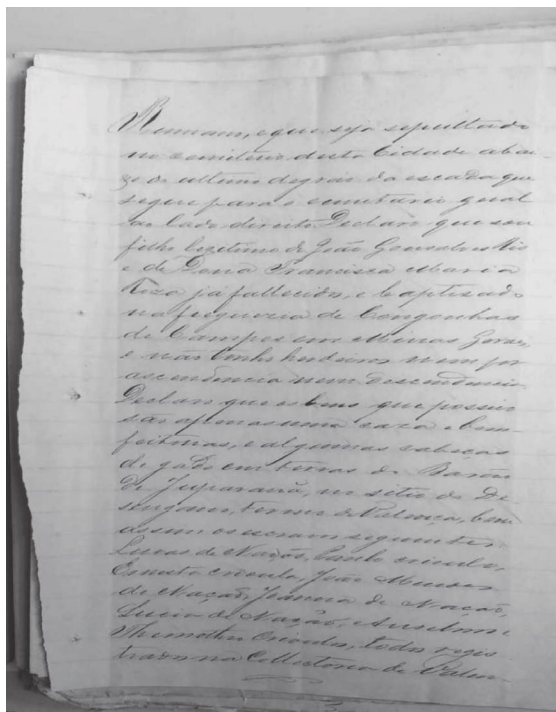


Figura 4 – Página do Inventário do Monsenhor Rios em detalhamento de seu funeral no testamento apensado.

Fonte: Arquivo do TJRJ/IPHAN (1875, fl.2).

De acordo com o Inventário (1875, fl. 7), Monsenhor Rios possuiu alguns bens, dentre eles escravos registrados na Collectoria de Valença como era o costume na época. Inclusive deixa expressas as condições que deveriam ser oferecidas aos filhos de sua escrava Joanna para que fossem zelados pela mãe até os dezoito anos de idade, quando seriam considerados livres.

A abolição da escravidão aconteceu bem depois da morte do monsenhor, a partir do Decreto da Lei Áurea em 13 de maio de 1888. No entanto, anteriormente a isso, Pereira (2011, p. 24) afirma que a Igreja Católica, como uma grande instituição dessa sociedade, não se manteve afastada dessa discussão fundamental do fim do século XIX. Com publicações em jornais católicos, cartas pastorais e até Encíclica Papal, o clero brasileiro manifestou-se sobre o processo abolicionista e o rumo que o Brasil deveria seguir após aniquilar o escravismo em seu território. Tratou-se de um processo gradativo, a partir da Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871, quando as mulheres escravizadas teriam suas descendências livres em solo brasileiro.

Assim, Vassouras entra nesse cenário quase ao final do processo da escravidão, entre os anos de 1850 a 1888 (Carvalho, 2013, p. 13).

Em Vassouras, ano de 1872, quando o Monsenhor já atuava na cidade, haviam 19.085 pessoas livres e 20.168 escravizadas, totalizando 39.253 habitantes (Lote, 2013, p. 32). Isso nos mostra que pouco mais da metade da população era escravizada para a produção cafeeira, como vimos anteriormente.

A partir do Livro de batismo de Escravos (1871-1878) verificamos que Monsenhor Rios batizou centenas de escravizados durante o período de suas ações sacerdotais no município de Vassouras, de 09 de julho de 1871 até 01 de março de 1874 (Livro de Batismo de Escravos 1871- 1878).

O Monsenhor possuía uma vida relativamente condizente com sua época; mas, no entanto, soube agir de modo diferenciado, simples e acolhedor, o que gerou relevância social em suas ações de modo a contribuir com sua memória pós morte atrelada à admiração, gratidão e saudosismo.

Monsenhor Rios e sua representatividade social: devotos em manifestos

A partir das manifestações de ex-voto dos devotos torna-se possível a verificação de qual percepção os fiéis tem em relação ao Monsenhor Rios. Com esse intuito, em julho de 2022 foram posicionados dois baús acompanhados de banners ilustrativos (Figura 5) na entrada da Igreja Matriz e dentro da capela do Cemitério Nossa Senhora da Conceição, onde está sepultado o corpo do Monsenhor Rios.

Exposições verbais instruindo sobre a finalidade dos baús, foram realizadas durante duas missas consecutivas de domingo à noite, horário em que a igreja se encontra com o maior número de pessoas assistindo a cerimônia religiosa. Destaca-se que a primeira exposição verbal foi também transmitida via internet, pelo canal do YouTube, contribuindo para uma maior repercussão da notícia.

Figura 5 – Imagem dos baús para depósito das manifestações de ex-voto e banner ilustrativo.



Fonte: Imagem própria dos autores.

Os fiéis então poderiam escrever manualmente em um formulário (Figura 6) que se apresenta com os dizeres: “Relate aqui as graças alcançadas pela intercessão de MONSENHOR RIOS” e depositar sua manifestação no baú, ou ainda enviar um e-mail para o endereço eletrônico monsenhorrios.vassouras@gmail.com.

Figura 6 – Formulário de manifestação manuscrita de ex-voto.

Relate aqui as graças alcançadas pela intercessão de MONSENHOR RIOS

Nome: _____
 Idade: 40 Sexo: ☒ Masculino • () Feminino
 Cidade: Vassouras Estado: RJ

Se o seu coração transborda gratidão por uma graça alcançada pela intercessão de Monsenhor Rios, preencha o formulário e deposite na urna ou envie por e-mail: monsenhorrios.vassouras@gmail.com

MONSENHOR RIOS

Relato:

À Monsenhor Rios,

*Agradeço por, enquanto vivo, ter servido ao rei-
 -no. E, agora, enquanto termo vivo, estar assumin-
 -do os males e maldades nos corações dos vassourenses.
 Voto em razão dos efeitos dos nossos pecados que,
 diretamente, atingem sua imagem de Monsenhor da
 cidade de Vassouras.*

Obrigado

*Pelo que interceda por nós
 no céu.*

PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO
 Praça Sebastião de Lacerda, 03 - Centro
 Vassouras-RJ - CEP 27700-000
www.igrejansc.org

MONSENHOR RIOS
 Antonio Rodrigues de Paiva e Rios, filho de
 João Gonçalves Rios e Francisca Maria Roza,
 nascido e batizado em Congonhas do Campo,
 Minas Gerais, em 1806 e falecido em
 Vassouras-RJ, em 09/01/1875.

Fonte: Imagem própria dos autores.

Tabulamos cento e nove formulários com manifestações e mais duas folhas de papel manuscritas, totalizando cento e onze (111) ex-votos, que compreendem de julho de 2022 a maio de 2023, conforme a Figura 7. Nenhuma manifestação via e-mail foi realizada.

Figura 7 – Tabulação dos manifestos de ex-voto dos formulários.

Número de manifestações por devoto	Sexo	Idade	Cidade	Estado	Manifestação	Classificação da manifestação
95	Masculino	42	Vassouras	RJ	Melhora dos braços e pernas da mãe	Pedido
2	Masculino	-	-	-	Cura dos vícios	Pedido
1	-	40	Vassouras	RJ	Como um servo do Reino, assume os males e maldades dos corações vassourenses e diz que os pecados humanos atingem a imagem do Monsenhor Rios. Solicita interseção a Deus.	Agradecimento e Pedido
1	Masculino	12	Rio de Janeiro	RJ	-	-
1	Masculino	11	Engenheiro Paulo de Frontin	RJ	Orações e volta de alguém que se foi.	Pedido
1	Feminino	64	Vassouras	RJ	Graça alcançada há 30 anos atrás de conseguir um trabalho após ter pedido junto ao túmulo. Diz que sempre recorre ao Monsenhor diante das dificuldades do dia a dia e a resposta sempre vêm.	Agradecimento
1	Feminino	55	Vassouras	RJ	Graça alcançada pela cura do câncer de próstata do pai, há 16 anos atrás, após muitas súplicas e lágrimas no túmulo do Monsenhor Rios. Pede graças pelos filhos.	Agradecimento e pedido
1	Feminino	-	Vassouras	RJ	Grafia de difícil identificação da mensagem	-
1	Feminino	37	Rio de Janeiro	RJ	Realização do sonho da casa própria no Recreio dos Bandeirantes, fazer parte do quadro dos policiais civis do RJ ou conseguir estudar e se formar juíza.	Pedido
1	Feminino	-	-	-	-	-
1	Masculino	38	Angra dos Reis	RJ	Conseguir se aposentar	Pedido

Número de manifestações por devoto	Sexo	Idade	Cidade	Estado	Manifestação	Classificação da manifestação
1	Feminino	-	Angra dos Reis	RJ	Súplica para que o filho vá ao médico ver uma hérnia; por alguém que deseja adotar uma criança e pela saúde de toda a família.	Pedido
1	Feminino	65	Barra do Piraí	RJ	Gratidão por uma senhora de que voltou à Vassouras após 86 anos, onde viveu toda a sua infância.	Agradecimento
1	-	-	-	-	Súplicas pela união do filho e da namorada se for para o bem de ambos; oração pela saúde da família, incluindo tirar o "nervoso" de uma determinada mulher.	Pedido
1	Apenas sobre-nome, o que não permite a identificação do gênero.	-	-	-	-	-

Dentre os devotos temos homens e mulheres entre 11 a 65 anos, oriundos de diversas localidades do estado do Rio de Janeiro. Em relação às suas respostas, hipotetizamos que muitos podem não ter respondido determinadas perguntas do formulário por questões de preservação de privacidade ou por entenderem que o Monsenhor pode escutar o coração apenas a partir da intenção de preencher o formulário, mesmo não tendo escrito sua mensagem, apenas assinado.

Pela interseção de Monsenhor Rios junto à Deus, percebe-se mais manifestações de pedidos do que de agradecimentos. No entanto, dos 5 pedidos, 2 deles vêm junto a um agradecimento, o que corrobora com a ideia da existência de um milagre e a fidelização de um fiel.

Nota-se a crença que permite a cura, que anseia a mudança, que se preocupa com a imagem do Santo Milagreiro e com os males decorrentes do pecado do homem. A gratidão explícita que demarca o milagre verdadeiro.

Além dos formulários prontos para o preenchimento do devoto, as duas folhas manuscritas, uma de uma mulher de 85 anos que relata uma dor forte

e a suspeita de um tumor, que após súplicas ao Monsenhor Rios para que conseguisse chegar aos 90 anos, exames médicos foram realizados e nada se constatou. Ou seja, agradecimento, de uma cura.

A outra folha agradece e pede perdão. Gratidão pelas graças pessoais alcançadas e pelas graças obtidas para sua família. Perdão por desapontar o Monsenhor com suas lamentações constantes, transgressões, dúvidas, medos e incertezas. Perdão pelos seus maus comportamentos. Relata: “Essa a ansiedade que consome, esse medo da vida que rouba tantas oportunidades. Esse meu jeito de achar que as coisas tem que ser do meu jeito. De calar quando sinto vontade de explodir e explodir na hora errada.”

Na sequência, uma carta escrita em folha de papel pede ao Monsenhor que

dê o dom do silêncio diante do sentimento interno de gastura que impede de ir além das propostas de Deus. Suplica a cura da sua alma, do coração e pede o ensinamento para ser uma pessoa forte e corajosa. Faz menção ao Senhor Deus para que aja em sua vida como desejar, de acordo com seus planos e projetos. Mais uma vez pede direção e luz, que possa acordar novamente e que não trilhe os caminhos da dor e sim, do amor.

Percebe-se nas folhas avulsas escritas a mão, que há o estabelecimento de confiança entre o fiel para com o Divino, seja ele na pessoa do Monsenhor Rios enquanto intercessor junto à Deus ou no próprio Deus. As duas manifestações feitas de forma independente ao formulário proposto são como conversas íntimas, ricas em detalhes de fatos, de sentimentos, de aspirações e da certeza de que existe uma escuta, que há uma compreensão contextual por parte do ser Divino. Fica clara a segurança de que algo acontecerá a partir daquele manifesto, de que súplicas serão atendidas e a solução é possível, basta crer para ver.

Monsenhor Rios se caracteriza pela esperança de seus devotos, a luz de muitos caminhos escuros, a fonte de possíveis milagres. Sabendo disso, muitos interesses podem circundar esse imaginário social do religioso milagreiro. Interesses políticos, religiosos, culturais, financeiros dentre outros.

Interesses públicos e privados diante da apropriação da imagem do Monsenhor

Discernir acerca dos diversos atores envolvidos no contexto relacionado ao Monsenhor Rios faz-se imprescindível para decodificação da

representatividade, da imagem construída socialmente e dos interesses inerentes a tudo isso.

Na pleiteio de respostas, as informações obtidas por meio de observações e documentos percorrem pelo trajeto do comportamento do religioso que em vida, considerado exemplar, contribuiu para a angariação de fiéis após sua morte. Assim, a imagem do Monsenhor Rios vai além do aspecto religioso, pois é associada à história municipal e inclusa em uma programação turística.

O Monsenhor Rios é uma peça fundamental tanto no turismo quanto no desenvolvimento econômico local, sobretudo na época da Flor de Carne, por ser um gerador de fluxo turístico e de consumo de produtos e serviços por parte desses visitantes.

Observamos que aos turistas são distribuídos prospectos com informações relevantes sobre o Monsenhor Rios, onde se esclarecem dúvidas como o local onde o corpo está sepultado, dentre outras curiosidades.

Percebe-se claramente o quão importante é a presença do turista no município, pois no âmbito comercial ele vem disposto a consumir hospedagem, alimentação, artigos de lembrança e outros. Isso se traduz em dinheiro que circula nas mãos dos vassourenses e influencia na melhoria contínua da infra-estrutura municipal para atração de cada vez mais visitantes.

Na Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Vassouras, também há a confirmação da geração de renda local à partir do turismo religioso e a importância cultural que a imagem do Monsenhor Rios representa enquanto elemento de memória e fé.

O mistério da Flor de Carne, como dito anteriormente, é difundido midiaticamente por diversos canais de comunicação, como emissoras de televisão, rádios, revistas digitais e impressas e jornais, dentre outros. Portanto, podemos dizer que há uma ênfase no fenômeno da flor enquanto curiosidade, o que numa edição de matéria pode gerar mais sensacionalismo e audiência do que a vida de um religioso, o que contribui para tal resultado.

Destaca-se que o Info do Vale, um meio de comunicação midiática digital com abrangência sobretudo em Vassouras e cidades da região do Vale do Café, noticia sobre o Monsenhor Rios como um elo de conexão com Deus e de união entre vassourenses nos momentos difíceis da vida.

Outro meio de comunicação bastante relevante na região é o Jornal Tribuna do Interior que noticia principalmente fatos de Vassouras, com uma abrangência que se estende também a municípios adjacentes. Nesse meio a imprensa se vale da notícia relacionada ao Monsenhor Rios e o mistério da Flor de Carne como forma de despertar seu público.

Frente à cobertura midiática, Monsenhor Rios se torna cada vez mais conhecido, o que atrai turistas e curiosos para Vassouras.

Contudo, no turista que visita Vassouras também nota-se o movimento gerado a partir da fé, pois muitos visitam o túmulo do religioso e a igreja onde ele celebrava e essa lógica do milagre atrai muitos fiéis. E, se comprovada a sua santidade, conjecturamos que a procura poderia ser muito maior pela busca de sua intercessão junto a Deus.

A partir da Paróquia local, há uma intenção real no processo de beatificação do Monsenhor Rios para posterior canonização, o que contribuiria para o aumento de fiéis e visitantes à igreja.

Nesse sentido, nossas pesquisas poderiam contribuir não só neste caso específico, mas em outros estudos correlatos que se ancoram na base científica para comprovação de fatos no âmbito da folkcomunicação³.

Considerações Finais

Concluimos que o religioso Antônio Rodrigues de Paiva e Rios possui reconhecimento, descrito em bibliografias, como alguém que se enquadra no perfil de “santo” diante de suas ações em vida e seu potencial milagreiro pós morte. Sua representatividade é bastante significativa para os setores públicos e privados, pois agrega valor ao catálogo de turismo vassourense, sobretudo no que tange o turismo religioso, pois também contribui com a geração da renda local. A imagem social do Monsenhor Rios, muitas vezes associada ao fenômeno inusitado da Flor de Carne, é difundida midiaticamente enquanto informação que denota a curiosidade da audiência. Há um esforço motivado ora por interesses econômicos, ora por crenças e fé, na divulgação dos feitos do Monsenhor Rios enquanto milagreiro e sua Flor de Carne, compreendida como atrativo de devotos e turistas curiosos.

Conhecendo um pouco mais da vida do Monsenhor Rios por meio desse estudo podemos avançar para além do fenômeno da Flor de Carne, decodificando assim as suas origens, sua formação e legado para as comunidades por onde passou e exerceu seu ministério sacerdotal. Monsenhor Rios é uma figura que ainda hoje, através da sua popularidade, leva as pessoas a

3 Luiz Beltrão (1980, p. 28) afirma que a folkcomunicação é, por natureza e estrutura, um processo artesanal e horizontal, semelhante em essência aos tipos de comunicação interpessoal já que suas mensagens são elaboradas, codificadas e transmitidas em linguagens e canais familiares à audiência, por sua vez conhecida psicológica e vivencialmente pelo comunicador, ainda que dispersa.

fazerem uma conexão com o sagrado, alimentando assim a fé e mantendo viva a esperança nos momentos difíceis, seja a doença ou qualquer outra dificuldade considerada algo impossível.

Referências

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

BITTENCOURT, Fernando M. **Vassouras**: um pouco de sua história. Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2001.

BULA PAPAL Apostólico Ofício do Papa Pio XI. **Decreto de criação da Diocese de Valença**, 1925.

CARVALHO, Fábio P. **Vassouras**: comunidade escrava, conflitos e sociabilidades (1850-1888). Dissertação (mestrado) apresenta à Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciências humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói, 2013. 119f.

CENTRO de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e Irmandade da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. – Dr. Joaquim José Teixeira Leite: **Livro 1** de Registro de Assentos de Ingênuos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras (1871-1874).

CENTRO de Memória da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e Irmandade da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. – Dr. Joaquim José Teixeira Leite: **Livro 1** de Registro de Batismo de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras (1871-1878).

FILARDI, Marcelo. A vida Secreta da Flor - Cadáver. **Jornal da Terra**, São João Evangelista, n. 1, a. 2, p. 6, fev-abril, 2021. Disponível em: <https://biologia.sje.ifmg.edu.br/images/articles/jornal-da-terra/ano-2/jornal-terra-n1-ano2.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

GUSTAVO, Sérgio. O Dia. **O mistério da centenária flor de carne**. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/vassouras/2020/11/6020116-o-misterio-da-centenaria-flor-de-carne.html>. Acesso em: 25 maio 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo do IBGE 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/vassouras/historico>. Acesso em: 03 maio 2023.

INVENTÁRIO das Partes Antônio Rodrigues de Paiva Rios (falecido) e Antônio José Fernandes (inventariante). Arquivo do TJRJ/IPHAN, Caixa 103.664.214.003.1875.

LOTE, Karine T. **Entre barões, condes e viscondes:** o cenário educacional na Vassouras oitocentista (1850-1889). Dissertação (mestrado) apresenta ao Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Católica de Petrópolis. Petrópolis, 2013. 107f.

MACEDO, Neusa D. **Iniciação à pesquisa bibliográfica:** guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

O DIA. **Misteriosa flor vassourense começa a desabrochar.** Disponível em: <https://odia.ig.com.br/vassouras/2020/11/6032085-misteriosa-flor-vassourense-comeca-a-desabrochar.html>. Acesso em: 25 maio 2023.

PEREIRA, Camila M. **Abolição e Catolicismo:** a participação da igreja católica na extinção da escravidão no Brasil. Dissertação (mestrado) apresenta à Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências humanas e Filosofia. Departamento de História. Niterói, 2011. 140f.

PINTO, Jorge. **Fastos Vassourenses.** Vassouras: Fundação 1o de Maio, 1935.

RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras.** 2. ed. Niterói: SEEC, 1978.

SCARANO, Julita. **Fé e milagre:** ex-votos pintados em madeira: séculos XVIII e XIX. São Paulo: EDUSP, 2004.

URQUIZA, Marconi; MARQUES, Denilson B. **Estudo da Comunicação Corporativa:** análise de conteúdo: teoria e prática. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/An%C3%A1lise_De_Conte%C3%Bado/FlwsEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=o+que+%C3%A9+an%C3%A1lise+de+conteudo+conceito&printsec=frontcover. Acesso em: 25 maio 2023.

SEÇÃO II

**DEVOÇÃO MARIANA, CRIAÇÃO
DA DIOCESE, SEUS BISPOS
E A SINODALIDADE**

VII. “NOSSA SENHORA LÁ VEM DO CÉU”: UM ESTUDO SOBRE OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DA GLÓRIA EM VALENÇA – RJ¹

Gabriel Moreira Medeiros Laureano

Introdução

O presente capítulo busca analisar os aspectos históricos da devoção popular em relação à Nossa Senhora da Glória em Valença, interior do Rio de Janeiro. A preocupação com esta temática se desenvolveu a partir de nossa vivência na dita cidade, bem como em função da proximidade com a comunidade paroquial reunida em torno da Catedral. A partir destes dois elementos, surgiu a necessidade de melhor conhecer e investigar especificamente as raízes da devoção mariana na cidade.

É conhecido que a origem mesma de Valença está diretamente relacionada a uma primitiva capela dedicada à Nossa Senhora da Glória construída nos primeiros anos do século XIX. Posteriormente, a capela original deu lugar a outras construções com materiais mais resistentes; o prédio sofreu diversas alterações até adquirir as características atuais. A capela original provavelmente estava localizada naquilo que à época era o centro do aldeamento dos indígenas coroados, uma iniciativa inserida no intenso processo de ocupação do Vale do Paraíba.

Em vista disso, nosso principal objetivo é investigar a relação entre os indígenas e a devoção a Nossa Senhora da Glória, bem como analisar a citada devoção a partir da perspectiva comparativa com o estilo dos textos hagiográficos medievais. Nesse sentido, refletimos sobre a utilização do conceito

1 Artigo publicado originalmente na Mosaico – Revista Multidisciplinar de Humanidades da Univassouras, Vassouras, v. 15, n. 3, Edição Especial, p. 38-65, set./dez, 2024.

de medievalismo e suas implicações ao pensar esta relação. Mas o que é exatamente medievalismo? Em termos genéricos podemos definir esta tendência epistemológica oriunda do mundo anglófono como: “a investigação acerca das diferentes formas sob as quais a Idade Média foi apreendida e construída por períodos posteriores” (Temponi; Guerra, 2019, p. 492).

Logo, medievalismo não se trata de um conjunto de estudos sobre a Idade Média, mas sim em como a Idade Média foi apropriada e também ressignificada por outras culturas, em distintas temporalidades. A discussão que se faz em torno da aplicação deste conceito nos estudos medievais atualmente é vasta e complexa; vale destacar o artigo de Marcelo Berriel (2020, p. 70), no sentido de defender a necessidade de um “medievalismo à brasileira”, ou seja, em uma perspectiva que não deve simplesmente se utilizar dos conceitos prontos vindos de fora e nem de interpretar a América sob o ponto de vista Europeu de uma “longa Idade Média”, como expresso na obra do francês Jérôme Baschet (2006). Desse modo, Berriel entende que é preciso e possível falar em um medievalismo brasileiro, exemplificado por ele pela análise das cavalcadas, que apesar de certos elementos inspirados na Idade Média, trata-se de algo genuinamente brasileiro (Berriel, 2020, p. 90). Diante do exposto, o que se pretende fazer neste artigo é ainda um simples experimento de medievalismo, considerando alguns elementos medievais europeus como elementos inspiradores para a formação de uma devoção, que guarda características próprias com o Vale do Paraíba do século XIX, no Brasil.

A metodologia consistiu na análise das fontes imagéticas e bibliografia a respeito do tema, sendo algumas obras com transcrições de fontes importantes para a história local. Especificamente: “História de Valença” de Luiz Damasceno e “Valença de Ontem e de Hoje” de Leoni Iório. Ambos os autores foram memorialistas e em suas obras reuniram farta documentação de época.

O artigo está dividido em duas partes, a saber: discussão sobre a devoção mariana no Cristianismo, com destaque para o episódio de sua Assunção ao céu; e o caso específico das origens do culto à Nossa Senhora da Glória ainda na então Aldeia de Valença.

A festa da Assunção de Maria ao longo da história

A Assunção de Maria foi confirmada no dogma proclamado em 1950 pelo Papa Pio XII; mas até a confirmação realizada pelo Sumo Pontífice da Igreja Católica no século XX, esta tradição foi debatida exaustivamente

pelos teólogos e tem sua origem remontando aos primeiros séculos. Desse modo, buscamos apresentar aqui o processo do desenvolvimento da festa da Assunção, desde a Antiguidade até sua manifestação na América, com maior destaque para a Idade Média, quando a devoção mariana, mesmo que inserida já em uma tradição construída na Antiguidade, passou por uma grande intensificação e mesmo transformação, servindo, por exemplo, como modelo de vida para diversos setores da sociedade (Cf. Iogna-Prat; Russo, 1995). Jacques Le Goff (2013), ao escrever uma breve biografia da Virgem Maria, enquanto uma personalidade popular no medievo, considera sua inserção no cristianismo primitivo como cumprimento da necessidade de uma figura feminina até então completamente ausente. A figura de Maria também teria uma repercussão positiva junto ao crescente número de conversos nos primeiros tempos do cristianismo. O século V, por outro lado, foi decisivo:

O culto marial desenvolveu-se inicialmente no Oriente, no mundo bizantino, a partir do Concílio de Éfeso (431). No Ocidente, ele começou a afirmar-se na época carolíngia (fim do século VIII-início do século IX), sobretudo por ocasião do grande impulso da cristandade, do século XI ao XIII. A liturgia em muito contribuiu para essa promoção – em particular, o campo musical e artístico (Le Goff, 2013, p. 391).

O Concílio, mencionado pelo autor no trecho acima, trouxe a conhecida titulação de Maria Mãe Deus e foi um marco importante para a confirmação de Maria no âmbito institucional e na teologia oficial, digamos assim. Gradualmente ela ganhou mais importância, pois se tornou um modelo para as mulheres, enquanto uma nova Eva. Ainda, sendo invocada em diversas situações, a exemplo da relação estabelecida pelos fiéis com os diferentes santos, porém mais poderosa. Le Goff a classifica enquanto uma “santa total” (Le Goff, 2013, p. 395). Diferentemente de um santo comum, que teria sua atuação especializada em um determinado problema, Maria poderia resolver toda e qualquer situação.

A partir do século XIII, Maria recebeu outros títulos para além de Mãe de Deus, como por exemplo: rainha, mediadora, Imaculada Conceição (trata-se de uma festa celebrada no século XI, na Inglaterra, e não do dogma em si, que só foi definido muitos séculos mais tarde) e também de assunta ao céu. A tradição religiosa sobre a elevação de Maria ao céu em corpo e alma só reforçou o seu papel intercessor privilegiado junto a seu filho Jesus, ao mesmo

tempo em que confirmava a crença central do Cristianismo na ressurreição, antecipada em Maria.

Segundo Maria Manuela de Carvalho, há a possibilidade de se afirmar que a Assunção ou dormição/morte de Maria era celebrada antes do século VII. A autora menciona um Evangelho Apócrifo, em que se retrata a definição de uma data para a celebração da morte de Maria pelos apóstolos. Há ainda a tradição religiosa de outras igrejas (Copta, Bizantina, Siríaca e de Jerusalém) em que o chamado Trânsito de Maria fazia parte do calendário litúrgico anual. Já no caso do Ocidente, existem relatos que remontam a celebração ocorrendo no século V, em Roma, e que sua difusão para demais regiões da Europa se deu entre os séculos VII e VIII (Carvalho, 1995, p. 26-28).

Durante a Idade Média, a Catedral de *Notre Dame* de Paris se tornou um grande centro difusor da celebração da Assunção. Sobre tal liturgia, Miri Rubin relata:

Mary's feasts, above all the Assumption, drew large crowds to the cathedral and were attended by great clergymen, rich merchants and royal officials. The vespers of the Assumption in the early thirteenth century combined plainchant and polyphony. As we have seen, the Assumption liturgy was rich in antiphons based on the Song of Songs and punctuated by psalms that dramatized Israel's faith and love of God. The antiphon preceding the Magnificat extols Mary's work in unmaking Eve's: 'The gate of Paradise was closed to all by Eve, and was opened again by Mary, Alleluya.' Mary was celebrated in music as a dynamic agent of salvation on this her greatest Feast (Rubin, 2009, p. 194)².

Os textos litúrgicos e as músicas cantadas no coro das igrejas com polifonia foram acompanhados pela frutuosa imagética dedicada a retratar Maria nos diversos momentos de sua vida (como a própria Dormição e Assunção), bem como as coletâneas de milagres. Os milagres foram elementos importantes na formalização do processo de canonização entre os séculos XIII e XIV e

2 As celebrações de Maria, sobretudo a Assunção, arrastaram grandes multidões para a Catedral e eram realizadas por grandes homens do clero, ricos mercadores e oficiais da Coroa. As Vésperas da Assunção no início do século XIII combinou cantochão e polifonia. Como vimos, a liturgia da Assunção era rica em antífonas baseadas no Cântico dos Cânticos e pontuada por Salmos, que dramatizavam o amor a Deus e a fé de Israel. A antífona precedente ao Magnificat exalta Maria ao desfazer o trabalho de Eva: "O portão do Paraíso foi fechado a todos por Eva, mas foi aberto novamente por Maria, Aleluia". Maria foi celebrada na música, como uma agente dinâmica da salvação nesta sua festa maior. Tradução livre.

sua centralização em torno da Santa Sé, pois se tornaram evidências indispensáveis para o reconhecimento oficial da santidade de alguém (Vauchez, 1988, p. 81). Embora Maria não precisasse passar por processo semelhante, podemos dizer que ela foi interpretada a semelhança dos santos e, inclusive, seus supostos milagres foram reunidos e divulgados.

Miri Rubin apresenta dois grandes grupos de relatos: milagres envolvendo a conversão de Judeus registrados na obra “*Miracles de Notre Dame*” de autoria do monge beneditino francês Gautier de Coinci (1177-1236); e os milagres inseridos na vida cotidiana, que aparecem na coletânea “*Cantigas de Santa Maria*” de autoria do rei Afonso X de Leão e Castela (Rubin, 2009). Além das obras supracitadas, a famosa “*Legenda Áurea*” de Jacopo de Varazze, publicada pela primeira vez em 1265, também merece destaque. Trata-se de uma obra contendo a vida de diversos santos de acordo com a data em que eram celebradas suas memórias na liturgia de época; porém o autor incluiu também aí algumas festas marianas: Natividade, Purificação e Assunção. Vejamos o registro sobre a Assunção:

Um livro apócrifo atribuído a São João Evangelista informa sobre as circunstâncias da assunção a bem-aventurada Virgem Maria. Enquanto os apóstolos percorriam as diferentes partes do mundo para pregar, a Virgem beata permaneceu, pelo que se diz, em uma casa perto de monte Sião. Enquanto viveu, visitou com grande devoção todos os locais que lhe lembravam seu filho, como os que testemunharam seu batismo, seu jejum, sua prece, sua Paixão, seu sepultamento, sua Ressurreição e sua Ascensão. Segundo Epifânio, a bem-aventurada Virgem tinha catorze anos quando concebeu Cristo, quinze quando o pôs no mundo, viveu com ele 33 anos, sobreviveu 24 anos à morte e Ascensão de seu filho, estava com 72 quando morreu. Contudo, o que se lê em outros lugares parece mais provável: que ela sobreviveu doze anos a seu filho e era sexagenária quando de sua Assunção, pois os apóstolos levaram exatamente doze anos pregando na Judéia e nas regiões vizinhas, segundo a História Eclesiástica (Varazze, 2003, p. 657).

O autor da *Legenda Áurea* inicia assim o seu capítulo dedicado a “A Assunção da Bem-Aventurada Virgem Maria” citando um Evangelho Apócrifo atribuído a João, em que constam os relatos deste episódio. Em nota de Franco Hilário Jr., o referido livro é originalmente um texto grego do século IV e que foi traduzido para o latim em 1933 (Varazze, 2003, p. 657). O relato é semelhante àquele que aparece no texto “*De Transitus Virginis*”: Maria é

avisada de sua morte por um anjo, requisita a presença dos apóstolos junto de seu leito, eles assim o fazem, ela tem sua alma levada por Jesus, o corpo é sepultado e depois de alguns dias (aqui residem muitas controvérsias) ele não mais é encontrado no sepulcro, pois havia sido levado aos céus. A figura de Tomé aparece em algumas versões como uma confirmação da Assunção, pois ele recebe da Virgem um cinto, que ela lhe entrega como prova de que está no céu. Outrossim, a Legenda Áurea traz diversos milagres realizados pela Virgem, no estilo das demais coletâneas mencionadas, e sermões de grandes nomes do cristianismo – como João Damasceno e Dionísio Aeropagita – a fim de sustentar seu relato.

E cabe indagar ainda: como foi o processo de implementação deste culto no Brasil? Sabemos, evidentemente, que a fé católica e suas devoções foram trazidas pelos colonizadores portugueses no século XVI, mas existem alguns detalhes interessantes em relação à questão da Assunção. O culto à Assunção de Maria, enquanto Nossa Senhora da Glória, era tradição em Portugal ao lado de Nossa Senhora da Conceição e, já em 1503, foi construída uma igreja dedicada a este título de Maria em Porto Seguro (Costa, 2017, p. 1982). As diferentes devoções marianas se espalharam pelos territórios da América Portuguesa e demais colônias, tornando-se populares mesmo que tenham sido impostas a partir de ordenações da Coroa (Costa, 2017, p. 1986).

Por fim, a proximidade de Maria em relação à linguagem e mecanismos, também atribuídos aos santos durante a Idade Média, ficam aparentes a partir das obras já citadas, e formam elemento central para esta pesquisa. A cada nova titulação recebida por Maria, é como se seu papel na economia da salvação fosse mais uma vez confirmado, atualizado e, consequentemente, viesse acompanhado por novos relatos de milagres e prodígios, que dariam ali a legitimidade àquele culto e funcionariam também como seu elemento fundador. E, mesmo que em menor escala, identificamos uma dinâmica semelhante no caso de Nossa Senhora da Glória de Valença, sobre o qual nos detemos a seguir.

Os Indígenas Coroados e Nossa Senhora da Glória em Valença

As origens de Valença estão associadas ao processo de ocupação do Vale do Paraíba, que se iniciou em fins do século XVIII e se desdobrou ao longo do século XIX. Foram responsáveis por levar à conquista da região de Serra Acima, grosso modo, pela expansão da cafeicultura e pelos caminhos

que cruzavam a região, ligando-a com as Minas Gerais (Novaes, 2008, p. 5). Porém, os diversos colonos que chegaram até a região não a encontraram vazia, pois ali viviam diversos povos indígenas – alguns deles provenientes das regiões litorâneas e que encontraram nas serras um abrigo contra o avanço da colonização portuguesa (Dean, 2018, p. 82). As origens de Valença estão inseridas exatamente aí, neste contexto: sabe-se que em 1798, alguns homens foram instruídos a lidar com os coroados a fim de conseguirem então ocupar efetivamente a região. Foram eles o fazendeiro José Rodrigues da Cruz, o capitão Ignácio de Souza Werneck (que em seus últimos anos ordenou-se padre) e também o padre Gomes Leal, responsável direto pelo início da catequese dos indígenas, seu aldeamento, bem como pela assistência religiosa da região. Não é nosso objetivo, neste artigo, detalhar a História de Valença, pois nossa atenção se volta ao caso específico dos coroados que estiveram presentes nos primeiros momentos da dita cidade.

Marcelo Sant’ana (2004, p. 47) escreveu uma dissertação a respeito dos povos indígenas do Vale do Paraíba, que é referência no assunto e, sobre os coroados, afirma que os chamados coroados eram, na visão dos colonizadores e viajantes europeus, todos aqueles que cortavam o cabelo fazendo parecer, assim, uma coroa. Trata-se de uma nomenclatura genérica, por isso é importante identificar este povo a partir de sua relação com o território ocupado por eles, antes e depois da chegada dos colonizadores. Este território foi sendo gradualmente limitado, à medida que apertava o cerco da colonização, por meio do estabelecimento de novas sesmarias e demais aparatos administrativos e hierárquicos.

À época da formação da Aldeia de Valença, a imagem dos coroados era muito positiva, pois estes se relacionavam bem como os colonizadores, faziam comércio, trocavam itens etc. Este aspecto, aponta Lemos, levou a um tratamento diferenciado para com os coroados, a princípio, especialmente por meio da ação de José Rodrigues da Cruz que lhes era muito próximo (Lemos, 2004, p. 107).

A Aldeia de Valença, fundada por volta de 1804, não foi formada para atender aos interesses coroados. Lemos (2004, p. 123) aponta que ela funcionou como “um espaço de negociação”; ou seja, os indígenas que aceitavam receber o batismo viam uma oportunidade de estar mais próximos daquela comunidade e, assim, se relacionar com as famílias dos colonos e realizar trocas. Viver propriamente na Aldeia de Valença era abandonar suas características étnicas e adotar aquelas do colonizador. Isto, segundo o autor, explica o fato de que existiam poucos coroados vivendo efetivamente nos

limites da Aldeia de Valença, pois uma grande maioria tentou manter seu modo de vida, em áreas mais afastadas. Observam-se aí as estratégias de resistência dos coroados.

A construção central da Aldeia de Valença, seguindo a tradição urbanística portuguesa, era exatamente a capela dedicada à Nossa Senhora da Glória, cuja tradicional descrição encontramos na obra de Luiz Damasceno Ferreira (1925, p. 7):

[...] sendo ahi edificada uma pequenina Capella sob a invocação de N.S. da Gloria, capella essa firmada sobre toscos esteios de madeira, com paredes de palmitos e ripas ligadas por cipó imbé, emboçadas de ligeiras camadas de barro e coberta com ramos de palmeiras. Ao lado d’essa capella, protegido por uma cêrca, um pequeno espaço de terra servia de cemitéio, em cujo centro elevava-se uma modesta cruz de madeira.

Os indígenas que aceitaram viver na Aldeia, conformados aos hábitos e costume dos colonizadores, logo passaram por tempos difíceis, a partir de 1815: neste ano acredita-se que tenha morrido José Rodrigues da Cruz, seu protetor de longa data. E é neste ponto da História de Valença que ocorre um impasse entre os coroados e outros indivíduos em torno da posse da terra. Vejamos. O padre Manuel Gomes Leal solicitou para seu criado, chamado Florisbello Augusto de Macedo, a área da Aldeia como sesmaria. Porém, o padre faleceu em 1813 e seu criado em 1815. Neste mesmo ano, um homem chamado Eleutério Delfim reclamou para si as terras da Aldeia e, com isso, se iniciou um conflito pela posse da terra, que durou até 1819 (Iório, 2013, p. 34). Leoni Iório (2013), em sua obra “Valença de Ontem e de Hoje”, transcreveu alguns documentos que nos oferecem uma boa compreensão do assunto. Os indígenas buscaram apoio em figuras mais prestigiadas, como é o caso do padre Ignácio de Souza Werneck, e pediram que seu depoimento fosse reunido junto ao requerimento enviado ao rei d. João, para que dispusesse sobre o litígio.

Em requerimento datado de 1816, constam os seguintes escritos de Werneck:

[...] com a sesmaria que requereu Eleutério Delfim n’aquelle mesmo logar, e obteve a sua concessão pelo Desembargo do Paço, ficando a igreja sem terreno algum em roda para casas dos moradores do sertão;

e parocho sem lugar para a sua residência, e os índios sem asylo algum proprio. Tudo passa na verdade; e por esta me ser pedida passei de minha letra e signal, e o juro *inverbo sacerdotis* (Iorio, 2013, p. 32).

Mais adiante o padre prossegue:

Parece justo não persistir a sesmaria tirada e medida sobre as terras decretadas para o aldeamento, construcção da matriz já principiada, e onde se celebra o santo sacrificio da missa e se administra o pasto espiritual a toda a freguezia, além, de que esta matriz carece ter uma extensão de terras para os lados, não só para se organizar maior população, como mais reverência ao santuario. Por cujas razões parece justo, conservando o territorio para o aldeamento indiatico porque não é tão pequeno o número de índios que ainda existe, além da produção annual. Embora queiram alguns certificar o contrario, porém estes falam interessados nas terras indiaticas, e eu fallo sem interesse algum, pois moro e vivo na capitania de Minas, e como é publico o quanto v. exma ampara esta nação afim de congraçarem unanimemente com a religião catholica, além de v. ex. revma. ser dotado de um animo cheio de piedade, é por isso que me deliberei a levar á respeitável presença de v. ex. revma. esta minha exposição que parece justa.

O depoimento do padre Werneck é muito elucidativo, pois ele rebate outras versões da situação da Aldeia, que apontavam para uma quase inexistência de indígena afirmando: seus autores assim a descreviam com base em interesses econômicos. Lemos (2004, p. 167) confirma esta perspectiva ao apresentar um caso, em que Luiz Manoel Pinto Lobato, Sargento-Mor, acusou o guarda-mor Francisco Dyonisio de “querer utilizar os índios para ele conseguir uma sesmaria em Tanguá, onde os silvícolas tinham uma aldeia, em troca de ficarem na sesmaria pretendida por Eleutério”. Apenas em 1819, é que d. João VI enfim resolveu a disputa a favor dos coroados e lhes reafirmou a posse da terra (Iorio, 2013, p. 39).

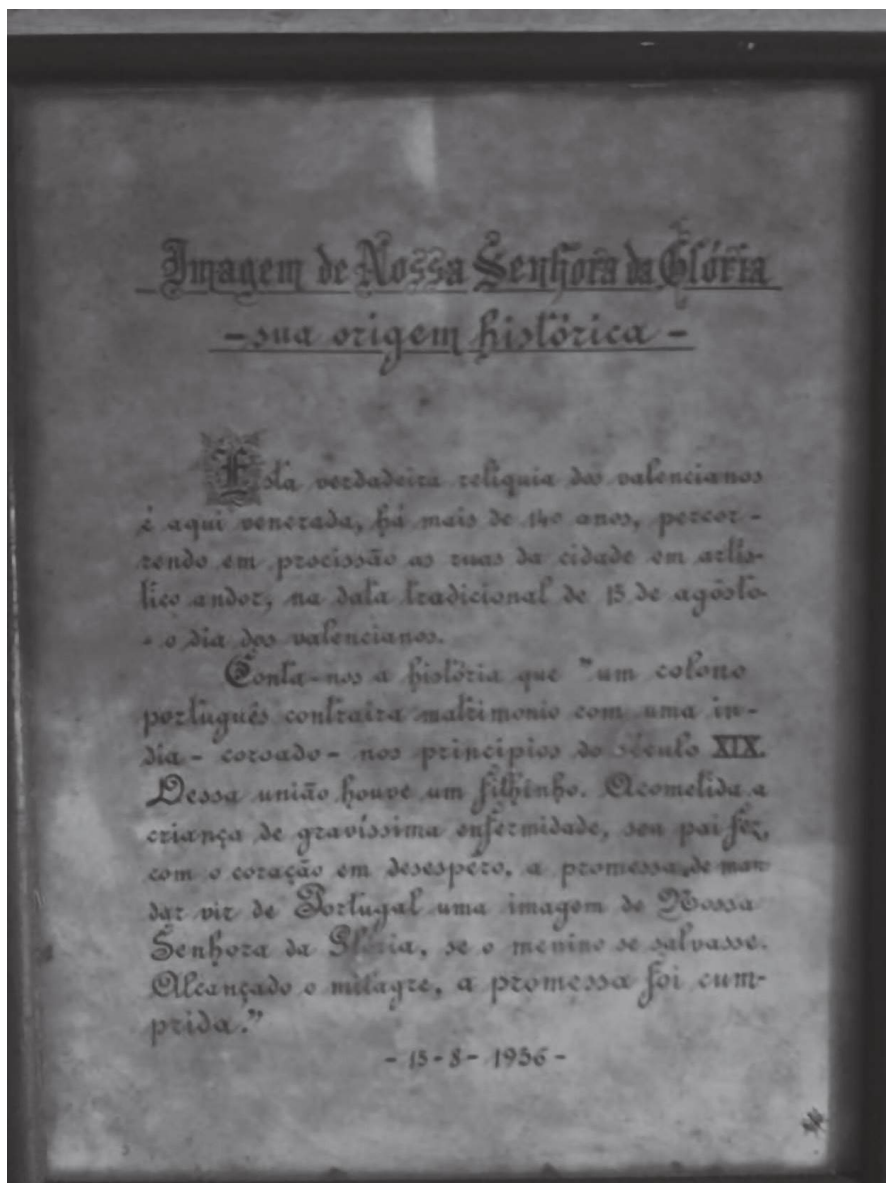
Embora a situação dos indígenas não tenha melhorado absolutamente em nada após a resolução, em 1823, estando a ocupação da região mais avançada e tendo ocorrido também a elevação à Vila, o conceito da antiga aldeia dos coroados foi desaparecendo por completo (Alvarenga, 2022). Chama atenção a estratégia argumentativa utilizada nos requerimentos acima citados e nos demais, que podem ser consultados na obra em Iório (2013), que utilizam constantemente a capela já construída como prova inconteste da

posse por parte dos coroados em detrimento de Eleutério. Os registros supostamente escritos a pedido dos coroados, que não eram alfabetizados, não citam especificamente a figura de Nossa Senhora da Glória como uma protetora, mas nas entrelinhas podemos observá-la atrelada não só à capela, como também à toponímia do lugar: Aldeia de Nossa Senhora da Glória da Valença.

E esta relação entre Nossa Senhora da Glória e os coroados em Valença se estreita ainda mais quando consideramos a lenda que permeia a história da imagem original, lenda esta que, se inserida no contexto dos indígenas coroados já exposto, seu sentido adquire diferente realce.

Figura 1: Imagem original de N.S. da Glória e texto contendo a lenda em torno de sua origem.





Fonte: Lyra, 2006.

Figura 2: imagem de Nossa Senhora Glória que se encontra no Altar-Mor da Catedral, de 1862.



Fonte: Lyra, 2006.

Na Figura 1 podemos observar uma foto da imagem original da Nossa Senhora da Glória retirada do livro “A renovação de uma Catedral”, lançado em 2006, que traz informações a respeito da história da Catedral e seus elementos arquitetônicos. A obra foi organizada em função da grande reforma pela qual passou o prédio em 2004. A imagem representada na Figura 1 fica guardada no acervo de arte sacra da Catedral, ao longo de todo ano, e sai em procissão no dia 15 de agosto, quando se celebra a Solenidade da Assunção de Maria.

Já a Figura 2, traz a imagem de Nossa Senhora da Glória, que atualmente se encontra no altar-mor da Catedral em Valença. Embora seja mais

popular devido ao seu estilo, sua origem é posterior (provavelmente de 1862). Claramente as duas imagens de Nossa Senhora da Glória presentes em Valença apresentam características de Nossa Senhora da Assunção, devido à ideia de movimento transmitida por seus braços elevados ao céu e movimento das vestes, dando a impressão de que quiseram capturar o exato momento de Maria sendo levada aos céus pelos anjos.

Enquanto conhecemos as informações sobre a imagem do altar-mor, as origens exatas da imagem original são incertas. As únicas referências possíveis estão na tradição em torno dela: acredita-se que tenha sido trazida de Portugal pelas mãos de um devoto que foi atendido por um milagre. Aqueles que visitam o acervo de arte sacra da Catedral podem observar, bem aos pés da imagem, um informe datado de 1956, que traz a famosa tradição (Figura 1). O breve texto intitulado “Imagem de Nossa Senhora da Glória – sua origem histórica” diz:

Esta verdadeira relíquia dos valencianos é aqui venerada, há mais de 140 de ano, percorrendo em procissão as ruas da cidade em artístico andor, na data tradicional de 15 de agosto, o dia dos valencianos. Conta-nos a história que “um colono português contraíra matrimônio com uma índia – coroado – nos princípios do século XIX. Dessa união houve um filhinho. Acometida a criança de gravíssima a enfermidade, seu pai fez com o coração em desespero, a promessa de mandar vir de Portugal uma imagem de Nossa Senhora da Glória, se o menino se salvasse. Alcançado o milagre, a promessa foi cumprida. -15-8-1956.

Há, na breve narrativa acima, pelo menos dois aspectos a serem delineados, quais sejam: 1) dimensão histórica e 2) outro, que pertence ao âmbito daquilo que se denomina lenda ou lenda. Sobre o aspecto histórico, o texto transmite o casamento entre um português e uma indígena proveniente do povo dos coroados, refletindo bem a dinâmica de ocupação do Vale do Paraíba e da formação da Aldeia de Valença, no sentido da aculturação que se operou em torno dos indígenas. Inclusive, esta “esposa” citada na história é a representação ideal daquele coroado que habitava permanentemente na Aldeia e, em troca, teve que deixar sua cultura e seu modo de vida para trás. Esta união entre colonizador e indígena, pacífica como representada na história, cristaliza talvez um ideal da época, que não se aproximou da realidade que chega até nós. A própria situação dos coroados em 1815 é descrita como terrível, pois os indígenas eram alvo de grandes perseguições.

Por outro lado, há o aspecto da legenda. Mas o que exatamente significa esse contexto? Legenda é o termo atribuído especialmente à vida dos santos e santas, pois é um texto que não se propõe a ser fiel aos fatos e detalhes, mas sim ideal e repleto de ideais. A Legenda serve para edificar, para inspirar, para dar exemplo, para motivar as pregações e, é claro, também para sustentar e propagar um culto a um determinado santo ou santa (Dosse, 2009, p. 140-141). De fato, já pudemos expor que a Virgem Maria não se equipara aos santos comuns, mas ainda assim acreditamos que a leitura a seu respeito tenha sido feita utilizando a mesma lente que para os demais santos. Por isso, nos relatos sobre Maria, encontramos também um gênero textual que muito se assemelha ao das Legendas.

Voltemos então ao caso de Nossa Senhora da Glória, a história sobre sua imagem traz um elemento indispensável da Legenda: o milagre. A origem mesma da imagem está ligada a uma promessa feita pelo português a Virgem Maria, pedindo a ela que restituísse a saúde a seu filho. Alcançada a graça da cura, o homem fez trazer, de Portugal, uma imagem de Nossa Senhora, especificamente de Nossa Senhora da Glória.

Acreditamos que os laços entre os coroados e Nossa Senhora da Glória tenham se firmado definitivamente no momento de luta pela manutenção das terras da aldeia, citado anteriormente, pois ali se destacou um elemento identitário: os coroados de alguma forma se identificavam àquela terra, mesmo que ela não fosse mais delimitada pelos seus critérios tradicionais e sim pelos critérios dos colonizadores. Inseridos naquela nova realidade, provavelmente os coroados tenham visto naquele momento da disputa o pouco que lhes restava de alguma estabilidade em grave risco e, para tanto, recorreram aos personagens fundadores da Aldeia, para dar-lhes apoio (como o então padre Werneck) e ainda, à figura da pequena capela de Nossa Senhora da Glória.

A devoção a Nossa Senhora da Glória, mesmo que tenha sido trazida pelos colonizadores que subiram a serra em direção ao Vale do Paraíba, ganhou em Valença uma profunda singularidade. Os próprios elementos artísticos não se conformam aos gestos e símbolos tradicionais do título “da Glória”, mas operam uma mescla deste com aqueles que constituem o “da Assunção”: vestes em movimento e braços erguidos em direção ao céu. Por outro lado, a lenda sobre a origem da imagem (mesmo que atualmente já não seja tão celebrada) traz um milagre de Maria bem próximo do cotidiano oitocentista do território municipal, tendo por cenário, não as paisagens temperadas e mediterrâneas europeias, mas sim a Mata Atlântica brasileira

em meio à violenta ocupação do Vale do Paraíba. É importante que outras pesquisas mais aprofundadas e com mais robustez teórica, sejam realizadas em torno desta temática.

Considerações Finais

Até aproximadamente as décadas de 1830/1840, a presença destes povos originários foi marcante na então Aldeia de Nossa Senhora da Glória de Valença e acreditamos que a veneração a este título de Maria tenha feito parte, não somente do processo de aculturação dos coroados, que visava inseri-los no modo de vida dos colonizadores, bem como de uma justificativa capaz de assegurar-lhes a posse de uma porção de terra onde poderiam viver sem serem molestados em meio ao conflito que se deu entre 1815 e 1819.

Este olhar mais particular em relação a Nossa Senhora encontra justificativa em pelo menos dois aspectos, que também contribuíram, em grande medida, para a reflexão conduzida neste artigo. Vejamos: primeiramente, as duas esculturas de Nossa Senhora da Glória presentes na Catedral de Valença conservam características um tanto quanto singulares, tendo vista as tradicionais representações encontradas na arte sacra.

Em segundo lugar, além das dimensões estruturais e artísticas presentes já citadas, destaca-se ainda o aspecto legendário/lendário em torno da imagem mais antiga, expresso pela história ligada à tradição oral, que explica como a escultura de Nossa Senhora da Glória chegou até o atual território de Valença. Este clássico relato se assemelha às lendas encontradas nos relatos da vida dos santos e mesmo em outras devoções marianas. Por isso mesmo, não o entendemos enquanto um relato que se pretende fiel historicamente, mas sim uma narrativa profundamente simbólica com fins de instaurar as bases fundadoras de um culto, que esteve profundamente relacionado aos primeiros habitantes da terra.

O presente artigo é um esforço ainda superficial para tratar de um tema que precisa ensejar mais estudos, em um futuro próximo. Aqui buscamos apontar como a figura de Nossa Senhora da Glória em Valença guarda especificidades que vão para além da devoção tradicional e, também, buscamos chamar a atenção para o papel dos indígenas na construção dessas singularidades. Cabe agora, porém, questionar com mais fôlego o porquê de tais elementos estarem tão ausentes e praticamente apagados da História e da Memória da cidade de Valença.

Referências

Fontes Impressas

FERREIRA, Luiz Damasceno. **História de Valença** (Estado do Rio de Janeiro). **1803-1924**. Valença: [S.n.], 1925.

IÓRIO, Leoni. **Valença de ontem e de hoje** (subsídios para História de Valença) 1789-1952. Valença: Jorge Luiz Dutra Íório, 2013.

IOGNA-PRAT, Dominique; PALAZZO, Eric; RUSSO, Daniel. **Marie, le culte de la Vierge dans la société médiévale**. Paris: Beauchesne, 1997.

VARAZZE, Jacopo de. **Legenda áurea: vida de santos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Bibliografia

ALVARENGA, Felipe de Melo. Por um Vale do Paraíba indígena: conflitos étnicos e a transformação da propriedade dos índios em Valença (1780-1835). **Rev. Hist.**, São Paulo, n. 181, p. 1-45, 2022.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.

BERRIEL, Marcelo Santiago. Pour un autre moyen âge au Brésil: a perspectiva decolonial na busca de uma episteme para a compreensão dos medievalismos brasileiros. **Antíteses**, Londrina, v. 13, n. 26, p. 068-096, jul-dez., 2020.

CARVALHO, Maria Manuela de. **A Assunção da Virgem Maria no debate teológico. Humanística Teologia**, n. 15, p. 25-44, 1995.

COSTA, Neffertite Marques da. As devoções portuguesa e espanhola na implantação do culto a Maria no Brasil. **VIII Congresso Internacional de História**, XII Semana de História, p. 1978-1986, Outubro de 2017.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo – a história e devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma Vida**. São Paulo: USP, 2009.

LE GOFF, Jacques. **Homens e mulheres da Idade Média**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

LEMONS, Marcelo Sant'ana. **O índio virou pó de café?** A resistência dos índios Coroados de Valença frente à expansão cafeeira do Vale do Paraíba (1788-1836). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

NOVAES, Adriano. **Os caminhos Antigos do Território Fluminense**. In: Inventário das fazendas fluminenses, tomo I, INEPAC, 2008.

RUBIN, Miri. **Mother of God: a History of the Virgin Mary**. New Haven: Yale University Press, 2009.

TEMPONI, Eduarda Moysés; GUERRA, Luiz Felipe Anchieta. Medievalismo: uma breve introdução. *Temporalidades – Revista de História*, ed. 31, v. 11, n. 3, set./dez., 2019.

VAUCHEZ, André. **La Sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge: d'après les procès de canonisation et les documents hagiographiques**. Roma: École française de Roma, 1988.

VIII. CORONEL CARDOSO: UM DOS MAIORES BENFEITORES DA DIOCESE DE VALENÇA

Rodrigo Magalhães

Introdução

Manuel Joaquim Cardoso nasceu em Portugal aos quinze de julho de 1855, na Villa das Sayas, Ilha do Pico, nos Açores. Era filho de Joaquim Leal e sua mulher Joaquina Candida da Conceição Jesus, naturais desta mesma Vila. Neto paterno de Francisco Leal Rosa e de sua mulher Anna Maria, e materno de João Cardoso Fontes e de sua mulher Maria Ignacia, todos fregueses da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade da Pinta, onde ele foi batizado aos vinte de agosto do mesmo ano.

Ele já se encontrava no Brasil em junho de 1880, onde se casou na Igreja de Nossa Senhora das Dores, sita no atual distrito de Dorândia, no município de Barra do Piraí-RJ. De lá seguiu para o Rio de Janeiro, onde exerceu atividades comerciais. Ainda no século XIX adquiriu a sua primeira propriedade rural, em Amparo, distrito de Barra Mansa-RJ. Com o passar dos anos, tornou-se um abastado fazendeiro e comerciante naquela localidade, adquirindo diversas propriedades na região.

No final da década de 1910, o Coronel Cardoso já se encontrava em Valença-RJ, e no distrito de Parapeúna adquiriu mais três grandes fazendas. Tornou-se um benemérito no município, onde foi provedor da Santa Casa de Misericórdia, fundador de um colégio e da Diocese de Valença, além de vereador e prefeito. Em 1924 já era considerado pela imprensa fluminense como o “Rei do Café do Estado do Rio de Janeiro”.

Desenvolvimento

Foi seu padrinho Manuel Joaquim d’Avila, cura daquela Igreja em que foi batizado. Esta informação é relevante, pois nos permite saber que a Vila

de Sayas, onde o mesmo nasceu e foi batizado, era uma pequena povoação naquela época, sendo que possuía tão somente uma capela curada. Ou seja, era a menor unidade administrativa na hierarquia da Igreja Católica, por isso nem padre nomeado tinha (vigário), por não ser uma paróquia autônoma.

Além disso, o fato de o padrinho escolhido ser o cura da capela da Vila é um indicativo de que a sua família possuía boas relações sociais naquela comunidade, bem como uma situação financeira pelo menos regular. Mais do que isso, o prenome escolhido em homenagem ao padrinho – “Manuel Joaquim”, como era costume acontecer naqueles tempos, possibilita-nos supor que a sua família era muito ligada à Igreja Católica e/ou ao cura da Vila onde residiam. Já quanto ao “Cardoso”, vê-se que houve uma preferência pelo sobrenome do pai de sua mãe – João Cardoso Fontes, algo não muito comum naqueles tempos, e sugere que a família pelo lado materno era a que possuía maior respeitabilidade e/ou tradição na localidade.

Não obtivemos êxito em localizar qualquer informação sobre a infância e a adolescência de Manuel Joaquim em Portugal, nem mesmo se realizou os estudos básicos, bem como a respeito de sua chegada ao Brasil, que possivelmente aconteceu na década de 1870, quando ele ainda era bem jovem.

O que sabemos é que ele, aos doze de junho de 1880, com 24 anos de idade, contraiu núpcias com Victoria Maria da Graça, viúva de Antonio Baptista Soares, natural e moradora da “Freguesia de Nossa Senhora das Dores do Pirahi”, à época situada no então distrito de Barra do Piraí, que pertencia ao município de Piraí-RJ, uma região já consolidada economicamente devido à plantação do café em larga escala.

Nota-se que, ao contrário do que consta de seu assento de batismo³ – Manuel, ele passou a assinar “Manoel”. Interessante observar também que era uma prática imposta pela sociedade patriarcal da época a viúva se casar novamente em um curto espaço de tempo, e de preferência com parentes do marido falecido, inclusive com os irmãos deste. E, na ausência ou impedimento destes, com amigos próximos da família. Era o casamento arranjado, como parece ter sido o caso do primeiro matrimônio contraído pelo ainda jovem Manoel Joaquim Cardoso. Esses casamentos eram concebidos como uma forma lícita de contrair propriedade e riqueza. E era uma prática muito comum na época, tanto é que um dos padrinhos do casamento – João Baptista

3 Assento de Batismo de Manoel Joaquim Cardoso que pertence ao Acervo Particular de Almir Mansur Cardoso, neto do Coronel Cardoso, que gentilmente nos cedeu cópia.

Soares – parece ser irmão do marido falecido (Antonio Baptista Soares)⁴. Tudo isso sugere que Manoel Joaquim Cardoso possuía uma situação financeira pelo menos regular nesta época.

Todavia, não sabemos ao certo a idade que dona Victoria Maria da Graça contava quando se casou com Manoel Joaquim Cardoso, nem mesmo a sua condição financeira. Mas de acordo com as práticas da época, conforme mencionado acima, podemos sugerir que o seu primeiro matrimônio lhe propiciou meios financeiros para rapidamente conseguir se naturalizar e se tornar correspondente comercial de mais de uma loja em terras brasileiras, como vemos a seguir.

Pelos documentos pesquisados, tudo leva a crer que o português Manoel Joaquim Cardoso permaneceu casado menos de vinte anos com dona Victoria Maria da Graça, pois em nenhum registro do final do século XIX aparece o nome da mesma. Consta que eles tiveram pelo menos uma filha, chamada Francisca, que se casou com um advogado do Rio Grande do Sul, de sobrenome Braga, com quem teve quatro filhos.

Outra situação curiosa é que ele esteve na região Norte, uma vez que o seu pedido de naturalização foi deferido pelo governo do Pará, aos doze de dezembro de 1889.

Não constando na Secretaria quaes as naturalisações concedidas pelos governos dos Estados emquanto exerceram a attribuição que lhes havia sido conferida pelo decreto n. 13 A, de 26 de novembro de 1889, pediram aos mesmos governos as informações necessárias para suprir a lacuna. À vista das informações recebidas, organizou-se a relação seguinte: governo do Pará, Manoel Joaquim Cardoso, portuguez, data da portaria 02/12/1889⁵.

Mas na edição do Almanak Laemmert do Rio de Janeiro, de 1897, já aparecem as “Lojas de Manoel Joaquim Cardoso, cor., commanditario de Fazendas de Lã, Algodão, Sedá e Linho”⁶. Como a mencionada publicação relacionava os comerciantes da então província do Rio de Janeiro do ano anterior, concluímos que ele já se encontrava estabelecido no Rio de Janeiro

4 Assento de Casamento de Manoel Joaquim Cardoso que pertence ao Acervo Particular de Almir Mansur Cardoso, neto do Coronel Cardoso, que gentilmente nos cedeu cópia.

5 Relatórios do Ministério da Justiça. Ano 1903. Edição 001, p. 156 e 161.

6 Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Ano 1897. Edição A00054, p. 481.

em 1896, onde era correspondente comercial do ramo de tecidos, realizando vendas a varejo, ou seja, comercializava para os armazéns e lojas do gênero. Era uma espécie de representante comercial ou “vendedor” dos dias atuais.

Nesta época em que ainda era correspondente comercial na capital, Manoel Joaquim Cardoso já era militar. Foi promovido de Alferes a Tenente-Coronel em um curto lapso de tempo, inclusive, conforme atesta uma carta escrita por ele em 1899 e publicada em um jornal do Rio de Janeiro. Certamente ele se alistou nos “Voluntários da Pátria” logo após se naturalizar brasileiro e assim se habilitou ao gozo do soldo vitalício instituído por decreto, conforme acontecia naquela época. Dessa forma, além dos ganhos com o exercício do comércio, o Tenente-Coronel Cardoso recebia salário do governo. E a referida carta que ele escreveu informava sobre uma execução judicial que o mesmo havia movido contra dona Emiliana Soares Monteiro de Barros, para cobrança de uma “letra vencida”. E a “Praça de Bens” aconteceu em Barra Mansa-RJ. Isto quer dizer que em 1899 ele já havia comprado a sua primeira propriedade rural – “Fazenda de Santa Thereza”, em Amparo, distrito do município de Barra Mansa-RJ.

Isto porque no dia seis de abril de 1900, da Fazenda de Santa Thereza, em Amparo, Manoel Joaquim Cardoso escreveu uma carta ao Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, que foi publicada num domingo, dia oito de abril, em que ele se defende de uma acusação grave de “transferências de dívidas” (de um espólio) por ele realizadas, exonerando-se do encargo de procurador da viúva de um amigo.

Declaração Necessária – Voluntariamente exonero-me do encargo de procurador de D. Anna Angelica Vianna de Mattos, que conjuntamente com o Sr. Manoel Coelho da Silva Sobrinho exerci durante mezes, e o faço porque esse senhor duvidou da verdade das transferências de dividas que celebrei com os credores, no inventário do meu lembrado amigo João Ferreira de Mattos. Este facto, somente hontem conhecido por carta que do Rio recebi, provoca esta declaração, que também vale como vehemente protesto contra o desairoso procedimento daquele senhor. Continuarei, portando, a empenhar-me exclusivamente pelos órphãos, filhos daquele finado, dando-lhes todo o esforço e dedicação de amigo que tenho sabido ser⁷.

7 Jornal do Commercio. Ano 1900. Edição 00098, p. 7.

E em nove de abril de 1900, o senhor Manoel Coelho da Silva Sobrinho escreveu ao mesmo jornal e respondeu ao Tenente-Coronel Manoel Joaquim Cardoso, esclarecendo:

que o que não julguei correcto e próprio de um homem opulento, cavalheiro e que se dizia protector da viúva e filhos de seu lembrado amigo, é que tão friamente os abandonasse e que reservasse para si, a título de indenização de despesas, alguns contos de réis, que, a seu pedido, abateram os credores a favor dessa pobre viúva e filhos do seu sempre lembrado amigo⁸.

Além disso, acusou-o que “só o Sr. Tenente-Coronel não pedio redução em favor de sua infeliz comadre, das dívidas de que eram credores as firmas Manoel Cardoso & Cia. e outra”, ambas de propriedade de Manoel Joaquim Cardoso. Por fim, afirma que “só voltarei à imprensa se for de novo agredido”. E, ao que parece, Manoel Joaquim Cardoso não mais escreveu sobre esse assunto. Mas o que chama a atenção neste artigo é o fato de o próprio acusador reconhecer que Manoel Joaquim Cardoso era um “cavalheiro” – um homem bem-educado –, e ainda nos informa que no início dos anos 1900 o mesmo já era um “abastado”, um adjetivo muito utilizado para se referir a quem possuía vários bens, dinheiro em excesso; ou seja, aquele que se abastou, tornou-se rico, opulento.

Além de exercer encargo de procurador de espólio, também por meio de uma “Nota de Agradecimento” publicada no jornal da capital, percebe-se que o Tenente-Coronel Manoel Joaquim Cardoso tinha boas relações sociais e gozava de respeitabilidade junto à sociedade de “Amparo de Barra Mansa”, onde vivia e já era chamado de “Coronel”, mesmo sendo, na realidade, Tenente-Coronel. Nesta nota a viúva “Maria das Dores de Faria Costa, filhos, irmão e cunhada, Coronel Manoel Joaquim Cardoso e Dr. José Vieira Braga agradecem cordialmente às pessoas que acompanharam os restos mortaes do falecido Tenente Tiberio Americo da Costa”⁹.

Mas os documentos encontrados demonstram claramente que a este tempo o então Tenente-Coronel Cardoso permaneceu exercendo o comércio também na capital, para onde se dirigia com frequência. Inclusive, em 1900

8 Jornal do Commercio. Ano 1900. Edição 00099, p. 7.

9 Jornal do Commercio. Ano 1901. Edição 00128, p. 6.

ele havia arrendado uma “estalagem na Rua de Santo Amaro, 41”, e levou um golpe, conforme publicação nos jornais do Rio de Janeiro:

Manoel Joaquim Cardoso, arrendatário da estalagem da Rua de Santo Amaro nº 41, apresentou hontem ao Dr. Geminiano da Franca, 2º delegado auxiliar, queixa de que, tendo sido interdicta a sua estalagem, um seu conhecido, de nome Eduardo Proença, incumbiu-se de fazer desinterdizel-a. Para isso, recebeu ele, de uma vez, a quantia de 550\$, e de outra de 50\$, alegando que ia dividir o dinheiro do seguinte modo: Ao Dr. Emilio de Miranda 200\$, ao Dr. Eduardo Jorge 200\$ e 100\$ entre os auxiliares destes, para conseguir a desinterdicção. Proença, de posse da importância, não mais voltou a falar-lhe. Fazendo o queixoso indagações sobre o paradeiro do seu dinheiro, soube que elle não fora entregue, nem podia ser assim, aos referidos médicos. O delegado abriu, sobre o caso, sério inquérito¹⁰.

Além de ter poder aquisitivo para alugar até mesmo uma estalagem, Coronel Cardoso exerceu o comércio em diversos endereços no Rio de Janeiro, inclusive ao mesmo tempo, e em atividades diversificadas, o que demonstra claramente ser o mesmo conhecedor da viabilidade comercial de uma loja, um empreendedor arrojado e atento às tendências do mercado. Seu nome aparece como proprietário de “fazendas por atacado e a varejo” (armazéns) em dois endereços, no ano de 1900: “Prainha 104 e S. Pedro 104”¹¹! Corroboram estas informações uma publicação do Jornal do Commercio, do dia 29 de outubro de 1901, em que o nome de Manoel Joaquim Cardoso aparece na relação dos sócios da “Associação dos Empregados no Comercio do Rio de Janeiro”, indicando um novo sócio para aquela entidade¹².

Mas para se tornar um abastado, Coronel Cardoso adquiriu empréstimos, levou calote de clientes e contraiu dívidas com fornecedores e instituições bancárias, tal como acontece com grande parte dos empresários de sucesso até os dias atuais. Nesse sentido, encontramos uma publicação em um jornal do Rio de Janeiro sobre um “protesto de letras” em que uma das pessoas destinatárias da intimação era Manoel Joaquim Cardoso, de uma dívida alta, no valor de 13:437\$560: “[...] pelo presente intimo para pagarem ou darem a razão por que o não fazem, ficando desde já notificados destes

10 O Paiz. Ano 1900. Edição 05784, p. 1.

11 Jornal do Commercio. Ano 1900. Edição A00057, p. 1482.

12 Jornal do Commercio. Ano 1901. Edição 00299, p. 6.

protestos, quando as não pagam. Capital Federal, 29 de agosto de 1901. O Tabelaio, Carlos Gomes de Oliveira”¹³.

Somente no ano de 1904, encontramos três execuções judiciais em desfavor de Manoel Joaquim Cardoso: o “Banco da Lavoura e Commercio do Brazil e outros movem uma execução em Barra Mansa contra o Tenente-Coronel Manoel Joaquim Cardoso”¹⁴; o “Capitão Nuno Infante Vieira moveu uma execução em Barra do Pirahy contra Manoel Joaquim Cardoso”¹⁵; o “comendador Pedro Garcia moveu uma execução em Barra Mansa contra o Coronel Manoel Joaquim Cardoso”¹⁶.

Ao que parece, nada disso maculou a sua reputação perante a sociedade carioca, sendo que aos 24 de novembro de 1903 o Coronel Cardoso fora eleito “procurador da Sociedade União Beneficente D. Pedro II”, tomando posse no dia dois do mês seguinte, em concorrida solenidade no Rio de Janeiro¹⁷.

Coronel Cardoso prosseguiu com a sua estratégia de diversificar as áreas de investimentos e a partir de 1904 seu nome já aparecia como um dos maiores produtores de arroz do estado do Rio de Janeiro, com a sua plantação no município de Barra Mansa produzindo uma média diária de 80 sacos: “Engenho de Beneficiar Arroz – 1904, 1905 e 1906. Montaram-se neste período os seguintes engenhos de beneficiamento de arroz: Barra Mansa (município)/Amparo (localidade)/80 saccos (produção diária)/Coronel Manoel Joaquim Cardoso (proprietário)”¹⁸.

Concomitantemente, permanecia com pontos comerciais na capital, onde aparece como proprietário de uma “Quitanda na Rua Dona Polixena, n. 1, na Freguesia da Lagoa”¹⁹ (1906); como “Negociante na Rua 7 de Setembro, 168”²⁰ (1910); como “Negociante na Rua Hospício, 250”²¹ (1910); como “Negociante na Rua São José, 25”²² (1911); e como proprietário de “Quitanda na Rua Rosario, 79”²³ (1911).

13 Jornal do Commercio. Ano 1901. Edição 00241, p. 5.

14 Jornal do Commercio. Ano 1904. Edição 00037, p. 2.

15 Jornal do Commercio. Ano 1904. Edição 00244, p. 4.

16 O Fluminense. Ano 1904. Edição 05617, p. 3.

17 Correio da Manhã. Ano 1903. Edição 00908, p. 3.

18 Mensagens do Governador do Rio de Janeiro para a Assembleia. Ano 1906. Edição 001, p. 21.

19 O Paiz. Ano 1906. Edição A00063, p. 2644.

20 O Paiz. Ano 1910. Edição A00067, p. 986.

21 Idem, p. 1278.

22 O Paiz. Ano 1911. Edição A00068, p. 1376.

23 Idem, p. 4651.

Exercendo as atividades comerciais na capital, Coronel Manoel Joaquim Cardoso cada vez mais se achava inserido na alta sociedade do país. Como exemplo de seu prestígio social, ele foi convidado e participou da Exposição Agropecuária realizada em agosto de 1908, no Rio de Janeiro. Um evento de grande porte, que contou com a presença do Presidente da República e do Ministro da Viação na abertura. Ele foi um dos expositores, ao lado de figuras importantes do país, como o Conde de Modesto Leal, o Barão do Paraná e o Dr. José Bonifácio de Andrade e Silva. Na ocasião, ele expôs “um touro hollandez”²⁴.

Além disso, Manoel Joaquim Cardoso foi citado nominalmente como uma das pessoas que participaram da missa solene, realizada no dia 29 de dezembro de 1908, “comemorando o 19º aniversário do seu falecimento, na matriz do Santíssimo Sacramento, em sufrágio da alma da imperatriz D. Thereza Cristina. A missa foi mandada rezar pela Sociedade de Reverencia à Memória de D. Pedro II”²⁵.

Em 19 de agosto de 1909 ele aparece como um dos chefes políticos de Barra Mansa, conforme carta publicada em jornal da capital:

Todos sabem que os chefes políticos de Barra Mansa, como os Drs. Ponce de Leon (pai e filho), coronel Jeremias de Mendonça, coronel João Baptista Soares Junior, Dr. Henrique Guimarães, major Eugenio Caetano, major Pereira Barbosa, Dr. Ary Fontenelle, coronel Amandio Gareez, coronel Manoel Joaquim Cardoso, capitão Eugenio Campagnac e outros, acompanham, desde 1901, e com firmeza, a orientação do eminente Dr. Nilo Peçanha, e que assim, nunca contrariariam uma orientação firmada pelo conspícuo e querido chefe republicano – Quintino Bocayuva”²⁶.

Mas uma informação relevante dá conta de que há pelo menos três anos antes o Coronel Cardoso já possuía negócios e/ou propriedades no município de Valença, uma vez que aos nove de maio de 1906 nasceu o seu filho Manoel Joaquim Cardoso Junior, em São Sebastião do Rio Bonito. Porém, em 1904 já havia nascido Berenice de Almeida Cardoso, a primeira filha do

24 O Paiz. Ano 1908. Edição 08724, p. 3.

25 O Paiz. Ano 1908. Edição 08853, p. 3.

26 O Paiz. Ano 1909. Edição 09085, p. 3.

seu matrimônio com Alda Flausina de Almeida Cardoso, filha de Bonifacio Flausino da Silva e de Constancia de Almeida da Silva.

Além deste segundo matrimônio com dona Alda – em relação a quem não obtivemos êxito em localizar outras informações até o momento –, o que chama mais a atenção é o fato de o parto do segundo filho ter ocorrido em São Sebastião do Rio Bonito, atual Pentagna, distrito de Valença. Pois, como vemos a seguir, Coronel Cardoso comprou três fazendas no município de Valença, todas à época situadas no atual distrito de Parapeúna, que naquele tempo fazia parte do território de São Sebastião do Rio Bonito, onde nasceu Manoel Cardoso Júnior.

Portanto, com base nesta informação podemos supor que o Coronel Cardoso já possuía negócios e pelo menos uma fazenda em Parapeúna em maio de 1906. Mas alguns registros sugerem que somente por volta de 1910 ele se mudou para a suntuosa casa sede da Fazenda São Fernando, que foi transformada em uma espécie de núcleo central de seus empreendimentos, conforme pesquisa realizada pelo INEPAC:

O coronel Manoel Joaquim Cardoso, importante político local, adquiriu no início dos anos 1910 a fazenda São Fernando situada às margens do rio Preto. Visionário, ele se tornaria um dos maiores produtores de café do vale do rio Preto. Diversificou as atividades para a agropecuária e construiu uma usina hidroelétrica no vizinho rio São Fernando que ainda está em funcionamento²⁷.

De fato, corria o ano de 1907 quando o Coronel Cardoso comprou a Fazenda Sant'Anna do Turvo – “uma das mais importantes fazendas de Barra Mansa do século XIX”²⁸, também situada em Amparo. E nesta data ele também já era o proprietário da Fazenda Crissiúma, entre outras, no município de Barra Mansa, conforme registrado pelo historiador Roberto Guião:

O Coronel Cardoso, como era conhecido, foi fazendeiro, empresário, capitalista, na verdade milionário. De nacionalidade portuguesa, radicado em Valença, além de várias propriedades em Amparo, dentre elas a fazenda de Crissiúma, e de Santa Thereza, esta no vizinho e antigo

27 Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense – Fazenda São Fernando, INEPAC, 2008, p. 99.

28 LIMA, Roberto Guião de Souza. Fazenda Santa Anna do Turvo – Fragmentos da História. Volta Redonda: s.n., 2019, p. 26.

distrito barra-mansense de Volta Redonda, foi também proprietário de várias outras fazendas em diferentes locais²⁹.

Não obstante a incerteza quanto à data de chegada do Coronel Cardoso ao município de Valença, fato é que ele se tornou num curto lapso de tempo o proprietário de três das principais fazendas do ciclo do café na região: São Paulo, São Fernando e São Francisco, fundadas por potentados membros da família Fortes Bustamante Sá. Vale ressaltar que todas possuíam suntuosas e luxuosas casas sedes, condizentes para receber um abastado cavalheiro e sua família, como o era o Coronel Cardoso.

Consta em manuscritos de sua filha Berenice que o Coronel Cardoso chegou a ser o proprietário de nove grandes fazendas no estado do Rio de Janeiro: Santa Thereza, Fazendinha, Pinhal, Duas Barras, Santana do Turvo, Crissúma, além das já citadas São Fernando, São Paulo e São Francisco³⁰.

Outra informação de relevo nesse sentido, também baseada na tradição oral familiar³¹, nos dá conta de que se tratava de uma pessoa muito forte e trabalhadora. “Falavam que ele saía de madrugada a cavalo da Fazenda São Fernando, passava pela Fazenda São Paulo, por Amparo e Quatis até chegar a Fazenda Santana do Turvo, percorrendo num total de 54 Km” – recorda Paulo Fernando de Andrade Corrêa da Silva (Poleca) sobre aquilo que sempre ouviu do seu pai, que era filho do Capitão Godofredo Corrêa da Silva. “E o mais interessante é que ele administrava esta propriedade durante o dia e ainda voltava no mesmo dia a São Fernando, quando já contava com mais de 50 anos de idade nesta época” – acrescenta.

Os primeiros registros dele naquela região do município de Valença, no entanto, estão relacionados à linha férrea, cujo prolongamento dos trilhos da Estação Rio Preto, em Parapeúna, até a Fazenda São Fernando foi inaugurado em 1914. Consta que foi o Coronel Cardoso quem “forneceu o terreno para a construção da estação ferroviária que tomou seu nome e hoje é uma escola. A estação foi inaugurada em 1914 e a agência postal no ano seguinte”³².

29 Idem.

30 Informação coligida junto ao senhor Almir Mansur Cardoso, filho de Berenice e neto do Coronel Cardoso.

31 Informação coligida junto ao senhor Paulo Fernando de Andrade Corrêa da Silva (Poleca), neto do Capitão Godofredo Corrêa da Silva.

32 Disponível em: AGENCIAS POSTAIS: História Postal do Rio de Janeiro através de suas agências e seus carimbos. <https://agenciaspostais.com.br/wp-content/uploads/2021/11/ERJ0321-coronel-cardoso-valenca.jpg>. Acesso em: 28 maio 2024.

Nesse mesmo sentido aparece no site sobre as Estações Ferroviárias do Brasil:

A estação de Coronel Cardoso foi aberta em 1914, já com o trecho que ligaria a estação de Rio Preto (Parapeúna) a Santa Rita do Jacutinga, onde a linha se encontrava com a E. F. Sapucaí, na linha da Barra – mais tarde, operada pela RMV. A estação ficava na Fazenda São Fernando e atendia a ela, que ficava do lado fluminense e não do mineiro. O nome vinha do dono da fazenda na época de sua abertura, Coronel Manoel Joaquim Cardoso³³.

Assim, em 1914 o Coronel Cardoso já se destacava como um grande benfeitor do município de Valença, uma vez que o prolongamento daqueles trilhos beneficiou sobremaneira todos os moradores daquela região, inclusive ele próprio, logicamente.

A seguir, neste mesmo ano, o seu nome já aparece entre os proprietários dos “Principaes Estabelecimentos Ruraes do Estado do Rio de Janeiro – correspondente”³⁴. E a partir de 1915, o Coronel Manoel Joaquim Cardoso começa a aparecer entre os principais “negociantes de Valença”, com a empresa que se chamava “Manoel Cardoso & Cia.”³⁵.

Mas ele continuou com a sua estratégia de diversificar as suas áreas de atuação e investimento e, ao mesmo tempo, também possuía um “armazém, fazendas, ferragens, seccos e molhados”³⁶ em Valença. Isto porque ele logrou êxito em produzir café em uma quantidade só vista na época em que se empregava mão-de-obra de escravizados de origem africana. Para isto, construiu uma extensa morada de casas na Fazenda São Fernando e trouxe muitos europeus para trabalharem em seus vastos cafezais. Além disso, intensificou a pecuária de corte e de leite, que já realizava em suas fazendas em Amparo.

Se não bastasse, no ano de 1926 construiu uma usina para fornecimento de energia elétrica às suas fazendas, numa cachoeira existente no ribeirão São Fernando. A engenhoca foi tão bem planejada, que com o excedente

33 Disponível em: Estações Ferroviárias do Brasil. http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj-auxiliar_ramais/celcardoso.htm. Acesso em: 28 maio 2024.

34 Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Ano 1914. Ed. B00070, p. 4411.

35 Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Ano 1916. Ed. B00070, p. 1638.

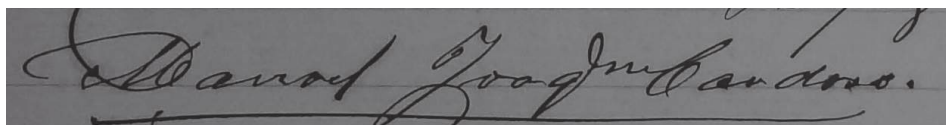
36 Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Ano 1919. Ed. B00076, p. 4078.

produzido o Coronel Cardoso conseguiu levar luz à Vila de Parapeúna, melhorando a qualidade de vida do distrito. “Visionário, ele se tornaria um dos maiores produtores de café do vale do rio Preto. Diversificou as atividades para a agropecuária e construiu uma usina hidroelétrica no vizinho rio São Fernando que ainda está em funcionamento”³⁷.

Mais do que isso, ele chegou a construir uma fábrica de alumínio nesta mesma fazenda, outra novidade para a época. “Essa fazenda, em 1928, possuía plantação de café, usina elétrica própria e uma fábrica de alumínio”³⁸.

Como de praxe acontecia, por ter se tornado uma pessoa pública de destaque e benquisto na sociedade local, Coronel Cardoso entrou para a vida política e foi eleito vereador em Valença, para o mandato 1916/1918, tomando posse aos 11/03/1916. E, em 1922, foi eleito prefeito do município de Valença, tomando posse aos 09/09/1922, para o triênio 1922/1924. E, por fim, foi reeleito prefeito para o mandato seguinte (triênio 1924/1926), cuja posse ocorreu no dia 15/06/1924.

Mais impressionante ainda é que apenas alguns anos depois o Coronel Cardoso já ocupava também um dos cargos de maior destaque e prestígio junto à sociedade valenciana: provedor da Casa de Caridade e Santa Casa de Misericórdia da cidade, cujo imóvel em que funcionava a sede era um dos mais suntuosos de Valença: “dentre os edifícios públicos, sobressaem a igreja matriz, a Casa de Caridade, a Cadeia, o teatro da Glória e a igreja Presbyteriana”³⁹.

A black and white photograph of a handwritten signature in cursive script. The signature reads "Manoel Joaquim Cardoso." and is written on a light-colored, possibly aged, paper.

Assinatura de Manoel Joaquim Cardoso, 1928.

Acervo Particular de Rodrigo Magalhães.

37 Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense – Fazenda São Fernando, INEPAC, 2008, p. 99.

38 Idem.

39 Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ). Ano 1919. Ed. B00076, p. 4078.



Retrato do Coronel Manoel Joaquim Cardoso.

Acervo da Santa Casa de Misericórdia de Valença/RJ.

Importante é destacar que ele ocupou este cargo não remunerado em 1919, e depois em 1922, 1924, 1925 e 1926, ou seja, concomitantemente com o cargo de prefeito, destacando-se, assim, como um dos maiores benfeitores da área da saúde e assistência social do seu tempo.

A Fazenda São Fernando, situada na localidade denominada hoje de Coronel Cardoso, situada próximo à divisa com o território do distrito de Parapeúna, foi fundada por Carlos Theodoro de Souza Fortes – Barão de Santa Clara, o maior proprietário de escravos de que temos registro em todo o Vale do Rio Preto. Algumas publicações dão conta de que ele chegou a possuir três mil escravizados, espalhados pelas duas maiores fazendas da região, das quais ele era o único dono no final do século XIX: São Fernando e Santa Clara, sendo esta última herdada da irmã, Viscondessa do Monte Verde, que falecera sem deixar filhos.

A partir de 1910, Coronel Cardoso passou a ser domiciliado também na Fazenda São Fernando – uma espécie de núcleo central das diversas fazendas que possuía pela região, aquele que é considerado o último “Rei do café do estado do Rio de Janeiro” de que temos notícias⁴⁰.

40 MAGALHÃES, Rodrigo. Parapeúna: 100 anos do Distrito Valenciano que faz divisa com Minas Gerais. Valença: Interagir Editora, 2024, p. 54.

Muito embora a São Fernando tenha ficado no território do distrito de Conservatória, com as regras que modificaram os limites interdistritais do município de Valença a partir de 1938, quando da criação do distrito de Parapeúna (em 1924), a propriedade ainda estava no território deste último. Além disso, é inegável que a ligação afetiva e de negócio deste importante fazendeiro e político de Valença era com Parapeúna, a povoação mais próxima de sua fazenda-domicílio⁴¹.



Fazenda São Fernando vista do trem, 1927.

Imagem extraída de vídeo recuperado pelo Laboratório Universitário de Preservação Audiovisual (LUPA) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Em um interessante vídeo descoberto recentemente, datado do dia sete de outubro de 1927, quando o então Presidente do Brasil Washington Luís saiu de trem especial da capital (Rio de Janeiro) tendo como destino a Fazenda Santa Clara, o Coronel Cardoso foi descrito como “O Rei do Café do Estado do Rio de Janeiro” pelos jornalistas membros da comitiva oficial que acompanhara o Presidente da República, ocasião em que fizeram uma

41 Idem.

rápida parada na Estação de Cardoso, na Fazenda São Fernando, onde o presidente Washington Luís foi festivamente recebido e cumprimentado pelo Coronel Cardoso.



Coronel Cardoso, sendo cumprimentado pelo Presidente da República, 1927.

Imagem extraída de vídeo recuperado pelo Laboratório Universitário de Preservação Audiovisual (LUPA) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Mas antes disso, em uma publicação de um jornal do Rio de Janeiro, datada de sete de junho de 1924, ele já era chamado de “Rei do Café”⁴²: “O Sr. Coronel Manoel Joaquim Cardoso, ‘Rei do Café’ no Estado do Rio, ‘pos-sando’ para foto entre correligionários por ocasião da eleição para prefeito da cidade fluminense de Valença”.

42 Jornal Fon-Fon. Rio de Janeiro, 7 de junho de 1924.



Jornal Fon-Fon. Rio de Janeiro, 07/06/1924.

Acervo Particular de Rodrigo Magalhães.

Consta que em meados da década de 1920 o Coronel Cardoso era, de fato, um abastado. Um grande milionário. Isto porque além da maior plantação de café do estado do Rio de Janeiro, ele era proprietário de, entre outras coisas, uma usina hidrelétrica, uma fábrica de alumínio, um grande comércio, de nove grandes fazendas, além de diversos imóveis na cidade de Valença. Entre outros, ele chegou a ser dono, em algum momento, dos imponentes prédios que hoje abrigam o Hotel Valenciano, o Palácio Episcopal, o Colégio Theodorico Fonseca e parte do campus da UNIFAA.

Desta forma, dono de uma fortuna milionária, caridoso e muito ligado à Igreja Católica, desde os tempos em que vivia em Portugal, o Coronel Cardoso foi uma personagem fundamental para se conseguir criar a Diocese de Valença, em 1925. "Coração magnânimo, foi ele que doou o prédio da praça

Visconde do Rio Preto para a sede do bispado, quando foi criada a Diocese de Valença. Doou também o imóvel de 64.320m² para a criação do 1º ginásio na região (Ginásio Valenciano São José)”⁴³.

Foi assim, com a generosa doação de, além de apólices, dois grandes imóveis – uma espécie de palacete situado no coração da cidade e uma extensa chácara com casa de morada localizada bem próxima ao atual centro – que o Coronel Cardoso participou de maneira efetiva para se formar o necessário patrimônio a fim de viabilizar o surgimento da diocese valenciana.

Por esse motivo é apontado por Leoni Iório, o principal memorialista valenciano, em sua consagrada obra intitulada ‘Valença de Ontem & de Hoje’, como “um dos principais benfeitores da Diocese de Valença”⁴⁴.

Este mesmo reconhecimento está registrado no site oficial da Diocese de Valença, conforme transcrição a seguir:

Ora, tendo-se conseguido a permanência do Bispado em Barra do Piraí, ao mesmo tempo conseguiu-se, em Valença, no prazo relâmpago de 24 horas, levantar-se o patrimônio necessário para a criação da Diocese, através de doações e subscrições populares [...] o Coronel Manoel Joaquim Cardoso, sem dúvida um dos maiores benfeitores da Diocese, para a qual legou o prédio onde até hoje encontra-se instalado o palácio episcopal e o prédio e chácara onde outrora funcionou o Colégio Valenciano São José hoje, infelizmente, perdido pela Diocese”⁴⁵.

Mas no ano de 1929, aconteceu o que nenhum valenciano poderia imaginar: o Coronel Cardoso faliu! A tradição oral local, conforme entrevista realizada junto aos moradores mais antigos da localidade de Coronel Cardoso, preserva a história passada de geração a geração, de que a falência do Coronel Cardoso aconteceu em função de uma trapaça. Ou seja, por meio de um contrato fraudulento celebrado com dolo de se usurpar toda a fortuna de Manoel Joaquim Cardoso, por volta de 1929. E o pior: segundo os informantes, o idealizador deste golpe fatal – literalmente, porque levou o benfeitor coronel a morte tempos depois, teria sido o seu próprio genro, que

43 Idem.

44 IÓRIO, Leoni. Valença de ontem e de hoje: subsídios para a história de Valença. Valença: Dipix, 2013, p. 218.

45 Disponível em: Diocese de Valença. <https://diocesedevalenca.org/diocese-de-valenca/>. Acesso em: 28 maio 2024.

se chamava Narciso Ribeiro Barcellar e era casado com a sua filha Berecine e, pasmem, também era português. Mas além de mentor do golpe, ele também teria sido beneficiário, uma vez que “trabalhava no Banco Magalhães, que fez o contrato maldoso com o coronel”.

Consta dos registros familiares que Narciso “possuía uma situação financeira regular”, e que o mesmo “era frequentador assíduo do Cassino da Urca, no Rio de Janeiro”. Narciso e Berenice tiveram apenas uma filha, Laís, nascida em 1924. Após o golpe no sogro em 1929, ele teria se mudado para o Uruguai, onde Berenice se separou do marido e voltou ao Brasil, tendo Narciso seguido com a filha do casal para Portugal, onde permanecera até a morte. Berenice se casou novamente com Wehbe José Mansur, um bem-sucedido comerciante libanês do Rio de Janeiro, onde nasceu o único filho do casal: Almir Mansur Cardoso.

O memorialista da localidade de Coronel Cardoso, Joaquim Manoel de Oliveira Monteiro, registrou em livro de memórias (romance) a história relacionada a esta trapaça com o título de “Um Coronel Analfabeto”:

Os entendimentos verbais previam o pagamento do empréstimo em arrobas de café. Porém, sabendo que o Coronel era analfabeto, seu genro, que era diretor da Companhia Magalhães, redigiu o contrato indicando sacas de café, como forma de pagamento. Levando-se em conta que uma arroba pesa 15 quilos e uma saca 60 quilos, o Coronel acabou assinando um contrato fraudulento, no valor de quatro vezes aquilo que tinha combinado. O Coronel foi levemente lesado por seu próprio genro [...] Humilhado e abatido, o Coronel Cardoso definiu até a morte⁴⁶.

Embora acreditemos na veracidade do golpe fatal, não nos parece correto sugerir que o Coronel Manoel Joaquim Cardoso fosse analfabeto. Nem mesmo semialfabetizado. Conforme visto, ele nasceu em uma família que tinha boas relações sociais em Portugal, o que é um indicativo de que possuíam pelo menos razoável situação financeira. Corrobora esta interpretação o fato de o mesmo ter se tornado um empresário de grande sucesso no Brasil, com atuação em diversas atividades econômicas, além de muito ativo nos círculos sociais da capital do país, inclusive.

46 MONTEIRO, Joaquim Manoel de Oliveira. Dos Barões aos Coronéis. Volta Redonda: Gráfica e Editora Bandeirantes, 2003. p. 131.

Certamente a consecução do contrato que o levou à falência tem mais a ver com outros fatores, como a confiança exagerada no genro e a idade avançada na época em que o mesmo fora celebrado. Coaduna com esta tendência a opinião manifestada pelo respeitável advogado do espólio do Coronel Cardoso, doutor Alays Leite Pinto:

Muito rico possuía milhões de pés de café, no entanto veio a morrer pobre, vítima que foi da má fé de alguns de seus contemporâneos: o referido coronel assinou contrato leonino pelo qual se obrigou a vender sacas (60 Kg) a preço de arroba (15 Kg); isto é, vendeu sacas pela quarta parte do valor corrente. Essa a emérita vítima dos desonestos da época⁴⁷.

Mas, certamente o principal motivo da quebraadeira foi a chamada “Grande Depressão”, também conhecida como “Crise de 29”, que foi a maior crise financeira da história dos Estados Unidos, que teve início em 1929 e persistiu ao longo da década de 1930, espalhando-se para a maioria dos países industrializados. Ela foi a responsável pela falência dos principais cafelistas daquele período no município de Valença, que não conseguiram mais vender o café que tinham para outros países e certamente o Coronel Cardoso não deve ter escapado sem grandes prejuízos financeiros.

Nesse sentido, escreveu o hábil pesquisador valenciano Adriano Novaes:

Após a crise de 1929, o coronel Cardoso começou a passar por dificuldades. Nessa ocasião, apoiou financeiramente a candidatura do Dr. Júlio Prestes à Presidência da República. No entanto, a revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, impediu a posse do presidente eleito. Após este baque, o Coronel associa-se ao seu maior comprador, a Companhia Magalhães, constituindo a Companhia Magalhães, Cardoso LTDA. Seis anos mais tarde, em 1935, a fazenda pertencia somente à família Magalhães, que constituiu uma nova sociedade, a Fazendas Reunidas Magmam – FAREMA⁴⁸.

Fato é que todos os seus bens passaram para o Banco Magalhães, da Bahia, que convidou o capitão Godofredo Correa da Silva para ser o

47 PINTO, Alays Leite. A causa do Ginásio Valenciano São José. Valença: [s.n.], [s.d.], p. 4.

48 Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense – Fazenda São Fernando, INEPAC, 2008, p. 99.

depositário das três fazendas que eram devidas pelo Coronel Cardoso ao banco, no município de Valença, que passaram a ser chamadas de “Reunidas Magalhães”. Um neto de Godofredo recorda que o Coronel Cardoso passou a residir, “de favor”, em um dos cômodos da Fazenda São Fernando, onde permaneceu triste, solitário e abatido até os últimos de seus dias.

Ele faleceu na casa sede da Fazenda São Fernando, na época território de Parapeúna, distrito de Valença, em agosto de 1932, com 77 anos de idade. Não logramos êxito em localizar a sua certidão de óbito, mas se comenta que o seu corpo foi trasladado de trem para o Rio de Janeiro e sepultado no Cemitério de São Francisco Xavier, onde o neto Almir Cardoso recebeu a triste notícia de que o seu avô fora “enterrado em cova rasa”, ou seja, no próprio solo, sem qualquer tipo de construção que permita localizá-la.

E mesmo depois de cerca de dois anos em uma espécie de retiro voluntário, a morte do coronel Manoel Joaquim Cardoso foi destaque não só nos jornais regionais, mas também na capital do Brasil, onde aconteceram as missas de sétimo dia por sua alma, na majestosa Igreja da Candelária.



Jornal Correio da Manhã, de 07/08/1932.

Acervo particular de Rodrigo Magalhães.

Conclusão

Este é um breve histórico da biografia de Manoel Joaquim Cardoso, bem como a respeito de sua participação direta e efetiva na criação da Diocese de Valença, que aconteceu no dia 27 de março de 1925. Portanto, no mês de março do próximo ano esta importante circunscrição eclesial católica do Brasil completará 100 anos de existência.

Sendo assim, torna-se importante destacar todas as personagens que fizeram (e fazem) parte da história desta diocese. E, certamente, entre os vultos ligados à criação desta instituição centenária valenciana não se pode deixar de lembrar do nome de Manoel Joaquim Cardoso. Ainda mais que, não obstante ser reconhecido como um dos seus maiores beneméritos, pode-se dizer que ele é um personagem praticamente esquecido da historiografia do município.

Por essa razão, revisitar a sua trajetória de vida dedicada à caridade e benevolência significa fazer uma viagem na história da Diocese de Valença, ao mesmo tempo em que resgatamos este personagem que, surpreendentemente, permaneceu esquecido por um lapso de tempo de 100 anos e que agora merece ser evidenciado e enaltecido.

Enfim, o presente texto pretendeu aportar informações de relevo a respeito de um respeitável benemérito da Diocese de Valença, cuja história precisa ser conhecida, valorizada e divulgada.

Referências

- IÓRIO, Leoni. **Valença de ontem e de hoje**: subsídios para a história de Valença. Valença: Dipix, 2013.
- LIMA, Roberto Guião de Souza. **Fazenda Santa Anna do Turvo** – Fragmentos da História. Volta Redonda: s.n., 2019.
- MAGALHÃES, Rodrigo. **Parapeúna**: 100 anos do Distrito Valenciano que faz divisa com Minas Gerais. Valença: Interagir, 2024.
- MONTEIRO, Joaquim Manoel de Oliveira. **Dos Barões aos Coronéis**. Volta Redonda: Bandeirantes, 2003.
- PINTO, Alays Leite. **A causa do Ginásio Valenciano São José**. Valença: [S.n.: s.d.].

IX. CRIAÇÃO DA DIOCESE DE VALENÇA

Raimundo César de Oliveira Mattos

Introdução

A Diocese de Valença vem de completar 100 anos de existência. No entanto, pouco se sabe acerca de sua criação e implantação. Apresentamos aqui um pequeno resumo sobre todo o processo que ocorreu entre 1924 e 1925, da idealização à efetivação do projeto, partindo das dificuldades apresentadas para o término da concretização da vizinha Diocese de Barra do Piraí, quando Valença se apresentou como uma alternativa que, por pouco, não viu logrados os planos de também se transformar em bispado.

O principal documento utilizado foi o Livro de Tombo da Diocese, com informações valiosas deixadas pelo então Administrador Apostólico de Barra do Piraí, Monsenhor José Maria Parreira Lara, depois bispo de Santos, além de outros registros. Gostaríamos de registrar nosso agradecimento, *in memoriam*, a D. Elias Manning que, por ocasião da pesquisa realizada no Arquivo Diocesano, aquiesceu em permitir a confecção de cópia do citado Livro de Tombo¹.

Muitas informações foram descobertas então desconhecidas ou, pelo menos, esquecidas em geral, como a participação por demais importante do Comendador Nicolau Leoni, citado apenas como um dos benfeitores da criação da diocese mas que, em determinado momento, foi figura chave para que o projeto seguisse adiante. Também a participação de Monsenhor Lara, que se apresenta como o grande responsável pela criação das duas dioceses.

Fato curioso foi o posicionamento do pároco da então igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória que, no meio do processo, mostrou-se contrariado e colocou-se contra a criação da diocese, fato que não esmoreceu o ânimo dos envolvidos que conseguiram levar a bom termo o projeto.

1 A pesquisa original foi realizada durante a realização do curso de mestrado na atual Universidade de Vassouras.

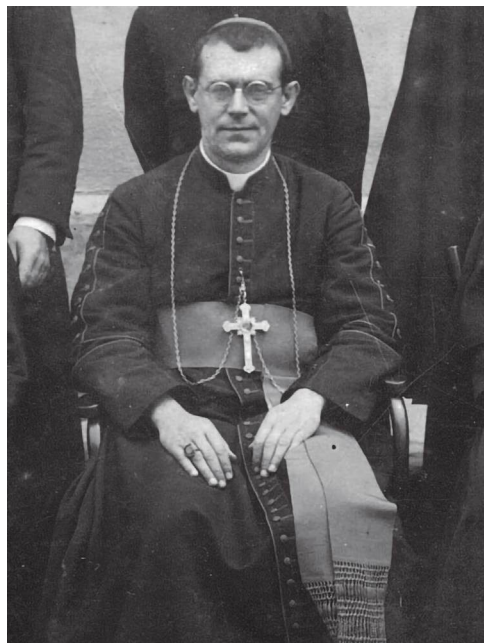
Enfim, alguns detalhes necessitam de mais informações e uma pesquisa posterior apresenta-se como ideal para deslindarmos fatos ainda um tanto obscuros. Entretanto, acreditamos que o que aqui apresentamos seja de grande importância para a compreensão deste momento histórico tão importante não apenas para a Igreja mas para toda a cidade de Valença e as demais que compõem a diocese agora centenária.

Da idealização à implantação

A Diocese de Valença, criada em 1925, segundo o seu Livro de Tombo, foi inicialmente idealizada por Monsenhor José Maria Parreira Lara, então Administrador Apostólico da vizinha Diocese de Barra do Piraí, em fase de instalação. Este organizou um pequeno e detalhado histórico do período anterior à criação do bispado valenciano, datado de 03 de janeiro de 1924 e que abre o citado Livro de Tombo², apesar de o seu termo de abertura trazer a data de 14 de setembro de 1925.³ O autor apresenta-se como o propulsor da criação dos dois bispados, infelizmente esquecido até o momento.

2 A maior parte das citações aqui presentes são do Livro de Tombo, razão pela qual não faremos menção específica em cada uma.

3 Não conseguimos descobrir, ainda, a razão da incongruência das datas. Talvez o texto tenha sido redigido antes da abertura do livro e, só depois, para ele transcrito.



Monsenhor José Maria Parreira Lara, depois bispo de Santos.

Antes mesmo de ser definida a criação da diocese os diversos elementos envolvidos no processo firmaram uma escritura de compromisso de doação, datada de 03 de novembro de 1924, e que se encontra no Arquivo Diocesano de Valença. O mesmo arquivo ainda possui documentos importantes para se conhecer todo o andamento da criação, como as nomeações dos membros da Comissão Pró-Bispado feitas em 1924 por Monsenhor Lara, bem como diversos documentos da referida comissão e das subcomissões instituídas: para o município de Valença, a Freguesia de Desengano, atual Juparanã, a Freguesia de Ipiabas, que depois passou para a cidade e a diocese de Barra do Piraí, a Freguesia de Conservatória, a Freguesia de Santa Isabel, o Distrito de São Sebastião do Rio Bonito, atual Pentagna e o Distrito de São Sebastião do Rio Preto, atual Parapeúna. Por tais documentos verificamos o envolvimento da população valenciana e das principais famílias da cidade no projeto de instalação da Diocese: Cardoso, Pentagna, Fonseca e Leoni.

Tudo teve início com os planos para a criação da Diocese de Barra do Piraí⁴, que não podendo ser logo ereta por falta de patrimônio organizado, levou à cogitação entre as autoridades eclesiásticas da possibilidade de se transferir tal criação para outra cidade próxima que dispusesse do patrimônio indispensável para tanto. Ora, tendo-se conseguido a permanência do Bispado em Barra do Piraí, ao mesmo tempo conseguiu-se, em Valença, no prazo relâmpago de 24 horas, levantar-se o patrimônio necessário para a criação da Diocese através de doações e subscrições populares. Confirmou-se, assim, o espírito religioso do povo evangelizado desde os primórdios da fundação da Aldeia de Valença.

Podemos dividir, como faz Leoni Iório, em dois aspectos os esforços empreendidos para a formação de nossa Diocese. Pelo lado espiritual, o mencionado historiador e escritor valenciano destaca o trabalho daqueles que denomina “precursores e patrocinadores da criação do Bispado de Valença”. São eles o Comendador Nicolau Leoni, o qual recebeu do Papa Pio XI a comenda de honra pelos serviços que prestou à Santa Igreja e o então vigário Padre Antônio Corrêa Lima⁵. Já pelo lado material, obviamente necessário, o Coronel Manoel Joaquim Cardoso, sem dúvida um dos maiores benfeitores da Diocese, para a qual legou o prédio onde até hoje encontra-se instalado o palácio episcopal e o prédio e chácara onde outrora funcionou o Colégio Valenciano São José, hoje perdido pela Diocese; o Comendador José da Siqueira Silva da Fonseca, que recebeu do Papa Pio XII a comenda da Ordem Equestre de São Gregório Magno; a Família Pantagna, “representada pela veneranda D. Urbana de Castro Pentagna, Nicolau Pentagna, Drs. Humberto de Castro Pentagna e Savério Pentagna”. Todos contribuíram com valores monetários para a formação do patrimônio diocesano, bem como com apólices da Dívida Pública. Mas devemos destacar, também, a já citada colaboração do povo valenciano. Dentro das posses e possibilidades de cada um, a Diocese nasceu já fruto do esforço e desprendimento de seus filhos, do maior ao menor, do mais prestigiado ao mais humilde.

4 A Diocese de Barra do Piraí foi criada pelo Papa Pio XI em 4 de dezembro de 1922. De seu vasto território destacado da Diocese de Niterói, foram desmembradas a Diocese de Valença, em 1925, a Diocese de Nova Iguaçu, em 1960, e a Diocese de Itaguaí, em 1980. Só em 23 de julho de 1923, a Diocese de Barra do Piraí foi instalada, sendo nomeado seu Administrador Apostólico, Monsenhor José Maria Parreira Lara, sucedido em maio de 1925 por Monsenhor Alfredo da Silva Bastos.

5 Já o registro feito no Livro de Tombo aponta para a mudança de opinião do vigário, que será abordada mais adiante.

Retornando ao relato do Livro de Tombo da Diocese, encontramos detalhes deixados por D. Lara que resolveu, no mesmo ano de 1924, dirigir-se à Nunciatura Apostólica no Rio de Janeiro para expor as dificuldades em integralizar o patrimônio para a criação da Diocese de Barra do Piraí ao então Núncio, D. Henrique Gasparri. Além disso, iria também informar que procurava um benfeitor, explicitando as vantagens que teria essa diocese se conseguisse obter o antigo prédio do Atheneu Valenciano⁶ para a implantação de um seminário. Indagaria ainda se, encontrado o benfeitor, e se esse fizesse questão da transferência da sede episcopal, poderia aceitar a proposição. Nota-se aqui a sua disposição de, verificadas as questões, dar início aos preparativos para a criação de uma diocese também em Valença. A ideia foi aceita pelo núncio, com a ressalva de que tudo se desse com a oficialização dos documentos legais, animando-se D. Lara com a ideia de se tratar do colégio.

Passado um tempo, após alguns contratempos, ao regressar de uma viagem a Minas Gerais, D. Lara passou por Valença, onde se encontrou com o Coronel Cardoso, com o senhor José de Siqueira Silva da Fonseca, o Comendador Pentagna, Dr. Savério Pentagna e o Senhor Nicolau Leoni. Este último, por sinal, “tornando-se de uma dedicação fora do comum”, passa a ser altamente mencionado no texto de D. Lara daqui para a frente. Reunidos na casa do vigário, Monsenhor Lara expôs o que deviam fazer. Foi lavrado, na ocasião, um documento de responsabilidade que, no entanto, não foi aceito pelo núncio. Voltando o administrador a Valença, foi lavrada, desta vez, uma escritura pública ficando estabelecido que o Coronel Cardoso doaria o prédio e a chácara do antigo Atheneu e o Paço Episcopal; o senhor José de Siqueira Silva da Fonseca e a Família Pentagna, as apólices. Nesse mesmo dia, o Coronel Cardoso adquiriu o prédio pertencente ao senhor Hipólito, situado na Praça Visconde do Rio Preto, e foi considerado em condições por D. Lara para servir como residência episcopal mediante alguma reforma.

6 Colégio de denominação evangélica que funcionou onde depois se instalou o Colégio Valenciano São José.



D. Henrique Gasparri – Núncio Apostólico por ocasião da criação da Diocese de Valença.

Foi exposta ao núncio a situação em que se encontravam os preparativos e entregue a ele a escritura, tendo o mesmo ordenado que se tratassem, assim, dos documentos para serem levados a Roma, o que foi feito em pouco tempo. D. Lara, por sua vez, pediu aos valencianos que nada dissessem pela imprensa enquanto não tivessem a solução da Santa Sé, o que foi fielmente cumprido, contribuindo, segundo suas palavras, para o bom êxito da empreitada. O núncio apresentou logo o pedido à Santa Sé para a criação da Diocese de Valença junto com a de Barra do Piraí. Os de Barra do Piraí não aceitaram⁷. Os de Valença, apesar da posição de alguns, tendo à frente o vigário que se mostrava o mais contrariado com certa facilidade, aceitaram o conselho de D. Lara e deram um documento aceitando a proposta, somente com reservas ao colégio, que em hipótese alguma poderia ser transferido de Valença. Passou-se a esperar a decisão da Santa Sé.

7 Não se relata o motivo.

Meses depois o núncio comunicou oficialmente a D. Parreira Lara que a Sagrada Congregação lhe ordenou que concedesse um prazo aos habitantes de Barra do Piraí para integralizar o patrimônio diocesano e, passado esse prazo e não o tendo feito, o núncio desse curso à aceitação da proposta dos valencianos, com a transferência da sede episcopal de Barra do Piraí para Valença. Inesperadamente, “o Senhor Álvaro Rocha salvou a situação” de Barra do Piraí. Ligou-se à comissão e, com “sua boa vontade, esforço pessoal, empreendendo viagens e, sobretudo a sua condição de chefe político, firmou a diocese do sul do Estado do Rio de Janeiro em Barra do Piraí”. Isso fez ruir o desejo dos valencianos, mas deu-se por satisfeito o administrador apostólico por terminar sua missão, que era integralizar o patrimônio diocesano de Barra do Piraí. Valença seria, quando muito, uma saída caso Barra se tornasse inviável.

O vigário de Valença, ao que parece, mudou de parecer em relação à implantação de uma diocese em Valença, tendo ficado “magoado, e com razão”, uma vez que “dizia-se com certeza, pelo seu poder, seria criado o Bispado”. Em obediência à ordem do núncio, no entanto, transmitida pela comissão de Barra do Piraí, no dia seguinte D. Lara dirigiu-se à fazenda do Coronel Cardoso, com o fim de alcançar dele que renunciasse ao Atheneu Valenciano, doando-o à Mitra de Barra do Piraí, comprometendo-se esta a manter lá, o quanto antes, o Colégio diocesano. Antes de partir, telegrafou ao senhor Nicolau Leoni, pedindo o seu auxílio. O Coronel Cardoso aquiesceu, colocando o prédio à disposição, só exigindo que fosse aberto o quanto antes um colégio secundário para meninos.

A partir desse momento passamos a notar o papel esquecido ou mal documentado de Nicolau Leoni o qual, lamentando-se de tamanho esforço inútil, e “entre diversas tentativas pensadas, firmou-se a pedir a criação de uma nova diocese com sede em Valença”. Procurou o Dr. Pentagna e combinaram oferecer à Santa Sé mais cinquenta apólices. D. Lara formaria comissão em todo o município de Valença a fim de angariar entre o povo pelo menos quarenta contos de réis para adaptação do Paço Episcopal e afastamento do altar mor da matriz.⁸

O núncio foi consultado a respeito e mandou que se pusesse em prática a ideia o quanto antes. Nesse meio termo, no entanto, ausentou-se o vigário

8 Necessário para as pontificais, cerimônias presididas pelo bispo, sendo pequeno o espaço do presbitério da capela mor da referida igreja para tanto.

de Valença, licenciando-se “a fim de tomar no Congresso”⁹. D. Lara, por falta de sacerdote, ficou em Valença substituindo-o, “para manter o quanto possível os frutos nas missões que se realizavam”. Por essa ocasião reaparece o vigário e, em conversa na residência do senhor Leoni, mostrou-se contrário ao aumento do patrimônio proposto pelo Dr. Savério Pentagna e irmão, causando “grande desapontamento, porém, nenhum desânimo”.

Regressava de sua viagem à Europa o Comendador Pentagna, aguardado por D. Lara, para a reunião da comissão e término dos documentos. Tudo correu bem, mas o comendador não concordou em aumentar o patrimônio em mais cinquenta apólices. Informado o núncio, D. Lara aceitou a proposta, tendo recebido mais dez contos de réis para as despesas. Este ponto está visivelmente obscuro, principalmente em relação à posição ambígua do vigário quanto à integralização do patrimônio para a criação da diocese. No entanto, o plano seguiu em frente.

D. Lara formou o projeto para o desmembramento do território do novo bispado, que seria formado pelos municípios de Valença, Santa Teresa, atual Rio das Flores, Vassouras, Paraíba do Sul e Sapucaia. Estavam ainda em seus planos as paróquias de Bemposta e Cebolas, da diocese de Niterói, pertencentes ao município de Paraíba do Sul, assim como as paróquias de Carmo e Sumidouro, da mesma diocese. Tudo pronto, foi entregue ao núncio o projeto, o qual encarregou o administrador apostólico de obter a aceitação do bispo de Niterói¹⁰ quanto à cessão das quatro paróquias citadas. Inicialmente o bispo não gostou, mas depois informou que iria tratar, na semana seguinte, formalmente com o núncio. Dias depois, deixou seu consentimento na nunciatura, cedendo as paróquias de Carmo e Sumidouro para a nova Diocese de Valença.

Tendo corrido todo o processo como descrito anteriormente, a documentação para a criação da Diocese de Valença foi enviada a Roma, de onde conseguiu parecer favorável. Assim sendo, a 27 de março de 1925, foi expedida a Bula Pontifícia “*Apostolico Oficio*” pelo Papa Pio XI, criando oficialmente a nova Diocese, desmembrados os territórios das então Dioceses de Niterói e Barra do Piraí. É de se destacar ainda que foi posto pelos benfeitores a

9 Fora eleito deputado.

10 Era D. Agostinho Francisco Benassi. O site da Arquidiocese de Niterói traz, a seu respeito, a informação de que, “por sua iniciativa, a Santa Sé criou as dioceses de Campos e Barra do Piraí, desmembradas do território niteroiense, como também seria criada a Diocese de Valença, desmembrada das dioceses de Niterói e Barra do Piraí.

condição, para a dita doação, que a Santa Sé instalasse a sede da nova Diocese de Valença no prazo de seis meses. Em primeiro de maio de 1925 foi expedida nova bula pontifícia, nomeando como primeiro bispo a D. André Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, sobrinho do Cardeal Joaquim Arcoverde. Data deste mesmo dia uma carta do Papa Pio XI ao povo e ao clero de Valença, comunicando oficialmente a nomeação do novo bispo. Decretava a bula de criação que a nova diocese contaria com 13 paróquias separadas da Diocese de Barra do Piraí e outras duas antes pertencentes à Diocese de Niterói. Foi escolhido para executar o mandato apostólico o núncio D. Henrique Gasparri.

Já em outra fonte encontramos alguns detalhes interessantes.¹¹ Esta, até hoje, é sufragânea da Arquidiocese do Rio de Janeiro, ou seja, faz parte da Província Eclesiástica desta Arquidiocese, uma das duas de nosso estado, juntamente com a de Niterói, de onde era parte como única circunscrição até o início deste século governada, até a ereção em 1925, pelo Bispo D. Benassi, segundo nos informa o livro “O Circulista – 38 anos na evolução religiosa de um povo”, do saudoso Monsenhor Natanael de Veras Alcântara, antigo Pároco da Catedral de Nossa Senhora da Glória. Ainda segundo ele, “para facilitar o trabalho apostólico”, o Estado foi desmembrado para acolher as novas Dioceses de Campos, Valença e Barra do Piraí, vindo mais tarde as de Petrópolis, Volta Redonda, Friburgo e Nova Iguaçu.

Continuando em sua descrição no artigo transcrito do jornal paroquial da Catedral de Valença, que possuía o mesmo título do livro citado, de agosto de 1976, “os trabalhos preparatórios foram conduzidos pelo Padre Salgado, cujo levantamento foi levado ao então Núncio Apostólico D. E. Gaspari”, o qual conduziu o assunto à Congregação competente em Roma. Como já mencionado, em pouquíssimo tempo foi levantado o patrimônio necessário para a ereção da nova Diocese e, desta forma, pouco depois foi publicado o ato oficial de criação desta nossa circunscrição eclesiástica, a citada Bula “*Apostolico Ofício*”, de 27 de março de 1925, do Papa Pio XI.

Para reger a recém-criada Diocese, D. André Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, sobrinho de D. Joaquim Arcoverde, primeiro cardeal da América Latina¹². Enquanto o novo Bispo não era ordenado para assumir sua cátedra foi nomeado como Administrador, em 21 de agosto, Monsenhor Alfredo

11 “O Circulista – 38 anos na evolução religiosa de um povo”, de autoria do Monsenhor Natanael de Veras Alcântara.

12 Retomamos as informações já mencionadas por conta da nova fonte que traz pequenas discordâncias.

Bastos¹³, também incansável nos trabalhos preparatórios para que o terreno estivesse pronto para acolher o seu pastor, o seu primeiro Bispo. Criada em março, só em 13 de setembro a Diocese foi canonicamente ereta com a posse de Monsenhor Alfredo Bastos, de acordo com o Livro de Tombo da diocese, como administrador apostólico, na futura Catedral de Nossa Senhora da Glória. Presentes à cerimônia, na ordem em que a ata de posse os nomeia, o Pró-Vigário da Paróquia, Padre José Custódio Pereira Barros, os membros da Comissão Pró-Bispado (Coronel Manoel Joaquim Cardoso, Comendador Nicolau Pentagna, José de Siqueira Silva da Fonseca, Dr. Savério Pentagna e Nicolau Leoni), os membros da Comissão do Município (Capitão Manuel Dias Teixeira, Francisco Ielpo, Francico di Biase, Raif Tabet e Mário da Silva Fonseca), prefeito e vereadores, autoridades da cidade, representantes da imprensa, as Irmandades de Nossa Senhora da Glória, Santa Casa de Misericórdia, Senhor dos Passos, Membros do Apostolado da Oração, Moços Católicos, Congregação da Doutrina Cristã, Escoteiros Católicos, funcionários públicos e fiéis. Foi lido o Decreto da Nunciatura e as Bulas criadoras do Bispado pelo Pró-Vigário e Monsenhor Alfredo Bastos foi oficialmente empossado como Administrador Apostólico. Como de praxe, celebrou-se a Santa Missa. Consta ainda o anúncio feito por Monsenhor Alfredo Bastos da posse do primeiro bispo, D. André, em dezembro.

Em 15 de setembro foi lavrada nova ata, feita pelo Administrador, na qual ele relata novamente a sua posse, tornando público o seu reconhecimento ao Pró-Vigário, responsáveis pela efetivação do bispado e ao “hospitaleiro e generoso povo valenciano pelo modo gentil como me receberam”. Agradece ainda às autoridades municipais e estaduais pela presença e muito particularmente ao prefeito, Coronel Manoel Joaquim Cardoso, por ter oferecido, no Hotel Valenciano, um banquete de confraternização.

Em 28 de outubro foi realizada a cerimônia de sagração episcopal de D. André Arcoverde no Rio de Janeiro, sendo paraninfo o ex-presidente Afonso Pena e tendo como bispos sagrantes o Cardeal Joaquim Arcoverde, D. Sebastião Leme e D. Agostinho Benassi. Representando a cidade de Valença, o Coronel Cardoso, Dr. Humberto Pentagna, Dr. Savério Pentagna, o Comendador Pentagna e Nicolau Leoni.

13 Infelizmente não conseguimos encontrar uma imagem de Monsenhor Alfredo Bastos que substituiu D. Parreira Lara.



D. André Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti.

Existe ainda no Arquivo Diocesano de Valença a declaração feita pelo Monsenhor Alfredo da Silva Bastos comunicando a entrada solene de D. André na cidade e sua posse no dia 08 de dezembro de 1925. Com isso, deu-se por concluído o processo de criação e instalação da Diocese de Valença.

A Diocese conheceu, até o presente, 7 bispos, a saber: D. André Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti; D. Renato de Pontes; D. Rodolfo das Mercês de Oliveira Penna; D. José Costa Campos; D. Amaury Castanho, D. Elias Manning e sendo o atual D. Nelson Francelino Ferreira. Durante o período de sé vacante, entre a renúncia de D. Rodolfo, pela idade, e a posse de D. José, esteve à frente da Diocese D. Agnello Rossi, então Bispo de Barra do Piraí e, posteriormente, elevado ao cardinalato.

Considerações Finais

Pelo que ficou evidenciado, podemos concluir que a Diocese de Valença nasceu do que poderíamos chamar de uma feliz oportunidade, ou seja, das dificuldades em se dar continuidade ao processo de implantação da Diocese de Barra do Piraí. O próprio D. Parreira Lara chega a mencionar, no texto que redigiu no Livro de Tombo, que Valença era uma cidade “espiritualmente fria”, apesar de não explicitar bem o que quis dizer, mas que, devido

ao trabalho incessante de alguns benfeitores, conseguiu, em pouco tempo, reunir os bens necessários para a criação da Diocese.

Ora, tal trabalho foi levado a efeito por membros de destaque da sociedade e da vida política da cidade e da região, contando com o apoio da população local, o que contribuiu para a formação extremamente rápida do patrimônio indispensável para a permissão, junto à Santa Sé, da criação de uma diocese. D. Lara aproveitou a oportunidade e se apresenta como responsável pela criação de dois bispados, o que já estava administrando e a alternativa valenciana que acabou também sendo criada.

É preciso esclarecer ainda a citação de alguns elementos, como a Sra. Urbana de Castro Pentagna, que participou ativamente da Comissão Pró-Bispado mas da qual, e de outros, não foi possível encontrar relatos acerca de sua atuação específica. Encontram-se, e fartamente, relatos sobre o papel dos doadores do patrimônio da diocese, que chegou a “Cr\$ 100.000,00, necessário para a criação da Diocese”.

Enfim, apesar do registro histórico feito por D. Lara, ainda existem vazios a serem preenchidos no tocante a todo o trabalho de implantação da diocese que agora completa 100 anos de existência. No entanto, as informações existentes já denotam que o trabalho desenvolvido pelos participantes no projeto foi grandioso e coroado de êxito, tendo sido levado a efeito em pouquíssimo tempo e ainda contribuído para que a vizinha Diocese de Barra do Piraí finalmente também conseguisse ser implantada.

Referências e Fontes Primárias

Livro de Tombo da Diocese de Valença.

Anuário da Diocese de Valença. Valença: PC Duboc, 2001.

ALCÂNTARA, Natanael de Veras. **O Circulista.** Petrópolis: Vozes, 1983.

IÓRIO, José Leoni. **Valença de ontem e de hoje.** Valença: Cia Dias Cardoso, 1953.

X. UM OLHAR PANORÂMICO DOS BISPOS DA DIOCESE DE VALENÇA: DE DOM ANDRÉ ARCOVERDE A DOM NELSON

Raimundo César de Oliveira Mattos

Introdução

Estando completando o seu primeiro centenário, a Diocese de Valença foi criada pela bula *Apostolico Officio* do Papa Pio XI, de 27 de março de 1925. De lá para cá, já teve sete bispos, desde D. André Arcoverde, que tomou posse a 08 de dezembro de 1925, até D. Néelson Francelino, que assumiu em 2014 e está à frente do bispado até os dias atuais.

Cada um dos bispos teve uma característica marcante: D. André, o fundador, que se destacou como o grande bispo da educação; D. Renato, o mais jovem bispo até então nomeado e que, infelizmente, após grave doença, faleceu com menos de dois anos na diocese; D. Rodolfo Pena, o bispo dos congressos eucarísticos, da construção de igrejas e capelas, dinâmico e que precisa de mais atenção pelas grandes obras que realizou; D. José Costa Campo, o bispo do Concílio Vaticano II e da catequese; D. Amaury Castanho, o bispo escritor, jornalista e articulista; D. Elias Manning, o bispo franciscano, cuja simplicidade cativou profundamente a todos; D. Néelson, o atual pastor, que se dedica com esmero à organização diocesana.

Procuramos aqui fazer um apanhado geral da vida e obra de cada um deles, de maneira resumida e objetiva, tomando como base os documentos existentes na Cúria Diocesana, as informações no site da diocese de Valença e de outras, para onde alguns dos bispos foram transferidos, e em alguns livros que tratam, ainda que brevemente, dos cinco primeiros bispos.

É preciso mencionar ainda que, segundo o Livro de Tombo da diocese de Valença, quem primeiro idealizou a criação da mesma foi o Administrador Apostólico de Barra do Piraí, Monsenhor José Maria Parreira Lara, em

janeiro de 1924.¹ Foi ele quem organizou um breve, mas detalhado, histórico do período anterior à criação do bispado em Valença, datado no citado livro de 03 de janeiro de 1924. Menção, enfim, aos membros da comissão encarregada dos preparativos para a fundação da diocese, em especial o Coronel Manoel Joaquim Cardoso e o Comendador Nicolau Leoni, entre outros, e ao Administrador Apostólico nomeado até a posse de D. André, Monsenhor Alfredo da Silva Bastos, empossado a 13 de setembro de 1925.

Dom André Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti – 1º Bispo da Diocese de Valença (1925 a 1936)

Era natural de Pesqueira-PE. Nasceu em 15/12/1878. Fez seus estudos no Seminário de São Paulo, de cuja Diocese era Bispo o seu tio, Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, mais tarde feito primeiro cardeal da América Latina. Era filho de Jerônimo Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti e Teresa Tenório de Albuquerque Cavalcanti. Em 1896, foi enviado para o Colégio Pio Latino-Americano, recebendo ali a **Ordem do Presbiterado** em 28/10/1904.

Percorreu depois vários países da Europa, onde fez grande aprendizado sobre obras sociais católicas, das quais foi no Rio de Janeiro-RJ o maior propagador. Em 1906, foi para São Paulo-SP, sendo Coadjutor da Paróquia de Santa Cecília durante um ano. De volta ao Rio de Janeiro, foi nomeado Coadjutor e depois Vigário da paróquia de São João Batista da Lagoa. Foi também: síndico do Patrimônio do Seminário de São José e das Fábricas das Paróquias do Rio de Janeiro; presidente da Comissão das Obras da Catedral Metropolitana; tesoureiro da Comissão do Monumento do Cristo Redentor; diretor das Comissões de Vocações Sacerdotais da Santificação das Famílias, Fé e Moral, do Pontifício Colégio Pio Brasileiro; presidente da Comissão de Música Sacra; Cônego Catedralício da Catedral Metropolitana e Prelado Doméstico de Sua Santidade o Papa Pio XI em 1921.

Nomeado primeiro bispo da recém-criada Diocese de Valença, foi ordenado por D. Sebastião Leme. D. André lançou as bases do ensino secundário e religioso, fundando, em 1927, o Ginásio Valenciano São José. Abriu, ainda, os principais cômodos do palácio Episcopal para o funcionamento da Escola Normal Manoel Duarte, depois *Sacre Coeur* e, finalmente, Sagrado Coração

1 A Diocese de Barra do Piraí também estava em processo de criação na época.

de Jesus. Manteve o ensino em nossa cidade com sacrifícios pessoais, privando-se até de sua alimentação, e chegou a vender seu próprio anel para custear o ensino em Valença.

Implantou Associações religiosas: Apostolado da Oração, Pia União das Filhas de Maria e Liga Católica, entre outra. Trouxe para a Diocese várias Congregações de religiosas, para a educação e o amparo das crianças e órfãos, o cuidado dos doentes e a proteção dos idosos. Foi depois transferido para a Diocese de Taubaté-SP, de onde, **em 13/05/1941, requereu sua renúncia**, junto à Santa Sé, retirando-se para a cidade do Rio de Janeiro, aguardando a solução de seu pedido. Em novembro do mesmo ano o Papa Pio XII aceitou sua renúncia. Faleceu em 20 de junho de 1955 em Taubaté.

Padres Ordenados

1. Antonio de Paula Dutra
2. Ivo Santi Donin
3. Nathanael de Veras Alcantra.

Dom Renato de Pontes – 2º Bispo da Diocese de Valença (1938 a 1940)

Nasceu na cidade do Rio de Janeiro-RJ, no bairro de Inhaúma, em 28 de julho de 1902, sendo filho de Sara e Teófilo de Pontes. Foi batizado no mesmo dia de seu nascimento, na igreja de São Tiago, pelo padre Antônio Nogueira Pereira Gomes. Recebeu a primeira comunhão das mãos do Monseñor Antônio Alves dos Santos, em 06 de dezembro de 1912 e foi crismado por D. Sebastião Leme, quando este era bispo auxiliar do Rio de Janeiro.

Em 11 de fevereiro de 1916, por intermédio do Cardeal Arcoverde, iniciou o estudo de humanidades no Seminário Metropolitano de São Paulo-SP. Em 01 de março de 1922, iniciou o curso superior de Teologia no Seminário Provincial de São Paulo. Foi ordenado por D. Sebastião Leme, já arcebispo, em 24 de agosto de 1928. Por provisão do cardeal arcebispo, no mesmo dia, foi nomeado professor do Seminário Arquidiocesano São José, cargo que exerceu até 23 de dezembro de 1936. Ao mesmo tempo, exerceu também o

cargo de capelão da Escola Profissional Santo Adolfo, do Convento Noviciado de Nossa Senhora de Lourdes e do Colégio Notre Dame de Sion. Também foi diretor da Obra das Vocações Sacerdotais e do ensino religioso nas escolas. Em maio de 1936, foi convidado a participar da Comissão Arquidiocesana da Obra Pontifícia da Propagação da Fé. Em 28 de dezembro de 1934 já havia sido cônego da Sé Metropolitana.

Em 13 de outubro de 1938 foi escolhido para substituir D. André Arco-verde à frente da Diocese de Valença. Contava 36 anos de idade. Sua ordenação episcopal ocorreu na Igreja de São Francisco Xavier em 30 de novembro, sendo sagrante principal o Cardeal Leme. Idealizou a Ação Católica na diocese e a Obra das Vocações Sacerdotais, tendo iniciado a visita às paróquias.

No entanto, acometido de grave enfermidade, D. Renato veio a falecer aos 37 anos, em 02 de abril de 1940, às 14 horas, no Hospital da Ordem Terceira da Penitência, onde se encontrava internado havia cinco meses, sem ter tido tempo hábil para maiores realizações. O velório aconteceu, a seu pedido, na Igreja de São Francisco Xavier, onde fora sagrado bispo. O cardeal Leme, presente em vários momentos importantes de sua vida, encomendou-lhe o corpo, sepultado no dia seguinte no cemitério São João Batista. Mais tarde, seus restos mortais foram transladados para a Catedral de N. Sra. da Glória onde se encontram até hoje.

Dom Rodolfo das Mercês de Oliveira Pena – 3º Bispo da Diocese de Valença (1942 a 1960)

Dom Rodolfo das Mercês de Oliveira Pena nasceu aos 24 de setembro de 1890, na cidade mineira de Congonhas. Fez seus estudos primários em sua terra natal e depois ingressou no Seminário de Mariana, fazendo lá os estudos de Filosofia e Teologia. Foi ordenado sacerdote em 14 de abril de 1914, em Mariana, tendo exercido seu ministério sacerdotal em várias paróquias da dita arquidiocese.

Era pároco de Entre Rios de Minas quando foi nomeado bispo de Barra na Bahia, em 08 de junho de 1935, tendo recebido a ordenação episcopal das mãos de D. Helvécio Gomes de Oliveira, em 08 de setembro de 1935. Em 03 de janeiro de 1942 foi nomeado bispo de Valença, onde exerceu seu apostolado até a sua renúncia em 9 de dezembro de 1960. Após sua renúncia, foi morar em Entre Rios de Minas, onde tinha sido pároco. Faleceu aí, em 24 de

janeiro de 1975. Seus restos mortais se encontram sepultados em Entre Rios de Minas, no corredor central da Matriz de Nossa Senhora das Brotas.

Considerado um grande conciliador, realizou o 1º e o 2º Congresso Eucarístico Diocesano. Foi atuante em sua ação religiosa, social e educacional, continuando o trabalho de Dom André. Durante seu episcopado é instalada a Ação Católica especializada que envolveu, sobretudo, a juventude (JAC, JEC, JIC e JOC)². Os jovens eram comprometidos no campo político-social. São memoráveis os Encontros Regionais promovidos por ele. Foi, também, campo fecundo de vocações religiosas e sacerdotais. Além disso, a catequese foi revitalizada, houve a fundação do Cabido Diocesano e a reorganização das reuniões periódicas do clero. Quase todos os templos foram reformados e outros, construídos. Foram instituídas as missas com crianças e jovens e as páscoas coletivas. Sob seu pastoreio ocorreu a visita da imagem peregrina de N. Sra. de Fátima e ocorreram missões em toda a diocese. Foi também aprimorada a imprensa falada e escrita para a difusão do evangelho, tendo D. Rodolfo militado intensamente no jornalismo, assinando diversos artigos doutrinários. Enfim, estimulou o Pré-Seminário e elaborou diversas cartas pastorais.

Padres Ordenados

1. José Aragão
2. José Nicodemos Facury
3. Wilson Saraiva Wermelinger
4. José Marques
5. Rubens Cerqueira
6. Argemiro Brochado Neves

2 A JUC, Juventude Universitária Católica, não chegou a se instalar em Valença porque na época ainda não existiam as faculdades. As demais eram a Juventude Agrária, Estudantil, Independente e Operária Católica.

Dom José Costa Campos – 4º Bispo da Diocese de Valença (1960 a 1979)

Dom José Costa Campos nasceu em Três Pontas-MG, no dia 23 de agosto de 1918, filho de Benjamim Ferreira Campos e Maria Costa Campos.

Terminados os estudos primários no Colégio São Geraldo, de Três Pontas, foi matriculado no Seminário Nossa Senhora das Dores, da Diocese de Campanha, onde fez os estudos do Seminário Menor que o colocaram apto a ser, cinco anos depois, matriculado no Seminário Maior São José, da Arquidiocese de Mariana, onde cursou Filosofia e Teologia.

Depois de receber as Ordens Canônicas e, terminado o curso na idade de 22 anos, teve que esperar sete meses até que recebesse de Roma o despacho favorável ao seu pedido de redução da idade canônica, para receber a sagrada ordem do Presbiterato, a qual lhe foi conferida pelo seu Bispo Diocesano, Dom Inocêncio Engelke, OFM, no dia 29 de março de 1941, em Campanha.

Assumiu o seu primeiro cargo, o de professor no Seminário Menor e Dirigente da Juventude Masculina Católica. Depois foi nomeado pároco da paróquia de Pouso Alto, onde permaneceu por três anos, sendo transferido para a Paróquia de Itanhandu, onde foi pároco, professor e capelão do Hospital e do Colégio das Irmãs. Ali também construiu e sagrou a nova Igreja Matriz.

Em nove de dezembro de 1960 foi elevado ao episcopado pelo Papa João XXIII e assumiu como 4º bispo de Valença-RJ, onde permaneceu por dezoito anos, sendo transferido para a Diocese de Divinópolis-MG em 1979, tendo ficado dez anos como Bispo dessa diocese, até que sentiu a necessidade de deixar o trabalho. Faleceu no dia 10 de julho de 1997.

Dom José Costa Campos foi o grande renovador da diocese, com a criação das comunidades de base, a implantação dos movimentos de renovação (Cursilho de Cristandade, TLC, MFC e outros), a atualização do clero, a renovação da catequese, o incremento da Liturgia e a aplicação das diretrizes do Concílio Vaticano II, do qual participou. Como membro da presidência da CNBB, durante anos, pela catequese, criou o ISPAC (Instituto de Pastoral e Catequese), órgão responsável pela renovação catequética do Brasil. Foi ele uns dos instaladores das faculdades em Valença. Repetidas vezes solidarizou-se com a classe operária e com os trabalhadores rurais. Todos se recordam de suas visitas constantes às paróquias. Com a eficiente colaboração das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado implantou cursos de atualização

catequética e formação do laicato. Foi ele, ainda, quem convocou as duas primeiras Assembleias Pastorais.

Padres Ordenados

1. Sebastião da Silva Pereira
2. João José da Rocha
3. Maurice Phillipe Perron
4. José Maria Paiva
5. Pedro Higino Dias Diniz
6. Johnson Ferreira Mury
7. Daniel de Barros Santos

Dom Amaury Castanho – 5º Bispo da Diocese de Valença (1980 a 1989)

Nascido em 19 de setembro de 1927 no Arraial dos Souzas, município de Campinas-SP, filho de Jaime Castanho e Alice Salim Castanho, realizou seus estudos secundários no Ginásio e Seminário Diocesano Santa Maria, Campinas. Foi aluno do Pontifício Colégio Pio Brasileiro, em Roma; licenciou-se em Filosofia e Teologia, em 1947, e em Teologia, em 1951, pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

Foi ordenado Presbítero na Igreja do Gesù, em Roma, no dia 07 de outubro de 1951, retornando imediatamente para o Brasil. Exerceu seu magistério na então Universidade Católica de Campinas, onde foi sucessivamente professor, secretário, Diretor de Faculdade e Vice-Reitor, até o ano de 1968. Também durante esse tempo foi Capelão de Casas Religiosas e Assistente Eclesiástico da Juventude Estudantil Católica, Masculina e Feminina (JEC), e ainda entre 1963 e 1969, o responsável pela redação e administração do Semanário da Arquidiocese de Campinas “A Tribuna”. Transferindo-se para São Paulo a chamado de Dom Agnelo Rossi, trabalhou na Pastoral dos Meios de Comunicação Social, como Diretor e Chefe de Redação do jornal “O São Paulo”, colocado sob censura do Governo Militar. Organizou o Centro de Informações Ecclesia, CIEC, Agência Católica de Notícias.

Depois de breve experiência paroquial na Catedral de Campinas, foi eleito Bispo Auxiliar de Sorocaba, no dia 19 de julho de 1976. Foi Sagrado Bispo no dia 07 de outubro de 1976, por Dom Antônio Maria Alves de Siqueira, sendo co-sagrantes Dom Gilberto Pereira Lopes e Dom José Melhado Campos. No dia 08 de dezembro de 1980, o Papa João Paulo II o nomeou Bispo Diocesano de Valença-RJ, permanecendo até abril de 1989, quando foi nomeado Bispo Coadjutor de Jundiaí. Em 02 de outubro de 1996, assumiu a Diocese como seu terceiro Bispo.

Jornalista desde 1952, quando dirigia “A Tribuna”, da Arquidiocese de Campinas, e “O São Paulo”, da Arquidiocese de São Paulo, escreveu, durante muito tempo, semanalmente, para diversos jornais, dando entrevistas a TVs, rádios e jornais. Foi autor de nove livros bíblicos, éticos, sociais e históricos, sendo um dos mais conhecidos a “Presença da igreja no Brasil”, publicado em 1998. Era doutor *Honoris Causa* pela PUC – Campinas. Tendo o Santo Padre João Paulo II aceito a renúncia de Dom Amaury no governo da Diocese de Jundiaí, tornou-se Bispo Emérito em 15 de fevereiro de 2004, passando a residir em Itu-SP. Faleceu em Jundiaí em 01/06/2006.

Dom Amaury aqui chegando, foi grande incentivador de diversas iniciativas: apoiou os Movimentos Leigos, introduziu a Renovação Carismática e o Movimento de Emaús. Durante o seu pastoreio, floresceram: a pastoral operária, do negro e das barragens. Fez-se presente junto aos trabalhadores, em suas comemorações e lutas, promoveu a criação dos Conselhos Diocesanos e Paroquiais de Pastoral. Intensificou a realização das Assembleias Diocesanas. Entre muitas atividades, criou o informativo Comunidade Diocesana, do qual era redator. Na vacância da Diocese, o Administrador Diocesano foi o Monsenhor Argemiro Brochado Neves.

Padres Ordenados

1. Medoro de Oliveira Souza Neto
2. Miguel Arcanjo Lima Leal
3. José Maria Nunes
4. Juvenal Aranha Neto
5. Joel Martins de Abreu

Dom Elias James Manning – 6º Bispo da Diocese de Valença (1990 a 2014)

Dom Elias James Mannig nasceu em 14 de abril de 1938, em Troy, New York, EUA. Filho de James e Agnes. Nos anos de 1956-1958, estudou no Seminário Menor São Francisco da Ordem dos Franciscanos menores Conventuais, em Staten Island, New York. Em 1958, recebeu o hábito franciscano e o nome de “Elias”. Em 1959, fez a Profissão Simples. De 1959 a 1961, cursou Filosofia no Seminário Santo Antônio em New York. No período de 1961-1962, cursou o 1º ano de Teologia no mesmo Seminário.

Chegou ao Brasil no dia 06 de novembro de 1962. De 1963 a 1965, cursou Teologia no Seminário Arquidiocesano de São José, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1963, recebeu a Tonsura e as Ordens Menores; em 1965 o Diaconato pela imposição das mãos de Dom Jaime de Barros Câmara. Aos 30/10/1965, recebeu a Ordenação Presbiteral na capela de São Francisco, em Staten Island, New York, por Dom Francisco E. Hyland.

Foi Vigário Paroquial e Pároco em Santa Rita de Cássia, Pontalina-GO, Diocese de Itumbiara; Vigário Paroquial e pároco na paróquia São Francisco de Assis no Rio Comprido, Rio de Janeiro. De 1976 a 1979, foi Custódio Provincial da Ordem dos Frades Menores Conventuais. Em 1979, foi nomeado pároco de Santa Rita de Cássia, Pontalina. Em 1986, foi transferido para Araruama-RJ, onde exerceu a função de Pároco.

Em 1990 foi nomeado o sexto Bispo da Diocese de Valença. Sua ordenação Episcopal e posse ocorreu no dia 13 de Maio de 1990. Seu ministério episcopal na Diocese de Valença foi voltado para a participação dos leigos nas atividades religiosas, valorizando as pequenas comunidades. Implantou a Pastoral de Conjunto, integrando as seis linhas básicas preconizadas pela CNBB, através da Coordenação Diocesana de Pastoral.

Continuou as reformas, ampliou o Patrimônio e apoiou as Paróquias para que fizessem o mesmo. Resignou em 2014. Faleceu em Vassouras-RJ aos 13 de outubro de 2019.

Padres Ordenados

1. Luiz Fraga Magalhães
2. Carlos Alberto do Nascimento Barbos

3. Paulo César Costa
4. Pedro Mendes Rodrigues
5. Francisco Assis Oliveira
6. Edílson Medeiros de Barros
7. Damião da Cruz
8. José Antônio da Silva
9. Levi da Cruz
10. Leandro Ferreira de Freitas
11. Júlio César Maia de Almeida
12. Waldir de Paula Felipe
13. Marcos Aurélio Guimarães Rabello
14. Welder de Carvalho Silva
15. Thiago Corvino Toledo.

Dom Nelson Francelino Ferreira – 7º Bispo Da Diocese De Valença (2014...)

Nascido aos 26 de fevereiro de 1965, é natural de Sapé-PB. Filho de Julio Francelino Ferreira e Rita Alexandrina Ferreira, foi criado no Rio de Janeiro desde os 05 anos, quando migrou com toda a família. Foi batizado em 18/03/1965, crismado em 01/08/1976, e fez I Comunhão em 19/12/76. Ingressou no seminário a 09 de fevereiro de 1983, oriundo da Paróquia de São Conrado, onde fazia Pastoral na Capela (foi feita paróquia em 1986) da Rocinha, com as irmãs Missionárias e Padres de Foucauld. Recebeu o Ministério de Leitor no dia 21 de março de 1988 no Seminário São José, tendo como celebrante Dom Romer, e Acolitato em 28 de Julho de 1988, na Paróquia N. Sra. da Conceição da Gávea, sendo celebrante D. José Palmeira Lessa. Sua Ordenação diaconal ocorreu em 22 de maio de 1989, na Igreja de Nossa Senhora de Boa Viagem, na Rocinha, no Rio de Janeiro, cujo Bispo ordenante foi Dom Karl Joseph Romer.

Sua Ordenação Presbiteral foi realizada na Catedral do Rio de Janeiro em 04/08/1990, sendo Bispo ordenante Dom Eugênio de Araújo Sales. Foi nomeado Bispo titular de Alava e Auxiliar do Rio de Janeiro pelo Santo Padre, Papa Bento XVI, em 24/11/10. E a Ordenação Episcopal ocorreu em 05/02/2011, sendo Bispo ordenante Dom Orani João Tempesta.

Tem Bacharelado em Filosofia pela Faculdade Eclesiástica de Filosofia João Paulo II; Bacharelado em Teologia pelo Instituto Superior de Teologia da Arquidiocese do Rio de Janeiro; Mestrado em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; e Doutorado em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Padres Ordenados

1. Marcos Ribeiro Silvestre
2. Henrique de Azevedo Garcia
3. Gétero Rangel da Costa Junior
4. Itamar Andrade Santos
5. Márcio Xavier Lima da Silva
6. Marcos Ribeiro Silvestre
7. Rullian José Kopke Sarmiento dos Santos
8. Victor de Souza Pereira
9. Thobias Costa Lopes
10. Eduardo Fernando Henriques Neto.

Referências

ALCÂNTARA, Natanael de Veras. **O Circulista**. Petrópolis: Vozes, 1983.

IÓRIO, Leoni. **Valença de ontem e de hoje**. Valença: Cia Dias Cardoso, 1953.

Livro de Tombo. Arquivo da Diocese de Valença

Sites consultados das (Arqui)Dioceses de

Valença – <https://diocesedevalenca.org/> – consultado em 15/01/2025.

Divinópolis – <https://diocesedivinopolis.org.br/> – consultado em 15/01/2025.

Jundiá – <https://dj.org.br/> – consultado em 15/01/2025.

Mariana – <https://arqmariana.com.br/> – consultado em 15/01/2025.

Taubaté – <https://diocesedetaubate.org.br/> – consultado em 15/01/2025.

Arquivo Consultado:

Arquivo da Diocese de Valença.

XI. O SÍNODO NA FASE DIOCESANA E A TRAJETÓRIA DA DIOCESE DE VALENÇA-RJ: DA FUNDAÇÃO À SINODALIDADE

Pe. José Antonio da Silva

Introdução

Este capítulo examina a trajetória da Diocese de Valença-RJ, desde sua criação em 1925 até sua participação na fase diocesana do Sínodo 2021-2023, destacando a evolução de sua missão eclesial no Vale do Paraíba fluminense. A fundação da diocese, impulsionada pela mobilização comunitária e pela liderança de Monsenhor José Maria Parreira Lara, respondeu à necessidade de reestruturação da Igreja Católica no Brasil pós-República Velha, marcada pela interiorização da fé e pela política de romanização. Ao longo do século XX, a diocese enfrentou desafios como secularização, êxodo rural e redução de vocações, enquanto se renovava com eventos como o Concílio Vaticano II.

O Sínodo 2021-2023 revelou a sinodalidade como um desdobramento natural dessa história, enfatizando a formação leiga, o diálogo com a cultura contemporânea e a inclusão de grupos marginalizados. Propostas como pastoral digital e projetos socioambientais sinalizam inovação, apesar de obstáculos como clericalismo e escuta seletiva. Assim, a Diocese de Valença se consolida como um exemplo de continuidade histórica e adaptação pastoral, projetando um futuro alinhado ao ideal de uma Igreja sinodal.

A história da Igreja Católica no Brasil é marcada por processos de adaptação e expansão que refletem tanto as dinâmicas internas da instituição quanto os contextos socioculturais do país. Nesse cenário, a criação da Diocese de Valença, em 1925, emerge como um marco significativo da reestruturação eclesial no início do século XX, impulsionada pela necessidade de interiorizar a fé após a separação entre Igreja e Estado na República Velha. Situada no Vale do Paraíba fluminense, a diocese nasceu de um esforço conjunto entre clero e comunidade, consolidando-se como um espaço de

evangelização e organização pastoral em uma região de relevância econômica e cultural, mas até então desassistida em termos eclesiais. Ao longo de seus cem anos, completados em 2025, Valença atravessou transformações que moldaram sua identidade, desde a influência do Concílio Vaticano II até os desafios da secularização e da urbanização.

Nesse contexto, o Sínodo 2021-2023, convocado pelo Papa Francisco sob o tema “Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão”, ofereceu à Diocese de Valença uma oportunidade de revisitar sua trajetória e projetar seu futuro. A fase diocesana desse processo sinodal, concluída em 2022, revelou anseios e desafios que dialogam com a história local e com as diretrizes universais da Igreja, propondo a sinodalidade como um caminho de renovação.

Este capítulo analisa a criação da Diocese de Valença e sua evolução histórica, com ênfase no papel da mobilização comunitária e nas respostas às mudanças do século XX, culminando na experiência do Sínodo. Ao explorar essa trajetória, busca-se compreender como a diocese articula sua herança de fé com as exigências de uma Igreja em saída, oferecendo contribuições valiosas para o debate sobre a sinodalidade no Brasil e além.

A criação da Diocese de Valença (1924-1925): contexto e idealização

A criação da Diocese de Valença, formalizada em 1925, insere-se em um momento de significativa transformação da Igreja Católica no Brasil, marcado pela expansão de sua estrutura eclesial após o fim da República Velha (1889-1930). Com a Proclamação da República, e a separação entre Igreja e Estado em 1891, a instituição católica perdeu o suporte oficial do Império, o que a levou a reestruturar-se para preservar sua influência em um país de vasta extensão territorial e população predominantemente rural. Nesse cenário, a interiorização da fé tornou-se uma prioridade estratégica e as dioceses assumiram um papel crucial na organização pastoral de regiões distantes dos grandes centros urbanos, como o Vale do Paraíba fluminense. O desmembramento de circunscrições eclesiais maiores, a exemplo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, foi uma resposta direta a essa necessidade, possibilitando uma administração mais próxima e eficaz das comunidades locais.

No caso específico de Valença, a idealização da diocese reflete tanto o contexto nacional de reconfiguração eclesial quanto as particularidades

regionais do Vale do Paraíba. Conforme Matos (2016), Monsenhor José Maria Parreira Lara, então Administrador Apostólico da Diocese de Barra do Piraí, foi o principal articulador do processo, iniciando-o em 1924. Em um registro datado de 03 de janeiro daquele ano, presente no Livro de Tombo da Diocese de Valença, Lara detalha a intenção de estruturar pastoralmente uma região que, apesar de possuir um “espírito religioso” enraizado desde sua fundação, carecia de uma organização eclesial autônoma. A proximidade com Barra do Piraí, cuja diocese enfrentava dificuldades para consolidar seu patrimônio, abriu uma oportunidade para que Valença emergisse como alternativa viável, resultando na criação de um novo bispado em tempo excepcionalmente curto.

As motivações religiosas para a criação da Diocese de Valença estão profundamente ligadas à necessidade de atender às demandas espirituais e administrativas do Vale do Paraíba, uma região de relevância econômica e cultural no início do século XX, mas ainda desassistida em termos pastorais. A presença de ordens religiosas, como os Franciscanos e os Carmelitas, desempenhou um papel significativo nesse processo. Embora Matos (2016) não mencione diretamente essas ordens em Valença, estudos históricos, como o de Sangenis (2017), destacam a influência dos Franciscanos na evangelização de áreas rurais do estado do Rio de Janeiro, promovendo devoções e estruturando comunidades que posteriormente seriam integradas às novas dioceses. Essa atuação preparou o terreno para a mobilização comunitária que sustentou a criação do bispado valenciano.

Além disso, a expansão da Igreja no pós-República Velha foi impulsionada por uma política de romanização, que visava uniformizar práticas litúrgicas e fortalecer a hierarquia eclesial sob a orientação do Vaticano. Nesse contexto, a criação de dioceses como a de Valença alinhava-se aos objetivos da Santa Sé de ampliar sua presença em territórios periféricos, garantindo a formação de um clero local e a manutenção da fé católica em um cenário de crescente secularização. Assim, conforme Matos (2016), a idealização da Diocese de Valença não foi apenas uma solução às dificuldades de Barra do Piraí, mas também um reflexo das dinâmicas nacionais e regionais que moldaram a Igreja brasileira no início do século XX.

Mobilização comunitária e benfeitores

A criação da Diocese de Valença, consolidada entre 1924 e 1925, foi um processo que dependeu fortemente da mobilização comunitária e do engajamento de figuras-chave, tanto eclesiais quanto leigas, que uniram esforços para viabilizar o projeto. Monsenhor José Maria Parreira Lara, Administrador Apostólico da Diocese de Barra do Piraí, emerge como a principal liderança eclesial na idealização e condução do processo. Conforme Matos (2016), Lara não apenas articulou a criação da diocese valenciana, mas também foi responsável por superar os desafios iniciais enfrentados pela vizinha Diocese de Barra do Piraí, demonstrando uma visão estratégica que culminou na ereção de dois bispados. Sua atuação foi marcada por negociações com a Nunciatura Apostólica e pela mobilização de recursos locais, destacando-o como uma figura central nesse contexto.

Entre os líderes leigos, o envolvimento de famílias influentes e benfeitores foi essencial para a concretização do patrimônio necessário à diocese. O Livro de Tombo da Diocese de Valença, citado por Matos (2016), registra a participação de nomes como o Coronel Manoel Joaquim Cardoso, o Comendador Nicolau Leoni, José de Siqueira Silva da Fonseca e a família Pentagna, representada por figuras como Urbana de Castro Pentagna, Nicolau Pentagna, Humberto de Castro Pentagna e Savério Pentagna. O Coronel Cardoso destacou-se como um dos maiores benfeitores, doando o prédio do antigo Atheneu Valenciano, que serviu como base para o seminário, e o Paço Episcopal, enquanto Nicolau Leoni, agraciado com uma comenda do Papa Pio XI, assumiu um papel decisivo ao propor a criação de uma diocese autônoma em Valença após contratempos com Barra do Piraí (Matos, 2016). Essas contribuições evidenciam o peso das elites locais na sustentação material e política do projeto.

O apoio material foi igualmente crucial, abrangendo doações que garantiram a infraestrutura mínima exigida pela Santa Sé. Em um esforço notável, descrito como realizado em “prazo relâmpago de 24 horas” (Matos, 2016), a população valenciana, liderada por essas famílias, arrecadou recursos por meio de subscrições populares e doações específicas, como apólices da Dívida Pública e valores monetários que totalizaram Cr\$ 100.000,00. O Coronel Cardoso legou ainda a chácara onde funcionou o Colégio Valenciano São José, embora este tenha sido posteriormente perdido pela diocese, enquanto a família Pentagna e José de Siqueira Silva da Fonseca contribuíram com apólices e outras somas significativas. Essa mobilização não se limitou

às elites; o povo, dentro de suas possibilidades, também participou, refletindo um espírito comunitário que, segundo Matos (2016, p. 4), confirmou a religiosidade enraizada na região desde a fundação da Aldeia de Valença.

Além disso, a criação da Comissão Pró-Bispado, instituída por Lara em 1924, formalizou essa articulação comunitária, envolvendo subcomissões em diversas freguesias, como Conservatória, Santa Isabel e Juparanã (Matos, 2016, p. 3). Estudos complementares, sugerem que esse tipo de mobilização era típico da Igreja no Brasil pós-República Velha, quando a ausência de suporte estatal exigia a participação ativa da sociedade civil na construção de estruturas eclesiais (Vilhena, 1992). Assim, a Diocese de Valença nasceu de um esforço coletivo que combinou a liderança visionária de Monsenhor Lara, a generosidade estratégica de benfeitores leigos e o apoio material de uma comunidade comprometida com sua identidade religiosa.

Formalização e instalação

A formalização da Diocese de Valença representou o ponto culminante de um processo iniciado em 1924, consolidando os esforços de Monsenhor José Maria Parreira Lara e da comunidade local em estruturar uma nova circunscrição eclesial no Vale do Paraíba fluminense. O processo canônico foi concluído com a promulgação da Bula Papal *Apostolico Officio*, expedida em 27 de março de 1925 pelo Papa Pio XI. Conforme detalhado por Matos (2016), essa bula oficializou a criação da diocese, desmembrando seu território das então Dioceses de Barra do Piraí e Niterói. A *Apostolico Officio* estabeleceu que a nova diocese abrangeria 13 paróquias provenientes de Barra do Piraí e duas de Niterói, definindo os limites geográficos que incluíam municípios como Valença, Vassouras, Paraíba do Sul, Sapucaia e Rio das Flores. Cabe esclarecer que, embora a estrutura proposta mencione a Bula *Ad Universas Orbis Ecclesias*, associada a criações diocesanas anteriores (como a de Curitiba em 1892), o documento específico para Valença é a *Apostolico Officio*, conforme registros históricos da diocese.

O trâmite canônico envolveu etapas rigorosas, iniciadas com a mobilização de Lara junto à Nunciatura Apostólica no Rio de Janeiro, sob a liderança do Núncio Dom Henrique Gasparri. Em 1924, após negociações e a entrega de uma escritura pública que assegurava o patrimônio necessário, os documentos foram encaminhados a Roma. Matos (2016) destaca que Lara instruiu os valencianos a evitar publicidade na imprensa até a aprovação da

Santa Sé, uma estratégia que contribuiu para o sucesso do processo. A resposta favorável veio em poucos meses, evidenciando a agilidade incomum na tramitação, fruto da articulação entre o clero e os benfeitores locais. A bula não apenas criou a diocese, mas também nomeou, em 1º de maio de 1925, Dom André Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti como seu primeiro bispo, reforçando a legitimidade da nova sé episcopal.

A cerimônia de instalação ocorreu em duas fases distintas, refletindo tanto a ereção canônica quanto a posse efetiva do bispo. Em 13 de setembro de 1925, a diocese foi formalmente ereta com a posse de Monsenhor Alfredo Bastos como Administrador Apostólico, na futura Catedral de Nossa Senhora da Glória. Matos (2016) relata que o evento contou com a presença de figuras como o Pró-Vigário Padre José Custódio Pereira Barros, membros da Comissão Pró-Bispado (incluindo o Coronel Manoel Joaquim Cardoso e o Comendador Nicolau Leoni), autoridades municipais, representantes da imprensa e diversas irmandades locais. A leitura do Decreto da Nunciatura e das bulas pontifícias marcou o caráter solene da ocasião, seguida pela celebração de uma Santa Missa, simbolizando a união entre o clero e o povo na fundação da diocese. Dois dias depois, em 15 de setembro, Bastos lavrou uma ata reiterando sua posse e agradecendo a hospitalidade valenciana, um gesto que reforçou o vínculo comunitário.

A posse definitiva de Dom André Arcoverde, após sua sagração episcopal em 28 de outubro de 1925 no Rio de Janeiro, ocorreu em 8 de dezembro de 1925, com sua entrada solene em Valença. Esse momento, descrito por Matos (2016), foi carregado de simbolismo, representando a consolidação da liderança episcopal e o início de uma nova etapa pastoral. A presença de representantes locais, como o Coronel Cardoso e membros da família Pentagna, na sagração e na posse, sublinhou a continuidade do apoio comunitário. Assim, a instalação da Diocese de Valença, sustentada por um processo canônico bem-sucedido e enriquecida por cerimônias que uniram simbolismo e participação popular, marcou sua inserção definitiva na estrutura eclesial brasileira.

Trajetória histórica da Diocese de Valença: estruturação inicial

A estruturação inicial da Diocese de Valença, após sua criação em 1925, foi um processo marcado pela consolidação de paróquias pioneiras e pelo investimento em iniciativas de educação e caridade, refletindo o

compromisso da Igreja Católica com a formação espiritual e social da região do Vale do Paraíba fluminense. A fundação da diocese, oficializada pela Bula *Apostolico Officio* de 27 de março de 1925, estabeleceu um território que abrangia inicialmente, paróquias desmembradas das Dioceses de Barra do Piraí e Niterói (Matos, 2016). Entre as primeiras paróquias, destaca-se a Paróquia Nossa Senhora da Glória, em Valença, elevada à condição de catedral diocesana e ponto central da administração episcopal. Outras fundações pioneiras incluíram a Paróquia Santo Antônio, em Miguel Pereira, a Paróquia São Pedro e São Paulo, em Paraíba do Sul, e a Paróquia Nossa Senhora da Conceição, em Vassouras, todas já existentes como capelas ou igrejas antes de 1925, mas formalmente integradas à nova diocese. Essas paróquias, algumas com raízes no século XIX, como a de Vassouras (erigida em 1846), foram essenciais para a organização pastoral inicial, atendendo a uma população rural dispersa e culturalmente ligada à fé católica.

O Colégio Valenciano São José, instalado em uma chácara doada pelo Coronel Manoel Joaquim Cardoso, foi uma das primeiras instituições educacionais sob a égide da diocese. Conforme Matos (2016,), esse colégio, embora perdido posteriormente, representou um marco na oferta de ensino religioso e secular, beneficiando tanto os filhos das elites quanto os de famílias mais humildes da região. Além disso, o antigo Atheneu Valenciano, também doado por Cardoso e adaptado como seminário, tornou-se um espaço crucial para a formação de sacerdotes, refletindo a visão de Monsenhor José Maria Parreira Lara de garantir a autossuficiência do clero diocesano.

Evolução ao longo do século

A evolução da Diocese de Valença ao longo do século XX foi marcada por eventos significativos que moldaram sua identidade pastoral e por desafios que testaram sua capacidade de adaptação. O Concílio Vaticano II, a visita de João Paulo II ao Brasil em 1980 e o crescimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos anos 1980 destacam-se como momentos-chave, enquanto a urbanização, o êxodo rural, a secularização e a redução de vocações sacerdotais emergiram como obstáculos enfrentados pela diocese em sua missão.

O Concílio Vaticano II (1962-1965), que renovou a Igreja Católica globalmente, teve um impacto notável na Diocese de Valença. Acentua-se que o site oficial da diocese destaca que, ao longo de seus 100 anos, completados

em 2025, a instituição manteve um compromisso com a formação de leigos e religiosos por meio de cursos, seminários e retiros, práticas que refletem as diretrizes conciliares de maior participação dos fiéis (Diocese de Valença). Esse enfoque se alinha com a estrutura consolidada da diocese, que abrange 26 paróquias distribuídas por nove municípios, como Valença, Vassouras e Três Rios, atendendo a mais de 300 mil pessoas. Matos (2016) reforça essa tendência ao mencionar que, desde sua fundação em 1925, a diocese promoveu iniciativas de formação cristã, um legado que ganhou força após o Concílio, embora não detalhe especificamente sua recepção local.

A visita de João Paulo II ao Brasil em 1980, embora centrada em grandes centros como o Rio de Janeiro, reverberou na Diocese de Valença como um marco de renovação espiritual. O site diocesano registra que São Sebastião, padroeiro da diocese desde sua criação, é uma figura central em sua identidade, e a passagem do Papa, conhecido por valorizar as devoções populares, fortaleceu essa tradição (Diocese de Valença). É válido destacar que, nesse período, a diocese intensificou suas obras sociais, atendendo crianças carentes, deficientes físicos, enfermos, idosos e trabalhadores rurais e urbanos. Essas ações refletem a influência do chamado de João Paulo II à solidariedade, consolidando o papel da diocese como um ponto de apoio comunitário em seus nove municípios.

Por outro lado, a diocese enfrentou desafios significativos ao longo do século. A urbanização e o êxodo rural, que alteraram a demografia de municípios como Três Rios e Paty do Alferes, dificultaram a manutenção das paróquias rurais, antes sustentadas por uma população agrária. Essa transição, ao descrever o atendimento a trabalhadores tanto da cidade quanto do campo, indica uma mudança no perfil dos fiéis. Além disso, a secularização, mencionada no site como uma das “dificuldades” enfrentadas pela diocese em seus 90 anos (atualizados para 100 em 2025), reduziu a influência católica, especialmente com a concorrência de outras denominações religiosas (Diocese de Valença).

O Sínodo 2021-2023 na Diocese de Valença: organização da fase diocesana

A Fase Diocesana do Sínodo 2021-2023 na Diocese de Valença foi estruturada com o objetivo de promover uma ampla escuta das diversas realidades eclesiais, alinhando-se ao tema central “Por uma Igreja sinodal: comunhão,

participação e missão”. A metodologia adotada, conforme detalhado no documento “Texto Final Fase Diocesana” (Diocese de Valença, 2022), combinou estratégias presenciais e virtuais, refletindo tanto as tradições pastorais locais quanto a necessidade de adaptação às ferramentas contemporâneas.

A metodologia da escuta foi planejada em etapas, aproveitando a experiência da IX Assembleia Diocesana de Pastoral (2019-2021), que já havia preparado o terreno para reflexões comunitárias. Inicialmente, a Coordenação Diocesana de Pastoral elaborou um questionário virtual, disponibilizado em 2022, visando facilitar o acesso e a participação dos fiéis (Diocese de Valença, 2022). Contudo, o texto registra que essa iniciativa enfrentou baixa adesão e respostas que, em uma avaliação preliminar, revelaram-se excessivamente pessoais ou desalinhadas do foco na sinodalidade, o que levou a uma revisão do planejamento. Assim, optou-se por complementar o processo com encontros presenciais, como assembleias paroquiais e reuniões com grupos específicos, incluindo jovens e idosos, para garantir uma escuta mais representativa. Esses espaços presenciais foram fundamentais para captar perspectivas de comunidades rurais e urbanas, como as de Valença, Vassouras e Três Rios, que compõem os nove municípios da diocese.

O uso de tecnologia foi um componente central da organização. Além do questionário virtual, o documento destaca que as respostas foram recebidas também por e-mail e que as redes sociais ampliaram a comunicação com a comunidade (Diocese de Valença, 2022). Esse esforço reflete uma tentativa de incluir vozes que não participariam presencialmente, embora o texto reconheça o risco de impessoalidade nas mídias sociais, apontado na Questão Temática 3. As secretarias paroquiais também foram mencionadas como portas de entrada para a escuta, funcionando como pontos de contato direto com os fiéis (Diocese de Valença, 2022). A combinação dessas ferramentas tecnológicas com os encontros presenciais ilustra uma metodologia híbrida adaptada às condições locais.

Resultados e reflexões

A Fase Diocesana do Sínodo 2021-2023 na Diocese de Valença produziu resultados que sintetizam as reflexões da comunidade eclesial local, conforme registrados no Texto Final (Diocese de Valença, 2022).

Assim, o fortalecimento da formação leiga foi uma prioridade recorrente ao longo do texto. Na Questão Fundamental 2, destaca-se a necessidade

de “valorização e apoio à formação permanente de um laicato consciente” e de “constituir lideranças firmes, preparando-as com o seu devido valor” (Diocese de Valença, 2022). Esse apelo é reforçado na Questão Temática 5, que aponta que “são poucos os batizados comprometidos com seu batismo e muitos não têm consciência de sua atuação”, sugerindo que a formação é essencial para despertar maior responsabilidade e participação (Diocese de Valença, 2022). O texto também identifica o combate ao clericalismo como um passo necessário, propondo que a capacitação dos leigos os prepare para assumir protagonismo tanto na Igreja quanto na sociedade, como expresso na Questão Temática 10: “a formação para o ‘caminhar juntos’ passa pela capacitação das pessoas” (Diocese de Valença, 2022, p. 8).

O diálogo com a cultura contemporânea emerge como outra prioridade central. Na Questão Fundamental 2, a diocese manifesta o desejo de ser uma “Igreja em saída”, atenta “às necessidades do tempo presente, sem o viés ideológico ou político” (Diocese de Valença, 2022, p. 3). Esse objetivo é detalhado na Questão Temática 6, que destaca a Campanha da Fraternidade como um “forte instrumento de diálogo com a sociedade” e sugere parcerias com a Defensoria Pública da União para garantir acesso a direitos, indicando uma abertura a questões sociais atuais (Diocese de Valença, 2022, p. 7). A necessidade de se conectar com a juventude, frequentemente afastada, também é reconhecida na Questão Temática 1, que lista “parte da juventude, especialmente os envolvidos com as drogas” entre os grupos à margem, apontando para a secularização como um desafio implícito a ser enfrentado por meio desse diálogo (Diocese de Valença, 2022, p. 4).

Entre os destaques, propostas inovadoras sinalizam caminhos promissores. A pastoral digital é sugerida na Questão Temática 3, onde se reconhece que “com o avanço da tecnologia e das redes sociais, a comunicação se ampliou”, embora com o alerta sobre o risco de impessoalidade (Diocese de Valença, 2022, p. 5). O uso de “novas tecnologias (redes sociais, internet)” para facilitar a escuta e a comunicação com os fiéis, mencionado na Questão Temática 2, reforça essa possibilidade (Diocese de Valença, 2022, p. 5). Já os projetos socioambientais aparecem implicitamente na Questão Temática 1, que enfatiza o acolhimento dos “mais pobres, os excluídos socialmente, os marginalizados” e na Questão Fundamental 2, que propõe “fazer opção e ter mais afeto por aqueles que estão à margem da sociedade” (Diocese de Valença, 2022, p. 4 e 3). Em uma diocese de caráter rural, essas menções sugerem uma sensibilidade às questões socioambientais, alinhada ao cuidado com os vulneráveis.

Portanto, os resultados da Fase Diocesana na Diocese de Valença apontam para o fortalecimento da formação leiga como base para uma participação mais ativa e o diálogo com a cultura contemporânea como resposta às demandas do presente. As propostas de pastoral digital e projetos socioambientais destacam-se como inovações potenciais, refletindo um esforço para renovar a missão eclesial. Essas reflexões, consolidadas no documento, oferecem um diagnóstico valioso para o futuro da sinodalidade na diocese.

Desafios identificados

A Fase Diocesana do Sínodo na Diocese de Valença, conforme delineada no Texto Final, revelou uma série de desafios que dificultam a concretização plena da sinodalidade, evidenciando tensões tanto na dinâmica interna da Igreja local quanto em sua relação com o contexto social mais amplo. Esses obstáculos, identificados ao longo do processo de escuta, refletem barreiras estruturais, culturais e práticas que demandam atenção para o fortalecimento da comunhão, participação e missão.

Um dos desafios centrais foi a dificuldade em exercer uma escuta genuína e inclusiva. O documento aponta que “escuta-se o que quer e o que for conveniente” (Diocese de Valença, 2022), indicando uma seletividade que prioriza vozes já estabelecidas e marginaliza outras, especialmente as de grupos vulneráveis. Esse problema é agravado por fatores como a falta de tempo, descasos, impaciências e rigorismos, além de preconceitos direcionados aos mais pobres, fragilizados e jovens, que frequentemente se afastam antes de serem acolhidos (Diocese de Valença, 2022,). A baixa autoestima dos que falam e a vaidade dos que escutam foram também destacadas como entraves à comunicação aberta.

Outro obstáculo significativo reside na superficialidade do conceito de sinodalidade. O texto observa que o termo se tornou uma “palavra de eventos”, bela em discursos, mas pouco traduzida em práticas concretas (Diocese de Valença, 2022). Essa percepção gerou desencanto entre os fiéis, que enxergaram o processo sinodal como repetitivo, semelhante a outras iniciativas de escuta, como a da Assembleia Latino-Americana. A confusão com atividades paralelas e a sensação de que o Sínodo se reduziu a um “mero trabalho burocrático” (Diocese de Valença, 2022) comprometeram seu potencial transformador, evidenciando a necessidade de um aprofundamento mais claro e aplicado do tema.

A resistência à mudança por parte de estruturas pastorais e movimentos constituiu um terceiro desafio. Muitos grupos, “muito seguros de seus pensamentos”, limitaram-se a respostas simplistas como “sim, sim” e “não, não”, bloqueando o diálogo e o avanço das reflexões (Diocese de Valença, 2022, p. 2). Esse conservadorismo, somado ao individualismo, ao clericalismo e ao descompromisso de pastorais, dificultou a construção de uma Igreja sinodal verdadeiramente unida. O documento também menciona o “pedantismo de alguns dos novos padres” e o “trânsito religioso de fiéis” em busca de interesses próprios como fatores que fragilizam a comunhão (Diocese de Valença, 2022, p. 3).

Por fim, a exclusão de grupos marginalizados permaneceu um desafio persistente. Apesar de avanços no acolhimento, o texto reconhece que ainda ficam à margem os mais pobres, jovens em vulnerabilidade (como os envolvidos com drogas ou prostituição), pessoas LGBTQIAPN+, afrodescendentes, idosos, enfermos, entre outros (Diocese de Valença, 2022, p. 4). Essa exclusão reflete uma distância entre o ideal de “caminhar juntos” e a prática efetiva, reforçada pela fragmentação de ideias e projetos em um território plural (Diocese de Valença, 2022, p. 4).

Assim, os desafios identificados na Diocese de Valença apontam para a urgência de superar a escuta seletiva, aprofundar a sinodalidade como vivência concreta, enfrentar resistências internas e promover uma inclusão mais efetiva dos marginalizados. Essas questões demandam não apenas reflexões, mas ações pastorais que aproximem a Igreja local do ideal sinodal proposto pelo Sínodo 2021-2023.

Sinodalidade e o futuro da Diocese: continuidade histórica

A Diocese de Valença, desde sua fundação, consolidou-se como espaço de experimentação e adaptação pastoral, alinhando-se aos movimentos eclesiais que marcaram a história da Igreja no Brasil. A sinodalidade, como paradigma proposto pelo Sínodo 2021-2024, não surge como ruptura, mas como desdobramento natural de uma tradição enraizada na eclesiologia de comunhão do Concílio Vaticano II. Como destacam Gomes, Brustolin e Osto (2023), o *aggiornamento* conciliar incentivou a valorização do protagonismo leigo e a descentralização das estruturas hierárquicas, princípios que ecoam nas respostas do texto final diocesano, especialmente na ênfase à

“formação de lideranças firmes” e à “descentralização das decisões” (Diocese de Valença, 2022).

A trajetória histórica da diocese revela uma constante tensão entre tradição e renovação. Nos anos 1980, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) fortaleceram a participação popular, antecedendo as atuais demandas por conselhos pastorais mais dinâmicos. Contudo, o texto final aponta que, ainda hoje, persistem desafios semelhantes aos identificados décadas atrás, como o “clericalismo” e o “descompromisso de grupos fechados” (Diocese de Valença, 2022), problemas que Faggioli (2019) associa à resistência em atualizar estruturas canônicas ultrapassadas. A insistência na “formação presbiteral para uma Igreja sinodal” (Diocese de Valença, 2022) remete às diretrizes do decreto *Presbyterorum Ordinis*, que, mesmo após 60 anos, mantém relevância ao propor sacerdotes “servidores de Cristo e dos irmãos” (Godoy, 2012).

A devoção às expressões populares, como festas juninas e folias de reis, também ilustra essa continuidade. Tais práticas, mencionadas como “parte da fé e do coração do povo” (Diocese de Valença, 2022), dialogam com a visão de Boff (1994) sobre a Igreja como *ecclesia* – assembleia convocada para celebrar e discernir coletivamente. No entanto, o texto final reconhece que a “liturgia transformou-se em distribuição de tarefas” (p. 6), sinalizando a necessidade de resgatar o sentido mistagógico do celebrar, conforme propõe a *Lumen Gentium* ao definir a liturgia como “ápice da vida eclesial” (Concílio Vaticano II, 1964).

A recepção do Sínodo na diocese também reflete a influência do pontificado de Francisco, que, segundo Almeida e Mureb (2022), promove uma “Igreja em saída” alinhada às periferias existenciais. A preocupação com grupos marginalizados – como LGBTQIAPN+, encarcerados e dependentes químicos – ecoa a exortação do Papa à “escuta sem julgamentos” (Francisco, 2018), ainda que o relatório admita a persistência de “preconceitos” e “rigorismos” (Diocese de Valença, 2022, p. 5).

Assim, a sinodalidade em Valença não é um projeto isolado, mas um capítulo de uma narrativa histórica que busca conciliar identidade católica e pluralidade contemporânea. A sinodalidade exige “conversão relacional”, desafio que a diocese enfrenta ao propor “lideranças maduras” e “formação permanente” (Diocese de Valença, 2022), reiterando o chamado do Vaticano II à *participatio actuosa* de todos os batizados.

Propostas para o “caminhar juntos”

O texto final da Fase Diocesana do Sínodo na Diocese de Valença delinea estratégias concretas para viabilizar a sinodalidade, articulando-se às orientações do Sínodo 2021-2024 e à eclesiologia de comunhão do Concílio Vaticano II. Como destaca a Comissão Teológica Internacional (2018), a sinodalidade demanda não apenas reflexão, mas estruturas que materializem a participação, princípio que fundamenta as propostas apresentadas.

A formação leiga e o desenvolvimento de lideranças participativas emergem como eixo prioritário. O texto final diocesano enfatiza a necessidade de “formação teológico-pastoral” (Diocese de Valença, 2022), alinhando-se à visão de que a sinodalidade demanda leigos capacitados para atuar como protagonistas em uma “Igreja em saída”. Nesse sentido, sugere-se a criação de espaços formativos inspirados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que historicamente fortaleceram o engajamento comunitário. Essa proposta ressoa a exortação do Documento Final para que a formação seja “integral, contínua e partilhada” (Brighenti, 2023, p. 11), transcendendo o conhecimento teórico e promovendo habilidades relacionais e colaborativas.

A descentralização de estruturas e a promoção de mecanismos consultivos também são centrais. A crítica ao “clericalismo” e à “burocracia eclesial” (Diocese de Valença, 2022) reforça a necessidade de transformar conselhos pastorais em espaços de “escuta ativa”, incluindo vozes marginalizadas, como LGBTQIAPN+ e encarcerados. Assembleias territoriais, inspiradas na metodologia sinodal de “circularidade do diálogo”, poderiam ampliar a participação local, enquanto a transparência nos processos decisórios evitaria a opacidade, conforme destacado no Documento Final: “A tomada de decisão deve ser acompanhada de práticas de prestação de contas”.

A integração de práticas digitais e ecumenismo completa o quadro de propostas. Plataformas interativas podem facilitar consultas públicas, desde que utilizadas com discernimento para evitar distorções da mensagem cristã. Parcerias com universidades e ONGs, aliadas a encontros ecumênicos práticos, como mutirões de saúde, promoveriam diálogo além das fronteiras confessionais, resgatando o espírito das primeiras comunidades.

Em síntese, as estratégias apresentadas não representam rupturas, mas aprofundamentos de uma tradição que busca harmonizar fé e realidade social. A Diocese de Valença, ao implementá-las, posiciona-se como modelo de adaptação pastoral, demonstrando que o “caminhar juntos” é viável quando se conjugam raízes históricas e ousadia evangelizadora.

Síntese do resultado diocesano e resultado de Roma

A Diocese de Valença, ao concluir sua fase sinodal, apresenta convergências significativas com o Documento Final do Sínodo 2021-2024, especialmente na ênfase à participação leiga e à renovação das estruturas eclesiais. Enquanto o texto romano afirma que a sinodalidade “exige estruturas que materializem a participação” (Brighenti, 2023), é válido destacar novamente que o texto final diocesano reforça a necessidade de “formação teológico-pastoral” para fortalecer lideranças leigas, alinhando-se à visão de uma Igreja que caminha “em saída”. Ambos destacam a crítica ao clericalismo e a urgência de mecanismos consultivos, como assembleias territoriais e conselhos pastorais dinâmicos, para incluir vozes marginalizadas, tais como LGBTQIAPN+ e encarcerados.

As contribuições específicas da Diocese de Valença residem em sua capacidade de adaptar princípios sinodais a um contexto marcado pelo êxodo rural e pela secularização. Propostas como a integração de festas juninas e folias de reis às celebrações litúrgicas, reconhecidas como “parte do coração do povo” (Diocese de Valença, 2022), ilustram uma sinodalidade inculturada, que valoriza a piedade popular sem perder de vista a renovação conciliar. Essa abordagem ecoa o apelo do Documento Final para que a liturgia seja “espaço de encontro trinitário” (Brighenti, 2023), evitando reduzi-la a meros rituais.

As lições para outras dioceses emergem na articulação entre tradição e inovação. A experiência valenciana demonstra que a sinodalidade não implica ruptura, mas diálogo com a história local, como visto no resgate das CEBs dos anos 1980 para inspirar escolas de liderança leiga. No entanto, desafios persistem, como a “dívida de escuta” (Diocese de Valença, 2022) e a resistência à transparência, problemas que o documento romano associa à necessidade de “práticas de prestação de contas” (Brighenti, 2023).

Como chamado à ação, a síntese conclui que a sinodalidade exige participação contínua, não apenas em processos formais, mas no cotidiano das comunidades. A Diocese de Valença, ao implementar projetos em parceria com universidades e ONGs no Vale do Paraíba, exemplifica como a missão evangelizadora pode transcender fronteiras eclesiais, alinhando-se à exortação do Sínodo para uma Igreja que caminha com toda a humanidade (Brighenti, 2023).

Considerações Finais

A trajetória da Diocese de Valença, desde sua fundação em 1925 até sua participação no Sínodo 2021-2023, revela uma história de resiliência, adaptação e compromisso com a missão eclesial em um contexto de constantes transformações sociais e religiosas. A criação da diocese, impulsionada pela mobilização comunitária e pela visão estratégica de líderes como Monsenhor José Maria Parreira Lara, estabeleceu as bases para uma presença católica estruturada no Vale do Paraíba fluminense, respondendo às demandas de interiorização da fé no pós-República Velha. Ao longo do século XX, a diocese enfrentou desafios como a urbanização, o êxodo rural e a secularização, enquanto se beneficiava de momentos de renovação, como o Concílio Vaticano II e a visita de João Paulo II, que reforçaram seu papel como espaço de formação e solidariedade.

O Sínodo 2021-2023, em sua fase diocesana, consolidou essa trajetória ao propor a sinodalidade como um horizonte para o futuro, alinhando a experiência histórica local às diretrizes universais da Igreja. Os resultados dessa fase destacam a formação leiga, o diálogo com a cultura contemporânea e a inclusão dos marginalizados como pilares para uma Igreja mais participativa e missionária. Propostas como a pastoral digital e os projetos socioambientais sinalizam caminhos inovadores, enquanto desafios como a escuta seletiva, o clericalismo e a resistência à mudança demandam uma conversão contínua. A síntese entre o texto diocesano e o Documento Final de Roma evidencia que a sinodalidade em Valença não é uma ruptura, mas uma evolução natural de sua identidade, enraizada na comunhão e aberta às periferias existenciais.

Assim, a Diocese de Valença se posiciona como um laboratório vivo da sinodalidade, onde tradição e inovação se entrelaçam para responder às exigências do tempo presente. Seu centenário, celebrado em 2025, não assinala apenas um marco histórico, mas também um chamado à ação: construir uma Igreja que caminhe verdadeiramente junto ao povo, valorizando suas raízes e projetando um futuro de esperança. Esse processo, embora desafiador, reafirma o potencial da diocese como testemunho de uma fé dinâmica, capaz de dialogar com a pluralidade do mundo contemporâneo sem perder sua essência católica.

Referências

- Almeida, André Luiz Boccato de; Mureb, Carolina. Teologia e Sinodalidade a partir do Papa Francisco. Uma reflexão teológico-moral sobre o sentido da eclesiologia do Povo de Deus em chave sinodal. **Revista Encontros Teológicos**, 37(2). <https://doi.org/10.46525/ret.v37i2.1716>, 2022.
- BRIGHENTI, A. **Para uma Igreja Sinodal**: Comunhão, Participação, Missão. Documento Final em Resumo, 2023.
- DIOCESE DE VALENÇA. **Sobre a Diocese**. Disponível em: <https://diocesedevalenca.org/diocese-de-valenca/>. Acesso em: 1 mar. 2025.
- DIOCESE DE VALENÇA. **Texto Final Fase Diocesana**: Sínodo 2021-2023. 2022. Disponível em: <https://igrejansc.org/wp-content/uploads/2022/08/dv.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2025.
- FAGGIOLI, Massimo. **A emergência da sinodalidade e a inadequação do Direito Canônico**. Instituto Humanitas Unisinos. 2019. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/publicacoes/78-noticias/593126-a-emergencia-da-sinodalidade-e-a-inadequacao-do-direito-canonical-artigo-de-massimo-faggioli>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- FRANCISCO, Papa. **Discurso de abertura do Sínodo dos Bispos sobre os jovens**. 2018.
- Godoy, Manoel. **Presbyterorum Ordinis, texto e contexto**. São Paulo: Paulinas, 2012.
- Gomes, Tiago de Fraga; Brustolin, Leomar Antônio; Ostro, Leonardo Lucian Dall. O caminho da Igreja. **Revista Pistis Praxis**, 15(1). <https://doi.org/10.7213/2175-1838.15.001.ds07>, 2023.
- MARTÍNEZ-BORDIÚ, Almudena. **Documento final do Sínodo da Sinodalidade**: o que se deve saber. 2024. Disponível em: <https://www.acidigital.com/noticia/59805/documento-final-do-sinodo-da-sinodalidade-o-que-se-deve-saber>. Acesso em: 1 dez. 2024.
- Mattos, Raimundo Cesar de Oliveira. **Criação da Diocese de Valença**. 2016.
- Sangenis, Luiz Fernando Conde. **O Franciscano e o Jesuíta**: tradições da educação brasileira. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.
- Vilhena, Cynthia Pereira de Sousa. A família na doutrina social da Igreja e na política social do Estado Novo. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 3, n. 1-2, 1992.

XII. MARIA ASSUNTA AO CÉU, ÍCONE DA NOSSA RESSURREIÇÃO

Dom Nelson Francelino Ferreira

Introdução

Maria da Assunção é testemunha do nosso destino final, daquilo que se realizará no fim dos tempos. Ela é as primícias dos remidos, é a plena realização da salvação que Deus deseja para cada criatura. A Assunção de Maria é, portanto, um presságio jubiloso da glória que também nos será concedida; é um sinal que sustenta a nossa esperança de que também nós seremos um dia completamente realizados e transfigurados em Deus, depois de termos vencido definitivamente a morte e as suas consequências. Um grande teólogo do século passado, Karl Rahner, afirmou que Maria é o ícone do que Deus quis fazer com a sua criatura no princípio e do que Deus fará com a sua criatura no fim. Nossa senhora da glória, assunta ao céu, é o ícone da nossa ressurreição.

Assunção à Glória de Maria, portanto, nos lembra que este mundo, que parece estar se precipitando para o abismo, está, ao contrário, invencivelmente marcado pela salvação divina, que se manifestará plenamente, no fim, como já se manifestou nela. A história não termina no abismo da falta de sentido, na escuridão do niilismo ou no absurdo da morte, como muitos veem. No fim da história já existe uma Mulher glorificada, já existe a humanidade redimida, já existe a realização de toda experiência humana em Cristo. A atitude cristã em relação ao futuro não pode, portanto, ser outra coisa senão otimismo radical. Não devemos temer o que o futuro nos reserva, mas sim enfrentá-lo com uma atitude construtiva e confiante. Maria é para nós a certeza da realização final, do sentido da história; ela é o impulso para usar o tempo que nos é concedido com empenho e responsabilidade, para realizar o Reino de Deus, que é o Reino da ressurreição e da vida sem fim.

A consequência de tudo isso é, portanto, que devemos olhar e imitar este nosso Ícone, a Assunção à Glória de Maria, para aprender a percorrer os caminhos da nossa existência, com o objetivo de alcançar, como ela e com a sua ajuda, Cristo ressuscitado, princípio da nossa própria ressurreição.

A Assunção, de fato, não é uma deusa sideral, mas, precisamente por ser plenamente realizada, como ensina São Germano de Constantinopla, está bem próxima de nós, acompanhando-nos na nossa peregrinação terrena e esperando-nos no reino da vida sem fim, para nos ver também participar da sua glória e da sua plena realização. O santo escreveu:

Tu visitas e vela por todos, ó Mãe de Deus. Mesmo que os nossos olhos não te vejam, ó Santíssima, tu habitas entre nós e manifesta-te de várias maneiras àqueles que são dignos de ti. Tu deixaste este mundo, mas não te distanciaste do povo cristão. Estás mais próxima daqueles que te invocam e és encontrada por aqueles que te procuram fielmente. Ao lado dela, em íntima comunhão com ela, cada um de nós encontrará seu lugar na glória do céu, porque Deus nos ama, nos quer consigo mesmo e quer nos transfigurar definitivamente, de modo semelhante há como amou, quis consigo mesmo e transfigurou a Virgem de Nazaré.

Para desenvolver brevemente estes conceitos, vamos dividir essa sumária apresentação em três partes: significados teológicos da Assunção de Maria; significados antropológicos da Assunção gloriosa de Maria; e ensinamentos práticos e existenciais da Assunção.

Significados Teológicos da Assunção de Maria

Comecemos por delinear brevemente os significados teológicos da Assunção de Maria.

O dogma da Assunção de Maria ao céu, definido por Pio XII em 1º de novembro de 1950, é o último, em ordem cronológica, dos quatro dogmas marianos da fé. Como vocês sabem, os outros são: a Maternidade Divina, definida pelo Concílio de Éfeso em 431; a Virgindade Perpétua de Maria, definida pelo Concílio de Constantinopla em 523; a Imaculada Conceição, definida por Pio IX em 1854. A Bula definidora de Pio XII, *Munificentissimus Deus*, baseando o mistério da Assunção nos outros três dogmas e como consequência deles, proclama:

Portanto, depois de ter levantado mais súplicas a Deus, e de ter invocado a luz do Espírito da Verdade, para a glória de Deus todo-poderoso, que derramou sobre a Virgem Maria sua benevolência especial para a honra de seu Filho, o Rei imortal dos séculos e vencedor do pecado e da

morte, nós pronunciamos, declaramos e definimos como um dogma revelado por Deus que: a Imaculada Mãe de Deus, sempre virgem Maria, tendo completado o curso de sua vida terrena, foi assunta em corpo e alma à glória celestial.

A verdade definitiva do dogma diz respeito apenas ao estado glorioso da Virgem, e não diz nada sobre como Maria o alcançou. A glória celeste de que se fala é o mesmo estado de bem-aventurança em que se encontra atualmente a santíssima humanidade de Jesus Cristo e que todos os eleitos alcançarão no fim do mundo. O privilégio da Assunção concedido a Maria consiste, portanto, no dom da glorificação integral antecipada do seu ser, alma e corpo, à semelhança do seu Filho.

Maria antecipa o destino de todos os justos que perseveraram na fidelidade ao Senhor e, assim, representa a forma concreta da esperança cristã e o ícone da ressurreição do nosso corpo. O dogma, de fato, celebra um corpo de mulher real, exaltado e glorificado; isto é, tende a valorizar o corpo como um dom original e precioso de Deus e como a plenitude expressiva da humanidade. Segue-se que a Assunção antecipa o objetivo definitivo da existência humana uma existência corpórea, não angélica! Muitos cristãos esquecem esta verdade, detendo-se na consideração da imortalidade, mas não ousando avançar na perspectiva aberta pela Palavra de Deus, embora todos os domingos, na profissão de fé, proclamem: Creio na ressurreição da carne.

A verdade é que, como Maria, também a nós será concedida a ressurreição. A mulher gloriosa, vestida de sol, do Apocalipse, não é apenas Maria, mas evoca toda a humanidade, a Igreja de Deus, cada um de nós. Nos será devolvido um corpo resplandecente que mostrará a beleza da alma redimida, no início da nova criação, dos novos céus e da nova terra.

Por isso, na Assunção, o corpo é glorificado, rapidamente descartado como mera fonte de pecado, enquanto sabemos, em vez disso, que o Filho de Deus o quis para amar como um homem de carne e osso e fazer do corpo o instrumento de redenção, o canal de comunicação. O dogma da Assunção nos impele a contemplar em detalhes a beleza da corporeidade de Maria:

- Os pés de Maria, que caminharam em direção a Isabel, sua prima lutando contra uma gravidez tardia; pés ainda mais rápidos que a levaram a seguir Jesus como a primeira discípula; pés que a mantiveram de pé sob a cruz do Calvário.

- O ventre de Maria, dentro do qual o Verbo de Deus se aninhou; um ventre que nos faz pensar em nossa aventura como pequenos seres à espera de nascer no Céu, para finalmente ver o rosto Daquele que incansavelmente nos carrega dentro de Si.
- O seio de Maria, frequentemente retratado no doce ato de nutrir Jesus, o Senhor do universo que se agarrou a ela e foi nutrido por ela; um seio que não ameaça o pudor, mas antes faz brilhar a feminilidade, entendida como dom de si e princípio de vida.
- As mãos e os braços de Maria, que ora são representados unidos em oração, ora apontam para Jesus que ela segura nos joelhos; mãos e braços marcados e desgastados pelo trabalho diário e cansativo na casa de Nazaré.
- O coração de Maria, que ela frequentemente se preocupa em nos mostrar, quase nos fazendo sentir sua pulsação materna por nós, símbolo de sua desenvoltura, de seu serviço e de sua vitalidade.
- O rosto de Maria, seus lábios, seus olhos, que expressam sua beleza, sua paixão, seu interesse, sua dedicação como mulher, mãe e amiga.

A carga simbólica inscrita na carne feminina da Mãe do Senhor se expressa, em última análise, como uma chave hermenêutica não apenas para o seu mistério, mas também para o de todo ser mortal que, em seu destino final, também é chamado à vida sem fim em toda a sua realidade ontológica, isto é, espiritual e corporal. Isso significa que a ressurreição da carne de Cristo envolve não apenas Maria, mas envolverá todo ser humano, que assim passa a se definir não mais como um ser-para-a-morte, mas um ser-para-a-vida. Maria se torna o ícone da resposta de Deus à nossa pergunta sobre o sentido da vida, porque a Assunção é o sim de Deus aos anseios mais profundos de suas criaturas, que não são uma paixão inútil como Sartre afirmava, mas uma paixão de amor que leva à ressurreição.

Por tudo isso, a Santa Igreja, em seu caminho rumo à Parusia, vê na Virgem da Glória seu Ícone escatológico, porque ela já realiza o cumprimento de seu próprio mistério. Nela, seu primeiro e mais sublime membro que nunca deixou de precedê-la, ela alcança sua meta, seu repouso e sua plenitude: isto é, sua presença, revelada e sem fim, com Cristo ressuscitado. Nossa Senhora da Glória, portanto, constantemente revive na Igreja, em seu caminho em meio a perigos e angústias, a nostalgia, o desejo e a esperança de salvação, porque ela constantemente lembra a todos os seus filhos o propósito supremo

da existência humana, isto é, a obtenção da vida eterna, reservada para a alma imediatamente após a separação do corpo e também para o corpo após sua permanência no túmulo, no dia da ressurreição final.

Significados Antropológicos da Assunção de Maria

Quais são, então, os significados antropológicos da Assunção e glorificação de Maria?

A Assunção da Virgem não só fortalece a fé na ressurreição final, como também nos encoraja a respeitar o corpo e a vida humana, a buscar uma cultura de paz e a aspirar à santidade, único caminho para a vida eterna. À luz da ressurreição de Cristo, a Assunção da Mãe do Senhor é também um sinal da dignidade do homem e da mulher e ambos os acontecimentos nos dizem que o destino das criaturas, moldadas à imagem de Deus, não é a dissolução do seu ser mortal, mas a sua plena e completa realização. Ambos atestam que a vida tem sentido; que o corpo está destinado a ser revestido de glória e imortalidade; que nem o trabalho nem o suor, nem as lágrimas que muitas vezes correm pelos nossos rostos são em vão, porque a nossa árdua jornada terrena é uma jornada em direção a Deus que, no seu amor luminoso, proclama que Ele é o nosso destino e que o seu Filho Jesus é a ressurreição e a vida. O mistério realizado em Maria assumpta ao céu torna-se assim uma mina preciosa que não só os crentes, mas todas as gerações, são chamadas a explorar, para dar sentido e perspectiva à sua existência nesta terra.

A Assunção, portanto, envia uma mensagem múltipla a toda a humanidade:

- Contra as aberrações do neopaganismo, que sobrecarrega muitas criaturas;
- Às almas inquietas e angustiadas dos filhos da era pós-moderna, que já não creem na bondade da vida e que enfrentam com imensa tristeza a angústia da existência; a Mulher plenamente realizada mostra a glória a que foi elevada, porque acolheu docilmente a palavra de Deus e porque soube superar as dores e os imensos sacrifícios da sua vida, suportados ao lado e por Jesus Redentor;
- Contra as armadilhas pífidas da civilização materialista do mundo, completamente empenhada em amarrar o homem e a

mulher à terra e às satisfações e riquezas fugazes e efêmeras do tempo, a Assunção recorda-nos que, pelo contrário, nunca poderão ter paz interior nem gozar da verdadeira felicidade enquanto não conquistarem a plena e verdadeira riqueza da vida em Deus.

A Assunção e a glorificação são também apelos e uma oferta de perspectiva à humanidade perdida do nosso tempo e um convite à alegria:

- Uma oferta de perspectiva: na lama do pecado e da impureza, até a mais completa profanação do corpo, o mistério da Assunção proclama o destino sobrenatural, a sublime dignidade e sacralidade de cada corpo humano, chamado pelo Senhor a tornar-se instrumento de santidade e a participar da sua glória.

Homens e mulheres contemporâneos passam a sua existência no quotidiano; fazem agora as suas escolhas no mundo estreito de hoje, sem esperar que estas venham de longe ou que os levem para longe. Para delinear isso simbolicamente, o homem e a mulher de hoje parecem precisar apenas do pouco que cabe nos porões estreitos de um pequeno navio que navega num mar sem horizontes longos. Diante do labirinto niilista que desconcerta os homens e as mulheres de hoje, orientando-os para o passado por medo do futuro, pregando-os apenas ao presente porque futuros breves bastam, elevando-os no cinismo de uma vida sem raízes e promessas, a Mulher glorificada brilha, convidando-os a não temer o futuro, a abraçá-lo com confiança e seriedade, a questioná-lo com rigor radical, aspirando ao Além e ao Alhures.

- Um convite à alegria: há uma veia de tristeza e solidão que caracteriza a nossa hora histórica e é tão profunda que não pode ser escondida pelo estrondo da sua aparente vitalidade.

Homens e mulheres modernos sofrem de solidão: uma solidão triste, desmoralizante, angustiante, intolerável, como o frio excruciante de um inverno sem fim. No entanto, as cidades estão cheias de trânsito; as ruas e lojas estão lotadas e lotadas por uma multidão que nunca diminui o ritmo; cinemas, restaurantes, academias, bibliotecas – em todos os lugares é preciso fazer reservas e enfrentar fila para entrar; os campos esportivos estão lotados de pessoas; as rodovias, trens, aviões, navios estão sempre congestionados, transportando homens e mulheres em todas as direções, de uma cidade para

outra, de um estado para outro, de um continente para outro. Em todos os lugares há um dilúvio de multidões, a cada momento do dia e da noite, no verão e no inverno, na cidade e fora dela, no litoral e nas montanhas. Mas a solidão e a tristeza aumentam, tornando-se cada vez mais agudas, como um grito abafado e silencioso, irrompendo dos corações de milhares, até mesmo milhões de homens e mulheres.

Uma tristeza imbuída de solidão psicológica, porque cada um está tão preso a si mesmo, ao ritmo insustentável da modernidade, aos tristes rituais do consumismo, que já não consegue se comunicar com os outros; uma tristeza permeada de solidão moral, porque na luta pela vida já não há espaço para o “tu” e cada um pensa apenas em si mesmo; uma tristeza carregada de solidão interior, porque a vida da alma se congelou em si mesma, no orgulho intelectual e no desejo delirante de onipotência. Mas por quê?

Paulo VI já previu profeticamente a resposta na sua exortação apostólica ***Gaudete in Domino***: a sociedade tecnológica conseguiu multiplicar as oportunidades de prazer, mas dificilmente consegue proporcionar alegria. Porque a alegria vem de outro lado. É espiritual. Diante dessa profunda e vasta tristeza que permeia toda uma época com seus humores sombrios e sutis, a Igreja apresenta Maria da Assunção à humanidade como um sinal de esperança, como um ícone de alegria. A Assunção, imersa no esplendor de sua glória e de sua alegria eterna, nos ensina que a verdadeira alegria cristã não é como uma flor silvestre que floresce espontaneamente sem exigir atenção especial, mas sim como uma flor de estufa que precisa ser cuidadosamente cultivada e protegida. Por isso, a Assunção exorta homens e mulheres tomados pela tristeza e pela solidão angustiada a permitir que a mesma alegria interior que acompanhou toda a sua vida floresça e cresça dentro deles. Essa alegria não foi marcada por uma busca frenética por ter tudo, mas por uma alegria íntima, um sofrimento silencioso e uma generosa oferta de tudo, de si mesma, para o louvor, o amor e a glória de Deus, para o bem e a salvação de todos.

Ensinaamentos Existenciais extraídos da glorificação de Nossa Senhora

Pretendendo delinear os ensinamentos existenciais da Assunção, perguntamo-nos: o que a Assunção de Maria nos diz concretamente e o que

significa, praticamente para nós, sermos assumidos e ressuscitar à imitação de Maria?

Digamos imediatamente que a situação de base, que permitirá à Santa Virgem glorificada ter um impacto prático na nossa vida, com o objetivo de orientá-la para os seus propósitos escatológicos, é aquela delineada pelo Concílio Vaticano II que afirmou na ***Lumen Gentium***: a Mãe de Jesus, assim como no céu, onde já é glorificada em corpo e alma, constitui a imagem e o início da Igreja que terá o seu cumprimento no mundo vindouro, assim na terra ela brilha agora diante do povo peregrino de Deus como um sinal de esperança segura e consolação, até que venha o dia do Senhor. Isto significa que se quisermos caminhar confiantes em direção à meta final, devemos sempre olhar para Nossa Senhora da Glória como um sinal de esperança segura e consolação, mas, para ter sucesso, devemos estabelecer uma tríplice relação com ela que é uma relação de presença, de ajuda e de exemplo:

- Uma relação de presença, significa que devemos nos esforçar para realizar todas as nossas ações na presença de Maria, isto é, realizá-las com Ela, como se Ela estivesse sempre ao nosso lado. Este pensamento constante na “presença” de Maria é extremamente eficaz para nos manter longe do mal e nos inspirar a fazer o bem;
- Uma relação de ajuda, significa que devemos ter certeza de que, sendo a Assunção a gloriosa e poderosa “Mediadora maternal”. Com o Filho, nunca nos deixará faltar o Seu auxílio e sempre obteremos d’Ele todas as graças necessárias para realizar as obras meritórias da vida eterna;
- Uma relação de exemplo, significa, como escreveu São Luís Maria Grignon de Montfort, que é necessário manter o olhar fixo em Maria em todas as nossas ações, como modelo de toda virtude e perfeição, para compreender como Ela a praticou e a praticaria se estivesse em nosso lugar. Somente assim entraremos em plena comunicação com nossa Mãe e isso nos permitirá caminhar de mãos dadas com Ela, como afirmou Santa Edith Stein; transformar nossa vida como a Sua; ter o mesmo coração e o mesmo espírito; tornar-nos seus casais vivos; empreender, com confiança, o nosso caminho rumo à plena realização em Cristo.

Esclarecido isto, digamos imediatamente que a Virgem da Glória, antes de tudo:

- Convida-nos a olhar para cima: se a Assunção é a elevação de Maria ao céu, então entendemos que ela nos chama a olhar para cima, lá onde está Deus, lá onde está Cristo, onde ela mesma também está. A Assunção é um convite premente à contemplação, a dirigir o olhar para o céu, para o topo da montanha onde Deus habita, ou melhor, para o Deus-montanha, para o Deus das montanhas, como afirma o Primeiro Livro dos Reis.
- Convida-nos a vencer a febre do ativismo: imersos no frenesi espasmódico da vida, muitas vezes achamos o silêncio inútil, o distanciamento da ação irritante, o exercício da busca interior supérfluo e ingênuo, esquecendo que justamente a atividade sobre as coisas, sem a atividade da busca interior, é perigosa e enganosa. A Virgem da Glória nos chama a desviar o olhar da terra e a fixá-lo nas obras de nossas mãos, para que não se tornem ídolos em lugar de Deus.
- Convida-nos a superar o terrestrialismo: hoje vivemos quase engolfados em realidades terrenas, esquecendo que são realidades penúltimas e provisórias e as tratamos como se fossem realidades finais e definitivas, enquanto operamos uma espécie de sacralização do mundo. A Assunção nos chama a cultivar desejos que vão além dos estreitos limites da breve existência humana e dos recintos opacos dos cemitérios.
- Convida-nos a curar-nos da antropologia unidimensional: muitas vezes cultivamos uma concepção unilateral do ser humano; geralmente pensamos nele como tendo apenas uma dimensão, que é, afinal, apenas a corpórea; daí nossa queda na cultura do efêmero, do hedonismo, do vitalismo, que se formam como os fortes fios de uma antropologia unilateral e incompleta. A Assunção de Maria, com a sua glorificação, nos pede para pensar em nós mesmos como homens e mulheres inteiros, isto é, como espíritos encarnados e corpos espirituais.

Além de receber esses poderosos convites e solicitações para reanimar nossas vidas com a graça escatológica de Nossa Senhora da Glória, como uma Mulher concreta da vida, também recebemos o impulso de dar testemunho

concreto dela no mundo, vivendo nossa breve história humana nas mesmas três dimensões que marcaram sua existência: isto é, viver a história de forma virginal; de forma esponsal; de forma maternal.

- Viver a história virginalmente: um estilo virginal de se envolver na história é caracterizado pela fé que leva a conceber a história antes de tudo como um tempo de graça e providência, como um empreendimento de salvação guiado por Deus. Este estilo favorece a sobriedade intelectual, a pobreza de meios, o desapego ascético, a contemplação e a experiência do deserto.

Como a Virgem que não dependia do sustento humano, o cristão que adota o modelo virginal-mariano interpreta a história a partir da perspectiva de Deus e age dentro dela, confiando, antes de tudo, n-Ele. Viver a história virginalmente significa vivê-la como tempo das promessas divinas; como tempo de exercício da caridade do Deus Trino; como tempo da providência do Pai; como tempo do senhorio pascal do Filho; como tempo da consolação pentecostal do Espírito. Em essência, somente aqueles que consideram toda a história como história de salvação podem existir nela de modo virginal, na consciência plena de fé de fazer parte de uma história na qual Um é o verdadeiro Senhor.

- Viver a história de modo esponsal: o modo esponsal com que o cristão pode estar presente na história se expressa por meio de uma abordagem positiva da realidade mundana e temporal, vista como sinal do amor gratuito de Deus e como grande lugar de comunhão entre as criaturas. Este estilo conjugal se expressa através das virtudes da convivialidade, do diálogo, da criatividade e da participação. Esponsalidade significa, antes de tudo, buscar e cuidar da reciprocidade. Entrar no espaço da reciprocidade significa ser salvo de duas armadilhas: a da diferença e a da fixação egocêntrica, para tornar possível a primazia do outro.

O “Eu sou a Serva do Senhor”, afirmado pela Virgem de Nazaré, que foi a uma terra distante para servir os necessitados, nos ensina que ir atrás do Outro não significa ir atrás de Deus: significa também ir atrás de todos os outros; implica chegar atrasado de si mesmo, com respeito a todos os outros. Ou seja, trata-se de nos comprometermos a criar uma antropologia

e uma cultura da convivência que alcancem a fecundação mútua e o respeito pelas diferenças.

- Viver a história de modo materno: quem vive a história de modo materno se aproxima do mundo com amor participativo e ativo, com a vontade precisa de promover, nutrir e defender a vida em todas as suas formas, em cada fase, em cada condição, em cada manifestação, com a mesma exultação que acompanhou o nascimento de João Batista e que nos faz saudar cada vida nascente, como Isabel saudou aquela presente em Maria: – Bendita és tu... e bendito é o fruto do teu ventre. Da vitalidade materna deste modo de vida emerge também em cada experiência a natureza essencial do acolhimento abnegado, especialmente no compromisso histórico de defender e proteger os fracos, os marginalizados, os despossuídos, os doentes, todos aqueles que a sociedade opulenta do nosso tempo deixa apodrecer nos cantos dos seus edifícios ou a morrer de frio nas ruas ou a perecer, sonhando com uma vida melhor, no fundo do mar.

Finalmente, a devoção a Nossa Senhora da Glória ensina-nos que nada de nós se perderá, que tudo o que há em nós, até mesmo os nossos corpos, será salvo para sempre, mas apenas se conseguirmos vencer a nossa batalha contra o mal e superar o próprio medo da morte, inspirados pela esperança certa e concreta da ressurreição. A glorificação de Nossa Senhora, portanto: exorta-nos a sermos fortes e decididos na luta contra o mal; certamente, também nós não somos poupados da batalha quotidiana contra o diabo. Com suas sutis armadilhas Satanás nos cerca, invisível, porém poderoso, com o objetivo de nos afastar daquela gloriosa e resplandecente realização em Deus, da qual a subida gloriosa de Maria é o ícone, e destruir a coexistência pacífica dos homens, fomentando o ódio, a vingança, a desordem moral e a morte espiritual na família humana. Se tivermos a coragem de olhar para a Virgem gloriosa e nos refletirmos nela, poderemos esperar nossa vitória definitiva, não apenas pessoal, mas também social, derrotando a presença perniciosa e cada vez mais evidente do mal no mundo.

Por isso, o destino final de Maria nos desafia não apenas como homens e mulheres de fé, mas também como cidadãos e membros vivos de uma sociedade cada vez mais necessitada de salvação. Nossa Senhora da Glória nos impele a superar o medo da morte com a companhia até a morte, à imitação

da de Seu bendito Filho e da sua própria, torna-se o ato supremo de abandono nos braços do Pai. Em nossa época e em nossa civilização testemunhamos uma atitude inconclusiva em relação à morte; isto é, observamos uma relação desequilibrada com ela. Se por um lado, a ideia da morte é drasticamente removida, por ser uma realidade que não deve ser vista, contemplada ou considerada, ao mesmo tempo, o evento da morte é sensacionalizado e ostentado na mídia, com torrentes de imagens que a exibem, mostram e insistem nela para transmitir efetivamente notícias de catástrofes, guerras, torturas e assassinatos.

A Santíssima Virgem, que, como afirma o dogma da Assunção, foi assunta em corpo e alma à glória celestial no final de sua vida terrena, lembra aos cristãos que a morte não deve ser considerada um evento a ser suportado passivamente, mas um ato a ser realizado em gratidão e obediência Àquele que nos deu a vida. Somente tal atitude de aceitação demonstra verdadeira confiança na infinita misericórdia de Deus e aceitação de nossas próprias limitações intransponíveis como criaturas. Aquela que, ao deixar esta terra, renasceu para a vida verdadeira e infinita, serenamente acolhida nos braços de seu Filho, como a iconografia oriental descreve sua Dormição, nos ensina que o fim de nossa vida, se vivido no amor como ela viveu a sua, não será um fim assustador, cheio de consternação e terror, mas um evento que simultaneamente nos introduz na dimensão avassaladora de uma nova existência luminosa. Por isso, na Ave Maria que rezamos, pedimos a ela: Rogai por nós pecadores, agora e na hora de nossa morte, porque com sua ajuda, sentiremos a morte como uma irmã e louvaremos a Deus, como cantou São Francisco, também por nossa irmã morte corporal.

Considerações Finais

Para concluir e resumir minha catequese Mariana, digamos que a Assunção não é apenas o triunfo de Maria, a Mãe de Jesus. Nela está a Igreja; nela estão presentes todos os batizados, homens e mulheres de fé. O corpo incorruptível de Maria, assunta ao céu, fruto da ressurreição de seu Filho Jesus, é a nossa esperança. Todos nós, como toda criatura, estamos destinados a morrer. Mas um dia este nosso corpo corruptível será revestido de imortalidade, como o dela, e então também se cumprirá para nós a palavra da Escritura: o último inimigo a ser destruído é a morte, pois ela submeteu tudo a seus pés.

A consequência lógica é que devemos encher nossos corações de alegria ao nos vermos representados e antecipados no mistério da Assunção de Nossa Senhora, entrando na glória dos céus, sabendo que, ao mesmo tempo, Ela intercede para que também nós alcancemos o seu mesmo objetivo: ver com nossos próprios olhos o rosto de Deus e participar da glória que Ela experimenta plenamente ao lado de seu amado Filho ressuscitado. Se a olharmos e a imitarmos, Ela estará sempre ao nosso lado para nos ajudar na difícil escalada da vida e esta nossa breve jornada terrena se tornará, em cada momento dramático, o ensaio geral para a nossa ressurreição. Nossa Senhora da Glória, um conforto nas dificuldades.

Falando sobre Nossa Senhora da Glória, o Papa Bento XVI afirmou:

Ao contemplar Maria na glória celestial, entendemos que a terra não é a pátria definitiva para nós também e que, se vivemos com o nosso olhar fixo nos bens eternos, a terra se tornará mais bela. Consequentemente, não devemos perder a serenidade e a paz mesmo no meio de milhares de dificuldades cotidianas. O sinal luminoso de Nossa Senhora recebida no céu brilha ainda mais intensamente quando as sombras tristes de sofrimento e da violência parecem pairar no horizonte.

Podemos estar certos de que: do alto, Maria acompanha os nossos passos, com preocupação, gentil, dissipa a escuridão nos momentos de trevas e angústia, tranquiliza-nos com a sua mão materna. Apoiados por esta consciência, vamos continuar confiantes no nosso caminho de compromisso cristão onde quer que a Providência nos levar. Vamos avançar em nossas vidas sob a orientação de Maria. (Papa Bento XVI, Audiência Geral, em Castel Gandolfo, no dia 16 de Agosto de 2006).

Nossa Senhora da Glória é o título que se refere a três verdades de fé professadas pela Igreja: a Dormição de Nossa Senhora, Sua Assunção ao céu em corpo e alma, Sua Glorificação como Rainha do céu e da terra. Formam parte do quarto e o quinto Mistérios Gloriosos do Terço. É uma verdade de fé professada pela Igreja.

Segundo a Tradição da Santa Igreja Católica Apostólica Romana – Maria faleceu por volta dos 58 anos de idade, em Jerusalém. Após sua morte, seu corpo foi velado com grande emoção e vigílias pelos cristãos. Vários apóstolos vieram de longe para se despedirem da mãe do Salvador. Depois, seu corpo foi sepultado, provavelmente no Horto da Oliveiras.

O túmulo de Nossa Senhora da Glória fica vazio – Porém, um dos apóstolos, provavelmente por estar distante fisicamente, chegou a Jerusalém

algumas horas depois que o corpo de Maria tinha sido sepultado. E ele quis muito ver o corpo de Nossa Senhora pela última vez. Mas quando abriram o túmulo para que o apóstolo pudesse vê-la, o corpo da Virgem não estava mais lá. Todos, então, glorificaram a Deus reconhecendo que Maria tinha sido elevada ao céu não só em espírito, mas também em corpo físico. Por isso, desde os primórdios, os fiéis festejam a Assunção de Nossa Senhora e sua glorificação no céu. Daí que se origina o título Nossa Senhora da Glória.

São João Damasceno (PG, I, 96) formula assim a tradição da Igreja de Jerusalém – São Juvenal, Bispo de Jerusalém, no Concílio de Calcedônia (451), levou ao conhecimento do Imperador Marciano e Pulquéria, que desejava possuir o corpo da Mãe de Deus, que Maria morreu na presença de todos os Apóstolos, mas que o seu túmulo, quando aberto, a pedido de St. Thomas, foi encontrado vazio; a partir do qual os Apóstolos concluíram que o corpo foi levado para o céu.

A Assunção de Nossa Senhora da Glória – Assunção quer dizer ser elevado(a), ou seja, Maria não subiu a céu pelo seu próprio poder, mas foi levada ao céu pelo poder de Deus. É o quarto Mistério Glorioso contemplado no Terço. A Assunção de Maria é também um dogma da Igreja Católica proclamado pelo Papa Pio XII em 1950. No documento eclesiástico promulgado em 1 de novembro de 1950, Festa de Todos os Santos, o Papa Pio XII declarou como dogma revelado por Deus que Maria, Mãe imaculada perpetuamente Virgem de Deus, após a conclusão da sua vida terrena, foi assunta em corpo e alma à glória dos Céus. A Festa da Assunção de Nossa Senhora é celebrada no dia 15 de agosto: sinal para todo cristão.

A Festa da Assunção de Maria como Nossa Senhora da Glória, é um sinal para nós que um dia, pela graça de Deus e os nossos esforços, também poderemos nos juntar à Mãe Santíssima, dando glória a Deus. A Assunção é uma fonte de grande esperança para nós, pois aponta o caminho para todos os seguidores de Cristo, que imitam a sua fidelidade e obediência à vontade de Deus. Onde Nossa Senhora está agora, nós também estamos destinados a estar e podemos esperar por isso contando com a graça divina. O fato de Maria ser elevada ao céu depois que sua vida na terra terminou é o resultado lógico de sua natureza imaculada, exclusivamente protegida – também pela graça de Deus – do pecado original. Procuremos imitar o seu abnegado amor, sua fé indestrutível e sua obediência perfeita.

O Catecismo cita Nossa Senhora da Glória – O Catecismo da Igreja Católica, capítulo 3, 6, diz:

Finalmente, a Virgem Imaculada, preservada e imune de toda mancha do pecado original, quando terminada sua vida terrena, foi levada em corpo e alma à glória celestial e exaltada pelo Senhor como Rainha de todas as coisas, de modo que ela pode ser mais plenamente conformada com seu Filho, Senhor dos senhores e vencedor do pecado e da morte. A Assunção da Virgem é uma participação singular na Ressurreição de Jesus e uma antecipação da ressurreição dos outros cristãos.

A Imagem de Nossa Senhora da Glória é representada com os braços abertos num ato de louvor a Deus, tendo sobre sua cabeça uma coroa de 12 estrelas, conforme é mencionado no livro do Apocalipse.



Apêndices

Oração a Nossa Senhora da Glória:

Ó Soberana Senhora, Rainha da Glória, sabemos que estás perto de Deus, na glória eterna, e que te inclinas para nós com amor de mãe. Por isso, aqui estamos implorando a tua proteção sobre cada um de nós e sobre todo o teu povo.

Volte para nós o teu olhar cheio de misericórdia. Estamos expostos a muitos males e perigos, durante a nossa vida inteira. Afasta de nós todos estes males. Ajuda-nos a trabalhar contra tudo o que ameaça o bem estar da humanidade. Que nós saibamos cultivar mais nossa Fé e nosso amor a Deus e ao próximo, que nós saibamos praticar a justiça com todos. Com a tua proteção queremos perseverar até o fim de nossa vida fazendo o bem ao próximo e seguindo o teu exemplo de fé e de amor sem medida, para merecer um dia, também nós, alcançarmos a glória eterna, junto de Ti, com o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Amém!

2. Ladainha da Assunção de Maria ao Céu

Santa Maria, rogai por nós! Santa Mãe de Deus, rogai por nós! Filha amada do Pai, rogai por nós! Mãe de Cristo Rei dos séculos, rogai por nós! Glória do Espírito Santo, rogai por nós! Virgem filha de Sião, rogai por nós! Virgem pobre e humilde, rogai por nós! Virgem gentil e dócil, rogai por nós! Serva obediente na fé, rogai por nós! Mãe do Senhor, rogai por nós! Cooperadora do Redentor, rogai por nós! Cheia de graça, rogai por nós! Fonte de beleza, rogai por nós! Tesouro de virtude e sabedoria, rogai por nós! Primícias da redenção, rogai por nós! Discípula perfeita de Cristo, rogai por nós! Imagem pura da Igreja, rogai por nós! Mulher da nova aliança, rogai por nós! Mulher vestida de sol, rogai por nós! Mulher coroada de estrelas, rogai por nós! Senhora de imensa bondade, rogai por nós! Senhora do Perdão, rogai por nós! Senhora das nossas famílias, rogai por nós! Alegria do novo Israel, rogai por nós! Esplendor da Santa Igreja, rogai por nós! Honra da humanidade, rogai por nós! Advogada da graça, rogai por nós! Ministra da Divina

Misericórdia, rogai por nós! Auxílio do povo de Deus, rogai por nós! Rainha do amor, rogai por nós! Rainha da Misericórdia, rogai por nós! Rainha da Paz, rogai por nós! Rainha dos Anjos, rogai por nós! Rainha dos Patriarcas, rogai por nós! Rainha dos Profetas, rogai por nós! Rainha dos Apóstolos, rogai por nós! Rainha dos confessores da fé, rogai por nós! Rainha das virgens, rogai por nós! Rainha de todos os Santos, rogai por nós! Rainha concebida sem pecado, rogai por nós! Rainha assunta ao céu, rogai por nós! Rainha da Terra, rogai por nós! Rainha do Céu, rogai por nós! Rainha na glória celeste! Cordeiro de Deus, que tirais o pecado do mundo, perdoai-nos, Senhor. Cordeiro de Deus, que tirais o pecado do mundo, ouvi-nos, Senhor. Cordeiro de Deus, que tirais o pecado do mundo, tende piedade de nós. Rogai por nós, Santa Mãe de Deus, para que sejamos dignos das promessas de Cristo.

Oração

Deus Todo-Poderoso, que na Virgem Maria realizastes maravilhas, elevando-a ao reino dos céus com seu corpo glorificado, concedei-nos que vivamos neste mundo constantemente voltados para o bem eterno e que um dia possamos participar da alegria eterna. Por Cristo, nosso Senhor. Amém.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Comunhão 7, 10, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 39, 41, 45, 48, 52, 53, 57, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 188, 307, 314, 318, 325, 327, 328, 330, 332, 333, 336, 344

Correio Oficial de Minas 159, 163, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181

Criação da diocese 8, 18, 51, 249, 251, 287, 291, 293, 295, 296, 297, 298, 300, 304, 317, 318, 319, 320, 321, 332, 333

D

Diocese de valença 1, 3, 4, 8, 9, 11, 15, 18, 23, 26, 30, 31, 38, 40, 44, 57, 58, 159, 249, 271, 286, 287, 291, 293, 294, 296, 298, 300, 301, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 310, 311, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 356

I

Igreja católica 4, 20, 22, 24, 27, 58, 63, 65, 67, 68, 107, 116, 144, 185, 187, 210, 239, 240, 250, 254, 272, 286, 317, 318, 323, 347, 348, 349, 356

Igreja matriz 7, 93, 123, 154, 155, 160, 171, 185, 186, 187, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203, 204, 205, 209, 212, 213, 214, 219, 220, 222, 223, 241, 293, 310

Instituto Histórico e Geográfica Brasileiro 160, 162, 169, 173, 176

N

Nossa Senhora da Conceição de Vassouras 160, 166, 175, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 200, 202, 203, 204, 207, 209, 210, 212, 213, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 233, 249, 356

P

Papa francisco 10, 11, 22, 23, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 71, 78, 318, 333, 356

Presidente de província 186, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202

S

Sacra família 89, 92, 95, 100, 132, 165, 188, 189, 231

Senhora da Glória de Valença 85, 87, 93, 94, 98, 99, 101, 105, 135, 166, 172, 189, 258, 267

Senhor de escravos 127, 128, 129

V

Vale do Paraíba Fluminense 7, 83, 105, 107, 123, 140, 156, 157, 159, 160, 163, 164, 182, 187, 188, 201, 212, 214, 218, 223, 279, 282, 289, 317, 318, 321, 323, 332, 355

SOBRE OS AUTORES

ADELCI SILVA DOS SANTOS

Pós-Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2023. Doutor em História Política pela UERJ em 2020. Mestre em História Cultural pela Universidade Severino Sombra (atual Universidade de Vassouras-RJ) em 1999. Especialista em História do Brasil pela Universidade Severino Sombra (atual Universidade de Vassouras-RJ). Graduado em História pela Universidade Severino Sombra (atual Universidade de Vassouras-RJ) em 1991. Pesquisador CNPQ pelo Núcleo de Estudos das Américas – UERJ (NUCLEAS). Professor de História da Universidade Federal do Tocantins. Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFT. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras. Membro do Instituto D’Orbigni de Pesquisa. Membro Consultor da Comissão Estadual da Verdade Sobre a Escravidão Negra no Brasil – OAB-RJ. Membro da Comissão da Verdade Sobre a Escravidão Negra no Brasil – OAB Volta Redonda.

ALAN DE CARVALHO SOUZA

Doutor em História pela Universidade de Lisboa em 2020. Mestre em História pela Universidade Severino Sombra (atual Universidade de Vassouras-RJ) em 2011. Graduado pela Universidade Severino Sombra (atual Universidade de Vassouras-RJ) em 2008. É autor dos livros “Terras e Escravos: a desordem senhorial no Vale do Paraíba fluminense”, “Cargos Comissionados: clientelismo do Estado Social e Democrático”; e de capítulos de livros e artigos sobre o período imperial. Docente convidado da Especialização em História e Cultura da África, Afrobrasileira e Indígena da Universidade de Vassouras.

AMAL ABDULMALEK

Licenciada em História pela Universidade Severino Sombra (atual Universidade de Vassouras-RJ) em 2014. Pós-Graduada em História e Cultura da África, Afrobrasileira e Indígena pela Universidade de Vassouras-RJ em 2021. Mestre em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI em 2022. Bacharel em Museologia pelo Centro Universitário Clarentiano em 2024. Tem experiência na área de

História, com ênfase em História contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: bancos de dados históricos, observatórios magnéticos, geofísica, conservação de acervos e observatório magnético de Vassouras-RJ.

ANGELO FERREIRA MONTEIRO

Doutor em História pelo PPGH/UNISINOS-RS. Mestre em História pela Universidade Severino Sombra (atual Universidade de Vassouras-RJ) em 2005. Licenciado em História pela Universidade Severino Sombra (atual Universidade de Vassouras-RJ) em 2001. Professor e Pesquisador da Universidade de Vassouras-RJ. Membro Titular da Academia de Letras de Vassouras-RJ (ALV). Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras-RJ (IHGV). Idealizador e cofundador do Centro de Memória da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e da Irmandade Nossa Senhora da Conceição de Vassouras-RJ “Dr. Joaquim José Teixeira Leite”.

DOM NELSON FRANCELINO FERREIRA

Doutor em Teologia Sistemática pela PUC-Rio. Mestre em Teologia Sistemática pela PUC-Rio. Bacharel em Filosofia pela Faculdade Eclesiástica de Filosofia João Paulo II. Bacharel em Teologia pelo Instituto Superior de Teologia da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Assumiu como 7º Bispo da Diocese de Valença, nomeado pelo Papa Francisco, no dia 5 de abril de 2014.

GABRIEL MOREIRA MEDEIROS LAUREANO

Doutor em História pela UFRRJ em 2025. Mestre em História (Linguagens e História Intelectual) pela UFRRJ em 2019. Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2020. Licenciado em História pela Universidade de Vassouras 2015. Tem interesse História Medieval, História da Igreja Católica, Hagiografia, Santidade, Geomorfologia, Geografia Ambiental. História Ambiental e Educação.

Pe. JOSÉ ANTONIO DA SILVA

Doutor em Ciências da Educação, pela Florida University – USA. Título Reconhecido pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. Doutorando em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Católica de Buenos Aires. Bacharel em Teologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora-MG – UniAcademia. Licenciado em Sociologia pela Faculdade Paulista São José.

Licenciado em Filosofia pela Faculdade Católica de Anápolis. Licenciado em História e Pedagogia pela Unifaveni. Mestre em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Integra o Conselho Diretor da FUSVE – Fundação Educacional Severino Sombra, mantenedora da Universidade de Vassouras. Mediador Judicial no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ. Integra o Banco Nacional de Avaliadores do Sinaes BASIS e é avaliador do INEP. Pároco da Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Provedor da Irmandade Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Vassouras. Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras – IHGV. Membro Titular da Academia de Letras de Vassouras – ALV. Membro do Grupo de estudos de discurso, comunicação e ensino – GEDICE, na linha de pesquisa Marco – Marketing e Comunicação do Instituto Federal do Rio de Janeiro – (IFRJ-CEPF).

RAIMUNDO CÉSAR DE OLIVEIRA MATTOS

Doutor em História Política pela UERJ em 2012. Mestre em História pela Universidade Severino Sombra (atual Universidade de Vassouras-RJ) em 2003. Graduado em História pelo Centro de Ensino Superior de Valença em 1986. Professor titular do Centro Universitário de Valença (UNIFAA). Coordenou o Centro de Documentação Histórica da mesma instituição até junho de 2009. Professor docente I da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna, História Política, História das Religiões, Introdução à História e Metodologia da História, atuando principalmente nas seguintes áreas: Brasil Império, História da Igreja e das Religiões, religiosidade e regime militar. Vinculado ao Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais da UERJ. Membro da Academia Valenciana de Letras. Membro do Conselho Curador da Fundação Cultural e Filantrópica Léa Pentagna. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras.

RODRIGO MAGALHÃES

Bacharel em Direito. Licenciado em História e Letras. Membro da Academia Valenciana de Letras de Valença-RJ. Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais-TJMG.

VANIELE BARREIROS DA SILVA

Doutora em Psicologia Social pela UERJ em 2019. Mestre em Comunicação pela UERJ em 2012. Especialista em Comunicação Empresarial pela UFJF em 2007. Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo pela UNESA em 2005. Professora de Jornalismo na Faculdade Paulus de Comunicação de São Paulo. Professora Adjunta na FAPCOM. Coordenou cursos de Jornalismo e de Administração da Faculdade Canção Nova (FCN). Coordenou o curso de Comunicação Social – Jornalismo e Publicidade e Propaganda – do Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB).

VÍVIAM LACERDA DE SOUZA

Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda. Licenciada em Artes Visuais. Mestre em Educação, Administração e Comunicação. Doutora em Comunicação Social. Docente de Marketing do Instituto Federal do Rio de Janeiro e coordenadora de extensão do campus Engenheiro Paulo de Frontin. Coordenadora do projeto “O sabor do Marketing e das vendas na cozinha” (IFRJ-CEPF). Coordenadora do projeto de pesquisa “Cientistas de Marketing” (IFRJ-CEPF). Membro do Grupo de estudos de discurso, comunicação e ensino – GEDICE e responsável pela linha de pesquisa Marco – Marketing e Comunicação (IFRJ-CEPF).

DIOCESE de VALENÇA

100 anos de história (1925-2025) – Vários Olhares – Volume I

Conhecer a história da Diocese de Valença e de suas Paróquias é importante para entender o papel da Igreja na sociedade e como ela se posiciona diante dos acontecimentos, tendo em vista que a história da Diocese faz parte da história das nove cidades que compõem o território diocesano. Além disso, considerando que a história da Igreja está ligada à história da humanidade, podemos afirmar que a Igreja tem desempenhado um papel vital na formação da civilização da humanidade, sustentando valores de fé, moralidade e justiça, assim vivenciando valores cristãos. Trata-se de uma igreja que tem se posicionado diante de eventos como guerras, revoluções, pandemias e nas mais diversas tragédias e acontecimentos que atingem o seu povo.

